

FRONTEIRAS DE TENSÃO

um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo

Tese de Doutorado

**Gabriel de Santis Feltran
sob orientação da Profa. Dra. Evelina Dagnino**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas
março de 2008**

GABRIEL DE SANTIS FELTRAN

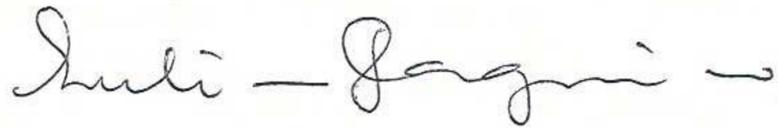
FRONTEIRAS DE TENSÃO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICA E VIOLÊNCIA NAS
PERIFÉRIAS DE SÃO PAULO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Doutorado em Ciências Sociais, área de Cultura e
Política, do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação da Prof.a. Dra. Evelina Dagnino.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 27 de março de 2008.

BANCA

Profa. Dra. Evelina Dagnino (orientadora)



Profa. Dra. Maria Suely Kofes (membro)



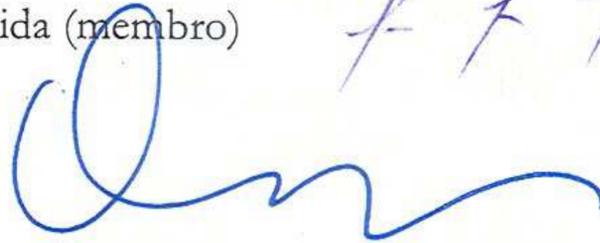
Prof. Dr. Michel Misse (membro)



Prof. Dr. Ronaldo Romulo Machado de Almeida (membro)



Profa. Dra. Vera da Silva Telles (membro)



Profa. Dra. Maria Célia Pinheiro Machado Paoli (suplente)

Prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle (suplente)

Profa. Dra. Luciana Ferreira Tatagiba (suplente)

Março/2008

200813993

para o Léo

fronteira. *fron.tei.ra sf (fronte+eira)* 1. Zona de um país que confina com outra do país vizinho. 2. Limite ou linha divisória entre dois países, dois Estados etc. 3. Raia; linde. 4. Marco, baliza. 5. Confins, extremos. **F. artificial:** a que não atende aos acidentes topográficos (geralmente com predomínio das linhas retas). **F. de acumulação:** fronteira viva. **F. de tensão:** fronteira viva. **F. esboçada:** tipo de fronteira delineada sobre um mapa, sem que o seu traçado corresponda a uma gradual adaptação passiva do homem ao meio, nem a uma adaptação ativa do Estado, ao qual ela pertence. **F. morta:** fronteira que passou da condição de viva à situação de linha tranqüila, cessadas as causas que originavam tensão. **F. natural:** a que acompanha um acidente topográfico, rio, montanha etc. **F. viva:** tipo de fronteira que é fruto da paulatina evolução histórica, e fixada através de choques ou de lutas armadas.

[fonte: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - Mirador]

RESUMO

Esta tese trata, de um modo específico, da relação contemporânea entre as periferias de São Paulo e a política. Seu objetivo central é etnografar as *fronteiras*, densamente políticas, que se conformam entre as periferias da cidade e o mundo público. A categoria fronteira é mobilizada por preservar o sentido de divisão, de demarcação, e por ser também, e sobretudo, uma norma de *regulação* dos fluxos que atravessam, e portanto conectam aquilo que se divide. A pesquisa foi realizada em dois registros empíricos distintos: i) o estudo de trajetórias e da vida cotidiana de adolescentes e famílias de Sapopemba (um distrito da zona Leste de São Paulo), de perfis heterogêneos, que de modos distintos são marcados pela presença do “mundo do crime” em suas histórias; e ii) o estudo das rotinas do Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes “Mônica Paião Trevisan” (CEDECA), organização que procura *mediar* o contato entre estes adolescentes e o mundo público. A descrição das situações de campo procura desvelar o funcionamento dessas fronteiras: iluminar seus fluxos e tensões mais frequentes, os interesses em disputa e os atores que as controlam. Onde há fronteira há conflito, ainda que latente. E, se ela pode ser disputada, é comum, sobretudo em sociedades muito hierárquicas, que a latência ceda lugar à *violência*. Tratar da relação entre as periferias urbanas e o mundo público, em São Paulo, significa hoje também discutir as relações entre política e violência. Do debate apresentado no corpo da tese, extraio três argumentos centrais: i) o da resignificação de matrizes discursivas fundamentais no universo social das periferias urbanas, tais sejam, família, trabalho, religião e projeto de ascensão social, que nutre o que chamo de “*expansão do mundo do crime*” nas periferias (como “marco discursivo” e parâmetro de “sociabilidade”, tanto quanto “criminalização”); ii) o da “*expansão da gestão do social*” nas periferias – no seu papel de mediação entre o universo dos adolescentes do bairro e a cena jurídico-política, onde se pretende fazer garantir seus direitos, o CEDECA e as organizações sociais das periferias se defrontam em suas trajetórias com o inchaço de suas rotinas de gestão, que se nutre da deficiência da rede de encaminhamentos externos dos casos atendidos, e que limita a tematização propriamente política de suas demandas (aquelas que visam à inserção de pautas e interesses dos adolescentes atendidos no debate público); iii) o da relação entre as diversas modalidades de *violência social* que transbordam das trajetórias estudadas e a *violência política* que se apresenta às trajetórias das lideranças do CEDECA sempre que, escapando dos limites impostos pela gestão e pelo crime local, conseguem agir politicamente. Nas notas finais, proponho a *coexistência* atual entre dois ordenamentos sociais nas periferias urbanas e em suas relações com a política. O primeiro é o código universalista da cidadania, e o segundo o código instrumental da violência, *ambos* constitutivos e necessários para a reprodução de um modelo de funcionamento institucional e social marcado pela manutenção de um mundo público formalmente democrático, e por uma dinâmica de distribuição dos lugares sociais marcada por extrema hierarquização.

ABSTRACT

This thesis discusses, in a specific way, the contemporary relationship between the poor neighborhoods of Sao Paulo and politics. Its central goal is to study the political borders between the periphery of the city and the public space. The category *border* is mobilized to preserve the sense of division, of demarcation, but also because it implies a *regulation* of the flows that cross and thus connect what is divided. The study was conducted through two empirical approaches: i) studying heterogeneous trajectories and everyday life of adolescents and families of Sapopemba (a neighborhood in Eastern São Paulo), and ii) following the routines of the Center for Defense of the Rights of Children and Adolescents "Mônica Paião Trevisan" (CEDECA), an organization that seeks to mediate the contact between adolescents and families of Sapopemba and the public world. The description of the fieldwork situations shows different dimensions of these borders: their flows and tensions, the interests in dispute and the actors that control them. In every border there are conflicts, even if latent. And if it can be disputed, it is common, especially in very hierarchical societies as the Brazilian one, that this latency gives rise to violence. To study the relationships between urban neighborhoods and the public world, in São Paulo today means also to discuss the relationships between politics and violence. That discussion, presented in the thesis, gives place to three arguments: i) the modification of fundamental discursive patterns in the social universe of urban peripheries, such as family, work, religion and projects for social mobility, which nourishes what I called "*expansion of the world of crime*" in the neighborhoods (understood as a discursive parameter, as sociability and as "criminalization"); ii) the expansion of the "*management of the social*" in the suburbs – CEDECA, in his role of mediation between the universe of the adolescents and public scene, where it intends to ensure their rights, faces the increasing growth of its management routines. This growth is nourished by the fragility of the public network of services to ensure rights and restricts CEDECA's political actions, iii) the relationship between the different forms of *social and political violences* that appear in the fieldwork. The political violence appears in the trajectories of the leaders of the CEDECA when, escaping the limits imposed either by managerial burdens or by local organized crime, they are able to act politically. Finally, I suggest a *coexistence* between two current social orders in urban peripheries and in their relations with politics. The first is the code of citizenship, and the second code is that of violence, *both* constitutive and necessary for the reproduction of a model of institutional democratic functioning characterized by the maintenance of an extremely hierarchical and unequal social world.

RÉSUMÉ

Cette thèse aborde la question de la politique dans les “banlieues” de São Paulo. Son objectif central est d'étudier les frontières entre les périphéries urbaines et le “monde public” – le marché du travail, la sphère politico-administrative, l'univers juridico-judiciaire, et l'espace public en général. La catégorie de “frontières” est mobilisée pour indiquer l'existence d'une division ou d'une démarcation, mais aussi pour rendre compte de la connexion entre les territoires qu'elles séparent et de la régulation des flux qui les traversent. L'étude est menée sur deux objets empiriques. i) Elle enquête sur les trajectoires hétérogènes et sur la vie quotidienne des adolescents et des familles de Sapopemba (un quartier dans une banlieue à l'est de São Paulo). Et ii) elle décrit et analyse les routines du Centre pour la Défense des Droits des Enfants et Adolescents “Mônica Paião Trevisan” (CEDECA) une organisation qui cherche à régler le contact entre les adolescents de Sapopemba et le “monde public”. La description de l'enquête de terrain montre les différentes dimensions de ces frontières, les flux qui y circulent et les tensions qui s'y jouent, les intérêts en conflit qui y émergent et les acteurs qui les contrôlent. Le potentiel de conflictualité y est fort et, comme dans toute société hiérarchisée, peut rapidement se convertir en situations de violence, lorsque les équilibres aux frontières sont contestés. Étudier les rapports entre les périphéries urbaines et le “monde public” à São Paulo, aujourd'hui, c'est aussi discuter des relations entre la politique et la violence. La thèse organise la discussion autour de trois arguments. i) Elle restitue la transformation des modes de vie dans les univers sociaux de la famille, du travail ou de la religion des périphéries urbaines, et celle des projets de mobilité sociale, qui nourrit ce que j'ai appelé l' “expansion du monde du crime” dans les quartiers (entendu comme cadre de compréhension et paramètre de sociabilité, autant que “processus de criminalisation”, dans le sens commun). ii) Elle montre les métamorphoses de la “gestion du social” dans les banlieues. Le Cedeca a comme fonction institutionnelle d'assurer la médiation entre l'univers des adolescents et la scène administrative, judiciaire et politique, pour essayer de faire valoir leurs droits. Mais il souffre de surcharge chronique de ses activités, la fragilité du réseau de services publics pour l'enfance empêche le bon traitement des dossiers et les problèmes ne trouvent pas leur chemin jusqu'à une reformulation politique des droits des adolescents pris en charge .iii) Enfin, elle thématise la relation entre les différentes formes de violence sociale et politique rencontrées pendant le travail de terrain, la première omniprésente dans les récits de vie des enquêtés, la seconde sensible quand les leaders du CEDECA lorsque, transgressant les limites imposées par la gestion bureaucratique ou par le crime organisé, ils sont en mesure d'agir politiquement. Pour finir, la thèse s'efforce d'analyser la coexistence entre deux logiques sociales qui ont cours dans les périphéries urbaines: le code universaliste de la citoyenneté et le code instrumental de la violence. L'un et l'autre sont indissociables et participent à la reproduction d'un modèle de fonctionnement des institutions, propre à un “monde public” encastré dans des dynamiques sociales inégalitaires et hiérarchiques.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	17
----------------------------	-----------

PARTE I. INTRODUÇÃO.....	21
---------------------------------	-----------

Apresentação, categorias utilizadas	25
Organização do texto	32
Contexto das relações entre as periferias e o mundo público, em São Paulo	35
A periferia “trabalhadora” e o público: a trajetória dos movimentos sociais	36
Na quebra da geração: emergência do “mundo do crime”	43
A Pesquisa	49
Características do trabalho de campo	52
Especificidades de uma etnografia preocupada com questões políticas	61
Sapopemba: o território, ocupação e clivagens sociais	66

PARTE II. AS PERIFERIAS E O CRIME	75
--	-----------

CAPÍTULO 1. O “mundo social” e o “mundo do crime”	79
--	-----------

Pedro	81
Ladrão instituinte, ladrão instituído	86
Ladrão instituído, ladrão institucionalizado	93
Caminho de volta	98
Entre dois mundos	101

CAPÍTULO 2. De operários a trabalhadores.....	105
--	------------

Um projeto comum: família operária, trabalho e casa própria	108
Cidade e política na esteira do projeto familiar operário	110
No meio do caminho	113

Na passagem da geração: deslocamentos no trabalho	114
O “mundo do crime” à espreita	118
A família se repõe: trabalhadores	122
CAPÍTULO 3. De trabalhadores a bandidos	125
Família trabalhadora	127
Crise: um filho “nas drogas”	130
Ruptura: os meninos presos, “bandido tem que morrer”	132
Colapso: dois filhos mortos, a família trabalhadora vira “lugar de bandido”	136
CAPÍTULO 4. Bandidos e trabalhadores: coexistência.....	141
Cronologia	148
De Salvador para São Paulo em oito anos.	148
Estrangeiros em Sapopemba	149
A busca de proteção: polícia e tráfico	151
Os filhos adolescentes: do trabalho lícito ao ilícito	153
O começo das prisões, crise	157
No interior da família: polaridade e composição	161
A família e a “opção” individual: trabalhadores e bandidos	165
CAPÍTULO 5. Periferias no público: figurações.....	169
Sob o pano de fundo das histórias: deslocamentos	171
Na família, no trabalho e na religiosidade: mudança de planos	177
No meio da pesquisa: os “ataques do pcc”	184
A crise vista no debate público	185
A crise vista das periferias	187
Saldo: uma semana, 493 mortos em São Paulo	190
A “expansão do mundo do crime”: marco discursivo e criminalização	193

PARTE III. DAS PERIFERIAS AO PÚBLICO, VIA CEDECA.....	199
CAPÍTULO 6. CEDE CAS, CEDE CA Sapopemba	203
Estatuto da Criança e do Adolescente, contextos	205
Rupturas semânticas, luta política	207
Os Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	209
Os CEDECAs, “direitos humanos” da infância	212
O CEDECA de Sapopemba	215
CAPÍTULO 7. O atendimento	225
Porta de entrada: a questão do “vínculo”	228
O desenho normativo do atendimento	231
Núcleos Sócio-Educativos: medidas sócio-educativas em meio aberto	232
1. Suporte ao atendimento social: o setor jurídico	240
2. Suporte ao Núcleo Sócio-Educativo: a rede de encaminhamentos	242
3. Suporte específico para as famílias: o programa “Nasci Para Voar”	244
4. Suporte ao vínculo entre o adolescente e o CEDECA: Arte e Movimento	247
Entre o desenho do atendimento e seus cotidianos	249
Instabilidade: três desenhos de atendimento em três anos	249
CAPÍTULO 8. A entidade social.....	255
O CEDECA que atende	258
A tendência à expansão	262
Os convênios públicos, o que se expande é a gestão	264
Dentro de uma entidade social, outras fronteiras	267
O CEDECA de “Sapopemba”: o ideal da “comunidade política”	267
O CEDECA dos convênios: o ideal técnico da “política social”	272
Um conflito latente	274
Conflitos internos, tensões da política	276
Resposta à crise: o CEDECA faz atendimento, o CDHS faz política	282
CAPÍTULO 9. Ação política	285
Do CEDECA ao CDHS: a retomada da “vocação política”	289

Formas de agir politicamente	291
1. Rituais públicos: atos, manifestações, passeatas	292
2. Audiências públicas	294
3. Na interface sociedade civil, partido, conselhos, Estado	296
4. Denúncias e ações judiciais coletivas	301
Ação política, reação violenta: ameaças e exílios	303
No fio da navalha: entre a polícia e o crime	308
PARTE IV. NOTAS FINAIS.....	317
Nas fronteiras: violência e política	321
1. A “expansão do mundo do crime”	321
2. A expansão da “gestão”	328
3. Violência social e violência política	337
Tensões da coexistência	340
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	343
Lista de websites consultados.....	354
ANEXO. Perfis dos entrevistados e personagens citados.....	355

AGRADECIMENTOS

Os quatro anos deste doutorado foram uma sucessão sem fim de viagens curtas e de voltas para casa. Pneu no asfalto, mochila nas costas, a porta do metrô se abrindo. Felizmente, nesse itinerário tive companhia próxima de bastante gente. Muito especialmente a de Evelina Dagnino, orientadora e amiga há oito anos, sempre pelo mundo e sempre por perto. Sua clareza singular deixa marcas indelévels na minha formação, sua inteligência e carinho seguem sendo um norte para mim. Daniel Cefaï orientou minha temporada em Paris e me ensinou que erudição rima com simplicidade, que sensibilidade etnográfica combina com companheirismo, que seriedade tem a ver com bom humor. Vera Telles é referência central no que penso e apoio fundamental na minha trajetória; estive na banca de qualificação e indicou-me Daniel, o que foi vital para esta tese. Omar Ribeiro Thomaz acompanhou esses anos com amizade e boas idéias. Ronaldo Almeida leu e comentou artigos preliminares da tese, além de apoiar-me decisivamente na reta final. O diálogo com Suely Kofes fez meu modo de fazer pesquisa mudar radicalmente; tudo ficou bem mais difícil e apaixonante. Ernesto Isunza Vera foi referência de companheirismo, sensibilidade política e leveza nestes anos. Maria Célia Paoli ensina-me sempre. Professores e amigos, essas pessoas foram companhia por onde andei e me fazem admirar o trabalho intelectual.

Tive o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente “Mônica Paião Trevisan” como ponto de gravitação da minha pesquisa de campo. E o CEDECA foi sempre lugar de acolhida alegre em Sapopemba. Ouvir Valdênia falar é um privilégio, e acompanhar sua trajetória nesses anos foi central para a pesquisa. Emprésto dela, também, algumas das análises do texto. Agradeço também à Ivone, Ilda, Sueli, Bete, Amanda, Valéria e Ana Lúcia, que abriram as portas dos projetos para minhas perguntas infinitas. Altair e João foram excelentes embaixadores nos bairros, além de companhia das melhores. Nayara, Michelle e Ana Paula sempre me mostraram os caminhos a seguir. Leandro, Paulinha, Adriana, Valquíria, Roseli e Miriam tiveram muita paciência para me explicar suas rotinas e suas histórias; Peixe, Cris e Ricardo ofereceram-me olhares entusiasmados sobre o que víamos; Pe. Renato contribuiu decisivamente para a reflexão da tese. Ao envolvimento deles e dos demais colaboradores do CEDECA devo o gosto com que fui a campo nesses anos.

Agradeço também ao CDHS e à sua equipe, bem como às equipes do Instituto Daniel Comboni, do Cantinho da Esperança, do Arte e Movimento e do CECOVisa, espaços de convivência e trabalho pelos bairros.

Ainda em Sapopemba, as famílias e adolescentes com quem estive nesses anos tornaram-se parte do meu círculo de afetos. Cláudia e a família Diroli concederam-me entrevistas longas em visitas repletas de simpatia. Da mesma forma, visitar a casa de Irene foi sempre um prazer. Agradeço igualmente a Miriam e Lúcia, que abriram as portas de suas casas às visitas seqüenciais, sempre com a mesma disposição para me contar histórias. Aos adolescentes e jovens que conheci por lá, devo parte significativa dos câmbios nas minhas formas de olhar a vida. Acompanhei as trajetórias de João Paulo, William, Wellington, Mauro, Maurício, Ivonete, Marcelo, Marcela, Maicon, Adriano, André e Érica pelos últimos anos. Jones e Miguel se tornaram personagens do trabalho mesmo sem estarem mais presentes na época da pesquisa. A experiência radical que conforma as histórias de vida destes meninos e meninas ainda está longe de ser adequadamente compreendida.

Durante os quatro anos de doutorado, parte das histórias que conheci em Sapopemba circularam por artigos, e foram discutidas em eventos acadêmicos. Tive a felicidade de receber comentários de debatedores excelentes como Laurent Thevenot, Pedro García Sanchez, John Clarke, Catherine Neveu, Paul Lichterman, Numa Mürard, Ernesto Isunza e Aldo Panfichi. Cursei ainda as disciplinas de Suely Kofes, Bela Feldman-Bianco, Omar Thomaz, Renato Ortiz, Wolfgang Leo Maar, Cibele Rizek, Michel Agier, Marc Bessin e do próprio Daniel Cefaï. Bruno Latour abriu a discussão sobre sua produção numa semana inteira em Cerisy, e conhecer de perto seu trabalho foi uma vivência ímpar. Em cada debate ou curso meu universo entrava em crise e outro se mostrava mais claro. A cada nova forma de pensar que se conhece, são certezas que se desfazem. Esta tese é, também por isso, produto de um tempo de muito pouca certeza. Tempo, portanto, de reflexão aberta e curiosidade.

Ana Paula Galdeano Cruz foi parceira de campo e amiga do dia-a-dia da elaboração da pesquisa. Com ela e Marcos Toffoli tive companhia de trabalho regada a cerveja, ironia e risada ampla; andamos juntos por favelas de São Paulo e Belo Horizonte, e ali se delinearam as questões centrais desse trabalho. Marta Jardim leu e comentou versões preliminares dos

textos de qualificação e da tese, com uma dedicação que não tenho como agradecer, tenho só a admirar. Robert Cabanes, Eduardo Marques e Isabel Georges também me fizeram companhia por periferias e pelas reuniões desses anos, tornando-se interlocutores e amigos muito importantes para minha argumentação.

Na Unicamp encontrei sempre amizade e boa discussão associadas. Agradeço muitíssimo ao Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, espaço de debates fundamentais para mim; Carla Almeida Silva, Ana Cláudia Chaves Teixeira, Ana Paula Paes de Paula, Marcelo Kunrath Silva, Adrian Gurza Lavalle, Luciana Tatagiba, Maria do Carmo Albuquerque, Lígia Lüchmann, Felipe Hevia e Evelina fazem do grupo um espaço de palavras abertas e pensar plural. Daí vem meu tropismo por grupos de amigos que gostam de discutir temas em comum, como o de São Carlos e o dos trabalhos de campo. Ainda na Unicamp, agradeço à Gilvani e, muito especialmente, à Maria Rita, da Secretaria de Pós-Graduação. Tudo o que poderia ter sido complicado foi fácil com sua ajuda.

Luis Hernan de Almeida Prado foi ao mesmo tempo professor de francês, entrevistado (por conhecer como poucos o Jardim Elba), tradutor, e interlocutor esporádico para a discussão dos temas do trabalho. Agradeço também ao meu colega Vinícius Ortiz, por compartilhar em entrevista sua experiência incrível como agente penitenciário. Denise Ferreira Costa transcreveu boa parte das entrevistas gravadas e Cristina Maher me auxiliou em outras tantas. David Chaigne revisou um dos artigos preliminares traduzidos.

As viagens de ida e volta. O que seriam destes anos sem a conversa freqüente com os amigos de longe e as rotinas lado a lado com os de perto. Humberto Meza foi parceiro de texto e recepção amiga em Manágua. Em São Paulo estão Mário e Vivi, Francisco e Laura; Bigui e Cíça, Luma e Vitor; Luis, Vandinha, Joanas Buarque e Benetton, Paulina, Marcão e Cris. Toda hora por lá, toda hora voltando. Meus colegas veterinários sempre à postos: Julião, Natô, Splinter, as famílias crescendo, os vínculos que duram. A cada ida um encontro, a cada volta para casa outras imagens; crianças da Pedreira Prado Lopes, luzes dos cassinos de San Juan. Em casa, era sempre hora de encontrar João Marcos e Magaly, Daniel e Thaís, Lud e Sandro, Maju e Du (todos grávidos de alegria), Paulão, Tobias, Cris e Ricardão, Will e Patrícia. Amizade cotidiana, um privilégio estar com eles.

Hora de viajar de novo, Iara aponta para a rodoviária: *é aqui que o papai vai trabalhar!* No saguão mais uma espera, na cabeça a letra do rap, os meninos do Alto Vera Cruz. Um dia de pesquisa na favela, um de reunião na universidade, leitura na biblioteca. Mais rodoviária e estrada, até de madrugada. Na manhã seguinte, Andréa e Lila no portão, Aline correndo para dentro de casa, a criançada indo para a escola. A estrada é distância, mas é vínculo e comunicação, ao mesmo tempo. Por isso foram interlocutores importantes desse tempo Cláudia, Jorge e Mônica, mesmo lá em Valparaíso. Marcel e Ale, entre São Carlos e Bristol; no Rio, Fátima e Cristina; em Florença meu amigo Sérgio, no DF Alberto Aziz, em Bruxelas, Graziella Vella. Augusto Postigo, acreano de São Bernardo. Marcus e Ju, entre Minas e o mundo. Paulo Henrique, carioca de todo lado. Agradeço pela conversa afinada com cada um, durante esses anos. Em Paris, como a casa migrara junto, a vida da família toda foi próxima de Daniel, de Alex e Sarah, de David e Glória, de Robert e Susanne, de Fabinho e Lete, do Werneck, do Ronaldo, Artionka e Antonio, da Iara e da Malu. Lá em Belleville, no Café Chéri(e), foi que esta tese começou a ganhar corpo.

E lá bem perto o Léo nasceu. Viajar é voltar. Esta tese deve muito à retaguarda de meus pais Toninho e Rege e de minhas irmãs, Renata e Luciana, pessoas tão queridas. Também de meus tios e primos. Luciana e Paulo abrigaram-me em especial nesses anos de pesquisa, material e simbolicamente. Maria, Shimbo e Julia, sempre acolhedores, foram vitais para os cotidianos e para este trabalho, que fica pronto dez anos depois de Lúcia e eu termos nos encontrado. Só esse encontro teria bastado, mas Iara e Léo ainda vieram alegrar a festa, ambos durante esse doutorado. Algo de muito profundo acontece, como se sabe. Anos repletos de gente crescendo, providências infinitas, casa ensolarada e brincadeira. A gente vira família e o mundo ganha em perenidade. A eles não apenas esta tese deve muito; a eles eu mesmo devo minha existência recente.

Agradeço, finalmente, ao CNPq pela bolsa de doutorado no Brasil e à CAPES pela bolsa-sanduíche que proporcionou minha temporada acadêmica no exterior. Da mesma forma, agradeço ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp e ao Centre d' Étude des Mouvements Sociaux (CEMS-EHESS) pelo espaço institucional para o desenvolvimento do trabalho.

PARTE I

introdução

24 de maio de 2006, seis e quarenta, estou no ônibus voltando de Sapopemba, vou até o Ibirapuera. Da janela um mar de autoconstrução. Me sinto assimilando um golpe. Bianca me contou a vida dela, reencontrei a Clarice e a Ivonete. “Foda-se a polícia” pichado no muro, uma pracinha, uma escola. “Paulo Fiorilo” pintado no muro. É um vereador do PT [Partido dos Trabalhadores]. Uma mulher com uma criança, um velho e um cachorro na laje. Um monte de grade com um carro dentro. Mais uma rua torta, o ônibus barulhento, mais uma estrela do PT no muro. Bianca cuida de três filhos e cinco irmãos mais novos, tem 23 anos. Contorno a favela do Jardim Elba. Sofreu abuso sexual, pelo padrasto, dos 13 aos 15 anos. A mãe a culpava. Um homem vendendo vassouras. Jeová, loja bíblica. Casa de Carnes Serena. Produtos de limpeza em garrafas PET e um bar de sinuca, intercalados por moradias cheias de grade. Mais uma mãe com a menina de mãos dadas. O filho da Ivonete se chama Vitor, tem doze anos, já repetiu duas séries, “tem vezes que tem aula uma vez por semana, só”. Favela, favela, e mais favela agora, do lado esquerdo do ônibus. Logo um supermercado, referência no Parque Santa Madalena, o Nagumo. Centrinho comercial. O Vitor não sai com os tios que são “do crime”, “só com os trabalhadores”. Um fusca inteiro depenado. Mais fliperama e mesa de sinuca. Quatro adolescentes na esquina, um barzinho. Casas de frente pequena que têm até três andares. Clarice fez psicologia na PUC (Pontifícia Universidade Católica), contou apaixonada de um caso que ela atendia no CEDECA. Um menino de 18, viciado em crack, que estava jurado de morte, mas que até hoje não morreu. Mais uma mulher e uma criança no colo. Mais um ponto de ônibus e um anúncio de conserto de fogão, panela. Mais um escadão. Muita favela agora, bem consolidada, e mais dois meninos de bicicleta na esquina. Trabalhador chegando em casa, um orelhão na mercearia, posto de saúde. [diário de campo, ditado ao gravador]

APRESENTAÇÃO, CATEGORIAS UTILIZADAS

Esta tese trata, de um modo específico, da relação contemporânea entre as periferias de São Paulo e a política. De modo específico, em primeiro lugar, porque situado no espaço e no tempo: a análise parte de uma etnografia do distrito de Sapopemba, na zona Leste da cidade de São Paulo, empreendida entre os anos de 2005 e 2007. Mas específico, sobretudo, porque entre as muitas aproximações possíveis da relação entre periferias e política, opto por uma única: trato aqui das tensões, mediadas por muitos sujeitos, que emergem do contato entre a população jovem de Sapopemba e o mundo público. Convém então, desde logo, explicitar a noção de política que estrutura esta relação: política é o jogo de conflitos desencadeados na conformação da cena pública, em sua manutenção e transformação¹. Ao pensar a relação entre as periferias urbanas e o mundo público², numa sociedade muito hierárquica, é preciso

¹ Em sociedades com grande assimetria na repartição do poder, a política não se resume, portanto, à disputa de poder em terrenos institucionais, mas pressupõe além dela um conflito *anterior*, aquele que se trava pela conformação mesma dos critérios pelos quais se institui um mundo público (entendido então como um espaço de disputa de poder que diz respeito a todos, embora nem todos façam parte dele). Logo, não se trata apenas das disputas entre atores constituídos sobre um terreno dado, mas *também* da disputa subjacente à própria instituição destes terrenos e atores. Esta formulação leva diretamente em conta a formulação de Jacques Rancière, embora seja mais ampla que ela: *Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada (...): a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela.* (Rancière, 1996a, p. 42). Para o autor, a política se institui por um dissenso, ou desentendimento. *É isso o que chamo de dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum. (...) O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação. Mas essas discussões e argumentações são de um tipo particular. Não podem ser a confrontação de parceiros já constituídos sobre a aplicação de uma regra geral a um caso particular. Com efeito, devem primeiro constituir o mundo no qual elas são argumentações.* Rancière (1996b, p.374). Trabalhei com mais detalhe sobre esta definição de política, remetendo à expressão arendtiana do “direito a ter direitos” e o que ela exige em termos analíticos, em Feltran (2005).

² A noção de “mundo público” designa aqui um espaço de visibilidade, circulação e confronto de discursos, em que se disputa e exerce poder. Espaço construído por atores concretos, segundo suas interações e os constrangimentos de toda ordem que lhes são impostos (ver Cefaï, 1996, 2002, 2007; Cefaï & Pasquier, 2003; Gusfield, 2006). Os debates do mundo público têm relação direta com a política porque são fundados por ela, embora esta também se construa fora dele. Pois em sociedades muito hierárquicas, estão representados no público apenas uma parte dos atores, identidades e interesses presentes no mundo social. As referências para pensar este mundo público, em minha formação, vêm do confronto cotidiano entre a leitura de Hannah Arendt (1999, 2001c, 2001d, 2003) e minhas pesquisas de campo, centradas nas relações entre periferias urbanas, sociedade civil e Estado, em São Paulo (confronto para o qual foram referências Dagnino 1994, 2002; Paoli, 1995 e Telles 1994, 2001). A partir destes pressupostos é que li, recentemente, a sociologia pragmatista dos problemas públicos e sua tentativa de construí-los pela etnografia, nas pistas de Isaac Joseph (2007 – ver

imediatamente lidar com uma série de polaridades: o descompasso entre a norma igualitária e a desigualdade social, o paradoxo entre os modos de vida popular e sua figuração pública, a contradição entre a lógica do direito e a repressão da polícia, a distância entre a pretensão normativa de pluralismo e os bloqueios seletivos no acesso à legitimidade pública. Independente do tema específico em questão, nesta relação saltam *divisões* aos olhos do analista. Até por isso, a literatura específica é marcada pelos debates sobre a *exclusão* e a *segregação* das periferias das cidades e seus moradores³. Efetivamente, tomada a relação entre sociedade e política na sua dimensão normativa, o que supõe a existência de igualdade individual no acesso ao direito, é bastante claro que algo aparta os indivíduos das periferias do todo social (o que termina por segregar as próprias periferias⁴). O argumento pode ser radicalizado quando se lida com os setores jovens destas periferias, submetidos a índices elevados de encarceramento e homicídio.

Entretanto, se há segregação há *partilha*, nos termos de Rancière. Se algo aparta as periferias do todo social, simultaneamente algo as conecta a ele⁵. A literatura sugere, então, que uma série de processos sociais pouco comentados, ao mesmo tempo que segregam social e espacialmente e diminuem o acesso ao direito, *conectam* de modo específico os setores populares urbanos ao mundo social e político⁶. Não é difícil notar estas conexões. A indústria do entretenimento, as Casas Bahia, os telefones celulares, o terceiro setor, os trabalhos doméstico e industrial, a televisão, a construção civil, o mercado eleitoral e religioso, o narcotráfico, os mercados informais, a indústria de material reciclado, de

também Cefai & Saturno, 2007). Essa leitura também informa trabalho realizado.

³ As noções de exclusão e segregação, embora evidenciem as privações sociais, econômicas e políticas de parcela da população, me parecem ter o efeito colateral de restringir demasiadamente as noções de cidade e sociedade: os setores “excluídos” estariam “fora” delas, o que conduz com frequência à bipolaridade entre a cidade legal (ou formal) *versus* a cidade ilegal (ou informal), incluídos *versus* excluídos e segregados, etc. Uma crítica a estas abordagens foi formulada por Rosa (2006). A noção de mundo social utilizada nesta tese procura escapar desta limitação, incluindo em seu interior estas clivagens.

⁴ Uma revisão crítica da literatura sobre cidades, periferias e favelas, que repassa a literatura sobre “segregação” e propõe uma noção muito mais relacional para usos contemporâneos é feita em Marques & Torres (2005).

⁵ *Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões* (Rancière 1995, p.7). Em Rancière (1996a, 1996b) a noção de partilha já está subjacente à sua definição de política, e a mesma chave (formular as polaridades como relação) já era utilizada em Rancière (2002 ou 2005a). O autor admite influência tanto do pensamento marxista quanto da filosofia política de Hannah Arendt em sua produção. Pensar participação e separação simultaneamente é também (a melhor) parte do argumento de Debord (2004).

⁶ Penso especialmente em Telles & Cabanes (2006) e Telles & Hirata (2007), mas também em Zaluar (2004).

armamentos, entre muitos outros circuitos, tem ramos claramente fincados nas periferias urbanas. Nenhum destes circuitos e mercados esgota-se nelas, entretanto. Ao contrário, ramificam-se para muito além destas periferias, atingindo por vezes o centro do poder político e econômico. É preciso, portanto, qualificar em termos analíticos mais precisos as mediações entre as periferias das cidades e outras dimensões da sociedade, que incluem sua dimensão pública.

Esta tese se filia a estas tentativas. E desta filiação surge sua questão central: etnografar as mediações, ou mais precisamente, as *fronteiras* – densamente políticas – que se conformam, hoje, entre as periferias da cidade de São Paulo e o mundo público⁷. A categoria fronteira é mobilizada por preservar o sentido de divisão, de demarcação, e por ser também, e sobretudo, uma norma de *regulação* dos fluxos que atravessam, e portanto conectam aquilo que se divide. Fronteiras se estabelecem justamente para regular os canais de contato existentes *entre* grupos sociais, separados por elas, mas que obrigatoriamente se relacionam. Onde há fronteira, há comunicação; de um tipo desigual e controlada. Se há fronteira, é justamente para controlar a comunicação entre as partes. Olhar para as conexões, portanto, exige desnaturalizar o ‘dever ser’ do todo social, bem como de sua divisão constitutiva. A intenção da descrição das situações de campo, apresentadas neste texto, é a de desvelar o funcionamento das *fronteiras* entre as periferias urbanas e a política; iluminar seus fluxos e tensões mais frequentes, os interesses e significados em disputa, os atores que as controlam.

Onde há fronteira, além do mais, há conflito. Ainda que latente. E se a fronteira pode ser disputada é comum, sobretudo em sociedades muito hierárquicas, que a latência ceda lugar à *violência*. No Brasil contemporâneo, já não é mais possível compreender as fronteiras entre as periferias e o público sem situar a violência no centro do debate. Em São Paulo,

⁷ Optei por seguir utilizando o termo “periferias”, mesmo reconhecendo seus problemas (sobretudo o de remeter por vezes à divisão estanque entre “centro” e “periferia” e, a depender do contexto, a uma série de estigmas sociais). Fiz esta opção, sobretudo, porque esta me parece ser a categoria mais inteligível para destacar o conjunto de dinâmicas sociais às quais me refiro no texto. Pobres urbanos, setores trabalhadores ou classes populares, camadas de baixa renda ou conceitos correlatos pareciam funcionar pior, relativamente, ao transitar entre a descrição etnográfica e a conformação dos debates públicos. Quando falo das “periferias” de São Paulo, portanto, refiro-me a ambientes situados no tempo e no espaço, em que pessoas de carne e osso se relacionam entre si e com outras esferas do mundo social, de modo plural e heterogêneo. De outro lado, e simultaneamente, o termo “periferias” ajuda a reconhecer as regularidades que se desenham nestas regiões da cidade e que demandam investimento analítico comparativo.

como em Sapopemba, estas fronteiras são territórios em que coexistem soluções políticas e saídas violentas. Tratar destes territórios exige, portanto, discutir as relações entre política e violência.

Esse par de categorias, presentes no título desta tese, foi parar ali por caminhos muito distintos. A violência se impôs à argumentação no curso da pesquisa de campo. Atravessou as trajetórias pessoais, familiares e de ações coletivas do distrito de modo explícito, transbordou dos depoimentos e os constituiu como elemento central. As inflexões nas trajetórias estudadas, com raras exceções, passam por histórias marcadas por diversas modalidades de violência. A política foi, desde o início da pesquisa, imposta por mim, que há alguns anos tenho como questão pensá-la na periferia de São Paulo. Em suma, eu realizava uma pesquisa etnográfica centrada nas formas como a política aparece (e pode ser pensada) nas periferias, e a violência se interpôs como uma categoria da qual eu não poderia escapar para pensá-la. Com o passar do tempo, política e violência passaram a fazer parte de um mesmo diagrama, e sua relação passou a se fazer no mesmo registro.

Não foi por acaso que estas categorias se encontraram, evidentemente: política e violência são temas relacionados não apenas nas periferias urbanas, mas de modos distintos em toda a história e pensamento modernos. Desde Weber e Clausewitz, até Hannah Arendt e Foucault⁸, a relação entre política e violência tem estatuto central na análise da modernidade; nada menos que o debate sobre a noção de poder as articula. Política e violência são temas que também atravessam as fronteiras disciplinares: marcam as “etnografias políticas” de Erving Goffman, que servem a estudiosos de todas as ciências sociais, assim como a “antropologia política” de Eric Wolf, que pode inspirar tanto cientistas políticos quanto sociólogos, antropólogos e historiadores⁹. Mesmo a etnologia situou política e violência como dimensões fundamentais da constituição do social, por exemplo com Pierre Clastres, em sua crítica à modernidade ocidental a partir do estudo do poder em sociedades indígenas da América do Sul¹⁰. Contemporaneamente, análises como as de Mahmood Mandani sobre a África oriental, que incluem uma interpretação decisiva do

⁸ Ver Weber (1972), Clausewitz (1968), Arendt (2000b, 2001a), Foucault (1987, 2000, 2004).

⁹ Ver, por exemplo, Goffman (1988, 2003); ou Wolf (2003).

¹⁰ Clastres (2003; 2004).

genocídio em Ruanda¹¹, de Stephane Beaud e Michel Pialoux sobre as periferias francesas¹², e trabalhos como os de Gabriel Kessler e Javier Auyero sobre a Argentina recente¹³ demonstram a premência de abordagens interdisciplinares das relações entre política e violência, para uma compreensão mais aguçada dos processos sociais que contextualizam sua emergência como categorias de análise.

Nos estudos específicos sobre as periferias urbanas e os setores populares em São Paulo, entretanto, política e violência têm se desencontrado. Tanto pelas divisões entre os campos disciplinares das ciências sociais, quanto pelos processos políticos sobre os quais estes campos se firmaram nas últimas décadas. Na literatura paulista, desde os anos 70 e principalmente após a crítica ao economicismo estruturalista, política e violência apareceram alternadamente, e solitárias, como as “chaves da história” que explicariam as dinâmicas sociais das periferias¹⁴. Nos anos 80, boa parte dos analistas da política foi forçada a olhar para as periferias das metrópoles e para a “politização dos cotidianos”, já que a aparição pública dos movimentos populares efetivamente renovava a cena nacional de disputas pelo poder, inclusive pelo poder do Estado. Os discursos destes analistas contribuíram para nomear os atores populares nascentes: surgiam nas periferias novos “sujeitos políticos”; dos movimentos sociais brotava a promessa de democratização social¹⁵. Naquele período, a violência não aparecia como categoria central nas análises das periferias, embora tanto a repressão policial ilegal, quanto os grupos de extermínio e o narcotráfico já marcassem presença por ali¹⁶.

¹¹ Mamdani (2001).

¹² Ver por exemplo Beaud & Pialoux (2003).

¹³ Como Kessler (2004, 2006) e Auyero (2001 e 2004).

¹⁴ Apóio-me aqui na noção de ideologia em Arendt, definida como o pensamento que emprega uma única categoria como explicação central para o funcionamento de uma sociedade. Arendt (2000a, p.201).

¹⁵ Referência fundamental desta literatura é o trabalho de Sader (1988). Para boas revisões e interpretações do debate imenso do período, ver Paoli (1995); Doimo (1995) ou Dagnino (2000).

¹⁶ Talvez até porque esta violência, sendo considerada subproduto direto da desigualdade, deveria ser suplantada pela democratização da cena política, que estava em pauta. Uma exceção importante neste quadro são os trabalhos de Paulo Sérgio Pinheiro (desde Pinheiro 1982 até 1997) e Sérgio Adorno (Adorno, 1995, 1996; Adorno & Córdia 1997), centrais para que a produção do Núcleo de Estudos da Violência trabalhasse, de modo específico, as interfaces entre política e violência (por exemplo em NEV, 1999). No Rio de Janeiro, sob contexto social local distinto, estas correlações foram bastante mais difundidas na literatura – Luiz Antonio Machado da Silva, Alba Zaluar e Michel Misse, entre outros, estão há bastante tempo atentos às correlações entre organização social e política, periferias urbanas e violência (ver Machado da Silva, 1993; Zaluar, 1983, 1985, 1994; e Misse, 1995, 1997).

Nos últimos anos o cenário se inverteu. Os movimentos sociais das periferias se inseriram na institucionalidade, como previsto; duas décadas de democracia institucional se passaram, e hoje é a crueza da violência, tanto policial quanto ligada ao tráfico de drogas, o que chama a atenção dos analistas (e do senso comum) para as periferias urbanas¹⁷. Os bairros e conjuntos habitacionais populares, mas especialmente as favelas, seriam agora o lugar da barbárie, materializada como estatística no descalabro dos índices de assassinatos de adolescentes, como imagem de massa nas narrativas cinematográficas *à la* Cidade de Deus (ou Tropa de Elite), e como ameaça efetiva nos ataques de facções criminosas às forças do Estado. A distinção entre “cidadãos de bem” e “bandidos” no debate sobre o desarmamento civil, ou sobre os “ataques do PCC” (Primeiro Comando da Capital), a criminalização dos “motoboys” e o medo que a favela produz na classe média são sintomas de um mesmo fenômeno: a clareza, cada vez mais presente no senso comum, de que é preciso isolar-se das “classes perigosas”, demarcando as fronteiras entre favelas e periferias e o mundo social habitável¹⁸. Neste cenário de guerra entre “cidadãos” e “bandidos”, já não seria possível buscar pela política nas periferias urbanas. A violência seria a explicação primeira (e última) de suas dinâmicas internas, e de suas relações com a sociedade.

Relacionar periferias urbanas, política e violência me parece especialmente justificável neste contexto. Se as figurações das periferias de São Paulo no senso comum são cada vez mais centradas num estereótipo que combina homogeneidade, incivilidade e violência, ou seja, no avesso da política, os percursos estudados aqui me parecem revelar tanto a heterogeneidade profunda destas regiões, quanto os sentidos especificamente políticos da violência que as atinge. Esta tese apresenta uma etnografia que se move entre diversas

¹⁷ Para boas caracterizações específicas das dinâmicas violentas na periferia de São Paulo é referência há bastante tempo a produção do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). Os trabalhos etnográficos de Ferreira (2002; 2003) revelam transformações recentes nas dinâmicas da periferia desde a ruptura dos anos 90. A ênfase na questão da violência e da juventude está presente também em publicações recentes de grande circulação, como Barcellos (2004); Soares, Bill & Athaíde (2005), Bill & Athaíde (2006, 2007); Soares, Batista & Pimentel (2006). Emergiu ainda recentemente um gênero literário centrado nesta experiência: a “literatura marginal”, cujos expoentes são Ferréz (2000) em São Paulo e Lins (1997) no Rio de Janeiro.

¹⁸ Sobre os “ataques do PCC” ver Adorno & Salla (2007), e o Capítulo 5. Sobre a questão dos moto-boys (quase sempre jovens das periferias), ver Veja São Paulo (2008), lançada após manifestação pública da categoria em São Paulo. Sobre a origem do uso da expressão “classes perigosas” no Brasil, ver Chalhoub (1996), autor central para uma perspectiva histórica da relação entre setores populares urbanos e mundo público-político.

trajetórias de adolescentes e jovens, de suas famílias e de ações coletivas que os atendem, sobretudo o *Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente “Mônica Paião Trevisan”* (CEDECA). O CEDECA é uma organização civil, composta por militantes católicos dos anos 80 e fundada em 1991, para prestar atendimento jurídico, assistencial e psicológico a adolescentes de Sapopemba, sobretudo àqueles autores de atos infracionais¹⁹.

Quando o foco da etnografia está no tecido social local, em que vivem os adolescentes e famílias do distrito, argumento pela resignificação recente de parte de suas matrizes fundadoras, tais sejam, família, trabalho, religião e projeto de ascensão social, resignificação que nutre o que chamo de expansão do “mundo do crime”²⁰. Em seguida a etnografia migra para o CEDECA e, portanto, para a mediação entre as dimensões mais microcóslicas das periferias urbanas e o mundo público, o que auxilia a tarefa de delinear as fronteiras e tensões entre elas. Argumento aí pela expansão das tentativas de “gestão do mundo social”, também marcante na última década, que atua no mesmo registro e, portanto, passa a competir diretamente com as ações coletivas de caráter propriamente político. Por fim, apresento dois argumentos de síntese. O primeiro coloca em relação a “expansão do mundo do crime” e a “expansão da gestão do social” nas periferias. O segundo emerge da relação entre as diversas modalidades de violência social que transbordam das trajetórias estudadas, e a violência, propriamente política, que conforma as trajetórias das lideranças do CEDECA, sempre que agem publicamente.

¹⁹ A literatura sobre adolescentes e jovens autores de infrações nas grandes cidades é vasta em todo o mundo. Para citar alguns exemplos, ver Kessler (2004, 2006) na Argentina; Wacquant (1997) ou Bourgois (2006) sobre os Estados Unidos; Beaud & Pialoux (2003, 2005) e Mucchielli (2002) na França; Rodgers (2006) sobre a Nicarágua; Thieroldt (2003) no Peru; Fernandez (2004) no Chile, entre outros.

²⁰ O “mundo do crime”, nesta tese, é uma noção tomada em sua acepção “nativa” e por isso mantenho sua utilização sempre entre aspas. Trata-se de expressão que designa o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos. Mais especificamente ainda, estas relações são estudadas aqui desde a perspectiva dos adolescentes e jovens das periferias urbanas. Não trato aqui, portanto, de todo e qualquer ambiente ilegal, ilícito ou criminal, nem de suas dimensões como “negócio” para além dos bairros estudados, ou de suas ramificações para além dos circuitos dos adolescentes e jovens dali.

Organização do texto

Esta tese está organizada em quatro partes, acrescidas das referências bibliográficas e dos anexos. Como toda tese é longa, e a coesão interna em textos longos é difícil, resumo a seguir cada uma destas partes, bem como a linha argumentativa que pretende costurá-las.

Numa *primeira parte* traço um mapa geral das questões e categorias centrais percorridas ao longo de todo o texto, e passo telegraficamente por seus contextos de elaboração, que remontam especialmente a pesquisas anteriores e aos debates com os grupos de pesquisadores de interlocução mais próxima. Ainda nesta Introdução, apresento com detalhe a pesquisa realizada em Sapopemba, nos bairros Jardim Planalto, Parque Santa Madalena e Jardim Elba, seus pressupostos teórico-metodológicos e algumas características do território estudado.

Na *segunda parte* apresento trajetórias individuais e familiares que, em comparação, desenham parte da heterogeneidade das periferias de São Paulo e de suas transformações recentes. Destaco, nestas transformações, a presença cada vez mais próxima do “mundo do crime” nas trajetórias de adolescentes e jovens de Sapopemba²¹. No Capítulo 1 as fronteiras entre este “mundo do crime” e o universo social local são vistas na perspectiva de um adolescente, seguindo seu relato de circulação por estes ambientes. Nos três capítulos seguintes algumas trajetórias de envolvimento de adolescentes do distrito com o crime, muito distintas entre si, são visualizadas agora a partir da perspectiva familiar. Em cada capítulo está em questão uma família, e os perfis entre elas são distintos: uma família tipicamente operária (Capítulo 2), uma família moradora de favela (Capítulo 4), e uma família em situação intermediária a estes pólos (Capítulo 3). Na comparação entre estas perspectivas familiares (sobretudo presente no Capítulo 5), que demonstra nitidamente padrões distintos de redesenho interno na tentativa de solucionar a presença do crime na trajetória dos filhos, aparece com clareza a intensidade com que foram resignificados os fundamentos da organização social das periferias (ou suas “matrizes discursivas”, notadamente o projeto de ascensão social familiar, centrado num modelo específico de

²¹ Para caracterizações do perfil das crianças e jovens que se inserem no narcotráfico, ver Dowdney (2004, 2005), no Rio de Janeiro e Fefferman (2004), em São Paulo.

relações entre família, trabalho industrial e religião). O deslocamento deste projeto, que foi o centro da organização política das periferias nos anos 70 e 80, oferece à nova geração nascida ali um ambiente de relações com o mundo público muito distinto do anterior, e muito mais propício à adesão ao “mundo do crime”, que então se torna maior e mais presente nas dinâmicas sociais cotidianas²².

Na *terceira parte* a etnografia passa a focar o contexto das ações coletivas dos bairros estudados. Trata-se, então, de estudar o CEDECA Sapopemba. Um histórico desta organização, que sucede um resumo dos contextos que levam à criação da figura jurídica dos CEDECAS é apresentado no Capítulo 6. Agindo no espaço *entre* as favelas de Sapopemba e o mundo público, o CEDECA permite que a análise se situe também no transitar entre histórias individuais das periferias e instâncias de formulação das pautas dos debates políticos. Argumento que o CEDECA exerce um papel de *mediação* entre o universo destes adolescentes e a cena pública, inclusive as instituições jurídico-políticas, onde se pretende fazer garantir seus direitos. E que nesta mediação, ele tem operado, simultaneamente, em três registros distintos. Inicialmente, pelo registro da militância política, expressa nas trajetórias de seus principais quadros e, em seguida, tanto pelo inchaço das rotinas de gestão de seus atendimentos (descritas em detalhe no Capítulo 7), quanto pelos limites impostos, no plano local, pelo jugo do “mundo do crime”. Verifica-se, no Capítulo 8, como no decorrer dos anos é a dimensão de gestão da entidade que cresce, e que sua expansão passa a competir diretamente com as atividades de ação propriamente política (aquelas que visam a inserção de pautas e interesses dos adolescentes atendidos no debate público). A expansão da gestão é tão evidente e inescapável, e tão corrente entre organizações similares, que o grupo de militantes fundador do CEDECA se sente pressionado a criar uma outra entidade, sem convênios públicos de atendimento, para conseguir escapar à lógica gestonária e reiniciar um ciclo de protestos locais (Capítulo 9). O CEDECA cede seus principais militantes para o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), encarregado de agir como um movimento reivindicativo. Descrevo aí

²² Apesar disso, a presença de facções criminosas em São Paulo e do Primeiro Comando da Capital no controle do tráfico de drogas das periferias têm ainda muito pouco destaque na bibliografia sociológica. Um dossiê recém-lançado sobre o crime organizado (Estudos Avançados, 2007) parece-me pioneiro no assunto. Amorim (2003) cita o PCC no título, mas não trata dele em seu livro.

os tipos de ação política empreendidos, e sua consequência imediata: surge na trajetória do CEDECA e do CDHS uma nova dimensão da violência das periferias: como reação a este ciclo de ações propriamente políticas, iniciado em 2001, sobrevém uma seqüência de ameaças e retaliações aos dirigentes da organização, especialmente à Valdênia, uma ativista que nos últimos cinco anos alterna períodos de trabalho com temporadas no exterior, protegida por programas especiais de proteção de testemunhas e defensores de direitos humanos. Nas tentativas de agir politicamente, o CEDECA e o CDHS passam a viver, então, no “fio da navalha” entre os acordos precários com o “mundo do crime” local e a violência política.

Na *quarta parte* estão as notas finais, que sintetizam os achados analíticos da pesquisa. São três os argumentos centrais. O primeiro é o da “expansão do mundo do crime”, verificada na Parte II dessa tese, e o segundo, relacionado a ele, é o da “expansão da gestão do social” nas periferias, nítida na Parte III. O terceiro argumento é o que emerge da relação entre as diversas modalidades de violência social que transbordam das trajetórias da Parte II, e a violência, propriamente política, que se apresenta às trajetórias das lideranças do CEDECA sempre que agem politicamente. Para concluir estas notas, coloco em relação estes argumentos conclusivos, que propõem uma coexistência entre dois ordenamentos sociais de lógicas internas distintas, por vezes opostas. O primeiro destes ordenamentos é o código universalista da política, e o segundo o código instrumental da violência, que têm sido, simultaneamente, constitutivos e necessários para a reprodução de um modelo de funcionamento institucional e social caracterizado pela consolidação de um mundo público formalmente democrático, e uma dinâmica de distribuição dos lugares sociais marcada por extrema hierarquização.

CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE AS PERIFERIAS E O MUNDO PÚBLICO, EM SÃO PAULO

A literatura interessada nas periferias urbanas é enorme e clivada em diversas vertentes²³. Apenas sobre São Paulo, lá se vão ao menos 30 anos de produção acadêmica geral e específica sobre o tema. As referências partem de trabalhos clássicos, do período de maior expansão urbana, centrados nas tentativas de explicação estrutural de sua configuração sócio-espacial²⁴, e chegam até trabalhos recentes, desde os que ensaiam argumentos de maior envergadura²⁵, até trabalhos bastante específicos sobre um ou outro aspecto de sua vida social ou conformação espacial. Diversas linhas teóricas e analíticas se cruzaram no estudo das periferias da cidade, além de muitas disciplinas acadêmicas: urbanistas, economistas, cientistas sociais, além de historiadores, psicólogos e assistentes sociais. A cidade e suas periferias interessam a muita gente. Parte (pequena) desta literatura, mais próxima dos temas desta tese, é percorrida ao longo dos capítulos que compõem o corpo da argumentação. O crivo na eleição das referências utilizadas foi estrito, centrado na relevância de cada referência para o desenvolvimento da argumentação e da descrição etnográfica.

Ainda assim, convém situar aqui minimamente o olhar geral lançado sobre a literatura de interesse direto da tese, especificamente pautada pelas questões da política, e suas principais inflexões temáticas ao longo das últimas décadas. Estas inflexões seguem na linha do tempo, quase sempre, deslocamentos nas relações sociais entre periferias e mundo público,

²³ Algumas das referências centrais para pensar as periferias urbanas, nos países do norte, têm vindo de Mike Davis (1993; 2006) e Wacquant (por exemplo 2001, 2006). A sociologia urbana contemporânea traz centralmente, ainda, heranças da Escola de Chicago (ver compilação de textos fundamentais em Grafmeyer & Joseph, 2004), reivindicadas diretamente por autores como Joseph (1981, 1998, 2007); Cefai (2006); ou Breviglieri & Trom (2003). Em outro campo, a antropologia de Agier (por exemplo 1999, 2002) ensaia interpretações generalizantes sobre as periferias de diversas cidades do mundo.

²⁴ Deste *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza* (Camargo et al., 1975) até Caldeira (2000), passando por trabalhos fundamentais como, por exemplo, Kowarick (1975) ou Oliveira (1982) na sociologia; ou Bonduki & Rolnik (1982) no urbanismo. As críticas de Eunice Durham (compiladas em Durham 2005, especialmente nos capítulos 7 a 10 do livro) e outros antropólogos auxiliaram o refinamento das análises estruturais e reafirmaram a relevância dos estudos etnográficos das periferias.

²⁵ Villaça (2001); Caldeira (2000); Marques e Torres (2005); Telles & Cabanes (2006).

e, portanto, fazem interagir análise e processo social. O trecho que segue tem a dupla tarefa de descrever, em linhas muito gerais, os principais deslocamentos destas relações, nas últimas três décadas, acompanhado de modificações da literatura específica que os analisou. Uma forma de seguir estas análises é partir da trajetória dos movimentos sociais da periferia de São Paulo. Tanto porque na Parte III da tese estudo uma ação coletiva que surge deste celeiro e, portanto, já contextualizo aqui suas origens, quanto porque foram estes atores os mediadores por excelência entre as periferias de São Paulo e o mundo público, durante os anos 80.

A periferia “trabalhadora” e o público: a trajetória dos movimentos sociais

Durante o regime militar, havia no Brasil uma fronteira nítida que distinguia os grupos sociais oficialmente legítimos daqueles a serem banidos da convivência pública. Cabia ao Estado legislar sobre esta distinção, e à repressão oficial manter esta fronteira ativa, impedindo que a pluralidade da sociedade fosse representada politicamente. O bloqueio seletivo do acesso à legitimidade pública – legitimidade que garante o “direito a ter direitos”²⁶ – desenhava a face autoritária do sistema político. Até por isso, foi só na decadência do regime militar que alguns dos segmentos sociais pouco representados puderam se articular, ainda que fossem muito distintos entre si, em torno da reivindicação comum de espaços de expressão política. Os principais atores populares desta reivindicação foram chamados de “novos movimentos sociais”²⁷.

Caberia a estes movimentos sociais o papel de instituir vetores de publicização dos interesses das populações que inchavam as periferias das cidades (atraídas no período, como se sabe, pela oferta de emprego industrial). Desde os anos 70 os movimentos sociais foram

²⁶ A formulação original dessa expressão é de Arendt (2000a, p.330): *Só conseguimos perceber a existência de um direito a ter direitos (e isto significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los. A autora se referia aos “povos sem Estado” do entre-guerras europeu, que perdiam a proteção mínima e fundamental que a cidadania nacional garantia. Sem estes direitos, como demonstra a autora, a própria noção de direitos humanos perdia qualquer validade. A reflexão sobre o “direito a ter direitos” para pensar as transformações da cidadania no Brasil já foi feita por Telles (1994), Dagnino (1994), entre outros.*

²⁷ Paoli (1995) capta com muita sensibilidade este sentido propriamente político da aparição dos movimentos sociais populares do período.

considerados os atores por excelência da mediação dos interesses das periferias urbanas ao mundo público. O contexto de transição do regime viu nascerem, das periferias de São Paulo, uma série de vozes marcadas por esta responsabilidade. Cabia a eles reivindicar publicamente os direitos dos “trabalhadores”.

Como se sabe, em São Paulo estes movimentos nutriram-se da aparição conjunta, na cena pública, dos seguintes segmentos sociais: i) grupos pauperizados das periferias urbanas, reivindicando melhorias sociais objetivas, organizados por vertentes da igreja católica inspiradas pela teologia da libertação e organizações de esquerda; ii) grupos de sindicalistas que renovavam o ideário socialista-operário do período, na esteira das mobilizações dos metalúrgicos do ABC (região de tradição metalúrgica, composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano); iii) setores jovens da classe média e das elites intelectuais, que nas universidades haviam conhecido o marxismo e os movimentos “libertários” do norte²⁸. Assim, no interior deste campo de movimentos, legitimado também por frações minoritárias das elites e da imprensa²⁹, articulavam-se grupos tão díspares quanto favelados e feministas, operários, estudantes trotskistas e jovens negros, militantes da pastoral da juventude e homossexuais, ambientalistas e lideranças políticas recém-chegadas do exílio.

As disputas privadas entre estes setores eram conhecidas internamente, mas a aliança conjuntural entre eles, marcante na leitura pública, se explicava em negativo: todos estes grupos viviam a condição comum de baixíssima representatividade durante a ditadura e percebiam na ação conjunta uma possibilidade de expressar publicamente suas identidades e interesses. As falas destes atores, aproveitando-se dos vazios discursivos próprios das transições de poder, permitiram mesmo que se conformasse no país uma espécie de “contra-esfera pública”³⁰ que, paralela à transição institucional “lenta, segura e gradual” posta em

²⁸ Para além da renovação das matrizes discursivas centrais para estas mobilizações (católica, sindical e marxista – ver o trabalho paradigmático de Eder Sader, 1988), estes setores intelectualizados traziam a influência cultural das transformações americana e européia, que se seguiram à aparição dos movimentos de direitos civis nos EUA e de maio de 1968 na França.

²⁹ Como a Ordem dos Advogados do Brasil, grandes jornais da imprensa escrita paulistana e etc. A grande mobilização pelas Diretas Já!, por exemplo, já seria um marco dessa aliança, inteiramente conjuntural, criada pela existência, naquele momento, de um inimigo comum determinado.

³⁰ Evidentemente, empresto aqui a expressão de Habermas (1990), que de algum modo já antecipa a crítica que

marcha pelos militares, abriu espaços renovados de discussão pública sobre os parâmetros da construção democrática a seguir.

Esta esfera pública nascente ofereceu uma caixa de ressonância fundamental para os novos movimentos sociais, em particular os de caráter popular, que puderam então ser lidos como os “novos personagens” da cena política brasileira³¹. As periferias urbanas, neste período. Puderam então ser “representadas” por todo um campo de atores, que embora nunca tenham sido hegemônicos, foram aceitos na cena pública como portadores de interesses legítimos. Ora, se estes movimentos efetivamente interferiam na discussão pública, estando fora das mediações institucionais constituídas, constatou-se ainda neste contexto o alargamento da política para além dos marcos institucionais³², e a elaboração em curso de uma “nova noção de cidadania”, concebida como uma estratégia de democratização conjunta do Estado e das relações sociais³³.

As periferias trabalhadoras apareciam como novos sujeitos legítimos do espaço público, o que forçava uma revisão nos termos de nomeação dos setores populares, historicamente marcados pela noção de “classes perigosas” e pela, assim chamada, “teoria da marginalidade”. Foi esta leitura eminentemente *política* dos movimentos populares do período que elevou as periferias urbanas, nas análises acadêmicas e nas disputas de poder efetivas, a um estatuto central para a construção democrática. Militantes e boa parte dos analistas empenhados no aprofundamento democrático concordaram que estes atores expressavam publicamente os interesses dos setores populares, até então alijados da política

Fraser (1995) elaboraria à sua noção de espaço público dos anos 60. Na literatura brasileira, Costa (1997) já usou a noção habermasiana de “contra esfera pública” ou “esfera pública alternativa” para pensar a transição de regime.

³¹ Utilizando-me da expressão que dá título ao trabalho Sader (1988). Para excelentes revisões e classificações da imensa bibliografia sobre os movimentos sociais de até meados dos anos 90, segundo diferentes perspectivas analíticas, ver Baierle (1992), Doimo (1995) e Paoli (1995).

³² Diversos trabalhos de referência para a literatura do período caminham claramente nesta direção. Para citar alguns, Sader (1988, p.312) cita a “*ampliação*” da política a partir da criação de “*uma nova concepção da política, constituída a partir das questões da vida cotidiana e da direta intervenção dos interessados*”; Evers (1984, p.12-13) comenta que “*os esforços das ditaduras militares para suprimir a participação política (...) tiveram o efeito exatamente oposto de politizar as primeiras manifestações sociais por moradia, consumo, cultura popular e religião*”; Santos (1994, p.225) argumenta que “*a novidade dos novos movimentos sociais não reside na recusa da política mas, pelo contrário, no alargamento da política para além do marco liberal da dicotomia entre Estado e Sociedade Civil*”.

³³ Dagnino (1994).

pela tradição autoritária brasileira³⁴. Daí viria seu impacto democratizante. Ao reivindicarem bens sociais publicamente, sendo representantes naturais das periferias trabalhadoras, os movimentos populares forjariam não apenas ações específicas de superação de suas carências imediatas, mas uma ruptura com o autoritarismo político. Era preciso reconhecer direitos: e os direitos renovados que eles pautavam seriam ancorados tanto nas leis quanto na construção de uma *cultura* mais democrática³⁵.

Neste contexto, estudar as periferias urbanas era também estudar a cena política brasileira. Não se podia ignorar o papel dos movimentos sociais que tinham nelas seus celeiros. Antropólogos, sociólogos e cientistas políticos se interessaram por estes territórios da cidade, e as análises mesmo de suas dimensões mais cotidianas incluíram, inevitavelmente, um olhar sobre a política. Instituíam-se neste contexto, tanto na disputa política quanto na análise, um nexos normativo bastante forte entre as noções de democracia e de justiça social, com foco privilegiado nas periferias urbanas, que permaneceu durante as décadas seguintes como um pressuposto, quase naturalizado, de grande parte das análises sobre a democratização brasileira. A construção da democracia, centro de elaboração do projeto político em pauta nas esquerdas do país, deveria produzir “inclusão social” destas periferias, rumo à igualdade.

Entretanto, o caminho de mais de duas décadas percorrido desde a aparição desta “contra-esfera pública” retirou paulatinamente as periferias urbanas do centro do debate público. A primeira migração temática foi do estudo das periferias trabalhadoras para o dos movimentos sociais. E se os movimentos sociais, que as representariam, já faziam sua “inserção institucional” apostando na ação conjunta entre sociedade civil e Estado, era preciso também investigar estes ambientes. Nos anos 90, grande parte da literatura da ciência política e da sociologia se deslocou dos movimentos para o conjunto de parcerias,

³⁴ Vale dizer que a literatura sobre os movimentos sociais nunca foi consensual, inclusive neste aspecto. As revisões citadas demonstram claramente esta característica.

³⁵ Telles (1994, p.91-2) explicita a ruptura em jogo naquele contexto: *Não se trata aqui, é preciso esclarecer, de negar a importância da ordem legal e da armadura institucional garantidora da cidadania e da democracia. A questão é outra. O que se está aqui propondo é pensar a questão dos direitos em outro registro. Pois, pelo ângulo da dinâmica societária, os direitos dizem respeito, antes de mais nada, ao modo como as relações sociais se estruturam. (...) Seria possível dizer que, na medida em que são reconhecidos, os direitos estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas.*

conselhos, relações entre sociedade civil e governos, que instituíam mecanismos de participação social nas políticas públicas³⁶. É exemplar desta passagem a enorme produção de pesquisas sobre os Orçamentos Participativos e os Conselhos Gestores, simultânea ao sumiço do tema “movimentos sociais” da pauta acadêmica³⁷.

No contexto de relações entre sociedade e Estado, foram ao menos três os deslocamentos estruturais, ocorridos nos anos 90, que limitaram a presença e a centralidade dos movimentos sociais (em especial os urbanos) como atores de representação, ainda que informal, dos interesses das periferias urbanas na cena pública: i) com a ampliação dos convênios com governos para o atendimento direto, em contexto de reforma do Estado³⁸, a “sociedade civil movimentista” se tornou progressivamente menos reivindicativa e mais profissionalizada, e viu chegar cada vez mais perto o marco discursivo do “terceiro setor” empresarial; ii) os partidos políticos de esquerda, mediadores por excelência entre movimentos sociais e Estado, com a consolidação do sistema político e de sua posição, passaram basicamente a mediar o fluxo contrário, tomando as associações “de base” (que se mantiveram sob influência) como braços subalternos de sua organização; iii) os governos instituídos por esta “contra-esfera pública”, atores centrais no campo político e já submetidos à reforma estatal, passaram a impor às organizações “de base” sua lógica de gerir a questão social, que é radicalmente distinta da lógica movimentista de tipo reivindicativo³⁹.

Em meados dos anos 90, a tecnificação e a profissionalização das organizações sociais e populares já era uma tendência da estrutura associativa da sociedade civil brasileira. Nesta passagem, a “contra-esfera pública” movimentista dos anos 70 e 80 também se inseriu institucionalmente, e seus atores passaram a fazer parte do jogo político instituído. Todo o campo dos movimentos populares de São Paulo fez um esforço enorme de reestruturação, interna e externamente, para atuar com os governos, alinhado aos marcos político-

³⁶ Ver especialmente Dagnino (2002), Dagnino, Olvera & Panfichi (2006), Carvalho (1997), Paoli e Telles (2000), Oliveira e Paoli (2000); Avritzer & Navarro (2003) ou Ribeiro & Grazia (2003).

³⁷ Ottman (1995).

³⁸ Para um debate sobre a Reforma do Estado brasileiro, ver Paes de Paula (2005b), bem com a réplica de Bresser Pereira (2005) e a tréplica da autora (Paes de Paula, 2005c).

³⁹ Estes três deslocamentos são discutidos, em detalhe, a partir da reflexão e das trajetórias de militantes políticos que atuaram desde a década de 70 até hoje, em Feltran (2006).

partidários e às necessidades da gestão de políticas públicas, que já havia chegado até eles⁴⁰. Os movimentos sociais surgidos nos anos 80, que contavam com a presença mais pública a depender da existência de lideranças de base mais aguerridas, sentiram na pele as contradições inerentes a estes deslocamentos. Como atores políticos instituídos, os critérios de relevância no campo eram outros. No plano da institucionalidade não era a combatividade, mas a capacidade de administrar e se articular politicamente o que importava. Além disso, estes atores encontravam ambientes públicos cada vez mais estáveis para atuar: o campo político-institucional se consolidava, os marcos legais acompanhavam suas reivindicações (a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Cidade etc.), e os canais de relação com o Estado eram mais numerosos e melhor instituídos (os Conselhos de Direitos, os Fóruns de Políticas Públicas, os Conselhos Gestores, os Orçamentos Participativos, as políticas de convênio e ação conjunta entre estado e sociedade etc.). Apareciam, com isso, possibilidades reais de participação efetiva na formulação de políticas públicas setoriais. O sistema político, contando com os movimentos sociais inseridos nele, tornou-se também mais capilar.

Paradoxalmente, esta capilaridade era simultânea à percepção, por parte destes movimentos, de que sua capacidade de interferir nas *pautas* da discussão pública diminuía significativamente. Contradição: inseridos institucionalmente, os atores populares ocupavam posição muito menos central, no debate público, do que quando agiam por fora dos mecanismos institucionais. A entrada dos anos 2000 já é marcada, inclusive na literatura, pelo questionamento acerca da possibilidade destes atores serem figurados como sujeitos sociais “representativos” dos interesses dos setores populares⁴¹. A própria categorização das associações de periferia como “movimentos sociais” passa a ser questionada: estas associações e entidades de bairro, centradas no atendimento direto à população, passariam a ser, sobretudo, sujeitos sociais consolidados em temas e debates

⁴⁰ Chegado rapidamente inclusive porque, em 1988, havia sido eleita prefeita Luiza Erundina, pelo PT, graças às suas bases nos movimentos sociais das periferias, e numa conjuntura eleitoral muito específica. Estudei com mais detalhe este cenário em Feltran (2005, 2006).

⁴¹ Uma discussão sobre a representatividade recente dos movimentos sociais é feita em Feltran (2008a), e uma compilação de textos sobre as múltiplas equações entre representatividade e legitimidade no sistema político aparecem em Gurza-Lavalle, Houtzager & Castello (2006).

setoriais, dependentes para sua manutenção da relação com os governos, partidos e órgãos de financiamento de políticas sociais. A grande maioria das entidades de periferia, cujo histórico remete ao campo movimentista, hoje poderiam ser lidas como sujeitos consolidados da interface entre sociedade e Estado. Mais do que isso, como sujeitos *subalternos* aos atores centrais do campo político instituído⁴².

O vetor da atuação política das organizações locais nas periferias de São Paulo, na interface entre sociedade e Estado, majoritariamente se inverte nas últimas décadas: estas ações coletivas diminuíram seu papel de mediar o acesso *ascendente* das demandas sociais populares ao mundo público, como fizeram os movimentos sociais, e passaram majoritariamente a intermediar o contrário, o acesso *descendente* dos atores relevantes na esfera política aos setores populares (então vistos como “público-alvo”)⁴³. Num sistema político que se consolida, como o brasileiro, há aí duas novidades comparativas, notadamente no contexto latino-americano pós-autoritário. Em primeiro lugar, a presença de organizações das periferias urbanas inseridas institucionalmente, ainda que de modo subalterno, sinaliza para a consolidação de um sistema de participação social no Estado que conta com a presença de um conjunto extenso de organizações sociais⁴⁴. Em segundo lugar, esse sistema de participação das organizações das periferias no mundo político sinaliza para uma maior capilaridade social das políticas públicas, o que é comprovado na ampliação do acesso aos serviços públicos nas periferias de São Paulo⁴⁵. Escolas, creches, postos de saúde, centros de lazer, telefones públicos e etc. são hoje muito mais presentes nos arredores das favelas atendidas por estas organizações do que quando os movimentos nasceram, o que representa também um incremento substancial no potencial de acesso a direitos sociais.

⁴² Evidentemente, no plano das estratégias políticas que visam a construção democrática, é possível a partir daqui lançar a discussão sobre as positivities e negatividades das diversas posições ocupadas pelos movimentos sociais, ao longo dos anos. Esta é uma discussão que considero central para o debate, e sobre a qual trato em Feltran (2005, 2006). Aqui, a intenção é de apenas marcar esta passagem para chegar, no plano analítico, aos contextos atuais de relação entre periferias urbanas e mundo público.

⁴³ O uso das expressões *ascendente* e *descendente*, aqui e ao longo da tese, é meramente ilustrativo. Esta visão esquemática é utilizada apenas para facilitar a comunicação da idéia de inversão de fluxos, em questão no argumento.

⁴⁴ A comparação entre as transições democráticas na América Latina invariavelmente destaca a positividade do caso brasileiro, que efetivamente construiu inúmeros mecanismos formais e informais, ainda em desenvolvimento, de relações entre os setores sociais organizados e o Estado.

⁴⁵ Como demonstra a produção criteriosa do Centro de Estudos da Metrópole, sediado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM-CEBRAP), compilada, por exemplo, em Marques&Torres (2005).

Entretanto, nesta passagem há um deslocamento substantivo importante: o vetor ascendente de circulação de demandas, que sairia das periferias e caminharia ao mundo público, torna-se menos operante. E assim, cai a capacidade dos moradores das periferias utilizarem estas associações como canais de expressão política. Num mundo social que se transformou com a radicalidade do que ocorreu nas periferias paulistanas nas últimas décadas, a demanda por novas formas de representação e expressão de identidades e interesses permanece significativa⁴⁶. Esta demanda reprimida efetivamente passa a tensionar o conjunto dos canais de relação entre estes setores sociais e o Estado, e parece-me também estar implicada na necessidade de elaboração de outras formas de sociabilidade, menos públicas ou políticas, para dar conta de sua resolução. Se a “viração” e as estratégias de sobrevivência baseadas na informalidade é característica há muito marcante dos setores populares, ela ganha novos contornos na metrópole paulistana nas últimas décadas.

Na quebra da geração: emergência do “mundo do crime”

Entre 1998 e 2004, meu trabalho de pesquisa esteve centrado na escuta de uma geração de militantes que tentava representar, politicamente, a população migrante que ocupou as periferias de São Paulo para trabalhar na indústria, especialmente a partir dos anos 60, forçando sua urbanização (por expansão destas periferias). Eu tratava com ativistas de movimentos populares urbanos, que em contexto específico, articulados a um campo discursivo heterogêneo, obtiveram um estatuto de locução pública relevante⁴⁷. Nessa época me acostumei a entrevistar e conviver com moradores de bairros distantes do centro, sempre com idade entre 45 e 65 anos, que invariavelmente me narravam uma vida “de luta”. A chegada a São Paulo, as carências materiais, o trabalho, a organização da população para reivindicar melhorias, os sindicatos, os padres, os partidos, a “comunidade”, as conquistas coletivas de bens e direitos sociais.

Em seguida, também era muito comum que me narrassem suas frustrações recentes, as disputas internas ao bairro, ao movimento, ao partido, o cansaço, os problemas com os

⁴⁶ Silva (2003) já trabalhava estas questões a partir da experiência de Porto Alegre.

⁴⁷ Feltran (2005).

filhos, as mudanças recentes na vida, as dificuldades para arrumar trabalho e, quase sempre, a emergência da violência e do tráfico organizado de drogas. Eu – e a maioria da literatura paulista – atentava mais para a primeira parte das narrativas. No meu caso, havia ainda o interesse em recompor as trajetórias de militância, pensar como elas impactaram a cena política mais ampla.

“Periferias” eram então, para mim, territórios onde viviam lideranças comunitárias, dos movimentos sociais e associações de bairro, que organizavam donas de casa, operários e trabalhadores (autônomos, aposentados, desempregados) para reivindicações de melhorias sociais. “Periferias” eram ainda, nesta figuração, espaços de relações sociais estruturadas pelo valor e pela categoria trabalho, apesar do desemprego crescente⁴⁸; pela presença de ações coletivas populares, embora sua representatividade fosse mais e mais decadente⁴⁹; pela dominância da moral popular católica, apesar do crescimento dos evangélicos neopentecostais; pela centralidade da família, e pela manutenção da perspectiva de ascensão social da família, apesar da desigualdade e da recomposição familiar depois da migração à cidade. Todas estas esferas da vida social (o trabalho, a família, a religião, a perspectiva de ascensão) mantinham sua coesão interna, e eram todas elas portas de legitimação da ação política popular, até por confrontarem-se nitidamente com os processos sociais marcados pela presença da violência e do “crime”.

Em suma, até este período eu li as dinâmicas sociais das periferias a partir de arranjos diferenciados entre estas categorias e, sobretudo, a partir de sua *crise*: a crise do emprego formal, do trabalho, do projeto de ascensão social, dos movimentos sociais, da família, todas vinculadas, em negativo, ao crescimento da criminalidade violenta. Conforme os anos passavam, mais as crises se acirravam, e mais o mundo social parecia se desviar dos interesses desta geração militante e do projeto normativo-analítico que as interpretava. Conforme os relatos avançavam para a década de 90, e mais claramente nos anos 2000,

⁴⁸ Dados da PED (Pesquisa Emprego e Desemprego – Convênio SEADE-DIEESE) na Região Metropolitana de São Paulo indicam Taxa de Desemprego Total de 9,6% em 1986; com pico de mais de 20% em vários meses entre 2002 e 2005 (últimos dados anuais disponíveis), e declínio a partir de 2006, chegando a 13,5% em dezembro de 2007. A pesquisa indica ainda uma diminuição significativa nos rendimentos reais dos trabalhadores empregados no período democrático, apesar da pequena recuperação visualizada nos últimos anos.

⁴⁹ Feltran (2008a).

aumentava a necessidade de confrontar este “marco discursivo” a um outro conjunto de discursos em expansão no plano da sociabilidade, que se propagava nas periferias urbanas a partir do “mundo do crime” local (definido acima como uma representação⁵⁰). E conforme as narrativas de vida avançavam, notava-se que também nas relações cotidianas destas periferias a disputa pela legitimidade entre estes marcos discursivos se fazia notar.

Foi então que a geração dos filhos destes militantes começou a participar mais ativamente de minhas investigações e isso alterou significativamente minhas formas de compreender as periferias de São Paulo. Para quem nasceu e cresceu ali nos anos 90, todas estas crises já são elementos constitutivos do estar no mundo⁵¹. Os modos de vida da nova geração já são, majoritariamente, conformados pela permanência destas “crises”, e sua inescapabilidade. Para eles, portanto, estes processos deixam de ser vividos como crises, e novos diagramas se compõem. Fui me dando conta que uma nova camada de tecido social se assentava sobre os processos fundadores do universo social mais tradicional das periferias da cidade. Para os mais jovens, o projeto de ascensão do grupo familiar, especialmente centrada no modelo operário do trabalho estável, não é sequer pensável. O projeto de ascensão torna-se menos realizável, e sobretudo se individualiza. Esta geração não é mais, tampouco, migrante ou católica como a anterior. Os mais jovens já nasceram e cresceram “na periferia” e ali as regras são bem menos estáveis do que entre os operários. Há que misturar empreendedorismo e competição para conseguir um trabalho, que permanece como um valor central. Mas seus significados já não são os mesmos, e na percepção adolescente há outras alternativas individuais; se não há trabalho para todos, é possível parcelar a compra dos objetos de consumo, e é possível arriscar ainda um lance de sorte: ser modelo ou músico, jogador de futebol ou artista de televisão⁵². O projeto casa com a teologia neopentecostal conectada às transformações recentes, que também se expande⁵³. Dinamismo e inflexão radical na biografia a partir de uma conversão, num só golpe.

⁵⁰ Até aqui, o argumento conflui para as pistas interpretativas centrais de Machado da Silva (2004).

⁵¹ *Aquilo que são ‘questões’ para nós está ‘embutido na carne e no sangue dos jovens’*. Arendt (2001a, p.22 citando Spender, 1969, p.179).

⁵² Televisão, aliás, repleta de exemplos de ascensão meteórica individual de jovens moradores das periferias e favelas, especialmente nos domínios do esporte e da música popular.

⁵³ Para excelente caracterização da expansão das igrejas neopentecostais, em especial nas periferias de São Paulo, ver Almeida (2004).

Sobretudo para aqueles em que as possibilidades de trabalhar estão mais distantes, e a sorte não têm ajudado, figura a alternativa de obter renda através de atividades criminais, das quais em Sapopemba destacam-se o narcotráfico, o roubo de carros e os assaltos. O ingresso no universo ilícito do tráfico de drogas ou das sub-contratações para assaltos propicia de imediato aos adolescentes o que o trabalho traria: renda, possibilidade de consumo e ampliação do *status* individual no grupo. Para o analista das periferias, migra-se de um ambiente em que se encontrava um padrão estável de organização (familiar, social e político, centrado no projeto operário e em seus desdobramentos diretos) para uma experiência social em que este padrão, em crise, cede espaço e coexiste, às vezes na mesma casa, com alternativas de vida muito mais individualizadas e heterogêneas.

Os parâmetros da análise também são forçados a se deslocar, dadas estas transformações. Não é à toa que, no período recente, há tantas tentativas renovadas de interpretação das periferias urbanas. Da releitura da Escola de Chicago à antropologia simétrica de Bruno Latour, da psicologia social à filosofia política, passando pela ciência política dos *surveys* e por análises geo-referenciadas, há toda uma gama de referências novas mobilizadas na interpretação destes espaços, o que recoloca os parâmetros do debate. A partir de 2004, data do início deste doutorado, e muito graças à participação num cenário mais ampliado de interlocução (o doutorado em ciências sociais possibilitou o trânsito entre ciência política, sociologia e antropologia), o foco das minhas investigações de campo também se modificou. Constatadas estas transformações, passei a me interessar por ouvir o que diziam os *adolescentes* e *jovens* destas periferias⁵⁴. Tive que levar a sério o que eles diziam. De seus depoimentos, emergiam outras regularidades e singularidades das dinâmicas sociais dos bairros em que viviam, que comecei a tentar mapear durante este doutorado.

Esta tese está, então, atravessada por esta história de ampliação do escopo das investigações de campo e pelos deslocamentos analíticos advindos dela. A própria organização do texto reflete estes deslocamentos. Relaciono, num primeiro momento, histórias de adolescentes e jovens de Sapopemba às histórias de suas famílias, da geração dos que fundaram os bairros em que todos eles vivem. Expõem-se aí algumas das inflexões desta passagem geracional no

⁵⁴ Notadamente de algumas regiões específicas da Região Metropolitana de São Paulo, mas também com algum vagar em Belo Horizonte (Cruz, Feltran & Silva, 2005a, 2005b).

mundo social das periferias. Em seguida, verifica-se como estas novas dinâmicas sociais relacionam-se com uma ação coletiva que tenta representá-las publicamente: o CEDECA Sapopemba. A origem do CEDECA é comum ao celeiro movimentista dos anos 80, mas sua geração de militantes fundadores é também mais nova do que a que eu estava acostumado a ouvir. Trata-se aqui de uma organização que também é de “segunda geração”, constituída do hibridismo entre as formas de ação reivindicativas dos anos 80 e a gestão de convênios em parcerias com governos, típica dos anos 90. Relacionar este duplo deslocamento temático e geracional, no tecido social familiar das periferias e nas suas ações coletivas, foi um desafio de toda a argumentação desta tese.

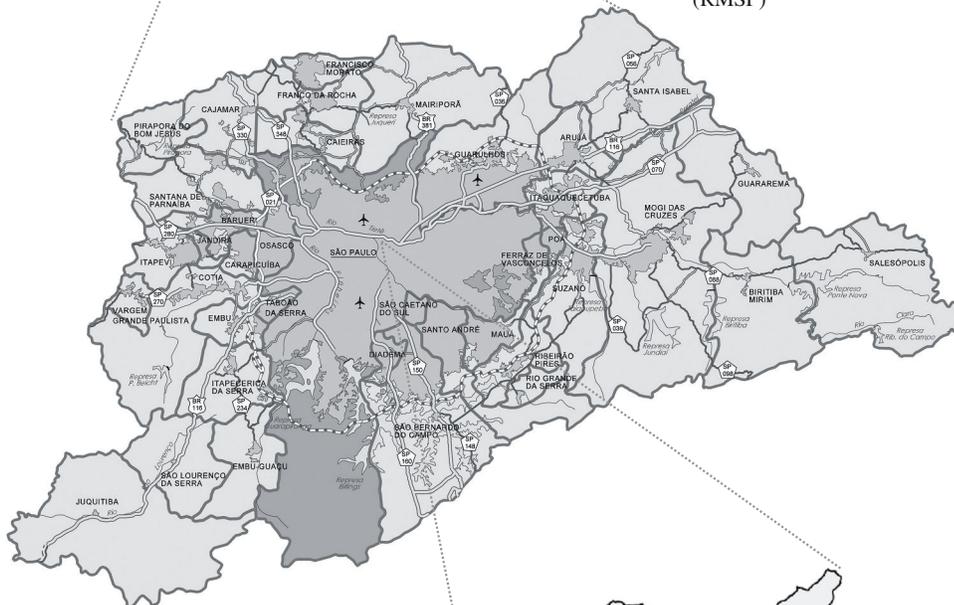
A PESQUISA

Fomos com o carro da Ana, tentando achar o caminho. Logo bem cedo saímos da Aclimação, zona sul, e seguimos rumo Leste passando pelo centro antigo da cidade. Dali, atravessamos o Ipiranga e tomamos a Avenida do Estado, depois a Anhaia Melo até o final. Mais de um quilômetro cheio de revendas de carros usados: de importados de alto luxo a peruas Kombi dos anos 70. Quando a Anhaia Melo deságua na Avenida Sapopemba, já chegamos. Foi fácil, chegamos quase uma hora antes do combinado. Para passar o tempo paramos numa padaria na esquina da Avenida Sapopemba. O balcão estava cheio, sentamo-nos numa mesa. Coca-cola. Um menino de uns 15 anos entrou, e nos pediu dinheiro. Ou que comprássemos um litro de leite para ele, ou um marmitex, ele insistia. A balconista já gritou alto: ‘você já sabe o que eu penso de você pedir aqui dentro...’. Era um “nóia”, ninguém respeita os “nóias”. Ele saiu. Mas o homem no balcão aproveitou a deixa. Que não sustentássemos a miséria dele, etc. Viu que comentamos o que ele dizia, se animou e começou a falar mais alto. Que o governo deveria taxar por filho. Que ele pagava o mesmo imposto de alguém que tinha muitos filhos, que enquanto quem não tivesse muitos não pagasse por filho – para parar de ter – não teria jeito. ‘Aí ninguém pode nem parar no farol sossegado’. Dali o cara começou a falar na proliferação dos genes “deles”, e não parava mais. Saímos. O menino nos aguardou lá fora, esperando pela promessa de algum real. Sobrou uma moeda de 25 centavos, eu dei pra ele, e seguimos para o CEDECA. [diário de campo]

Localização da RMSP no Estado de São Paulo



Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)



Município de São Paulo Subprefeituras





Município de São Paulo
Subprefeituras

Subprefeitura Vila Prudente-Sapopemba
(Distritos: Vila Prudente, Parque S. Lucas e Sapopemba)



Distrito de Sapopemba
Destaque: Área da pesquisa de campo



Características do trabalho de campo

Valdênia se emocionou ao pronunciar a palavra “solidão”. A dedicação integral à militância pelos direitos humanos teve conseqüências graves em sua vida privada: há anos ela sofre ameaças de morte, que já forçaram três exílios no exterior em plena virada de século; por medida de segurança, ainda hoje ela não pode revelar seu endereço a ninguém, nem guardar fotos de seus familiares em casa.

Nos primeiros minutos de sua primeira entrevista, Maria também levou as mãos à cabeça e chorou; relatava as circunstâncias em que seu filho mais velho fora assassinado, há cinco anos. O mais novo também foi morto, o do meio está preso. Marcela não chorou, olhou nos meus olhos o tempo todo e contou seu percurso em tom firme: crack, prisão, favela, internações, prostituição; eu a escutei muito atentamente, fiz perguntas, fui para casa e, ouvindo seu depoimento no gravador, foi minha vez de chorar.

Três anos depois de ter me deparado com estas histórias, tendo encontrando várias outras vezes estas personagens, a intensidade emocional de nossas conversas arrefeceu, e cedeu lugar às inquietações mais propriamente analíticas. Três anos depois, lendo meus primeiros diários de campo acerca destes primeiros encontros, sinto algo estranho, quase vergonha. É como se eu não fosse mais o mesmo que escreveu aquilo. Este percurso, do impacto pessoal e político à assunção de um olhar mais analítico tem sido recorrente nas etnografias que fiz, nos últimos anos.

Minha pesquisa em Sapopemba começou com um telefonema para Valdênia, no começo de 2005. Eu a havia conhecido seis anos antes, lembrava-me muito de suas palavras combativas, e nos anos seguintes havia lido algumas coisas sobre sua trajetória no jornal das manhãs⁵⁵. Apresentei-me de um jeito formal (ela não se lembraria de mim) e as solicitações de praxe foram bem acolhidas: Valdênia se dispôs a ajudar minha pesquisa de campo e isso

⁵⁵ Conheci Valdênia quando fui funcionário de uma organização empresarial do terceiro setor paulista, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (entre 1999 e 2001), justamente num projeto que financiava o atendimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, tocado já naquela época pelo CEDECA Sapopemba.

era, sem dúvida, um passo decisivo para viabilizá-la. Mesmo tendo nascido e vivido a maior parte da minha vida em São Paulo, eu praticamente não conhecia Sapopemba. Ter bons intermediários locais era, então, imprescindível para a investigação. Quinze dias depois fizemos uma primeira reunião, na sede do CEDECA. Fui com minha colega Ana Paula, com quem compartilhei toda a primeira fase da investigação de campo⁵⁶. Nessa reunião expus com mais detalhe meu projeto de pesquisa, e consegui as primeiras sugestões dos caminhos a seguir para iniciar o trabalho. A idéia geral, naquele momento, era conhecer alguns casos de adolescentes e jovens da região, de diferentes perfis, para em seguida chegarmos às suas famílias, outras instituições do bairro etc. Tentaríamos assim reconstituir seus principais circuitos, interesses e histórias.

Os educadores se estimularam com a possibilidade de me apresentar alguns casos, também para eles instigantes. Selecionaram em cinco minutos sete histórias de adolescentes e jovens, seis meninos e uma menina, segundo o critério, já em si interessante, de suas diferentes vinculações com o mundo do crime. Esse critério seria um bom demonstrativo da heterogeneidade do perfil dos adolescentes e jovens do bairro, e ao mesmo tempo nos mostraria a “realidade” que vivem estes meninos. Os casos, telegraficamente, eram os seguintes: Neto, 21 anos, um jovem “protagonista” (num dos termos preferidos da área da infância), então professor de capoeira no CEDECA, sem nenhum envolvimento com a criminalidade. Douglas, 17 anos, “vulnerável” à entrada no crime por sua condição familiar, mas ainda “não envolvido”. Aline, uma menina de 13 anos, que começava a usar drogas pelas favelas e era explorada sexualmente pelos traficantes. Pedro, 22, um jovem que havia passado por internações na FEBEM⁵⁷, mas tinha se recuperado e assumido um posto de trabalho numa entidade social vizinha. Allan, 18 anos, um rapaz que trabalharia como “boy” do tráfico, depois de 12 internações na FEBEM. Por fim, na conversa, foram selecionadas também histórias de dois adolescentes, irmãos, que trabalhavam no tráfico e foram

⁵⁶ De maio a dezembro de 2005. Neste momento, atuávamos também juntos em um projeto de pesquisa, do CEBRAP, coordenado por Omar Ribeiro Thomaz.

⁵⁷ A FEBEM (Fundação para o Bem Estar do Menor) mudou de nome em dezembro de 2006, e passou a se chamar Fundação Casa (Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente), mas seguiu sendo um organismo ligado ao governo estadual, responsável pelo atendimento de medidas sócio-educativas. Durante todo o texto, mantenho o termo FEBEM quando trato de situações de pesquisa anteriores à sua extinção.

assassinados aos 17 anos de idade, em 2001 e 2003. Eu conheceria sua família e os educadores que os acompanharam, para reconstruir suas trajetórias⁵⁸.

Valdênia auxiliou a seleção dos casos com intimidade, conhecia bem cada um deles; pediu-nos um contrato por escrito que garantisse a confidencialidade dos dados de pesquisa e a devolução de seus resultados após a análise. Por isso, todos os nomes próprios citados, exceto de ocupantes de cargos públicos, são fictícios. Saímos dessa primeira conversa estimulados, pela acolhida e pelo que tínhamos ouvido das histórias, que realmente pareciam abrir a investigação para muitas questões. No dia seguinte acordei ainda de madrugada, ansioso pelas visitas, e às 8h da manhã já estava acompanhado de uma educadora, que me levou para conhecer a primeira história. Dali para frente, já se vão três anos de contato próximo com o CEDECA, com essas e muitas outras histórias dos bairros onde ele atua, em especial o Parque Santa Madalena, o Jardim Elba e o Jardim Planalto.

Entre maio de 2005 e setembro de 2006 procurei permanecer em campo ao menos uma semana por mês. As visitas aos bairros separadas por semanas eram, então, sempre momentos de revisitar histórias, pessoas e famílias estudadas, saber das novidades. E sempre muita coisa havia acontecido de uma visita para outra – conhecidos tinham arrumado um outro trabalho, sido presos ou saído da cadeia; militantes acabavam de chegar de uma rebelião na FEBEM; dirigentes me informavam que o convênio com a prefeitura havia sido rompido, a coordenadora já não era mais a coordenadora, o missionário enviado da Itália já havia ido embora etc. Quando estive no campo, basicamente centrei minhas observações nas caminhadas pelo bairro e visitas domiciliares. Fiz entrevistas com pessoas e famílias em busca de suas trajetórias pessoais, familiares, profissionais e militantes⁵⁹. Participei também de reuniões e eventos do bairro, acompanhei as rotinas de famílias e

⁵⁸ Em suma, portanto, dos sete casos escolhidos havia três de envolvimento com o crime, um de exploração sexual por aproximação dos circuitos do crime, e três atualmente não envolvidos. Casos conhecidos, eram sete histórias de relação direta com o “mundo do crime”. Essa constatação foi parâmetro relevante para que o “mundo do crime” começasse a ser pensado por mim como ambiente de sociabilidade. Resultados preliminares dessas tentativas estão em Silva, Feltran & Cruz (2006).

⁵⁹ Os termos “trajetórias” e “histórias de vida” praticamente aparecem aqui como sinônimos, pois apesar das distinções relevantes existentes na extensa bibliografia sobre o “método biográfico” (especificamente, tende-se a considerar que as “histórias de vida” pressupõem a narração em encontro etnográfico, ao contrário das “trajetórias”), os dois termos me parecem satisfazer as pretensões da pesquisa. Para uma discussão sobre o método biográfico, ver Kofes (2004).

funcionários do CEDECA, além de atos, audiências e manifestações públicas da entidade. Estes procedimentos foram complementados por coleta de documentos de interesse, nas famílias, no CEDECA e via *internet* e jornais.

Quase sempre me locomovi à pé pelos bairros, contíguos, mas às vezes de carona com algum funcionário, ou de ônibus. Estive várias vezes nas favelas do Madalena e do Jardim Elba, subi e desci os escadões e vielas, circulei pelas avenidas centrais em dias de semana e finais de semana. Quase sempre que descia às favelas solicitava que algum morador me acompanhasse; tanto para ter mais segurança quanto para que não errasse os caminhos, minha orientação espacial é terrível. Por vezes isso não foi possível, e a depender do horário ou da necessidade da visita, decidi entre adentrar as favelas sozinho, ou suspender a empreitada.

Em duas incursões ao campo dormi algumas noites numa casa de acolhida de propriedade do CEDECA, mobiliada para receber visitantes estrangeiros. Os dias inteiros no bairro, visitando famílias de moradores também à noite, mostraram-me algumas das rotinas e das nuances dos modos de vida que não tinha percebido durante o dia. A violência, sobretudo, é um fenômeno prioritariamente noturno, muito mais presente nos cotidianos depois que o sol se põe. As ruas ficam quase desertas durante a noite, só se vê nelas estudantes e trabalhadores, em horários específicos. Adolescentes e jovens homens são os únicos que circulam com mais desenvoltura, ainda assim poucos deles sozinhos. Fui convidado a jantar com conhecidos nestes dias, e além do prazer da companhia, a convivência mais calma com os militantes e profissionais do CEDECA permitiu conhecer algumas das fofocas, clivagens nas concepções de mundo e olhares externos sobre a ação coletiva que eu começava a estudar⁶⁰.

Entre outubro de 2006 e agosto de 2007 estive em Paris, com uma bolsa de doutorado-sanduíche, e tive raros contatos virtuais com alguns interlocutores da pesquisa. Na volta visitei o CEDECA mais algumas vezes. No balanço final das atividades realizadas, acumulei cinco cadernos com notas de campo e reflexões de pesquisa, muitos arquivos de

⁶⁰ A reflexão de Fonseca (2000) situa a fofoca como uma das categorias centrais da organização social popular, a partir de etnografia rigorosa entre famílias de bairros de periferia.

áudio e algumas dezenas de fotografias, diversas pastas com documentos coletados no campo e recortes de jornal de interesse, além de mais de 1500 páginas de transcrições, das trinta e duas entrevistas gravadas em áudio (de um total de mais de 70 entrevistas realizadas).

A primeira parte do material foi transcrita por mim e por Ana Paula. Num segundo momento contei com outras duas colegas para auxiliar a transcrição. A compilação de todo material transcrito foi processada inicialmente no Brasil, mas especialmente durante a temporada em Paris. Li tantas vezes as entrevistas que decorei diversos trechos. Dali, separei temas e categorias analíticas centrais, que foram desenvolvidas no restante da pesquisa, sobretudo na redação das provas e versões preliminares dos capítulos. Nos trechos citados a partir de transcrições, foram mantidas todas as expressões, gírias e frases originais, exceto as muito típicas da linguagem oral, como “eh”, “né”, “af”, “tá” etc., quando elas não interferiam no sentido enunciado. Além disso, nos trechos citados foram corrigidos os “erros” também típicos da linguagem oral, como ausências de plural, em alguns casos de concordância verbal etc. Longas pausas ou gestos realizados durante as entrevistas, que interferiam na compreensão do que se enunciava, foram mantidos entre colchetes. Estas medidas se justificam por duas razões: a primeira é a intenção de privilegiar os conteúdos enunciados, já que não está em questão, neste momento, uma reflexão criteriosa sobre os modos de enunciação ou a linguagem que se utiliza em cada caso. A segunda é a necessidade de adequar minimamente a narrativa oral apresentada à forma escrita, evitando que, citado exatamente tal como foi dito, o trecho terminasse por figurar uma caricatura de seu locutor.

A realização de entrevistas foi usada tanto como técnica exploratória, nos primeiros meses dos trabalhos, quanto como uma forma de checar informações ou aprofundar temas específicos de interesse⁶¹. A depender da viabilidade e da relevância inicial de cada

⁶¹ Nesses casos, para além dos moradores do distrito e dos técnicos do CEDECA, entrevistei também pessoas que não eram especificamente vinculados a Sapopemba, como um colega de doutorado que trabalhou como Agente Penitenciário durante mais de dois anos, ou um amigo que, em sua adolescência nos anos 80, foi militante do PT no núcleo do Jardim Elba. As narrativas de ambos contribuíram para a contextualização de circuitos específicos pelos quais minha pesquisa passou.

conversa, foram realizadas entrevistas seqüenciais com a mesma pessoa⁶². Antes de iniciar a pesquisa elaborei um roteiro prévio de caminhos a seguir, que foi decorado rapidamente. No início, conforme a conversa caminhava, buscava pontuar questões de interesse, quase sempre com base nesse roteiro. Mas na maioria das vezes, e com o passar do tempo, as entrevistas foram centradas na busca da trajetória pessoal, familiar e, quando fosse o caso, profissional e militante dos indivíduos. Sempre abria a conversa me apresentando e contando telegraficamente o que eu fazia ali, partindo a seguir para uma conversa, mais livre e informal quanto fosse possível. As redes de relações dos indivíduos foram exploradas ao máximo, já que a intenção da pesquisa nunca foi elaborar biografias, mas contextualizar as trajetórias estudadas em torno das *experiências*, mais amplas, nas quais elas se inseriram⁶³.

As entrevistas foram basicamente realizadas nas casas de moradores do bairro e nos escritórios e salas de atendimento do CEDECA. Mas algumas vezes foram também utilizadas a praça do Jardim Planalto e as sedes do CDHS, do Instituto Daniel Comboni, do CECOVisA (Centro Comunitário da Viela Santa Ângela) e do NASCE (Núcleo Assistencial Cantinho da Esperança). Outras entrevistas, mais informais, foram realizadas durante almoços, em eventos, caminhadas pelo bairro ou mesmo no trânsito parado de São Paulo. Conversei também com adolescentes, às vezes em grupos, às vezes sozinhos, na frente de bares, sentados no meio-fio ou em intervalos de atendimentos do CEDECA.

Certamente os locais e situação de condução das entrevistas ou encontros de pesquisa alteram significativamente o que se enuncia neles. Entrevistar um adolescente autor de ato

⁶² Valdênia foi entrevistada longamente, por exemplo, em quatro oportunidades, ao longo de dois anos. Célia, Clarice e Aurora foram ouvidas três vezes em entrevista. Muitos dos demais entrevistados foram ouvidos duas vezes, outros em uma única oportunidade. Em diversos casos, especialmente das famílias que acompanhei no bairro, depois de uma primeira entrevista passava a manter encontros regulares, já centrados em conversas informais e acompanhamento das trajetórias dos indivíduos que havia conhecido antes.

⁶³ Para a apropriação da noção de experiência que faço aqui, ver Scott (1999) e Thompson (1989). Apesar das divergências que a autora impõe em sua leitura de Thompson, ambos concordam que não são os indivíduos que *têm* experiência, mas os sujeitos se constituem *através* da experiência. A noção de experiência usada aqui, portanto, não é algo que se elabora na esfera individual, mas historicamente e através de conflitos, nos ambientes sociais e públicos.

infracional numa unidade de internação da Fundação Casa é muito diferente de entrevistá-lo onde ele vive, ou entre seu grupo de amigos⁶⁴.

Da mesma forma, fazer entrevistas individuais é diferente de conversar com grupos. Os modos de apresentar-se e, principalmente, quem é que apresenta o pesquisador ao entrevistado também modificam significativamente a porta de entrada da conversa, e portanto o que será dito. Uma vez fui apresentado a um jovem como um ‘jornalista que quer fazer uma matéria com você’. Tentei corrigir, mas era tarde. Saí com o depoimento formatado das “matérias televisivas”. Em várias outras situações obtive depoimentos-padrão, daqueles que os adolescentes, especialmente os autores de ato infracional que já passaram por institucionalização, aprendem a enunciar para seus interlocutores oficiais: educadores responsáveis por seus casos, psicólogos, advogados etc. Em alguns casos, com o tempo e entrevistas sequenciais esse depoimento passou por uma inflexão e mudou de estatuto⁶⁵, noutras não. Numa situação, conheci uma mãe que, vim a saber depois, tinha tido um filho assassinado: perguntei pela trajetória dela e ela falou 15 minutos sem parar, sempre ressaltando a atenção incondicional que tinha por este filho; ela justificava sua condição, dizia-me que não teve culpa. Pensando que o que me levava até ela era este episódio, falou o tempo todo para este interlocutor projetado.

Ficou também muito evidente que ser levado até uma mãe de família, por exemplo, por um de seus filhos adolescentes, é diferente de ser conduzido até lá por intermédio do marido, de um conselheiro tutelar ou de um educador. E há muito mais variáveis em jogo: era nítido que quando meus cabelos estavam compridos, as figurações e questões acerca da minha figura eram distintas de quando tinha os cabelos bem curtos. Que conforme o perfil, mais institucional ou mais informal de minha forma de me apresentar, as entradas da relação a ser travada eram distintas. Que o fato de eu ser homem modulava meus encontros de pesquisa, que às vezes os próprios horários destes encontros estabeleciam condições mais ou menos propícias para abordar certos assuntos. Em alguns casos, especialmente entre os técnicos de nível superior que entrevistei, deparei-me com uma situação insuspeitada: ao enunciar na

⁶⁴ *É bem interessante. Eu atendia o menino dentro da unidade, dentro da FEBEM. E o menino aqui fora é totalmente diferente do que você conhece lá. [Cida].*

⁶⁵ Como no caso de Pedro, cujo depoimento estrutura o Capítulo 1.

solicitação de entrevista que se tratava de uma pesquisa de doutorado, encontrava no ponto de encontro um entrevistado preparado para citar autores e livros, recitados todos logo no início da conversa. Uma vez um pesquisador amigo esteve comigo em Sapopemba, e ao dizer que pretendia fazer uma pesquisa sobre “redes”, uma das presentes retrucou: “redes no sentido de Deleuze?”.

Muitas e muitas outras situações fizeram parte das jornadas de campo, nestes últimos anos. A gama de variáveis em questão, em cada encontro de pesquisa, é praticamente infinita. Muitas vezes, inclusive, estas variáveis são incontáveis. Desisti então de tentar enquadrá-las em algum conjunto de técnicas mais favorável, resolvi investir na sensibilidade para agir caso a caso, e na reflexividade para reconhecer, em cada encontro de pesquisa, sua validade e seus limites. Até por isso, conforme a pesquisa seguia ampliava o espaço de reflexão (solitária ou dialogada) posterior aos encontros, sempre uma forma de processá-los. O exercício, nestes momentos, para além de relatar o vivido em cadernos de campo (ou recitar o que seria escrito no gravador) era o de tentar compreender erros de condução da entrevista ou da conversa, problemas enfrentados caso a caso, condicionantes externos ou situacionais da narrativa obtida e das múltiplas narrativas omitidas.

Dada a atenção empenhada nestes momentos, sobretudo nos primeiros meses de investigação voltava para casa com “a mente exausta de mentar”⁶⁶. Não aceitava nenhuma opinião sem antes pensar muito sobre ela, desconfiava de todas as aparências, e mais, das intenções de todos os interlocutores. Tentava encontrar o ponto de onde partia cada fala, enquadrar cada trajetória pessoal em suas redes, compreender que disputas estavam em jogo. Fazer isso, a todo momento, cansa. Esforçava-me por me colocar na posição do observador mesmo quando queria participar, mesmo quando participava. Depois de aprofundadas as críticas a todos, e a reflexão autocrítica; depois de desenhados mapas, rabiscados versos e esquemas nos cadernos, vinha suave a admiração, a entrega simbólica aos interlocutores. Apaixonava-me então por cada depoimento, por cada família, por cada ruela visitada, cada demonstração pública de politização e resistência ao sofrimento. Algumas vezes chorei ao me lembrar de histórias que conheci no campo, dada a impressão

⁶⁶ Tomando emprestada a expressão do verso d’A Máquina do Mundo (Drummond de Andrade, 1991).

que me causaram. Outras vezes permaneci impassível, tomado pelas rotinas e pelos calos de quem trabalha ouvindo histórias de vida das periferias⁶⁷. Pesquisar estes espaços se tornou, aos poucos, quase uma identidade pessoal, e exercitar o olhar de pesquisa foi uma atividade cotidiana. Encontrar formas de compreensão das dinâmicas sociais investigadas passa por estes momentos de decantação, que me parecem inevitáveis e que se referem a diversas dimensões da vida.

No final de 2007, dei-me conta de que não iria mais visitar Sapopemba naquele ano, e que portanto não o faria antes da defesa da tese, já programada para março de 2008. Assim, as interrupções no trabalho de campo (tanto a parcial em 2006, quanto a definitiva para a tese, em 2007), se deram não porque eu julgasse ter chegado a um termo de compreensão que me parecesse suficiente – sinto-me longe deste lugar – mas nos dois casos porque não havia mais tempo. Em setembro de 2006 tive ainda a oportunidade de devolver boa parte das transcrições de pesquisa aos seus autores, e este foi outro momento muito importante da elaboração das questões. Em alguns casos não obtive nenhum retorno, em outros, milhares de comentários. De qualquer forma estabeleceu-se aí uma relação de troca que fez bem à continuidade da análise.

Foi assim que conduzi o trabalho de campo, de certa forma seguindo as orientações mais usuais das pesquisas de caráter etnográfico, especialmente quando postas em marcha em contextos urbanos contemporâneos. Ao se expor aos encontros de pesquisa e à reflexão sobre eles, invariavelmente emergem questões relevantes àquele que pretende conhecer, que se torna então um tradutor do vivido, com a tarefa de produzir um texto desta tradução. É isso que chamo de etnografia nesta tese. Há algumas dimensões específicas dela, ainda não comentadas, que se referem ao fato de, aqui, tratar-se de uma etnografia que se preocupa com questões políticas. Passo a comentá-las.

⁶⁷ Aliás, foi interessante notar nestes anos que, sobretudo entre assistentes sociais e psicólogos que trabalham com os dramas das periferias, cria-se uma certa “comunidade” daqueles que conhecem de perto “a realidade”. E por serem estes dramas difíceis de elaborar no plano individual, a existência desta comunidade, como de qualquer outra, conforta estes indivíduos (e me conforta, quando estou nela).

Especificidades de uma etnografia preocupada com questões políticas⁶⁸

A questão central que persigo na tese foi formulada ao longo destes últimos anos. A tentativa de conhecer as fronteiras entre as periferias urbanas e a política, do modo específico e experimental, não era enunciada assim no início da pesquisa. Outras formulações aproximadamente da mesma questão me acompanhavam antes da pesquisa de campo, foram processadas e se modificaram durante o doutorado. Por manter a política como eixo de gravitação da análise, a construção dos critérios sobre o que priorizar no campo foi um tanto complicada.

De um lado, para garantir a profundidade etnográfica e um tempo razoável de contato com os mesmos interlocutores, depois de alguns meses de trabalho operei um recorte estreito em ambiente empírico muito mais complexo, que me interessava por completo. Decidi então priorizar no trabalho de campo apenas cinco das muitas famílias que conheci, das quais apenas quatro foram selecionadas para apresentação na tese, ainda assim parcialmente. Da mesma forma, apesar de ter conhecido seis organizações dos bairros em questão, trabalhei profundamente apenas com a trajetória e os dilemas do CEDECA, incluindo o CDHS na discussão apenas na medida exata em que ele se desdobra dos limites à ação política enfrentados pelo CEDECA (Capítulos 6 a 9).

De outro lado, mesmo a partir deste recorte estreito abriram-se muitos universos e formas de pensar a política, que aí também tiveram que ser selecionados. Parti das interfaces, todas locais, entre indivíduos e famílias, indivíduos e CEDECA, e famílias e CEDECA. Decidi, portanto, ter como foco estes ambientes, e estar menos presente na política institucional, evitando enredar-me demais na “antropologia das instituições”⁶⁹. Entretanto, para levar a sério as interfaces entre as periferias e o público fui obrigado a extrapolar este primeiro recorte de pesquisa (um tanto artificial) o tempo todo. A questão específica da investigação

⁶⁸ Evito aqui deliberadamente os termos “etnografia política” ou “etnografia da política”, por serem estes termos já consagrados numa literatura específica e em campos também específicos do debate antropológico, que não acessei ainda o quanto gostaria. Para este debate, a percorrer, ver por exemplo Goldman (2003, 2006) e demais publicações do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP).

⁶⁹ Como os fóruns de debate sobre políticas públicas, os conselhos paritários, as secretarias municipais, a Câmara de Vereadores ou a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Para uma excelente etnografia institucional, ver Latour (2002).

obrigava-me a considerar ambientes para muito além das famílias, do CEDECA e de Sapopemba. A política evidentemente se constrói tanto nos espaços locais e privados quanto em dimensões fundadas para muito além deles. Em tese, aliás, a política se constrói justamente no jogo de trânsitos e bloqueios, condicionamentos e criação, que se estabelece *entre* estes espaços locais de disputas de poder, e *entre* os atores que participam dele e o fazem público. Mais do que isso, é também evidente que este jogo de relações não é marcado por inespecificidade, mas por instâncias específicas de poder: o Estado, por exemplo, não tem a mesma especificidade do CEDECA, da Rede Globo ou de uma família operária na conformação da cena pública.

As relações das periferias urbanas com o Estado, em suas várias dimensões, demonstraram-se em minha análise mais centrais do que as relações raciais, as religiosas, ou os vínculos travados com as ONGs e com o terceiro setor. A violência, estatal e social, apareceu de modo mais central na estruturação dos modos de vida do que a circulação de crianças entre as famílias faveladas. Entretanto, é evidente que a religião, as relações raciais, os modos de zelar das crianças e muitas outras dimensões da vida social das periferias conforma, contribui ou bloqueia suas próprias relações com a política, e mesmo com o Estado. É esta a dificuldade na elaboração do diagrama de categorias a combinar, a partir dos achados de campo, numa análise etnográfica como a que se propõe aqui. E é a impossibilidade de terminar de montá-lo – um trabalho de Sísifo⁷⁰ – que determina também seus limites.

Nesta perspectiva, se o recorte de pesquisa privilegiava o estudo de um território demarcado de Sapopemba, muitas outras instâncias e temas interessaram à etnografia: uma rebelião num presídio, um livro de teoria democrática, notícias sobre o desemprego, uma foto do governador, estatísticas demográficas, programas públicos para favelas ou sistemas de segurança para prédios. Um novo programa de televisão sobre as periferias, o debate sobre o desarmamento ou um congresso de assistentes sociais. Tudo parecia interessante. Compilei tudo o que pude, e a forma de utilização do material e das informações obtidas em campo

⁷⁰ Devo a Maria Célia Paoli a metáfora dos “trabalhos de Sísifo”, personagem da mitologia que tentava empurrar uma pedra montanha acima e que, chegando perto do cume, não conseguia evitar que ela rolasse novamente para baixo, o que fazia os trabalhos recomeçarem. A metáfora me parece servir para as diversas aproximações recentes dos setores populares com a política democrática, e justamente para facilitar a compreensão deste processo me foi apresentada.

foram submetidas ao critério (ou viés), sempre em algum grau arbitrário, que ciente o não (ou ciente e não, para ser mais exato) o pesquisador impõe sobre sua pesquisa.

Admitir estes ambientes cotidianos de formulação das questões conduz a uma questão teórico-metodológica que me parece central, especialmente para as etnografias preocupadas com questões políticas. A imersão na vida cotidiana ser tão relevante para as questões de campo significa a necessidade de qualificar, o tempo todo, a alteridade do pesquisador em ação de pesquisa. Creio que isso se dá de modo específico nas etnografias que gravitam em torno da política, porque elas obrigam a jogar com o binômio “igualdade – alteridade” também de um modo específico. Pois a política tem uma dimensão formal que também opera socialmente.

Se, de um lado, quase todas minhas identidades pessoais (idade, origem, sexo, condição social, modo de me vestir e falar, funções desempenhadas no campo de pesquisa, experiências prévias de contato com as pessoas etc.) me projetavam numa situação dada, a precisar caso a caso, de *diferença* com relação a todos meus interlocutores no campo, politicamente as identidades formais (cidadão brasileiro, paulistano, eleitor etc.) me situavam numa condição de *igualdade* formal com relação a eles. Se socialmente, e mesmo em certas dimensões da política, havia sempre a alteridade a demarcar os terrenos de interlocução, notar que alterações na lei ou que as eleições interferiam diretamente tanto na minha vida quanto na de meus interlocutores, diferentemente que fosse, me fazia notar que a dimensão da igualdade formal entre nós alterava os modos de vida. Mesmo sem ocuparmos nela o mesmo lugar, integrávamos uma mesma comunidade política formal, e isso tornava mais complexa a delimitação do lugar de onde parte a investigação.

Um exemplo de como esta dimensão puramente normativa e formal opera praticamente, no ambiente de pesquisa em questão, ajuda a clarear esta questão. Tomemos de um lado um estudante secundarista de elite e de outro um menino morador de favela, ambos com 16 anos de idade. Por serem membros da mesma comunidade política – a “brasileira” – na dimensão formal da política eles estão submetidos à exatamente o mesmo código de classificação social – “adolescentes” – e, portanto, à mesma legislação: o Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando policiais abordam ou prendem um jovem, imediatamente perguntam sua idade: o que eles querem saber é se ele tem mais ou menos de 18 anos, e

portanto sob que categoria jurídica ele se enquadra. A ação concreta se modifica a partir do estatuto formal do indivíduo. No campo, percebi nitidamente que os adolescentes são liberados mais facilmente nessa situação, por terem situação legal especial; e que os indivíduos com mais de 18 anos passam a ser mais facilmente vítimas de extorsão, ameaça ou chantagem, porque a legislação penal de adultos é mais severa que a dos adolescentes. O limiar de aceitação aos “acordos” com policiais, assim, é mais alto entre os adultos. Até por isso, a subcontratação e exploração de mão de obra adolescente nas práticas criminais se tornou corriqueira.

A segunda pergunta feita ao jovem abordado pela polícia é se ele “tem passagem”, ou seja, se ele tem “antecedentes criminais”. De novo, é o estatuto jurídico, a situação perante o Estado e a justiça criminal, que determina o modo como ele vai ser tratado. Se ele “tem passagem”, sofrerá mais violência ilegal, pois se trata de um “bandido”. Alterações nesta dimensão formal da política, portanto, interferem de modos muito distintos nas dinâmicas sociais, a depender da posição em que cada um destes adolescentes (o de elite e o de favela) se inserem. A dinâmica social hierárquica também modula o estatuto jurídico. Se, por exemplo, aprova-se uma modificação na lei, que reduz em dois anos a inimputabilidade penal, para o adolescente de elite talvez se alterem algumas práticas e símbolos, mas o conjunto das relações sociais que lhe são próximas se altera pouco. Entretanto, uma alteração desta significa, para um adolescente de favela, que todo um universo de relações sociais concretas vai se rever: sabe-se que o tráfico de drogas das favelas explora sempre, para os postos menos qualificados, o trabalho de meninos com menos de 18 anos de idade. Com a mudança, este circuito passaria imediatamente a explorar os de menos de 16. Logo, tendo colegas conseguindo dinheiro mais cedo, a cobrança por gerar renda na família, entre os potenciais trabalhadores, seria iniciada também mais cedo. A forma da polícia o interpelar na rua seria mais rude e a evasão escolar também tenderia a ser operada, na sua trajetória, dois anos antes.

Esta relação também pode ser lida ao contrário: a alta taxa de adolescentes no tráfico pressiona o debate pelas mudanças na idade de imputabilidade penal na lei; a expansão do crime e da violência solicitam respostas institucionais e inclusive endurecimento na lei (a inclusão do tráfico de drogas entre os crimes hediondos, a criação do Regime Disciplinar

Diferenciado etc). Ao notar o quanto a dimensão formal da política era relevante neste ambiente de pesquisa, fui obrigado a situar de modo mais complexo minha relação de alteridade e igualdade com meus interlocutores no campo, e isso me parece ser uma preocupação a se levar em conta, de modo regular, em qualquer etnografia preocupada com a política.

No meu caso, esta constatação levou-me ainda a ter que deixar claro, no desenho da pesquisa, alguns dos pressupostos da relação entre periferias e política: nem as periferias urbanas são conjuntos de dinâmicas sociais contidas nelas mesmas, com sua “própria política”, e nem a política tem para si um espaço de autonomia (um espaço público ideal), que prescindia ou se constitua independentemente do mundo social e de suas divisões. Tampouco é válido que a política dependa exclusivamente daquelas dinâmicas ou daquele território estudado, de modo forte, para se estabelecer. Clarear minha questão de investigação, portanto, interferia diretamente na construção de meu próprio lugar de locução no campo. Logo, determinar com clareza de onde partia meu olhar, como pesquisador no campo, não se distinguia muito do trabalho analítico. A forma da pesquisa de campo teria que ser coerente aos conteúdos pesquisados.

Minha opção foi a de elaborar um diagrama preliminar de compreensão e uso de algumas das categorias centrais para pensar a política, possível de ser posto em marcha empírica e analiticamente (apesar dos limites que a tese demonstra nesta empreitada), e operá-lo tanto na investigação empírica quanto na organização do texto. Partindo das histórias dos adolescentes que encontrei, a princípio, tentei então contextualizar suas trajetórias ouvindo seus familiares, educadores e outras instâncias da sua rede de relações. Esta porta de entrada no distrito, *a priori* bastante específica e enviesada, em realidade abriu-me a possibilidade de conhecer famílias muito diferentes, de seguir seus caminhos e, em seguida, extrapolar os limites discursivos que elas me ofereciam. Num segundo momento, passei então a estudar as trajetórias pessoais e profissionais dos funcionários do CEDECA, inicialmente apenas para situar o contexto dos atendimentos realizados àqueles meninos. Num terceiro momento é que a pesquisa se encaminhou para conhecer também alguns dos espaços de ação externa do CEDECA: negociações de convênios na subprefeitura, atos públicos no centro da cidade, visitas a eventos de parceiros da sociedade civil, histórias de financiadores, de ex-

integrantes da equipe, da igreja etc. Houve um dia em que, sem planejar, eu havia estado na favela, no CEDECA, numa festa de igreja na comunidade e na Assembléia Legislativa do Estado.

O método etnográfico, nesta medida, favoreceu a procura pelos trânsitos que se montavam entre as vidas individuais, narrativas empíricas do trabalho de campo, e a teoria política. Abriam-se assim, no trabalho de pesquisa, caminhos para delinear os modos como operam as experiências coletivas em que se inserem os indivíduos, para se olhar para o que seria estruturante preservando as especificidades da ação humana em cada contexto. A etnografia, vista desde este prisma, me permitiu analisar mundos privados e sociais e o mundo público, ou seja, o próprio caminho pelo qual se dá a disputa política⁷¹. Parece válida, portanto, nessa perspectiva específica, a aposta nesta modalidade da etnografia como possibilidade de vislumbrar, desde mediações teóricas apropriadas, análises de dinâmicas sociais e políticas ampliadas.

Sapopemba: o território, ocupação e clivagens sociais

Sapopemba é hoje um dos 96 distritos do município de São Paulo, com uma população de pouco mais de 300 mil habitantes⁷², em área completamente urbanizada da zona Leste da cidade, entre Vila Prudente e São Mateus. A taxa de crescimento anual do distrito já é pequena, a área é estável do ponto de vista demográfico, e compõe hoje o anel conhecido como “periferia consolidada” da cidade. Trata-se de uma zona de transição entre os distritos centrais da metrópole, em regressão populacional, e a periferia mais longínqua, cuja população ainda cresce em ritmo elevado⁷³. Sapopemba não é, então, uma periferia distante, nem obedece ao estereótipo, freqüente no senso comum, daquela região abandonada,

⁷¹ Nesta perspectiva, a interlocução com Robert Cabanes no campo me ajudou muito. Para acessar alguns de seus trabalhos recentes ver Cabanes (2002, 2006) ou Cabanes & Georges (2007)

⁷² Sapopemba tinha 282.239 habitantes em 2000, segundo o censo, e sua população crescia a uma taxa de 1,05% ao ano. A estimativa previa, assim, que em 2006 houvesse exatamente 300 mil habitantes vivendo nesse distrito. Em 2008 seriam cerca de 308 mil pessoas, mantida a taxa de crescimento dos últimos anos.

⁷³ Ainda que haja exceções, a tendência demonstrada por estes dados é a de estabilidade das populações dos distritos mais centrais, e crescimento mais acelerado dos mais periféricos. Dados do mesmo ano revelam que a Cidade Tiradentes, no extremo leste da cidade, crescia 7,72% por ano; Parelheiros, no extremo sul, 6,95%; Anhanguera, no extremo oeste, 12,78%; o Brás, na região central, tinha um decréscimo na população de 3,9%, anualmente.

desolada. Mesmo que à primeira vista os contornos urbanos pareçam cada vez mais empoeirados, quando se vai à periferia, basta entrar numa casa operária para ver que a expansão da rede de consumo da metrópole chegou até ali há tempos. As famílias podem ter renda muito baixa, mas estão conectadas ao mundo via satélites, celulares e Casas Bahia (um fenômeno da desvinculação entre consumo e renda).

Em 2000, data do último censo, metade dos domicílios de Sapopemba eram chefiados por pessoas com renda inferior a três salários mínimos⁷⁴ e o desemprego ultrapassava 20% da população economicamente ativa⁷⁵. A situação da população jovem do distrito é das piores entre os 96 distritos da cidade: mais de 10% da população total estava contida na faixa etária entre 15 e 19 anos, e a taxa de homicídios entre estes adolescentes, de sexo masculino, era assustadora: 326,40/100mil, mais de dez vezes maior do que a taxa média da cidade de São Paulo (que já é das mais elevadas do mundo)⁷⁶. Quase 10% das crianças nascidas no distrito são filhas de mães adolescentes, entre 14 e 17 anos de idade; 26% dos adolescentes entre 15 e 17 anos não freqüentam a escola, e 40% dos de 18 e 19 anos não concluíram sequer o ensino fundamental. Uma parte destes jovens, muito minoritária no conjunto da população do distrito, está inserida subalterna e diretamente nas atividades do “mundo do crime” local, este sim em franca expansão nas últimas duas décadas.

A porção de terra que se inicia no Ipiranga, passa pela Vila Prudente, Sapopemba, São Mateus e Iguatemi, vincula-se de modo específico tanto ao centro-sul de São Paulo quanto,

⁷⁴ Mais exatamente, 49,82%, somatória dos 12,85% que não tinham rendimento; 0,25% até ½ s.m.; 7,99% de ½ a 1; s.m.; 14,30% de 1 a 2 s.m.; e 14,43% de 2 a 3 salários mínimos. A média desta soma, na cidade de São Paulo, é 40%.

⁷⁵ As taxas de desemprego da Região Metropolitana de São Paulo variaram em média entre 17 e 13,5% nos últimos anos (PED – SEADE/DIEESE). Os dados indicam, também, maior desemprego quanto menor a instrução, e assim, apesar de não ter conseguido encontrar dados desdobrados por distritos, é possível inferir que a média distrital é superior à da cidade.

⁷⁶ É importante notar que a média de homicídios na cidade de São Paulo, que tem girado em torno de 30/100mil nos últimos anos, sinaliza as primeiras quedas a partir de 2000 e estabilização nos últimos anos. As taxas médias do distrito de Sapopemba também caíram desde 2000 e mais acentuadamente desde 2003, chegando em 2004 a quase um terço dos números de 2000. Os fatores que explicariam esta diminuição são diversos e complexos. A população e parte dos estudos se referem basicamente à data de entrada da facção criminosa PCC no domínio absoluto do narcotráfico local, instituindo paz entre traficantes de diferentes localidades do distrito, e normas que evitam os homicídios “desnecessários”. Além disso, há denúncias de subnotificação dos homicídios nos dados oficiais (veiculadas insistentemente pela imprensa em 2004, mas não depois), a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento e a própria implementação de programas específicos para o público mais vulnerável, como o atendimento a medidas sócio-educativas em meio aberto, no qual o CEDECA é a principal referência, bem como outras políticas públicas preventivas.

a partir dos anos 70, ao ABC. Em Sapopemba é mais fácil escutar referências a Santo André e São Caetano do que aos bairros centrais de São Paulo. Além disso, mesmo que haja avenidas importantes, a escala da pressão econômica e financeira que impulsiona a urbanização é, nesta região consolidada, muito menor se comparada a outros quadrantes da zona Leste – especialmente aquele disposto no eixo das vias centrais de modernização leste da cidade (marginal Tietê, radial Leste, metrô, aeroporto internacional). Este eixo que vincula Tatuapé, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaquera, Guaianazes e Itaim Paulista é marcado por uma multiplicação de centros comerciais, franquias de grandes armazéns de materiais de construção, hipermercados e equipamentos públicos. Ao lado destas grandes vias, a chegada rápida de infra-estrutura urbana leva à criação de centros regionais de circulação, trabalho e renda, além de promover a valorização dos lotes de moradia do entorno, o que modifica completamente o perfil das periferias. A região se adensa e, via de regra, expulsa os mais pobres para locais mais distantes, ou para as favelas que crescem rápido nos próprios distritos⁷⁷. De todo modo, em torno destas grandes vias há mais dinamismo no acesso dos moradores à cidade⁷⁸.

Em Sapopemba não é assim, ou ao menos ali o ritmo desta modernização e as referências que ela opera são outros. O comércio em Sapopemba é, sobretudo, de tipo local. Fora dessa rota de expansão, a urbanização do bairro é mais característica da periferização tradicional da cidade de São Paulo. Ali, um projeto específico de família – a família operária – simbolizou o desenho de todo um mundo social nascente, a partir dos anos 60 e 70, nas margens da cidade. O distrito de Sapopemba foi um dos inúmeros territórios onde este projeto se instalou. Toda a região contida entre as duas grandes zonas industriais de referência para a zona Leste da cidade (Mooca e ABC) foi ocupada na esteira da expansão operária, marcada territorialmente pela criação de um eixo de modernização da indústria tradicional da Mooca às grandes metalúrgicas do ABC. Este conjunto de trabalhadores

⁷⁷ As favelas próximas a grandes vias, por exemplo, tendem a ser desocupadas e loteadas com o tempo, a não ser que se tornem enclaves de resistência ou guetos segregados em meio a uma zona valorizada. Exemplos deste processo são a favela da Vila Prudente, Paraisópolis, ou as favelas cravadas próximo aos condomínios fechados de Carapicuíba, Cotia etc.

⁷⁸ Como demonstram, por exemplo, os estudos realizados em favelas próximas a bairros de alta renda, como Ferreira (2002, 2003), e os estudos realizados em Paraisópolis pelo Centro de Estudos da Metrópole (ver Almeida & D'Andrea, 2005).

colonizou este cinturão intermediário, onde está Sapopemba, graças à estabilidade do emprego fordista. Compraram terrenos em loteamentos populares de pequenas ou grandes empreiteiras, muitas vezes irregulares, precários, clandestinos, por vezes ainda hoje – trinta anos depois – em vias de regularização. Mas compraram.

Quase sempre, a especulação imobiliária que acompanhou essa conquista do Leste obedeceu a uma ânsia por acumulação pouquíssimo regulada, que muitas vezes seguiu-se em desdobramentos político-eleitorais clientelistas. Ainda assim, mantinha-se a aposta na ascensão da família, resguardava-se o centro do projeto. Então veio a crise econômica dos anos 80, seguida pela abertura do mercado às importações, nos anos 90, e a tendência à desindustrialização do ABC, em seguida. O desemprego na Região Metropolitana de São Paulo saiu de 7% em 1985 e passou dos 20% em 2005. O projeto operário de ascensão social teve dificuldades evidentes, e estas dificuldades tornaram o ambiente do distrito mais heterogêneo. Parte das famílias conseguiram oferecer aos filhos a estabilidade na posição social ocupada, graças à casa própria, e sua entrada no mercado de trabalho, mesmo muito modificado, já foi mais qualificada (ver Capítulo 2). Outra parte dos operários, menos qualificados ou inseridos mais tardiamente, não conseguiram usufruir de tanta estabilidade do emprego nem acessaram a casa própria. A geração seguinte foi submetida à mesma condição de pobreza da anterior, e contribuiu para o adensamento do bairro (ver Capítulo 3).

Além disso, os vazios urbanos que se criavam entre estes tipos de loteamento popular, estabelecidos desde o final dos anos 60, foram sendo preenchidos de um lado por equipamentos públicos essenciais (escolas, postos de saúde, centros esportivos e praças) e, de outro, por ocupações clandestinas, invasões e favelas⁷⁹. E quando chegam as favelas, é um outro projeto de família e de sociabilidade que se estabelece no distrito, e passa coexistir com o sonho operário. As famílias que lotaram as favelas de Sapopemba nos anos 80 e 90 tinham, quase sempre, perfil e trajetória muito distintos daquelas que colonizaram o distrito. Não havia, para elas, um histórico de trabalho estável e projeto de ascensão anterior. Nem marido empregado na indústria, nem projeto de educar os filhos para fazê-los doutores e saírem dali um dia. Não havia tampouco a mesma ênfase no associativismo, tão marcante na

⁷⁹ *Aqui tinha... agora foi tomado pela favela... dois campinhos de futebol. Não é pai? Lá embaixo, que até o Cabo Bruno matou um cara lá uma vez. [Cabo Bruno foi um “justiceiro” célebre nos anos 80] [Mauri]*

trajetória operária. Havia sim um histórico de baixíssima escolarização e empregabilidade, vindo de gerações. Havia uma história recente de migrações sucessivas e uma trajetória familiar e pessoal centrada em tentativas sucessivas de sobrevivência. O ponto de chegada destas famílias, nas favelas de Sapopemba deve-se em geral a parentes ou colegas, que já tinham se estabelecido por ali. O projeto era de ter alguma paz, para pensar em outros passos (ver Capítulo 4).

É na passagem do bastão das famílias operárias a seus filhos, portanto a partir dos anos 90, que a condição social do bairro se consolida nesta heterogeneidade. O espaço urbano dos bairros ganha muita infra-estrutura, o acesso a serviços públicos essenciais e ao consumo se amplifica, e aparecem com mais nitidez as primeiras clivagens nos perfis familiares⁸⁰.

Entre os operários e os favelados há fronteiras nítidas de histórico familiar, padrão sócio-econômico e no acesso a bens e serviços sociais. Mas há também diferenças no projeto de estar no mundo. Enquanto as famílias operárias apontam seu vetor de interesse para as classes médias, de regiões mais centrais da cidade, os moradores da favela vivem o local e se apropriam dele. A distensão entre estes dois grupos, e a atribuição do estigma da violência e incivilidade aos favelados, que se estabelece imediatamente, faz lembrar de Norbert Elias e John Scotson⁸¹. Mas, nesse caso, os favelados não são tão “outsiders”, porque quando eles chegaram, nem mesmo os colonizadores da região estavam lá muito bem “estabelecidos”. Todas as famílias do distrito, em verdade, guardam um pouco da sensação de recém-chegados. A distensão que se funda entre as famílias operárias e as famílias faveladas não é, pela mesma razão, exatamente a mesma que se estabelece entre “autóctones” e “forasteiros”, que funda o argumento de Mamdani⁸². Todos são mais ou menos forasteiros. De qualquer forma, é imperativo reconhecer que, a partir dos destinos distintos das famílias operárias originais, e com mais ênfase a partir da chegada das favelas, estabelecem-se fronteiras simbólicas constitutivas da população atual do bairro, e de sua heterogeneidade, que não podem ser ignoradas. Nos anos 90 também o destino dos grupos intermediários se consolida: não mais operários, mas trabalhadores do comércio e serviços

⁸⁰ Estas diferenças de perfil familiar se tornam, também, diferenças de perfil urbano. Ver imagens na pág. 74.

⁸¹ Elias & Scotson (2000).

⁸² Mamdani (2001).

de trajetória estável; ou nunca favelados, mas desempregados que sofrem para pagar o aluguel numa casinha de dois cômodos, em frente à favela. A divisão simbólica se mantém, entretanto. A fofoca local passa sempre por estas diferenças, que demarcam status e pertencimento: a “favela” e “as casas” são dois espaços, materiais e simbólicos, muito distintos em Sapopemba.

A desigualdade, isso sempre me incomodou muito. Essa diferença tão grande, mesmo no nosso bairro aqui, você vê: a gente mora aqui em cima, vamos dizer, nas casas. E quando você entra dentro de uma favela, que você vê, é totalmente outra realidade, não é? [Juliana]⁸³

Esta mesma distensão está presente em muitíssimos outros bairros populares de São Paulo, e evidentemente também vai desenhar formas de contato e fluxos de troca entre os grupos de moradores. Muitas instituições conectam e, simultaneamente, apartam “as casas” e “as favelas”. Os cultos das igrejas são parte dessa comunicação, recebem público dos dois lados da fronteira. Mas as obras sociais da Igreja demarcam a diferença: os que fazem a assistência são moradores de famílias melhor estabelecidas, os que recebem a assistência são os favelados. O CEDECA sente na pele esta condição: boa parte dos funcionários e militantes fundadores da entidade é composta por moradores antigos do bairro, filhos de operários, das casas; os atendidos, quase sempre, são moradores de favela.

A polícia também sabe onde ela entra. Na minha casa eles não entram porque tem cachorro, tem muro, tem porta, tem uma grade. Mas em favela eles metem o pé na porta e entram para dentro.[Lucas]

Se igrejas e entidades sociais atuam nos fluxos da fronteira que demarca a heterogeneidade social dos bairros, a polícia atua para manter sua divisão. Mesmo que, no plano local, as micro-redes “do crime” atravessem esta fronteira de diversas maneiras: há um circuito de mercadorias roubadas por moradores de favelas que, muitas vezes, tem os membros de famílias melhor estruturadas do bairro (às vezes comerciantes, autônomos, camelôs) como

⁸³ Todos os nomes próprios dos personagens citados são fictícios, à exceção de ocupantes de cargo público, e de Valdênia (a quem solicitei autorização para manter o nome real, pois sua trajetória também já é pública). Esta opção de inserir nomes fictícios segue o acordo inicial para a pesquisa, e a convicção de que a identificação pessoal dos informantes, para os fins desta tese, não interfere na argumentação. A partir daqui, e por todo o texto, os nomes de cada entrevistado aparecem em colchetes ao final de seus depoimentos citados. No Anexo I há uma lista com um perfil telegráfico de todos os entrevistados que tiveram trechos de transcrição literal citados, bem como de outros personagens da pesquisa.

consumidores, receptadores ou mesmo revendedores⁸⁴. O mercado de trabalho, quase sempre informal, por vezes ilícito, também conecta os dois grupos claramente: os pequenos empreendedores locais muitas vezes necessitam de mão de obra da favela. O mercado da droga é outra forma de conexão: tanto nas casas quanto nas favelas tráfico e consumo de drogas. Mas a geopolítica do conflito armado está, centralmente, restrita às favelas⁸⁵.

O histórico do associativismo local é outro fluxo controlado nesta fronteira. Foi sobretudo a presença da população operária, em busca também de visibilidade política para suas demandas, amparada pelas técnicas de organização e a legitimidade da igreja católica que impulsionou o associativismo civil do distrito desde os anos 60. Os movimentos de saúde, moradia, educação e direitos humanos nascidos na zona Leste, e especialmente em Sapopemba, foram desde os anos 70 relevantes no combate à ditadura e, depois, na participação social para formular políticas sociais setoriais. Na área específica em que atua o CEDECA, defesa de direitos de crianças e adolescentes, a região também tem tradição de entidades combativas. A rotina das organizações locais adere a um calendário de atividades coletivas intenso. Destas redes surgem personalidades e “lideranças comunitárias” reconhecidas politicamente, como Valdênia, fundadora do CEDECA, cuja trajetória aparece em referências por todo o corpo da tese, sobretudo na Parte III. Ela, como outras personalidades locais, participam de redes articuladas também em esfera nacional e internacional de ação social e política, como se verá adiante.

Sapopemba é, também por isso, um lugar privilegiado para estudar as fronteiras e fluxos de conexão entre as periferias e o mundo público. Metade da população de Sapopemba vive ali sob altíssima privação material⁸⁶ e, ao mesmo tempo, há um tecido associativo civil extenso, com histórico de forte mobilização política e inserção pública⁸⁷. A trajetória de ações

⁸⁴ No Capítulo 1 esta circulação de mercadorias aparece claramente.

⁸⁵ Nos Capítulos 2 e 4, há ao menos outros três casos muito claros de como se dá essa comunicação, por meio do crime, entre as famílias mais estabelecidas da região, hoje por vezes donos de comércio e prestadores de serviços locais, e as famílias faveladas.

⁸⁶ Entre os *nove* indicadores do Atlas da Exclusão Social no Brasil (Campos, Pochmann, Amorim & Silva, 2003), tais sejam, Exclusão Social, Pobreza, Emprego Formal, Desigualdade Social, Alfabetização, Escolaridade, Juventude e Violência, a região de Sapopemba situava-se na faixa dos distritos de pior situação social da metrópole em *sete*. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) era de 0,446 em 2000.

⁸⁷ Foi em Sapopemba que o movimento de saúde dos anos 80 teve boa parte de sua base, ligada no período ao médico Eduardo Jorge, liderança política tradicionalmente vinculada ao PT, hoje fora do partido. É em

coletivas do distrito se traduz, hoje, em uma série de conquistas relativas às políticas sociais, infra-estrutura e serviços urbanos, além de altíssima representação no sistema político formal⁸⁸. Quando examino estes contrastes, e as formas como eles geram dentro de si estruturas de comunicação, tenho a impressão de que o distrito de Sapopemba foi feito para estudar as tensões entre as periferias e a política.

Sapopemba que se localiza a Fazenda da Juta, ícone do movimento de moradia graças às ocupações e mutirões conquistados. A região ainda faz fronteira com Santo André, no ABC, onde explodia o movimento sindical dos anos 70 e 80, e lá se instalaram, além de milhares de operários, uma série de religiosos e militantes de esquerda durante a ditadura, ainda nos anos 60.

⁸⁸ Em 2005 havia ao menos dois vereadores, três deputados estaduais e um deputado federal com bases diretamente vinculadas a este distrito, além daqueles com os quais as organizações da região atuam diretamente, pelo envolvimento com as causas dos direitos humanos e de crianças e adolescentes. Todos estes parlamentares são petistas de trajetória ligada à mobilização popular da região nas últimas duas décadas.



Acima, perfil urbano das "casas", a primeira ocupação do distrito. Abaixo, o perfil de suas favelas.



PARTE II

as periferias e o crime

Paulo me ajudou a fazer a conta. Segundo ele, seriam cinco pontos de venda de droga no Madalena, seis no Jardim Elba, e um só no Jardim Planalto. Cada dupla, ou trio de meninos, trabalha uma noite e um dia por semana, passando “farinha, maconha e pedra”. Uma trouxinha de maconha ou uma pedra (de crack) custam R\$ 5. Um “papel” custa R\$ 10. Os meninos que passam ganham comissão de R\$ 1 nos dois primeiros, de R\$ 1,50 na farinha (cocaína). Não mais do que isso. Acima deles, um ou uma dupla de gerentes, depois o patrão. Abaixo deles, um número grande de crianças mais novas e os “nóia”, que trabalham como olheiros mais esporadicamente, com vínculos mais flexíveis, “dão uma força”. A cada dia, portanto, eram por volta de 15 adolescentes e jovens trabalhando em cada boca. Durante a semana, estimando a repetição dos olheiros, seriam uns 60. Se para cada três que estão lá, houver ao menos um preso, seriam uns 80 meninos envolvidos com cada ponto de venda. Nos bairros em que eu fazia pesquisa, contando as 12 bocas, seriam, portanto, mais ou menos 960 trabalhadores da droga. Contabilidade precária, um chute, mas que serve para se ter a ordem de grandeza do negócio. A população de Sapopemba é de 300 mil pessoas, nestes três bairros não há nem 100 mil. Se fosse isso, os trabalhadores diretos do tráfico seriam cerca de 1% da população, mais ou menos 5% entre os jovens.

Mas o “mundo do crime” local é ainda maior do que isso: primeiro porque há muitos adolescentes que se envolvem em furtos, roubos e assaltos, muitas vezes não diretamente vinculadas ao tráfico. Não conseguiria quantificá-los. E, além disso, um menino “envolvido” já quer dizer muita gente “envolvida”, indiretamente. A mãe de um adolescente internado passa a ter que conviver com o circuito social do crime; há, portanto, as famílias, os amigos, outras instituições. O número se amplifica. Mas, em segundo lugar, está mais claro que o “mundo do crime” inclui uma forma de sociabilidade, uma concepção de mundo que entra na briga com tantas outras. E inclui mesmo uma parcela da população que não é diretamente implicada nos negócios da droga, dos roubos. Não se trata mais de algo residual, é essa a minha impressão. Acho que é impressão do CEDECA também. [diário de campo]

CAPÍTULO 1. O “mundo social” e o “mundo do crime”

*Meu bem, o mundo é fechado,
se não for antes vazio.
O mundo é talvez: e é só.
Talvez nem seja talvez.
O mundo não vale a pena,
mas a pena não existe.
Meu bem, façamos de conta.
de sofrer e de olvidar,
de lembrar e de fruir,
de escolher nossas lembranças
e revertê-las, acaso
se lembrem demais em nós.
Façamos, meu bem, de conta
— mas a conta não existe —
que é tudo como se fosse,
ou que, se fora, não era.
Meu bem, usemos palavras.
façamos mundos: idéias.*

Fragmento do poema “Cantiga de Enganar”
de Carlos Drummond de Andrade (1991).

PEDRO

Logo nos meus primeiros dias em Sapopemba fui apresentado ao Pedro. Éramos dois pesquisadores, Ana Paula estava presente nesse dia. Sentamos numa mesa redonda de plástico rígido, numa sala da entidade onde ele trabalha, o NASCE (Núcleo Assistencial Cantinho da Esperança, entidade de atendimento para crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais). A idéia era a de uma entrevista exploratória. Pedro não sabia exatamente o que queríamos, o combinado era ele contar sua vida, como ele tinha chegado a Sapopemba, como tinha chegado naquele trabalho. Nós sabíamos que ele tinha cumprido uma medida sócio-educativa no CEDECA havia alguns anos, e que tinha conseguido sair bem de um processo familiar difícil. Esta primeira entrevista durou duas horas. Continuei revendo-o até o término da fase de campo, no final de 2007.

No dia do enterro dela eu estava fazendo 13 anos de idade. Aí, me deparei com aquela cena: no meu aniversário, minha mãe morta, em casa sem ter nada o que fazer, sem um café, sem apoio, sem nada, só a minha madrinha me ajudando. E meu pai tinha também acabado de ser operado de uma perna, ele foi operado e quase perdeu a perna e não podia mais trabalhar. E minha madrinha ficou assim, vendo a minha mãe naquele estado, tinha acabado de morrer, e meu pai deitado na cama, sem andar, sem nada, nem tinha coxa direito, só carne pura. Fez a operação, colocou pino na perna, mas, tipo, a minha irmã começou [a se afastar]. Se mandou para a casa de um tio, ficou morando na minha tia e ficamos eu e meu irmão [em casa]. Eu tinha treze, ele tinha quatorze⁸⁹.

O meu pai tomava um “birits” danado, desde moleque; começou com nove anos e sempre tomava, enchia a cara, mesmo com a perna toda zoada. (...) E meu irmão foi se deparando: “Eu vi uns molequinhos no meio da rua, com arma, com carro, assim. Às vezes com polícia, dando tiro”.

Fui morar com a minha madrinha uns tempos por causa desses moleques, que eu tava muito próximo deles. Mas não adiantou. Eu tava na casa da minha madrinha, ela me dava de tudo, mas em casa não tinha nada. Meu pai daquele jeito, meu irmão no meio da rua zanzando aí, pra lá e pra cá, sem ter nada. Só uns biquinhos de vez em quando. Daí eu falei: “Esses bicos que eu faço... não dá certo”. Eu via aqueles moleques roubando,

⁸⁹ Neste capítulo todas as citações literais são de Pedro, e por isso seu nome não aparece entre colchetes no final de cada trecho.

com arma na mão, nunca tinha visto um negócio daqueles na minha vida. Um dia um moleque parou na minha frente e disse: “Ó, busca uma cerveja ali pra mim”. Eu peguei e fui buscar a cerveja pra ele. Fui pegando amizade com eles. Arrumei bastante briga com um maluquinho, sem ser do crime, os irmãos dele é que eram ...

Era da minha idade e os outros que eram um pouco mais velhos é que eram do crime, que começaram a roubar já. (...) Vi aquela cena, os meninos querendo me iludir fácil: Olha só quanto eu ganhei! Olha o que meu irmão ganhou, ganhou isso e aquilo. Ó o que eu tenho, meu irmão comprou pra mim uma bicicleta nova; comprou uma roupa pra mim. Em casa não tá faltando nada, você precisa de ajuda Pedro? Eu falava: “Não preciso, não.” Pra não pegar o dinheiro deles, né? E tentava me virar com bico, coisa assim.

Até aqui, Pedro recita quase que automaticamente o depoimento padrão de um menino da favela para pessoas que têm, possivelmente, a mesma cara dos educadores, assistentes sociais e psicólogos que ele conheceu em suas andanças institucionais. Ele sabe o tipo de “conselho” que essas pessoas dão, e assim parametra o que nos conta. Não sabia exatamente o que queríamos, mas conhecia o discurso de gente como a gente. Não perguntou nada, começou a contar sua história encadeando especialmente os dramas que a compõem.

Até por isso a narrativa monta um quadro, antes de mais nada, de *justificação* em diversas camadas de sua entrada no crime - a mãe que morreu, a carência material, o alcoolismo do pai, o irmão que se envolvia pouco a pouco, a irmã que se afastava, os convites freqüentes no bairro, os bicos que não davam dinheiro suficiente, as tentativas de evitar esse mundo, os objetos de desejo dos meninos: roupas de marca, bicicleta etc. Pedro monta a cena, em boa parte realista, por vezes hiper-realista, do depoimento padrão do adolescente atendido no CEDECA (ou na FEBEM) sobre o próprio ingresso no crime. A cena, até aqui clássica, tem como fundamento a oposição bipolar entre a casa e a criminalidade, dois mundos divididos de modo estanque. Em suma, “quando a família se desagrega, o crime abraça”, fórmula muito repetida e conhecida, quase um jargão nas entidades de ação social das periferias de São Paulo. Frases que, como todo jargão, merecem ser lidas em sua sabedoria e em seus limites.

Aí foi me incomodando muito, porque em casa não tinha nada, aí eu acabei um dia... o menino falou pra mim: “Eu tenho uma arma de brinquedo”. Era de plástico. Aí, os moleques mais velhos, que eram mais mandantes, chegaram com um monte de coisas: carro, coisas bonitas,

dinheiro, brinquedo de criança, um monte de coisas. Aí eu olhei aquilo, um monte de dinheiro.

Aí, eu tava correndo e bati na cara dele sem querer, assim [faz gesto de alguém que se vira e esbarra no rosto de outro]. Aí o moleque deu um soco na minha cara, eu bati [sem querer] num cara que tava armado. Aí, ele deu um soco na minha cara. Aí eu olhei pra cara dele, ia pra cima dele e ele tirou a arma. Aí, eu ficava quieto, só olhando bem pra cara dele. Os moleques falavam até que eu era mudo. Aí eu fui embora.

Aí, eu peguei amizade com um maluquinho que vivia lá em casa. E ele falou: “Pedro, sabia que eu sei dirigir carro?”. E eu: “Que? Sabe nada!”. Aí, outro dia: “Vamos lá que o meu tio tá com a chave de um carro”. Aí, ele acabou mesmo pegando a chave do carro do tio dele e o tio dele deu uma surra nele. A gente queria mais era saber de zoeira...

Nós estávamos com uma arma de plástico, brincando de polícia e ladrão pra lá e pra cá. Aí, um moleque chegou pra mim: “Ô Pedro, tem coragem de pegar e roubar um carro?”. Eu olhei pra cara dele, assim: “Não, não tenho coragem não!”. E ele: “Vamos, vamos lá! Você vai ganhar dinheiro! Meu irmão me deu 50 “conto”, quase logo agora”. E ele mostrou o dinheiro pra mim. Aí, o irmão dele chegou com uma sanfona; tinha acabado de roubar um carro e tinha uma sanfona, um monte de coisa. Aí meu irmão disse que ia tentar vender pro meu tio. E ele disse pra gente ficar com a sanfona e tentar vender. Eu ficava lá em casa brincando com a sanfona. E o cara deu 50 “conto” pro meu irmão e o meu irmão conseguiu vender; ficou maior alegre e começou a se juntar com esses moleques.

Eu vi meu irmão se juntando, os moleques ficavam fumando maconha, tinha um neguinho que era folgado pra caramba; meu irmão ficava ali no meio: “pega uma cerveja!” (...) E meu irmão ia, ganhava um real, ou mais. Aí eu vi meu irmão se juntando e eu tentei afastar, arrumei um bico pra entregar folheto e chamei o meu irmão. Aí meu irmão fez uma sacanagem lá, e eu fui embora e ele acabou ficando. Beleza, voltei. E o moleque: “Aí, quando você vai ter coragem?”. E eu falei: “Não, pra isso eu acho que não tenho coragem não!” E ele: “Vamos tentar um dia”. E eu: “Um dia a gente tenta”.

A cena progride, ganha novos elementos, igualmente repetitivos na pesquisa. A primeira imagem é a da sedução dos objetos de consumo e do poder da arma de fogo nas hierarquias adolescentes. “Carro, coisas bonitas, dinheiro, brinquedo de criança, um monte de coisas”. “Ele tirou a arma”; “eu ficava quieto”. Na segunda o amigo “empresta” o carro do tio. Na terceira a sanfona encontrada em um carro roubado entra no circuito do pequeno comércio informal entre amigos e parentes, os adolescentes ganham 50 reais para vendê-la. Desde logo se nota, então, que as relações entre parentes e amigos também alimentam as pequenas

redes de sustento e circulação de produtos roubados. Nessa perspectiva, e é só a primeira, a casa já não é mais completamente desconectada do circuito do crime, já não é seu espelho. Mais uma imagem: “eu vi meu irmão se juntando”, e a ponte entre casa e crime se estreita um pouco mais. A ponto de, sem mesmo “entrar no crime”, elementos típicos do cenário criminal já serem visíveis de mais perto: “moleques fumando maconha”, “neguinho folgado”, “pega uma cerveja!”. Mais um real no bolso, a história prossegue.

Daí eu fui ficando com mais raiva. Teve um dia que eu fiquei sem comer, sem nada, aí meu pai tava há quatro dias sem comer, bêbado, morrendo, em casa... ele chegava no bar e bebia à vontade. (...) Aí eu comecei a sentir ódio, a sentir falta da minha mãe, e eu tinha ódio dentro de mim, e não sabia como soltar. Aí eu peguei a arma e falei: “Vamos lá então! Vamos tentar!”⁹⁰

Aí chegou na metade do caminho e eu vi um carro da polícia passando, fiquei com o coração acelerado. E os moleques [que o acompanhavam]: “Normal, normal!”. Eles também, nunca tinham roubado. Ele disse: “Vai ser nossa primeira e vai ser maior bom!” Aí eu vejo uma senhora com o carro cheio de compra, aí: “Vai você primeiro!”. “Não, não vou não”. Aí a gente deixou passar o carro. Aí eu vi um tiozinho, tava com celular, tava contando um dinheiro e ele foi entrando no carro, e eu também não tive coragem não! Aí passei [a arma] pro moleque: “Vai você.” E ele: “Não, não vou não!”.

Aí me deu uma raiva, vi um carro, o cara tinha acabado de entrar. Aí eu peguei a arma: “É um assalto, vai, vai, vai, vai”. Aí o cara ficou olhando pra minha cara e quando ele olhou, eu dei uma coronhada no queixo dele: buf!, com a arma. Aí ele me deu a chave, saiu a mulher dele com a filha dele, e nós pegamos, entramos no carro, e fomos acelerando. E tinha logo um farol, um caminhão logo na frente, a luz [interna do carro] tava ligada e nós nem vimos. E meu colega deu um soco e apagou a luz, e nós quase batemos no caminhão. Aí, na primeira vez deu certo. Pegamos uns 150 pra cada um. Eu comprei um monte de coisa pra casa⁹¹.

E os caras: “Aonde vocês cataram?”. E eu disse, assim, assim. Os caras ficaram olhando pra minha cara: “Você é legal! Você rouba mesmo?”. E eu: “Ah, roubar eu não roubo, acabei fazendo.”

Pedro rompe com o momento inicial da entrevista, sempre estimulado por inúmeras pequenas perguntas nossas, para um momento de narrativa direta, sem pausa. Se antes era

⁹⁰ Pergunta: Nesse episódio da arma, era arma de brinquedo? Resposta: Era, era de brinquedo. A primeira vez foi de brinquedo. Até a quarta vez. [Pedro]

⁹¹ Tirava só as coisas e deixava o carro. Tinha toca fita, rádio, tinha na carteira bastante dinheiro. Aí, nesse dia, tudo certo. [Pedro].

preciso pedir para que ele descrevesse melhor uma cena ou outra, a história de sua mãe e irmão, as idas e vindas de pequenos empregos (entregador de folheto, lava-rápido), agora era só concordar com a cabeça que ele seguia falando. A narrativa mais clássica e genérica cedia então espaço para uma descrição detalhada de cenas, Pedro já elaborava o vivido como imagem, me pareciam seqüências de cinema, resgatadas de memórias de cinco anos atrás. Criava metáforas para facilitar nossa compreensão dos códigos em questão, de sua relação com eles.

Os meninos viram um carro cheio de compras, um “tiozinho contando dinheiro”, mas a coragem e a “raiva” suficiente para a abordagem veio só numa terceira vítima potencial. Desastradamente, sem muito plano, e sem maiores problemas, o primeiro assalto deu certo. Pedro tinha 14 anos, usava uma arma de plástico. Voltando com os objetos roubados, os “caras mais velhos” da favela demonstraram reconhecimento. Os meninos eram bons. O primeiro roubo era assim quase um rito de entrada num outro grupo. Passagem. Pedro se sente entre duas condições distintas: “roubar não roubo, mas acabei fazendo”.

Os sentimentos novos satisfazem: a coragem, a adrenalina e a disposição viraram reconhecimento. Neste momento a família de Pedro ainda aparece bastante na narrativa, sempre em registros cambiantes – a casa era espaço de proteção retórica do crime, mas ao mesmo tempo o irmão é lido como uma ponte para a turma de amigos “envolvidos”. O pai não gostava disso, mas seguia bêbado e não provia o suficiente, a irmã reprovava suas companhias, mas seguia ausente. O dinheiro que ele trazia gerava cara feia, mas era aceito. Os tios e a madrinha, nunca muito próximos, desaparecem completamente. A casa ganha visibilidade em seu depoimento como lugar de necessidade, de carência, problema. Os empregos anteriores deixam de ser lidos apenas como pouco rentáveis, mas ganham conotação de precariedade e humilhação. Agora Pedro vislumbrava a possibilidade de ganhar dinheiro de verdade, por ele mesmo. A escola já havia sumido do texto em momento anterior. O grupo novo (amizade, notas de dinheiro, cerveja, carro) e os novos objetos (roupa, bicicleta, sanfona, arma de brinquedo) entram em cena. A mãe já tinha morrido há um ano, um ano e meio.

Ladrão instituinte, ladrão instituído

Aí eu fui roubando com os molequinhos. (...) Meu pai não gostava disso; bebia, mas não gostava disso. A gente trazia dinheiro escondido. Aí comecei a roubar e comecei a pegar amizade com um pessoal mais velho.

Daí eu peguei amizade com esses rapazes maiores e fui e joguei 50 reais na mão deles. E eles disseram que estavam vendendo a arma por R\$150. E eu: “que arma é essa?”. “É uma arma aí. Se quiser...”. Eu juntei com um colega meu: “Vamos comprar, fica mais fácil”. Aí eu comprei. E começamos. E esse rapaz que era mais velho, que catava uns negócios bons, firmes, [falou]: “Então, eu tenho uma fita boa pra vocês. É de tanto! Você vai lá, mais dois molequinhos. Você vai conseguir porque anda comigo”. (...) Uma firma, tinha bastante dinheiro. Aí eu fui; catamos com esse pessoal mais velho, e deu tudo certo também, roubamos pra caramba.

Os rapazes mais velhos já eram, também, mais organizados que Pedro e seu amigo. Com eles já era fácil comprar uma arma. “Pegar uma amizade” com eles significava também acessar um mundo de ações mais rentáveis, as “fitas dadas”, espécie de subcontratação dos roubos e assaltos. Os “rapazes mais velhos” tinham mais meios para organizar uma ação que desse um bom dinheiro, e podiam contratar adolescentes e jovens para executá-la⁹². Pagam pelo serviço, desenham as necessidades e tarefas a cumprir: “eu tenho uma fita boa para vocês. É de tanto!”. A empresa subcontratada funciona melhor se tiver os equipamentos e ferramentas de trabalho necessárias: “vamos comprar, fica mais fácil”. O tempo passou rápido, Pedro foi “virando ladrão”.

Aí eu comecei a agredir a vítima. Teve uma vítima, um rapaz forte, ele veio bater em mim, eu bati nele e joguei ele no chão. E ele: “Não, não, não!” E eu: “Eu não tô aqui pra te matar, eu quero só seu dinheiro, só. Só não quero que você se encoste, ponha a mão na cintura. Eu quero só seu dinheiro, não quero nada com você, seu documento pode ficar. Só

⁹² A exploração da mão de obra infantil em atividades ilícitas e conflitos armados é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das “piores formas” da exploração de mão de obra infantil: A convenção 182, de 1999, considera as *piores formas de trabalho infantil*: a) todas as formas de escravidão e práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívida e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; c) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como definidos nos tratados internacionais pertinentes; e d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. (Organização Internacional do Trabalho, 1999).

*quero seu dinheiro”. E ele falou: “Não, tudo bem, tudo bem, tudo bem!”
Aí eu peguei o dinheiro dele e fui embora. Teve uma vítima que tava
armada um dia, nós catamos o carro dela e ela foi sair [fugir] e eu dei
uma pá de tiro no carro. Tirei [saquei] a arma e comecei a dar tiro, só
que não acertei ele não. Quase acertou meu colega. “Isso é normal, isso
acontece” [o colega disse].*

*Aí eu peguei mais coragem. E com o ódio que eu tava porque minha mãe
morreu, eu comecei a ficar muito mau. Aí eu peguei amizade com esses
caras. Um dia, fomos pra um assalto e um cara levou um tiro na mão. Aí
eu vi e comecei a dar tiro, mas nunca consegui acertar. Aí teve uma
vítima que tava armada, uma 9[mm], parece. “Você tá armado?” “Não,
não to não, não to não!” Aí, eu tava com uma arma mais forte, engatilhei
ela, apontei bem na boca. “Abre a boca!” “Não, não vou abrir não!” Eu
dei uma coronhada, ele abriu a boca: “Nem se mexe, se você se mexer eu
arrebento a tua cara.” Meu colega viu e ele tava com uma arma. “Você é
polícia?” “Não”. Meu colega ia matar ele. Eu disse: “Não, não mata
não. Deixa ele vivo. Só quero o dinheiro dele e nada mais.” Pegamos o
revólver, a arma.*

Outro momento de passagem, Pedro já não sabe mais se opta pela narrativa do “bom ladrão” (que rouba sem agredir ou fazer mal, só quer o dinheiro e nada mais) ou a do “ladrão mau” (que agride a vítima, age com violência, dá lições e provas de ter adquirido as qualidades do bom empreendedor do ramo, o “bandido”). Ele conhece as falas e os argumentos dos dois, pode efetivamente escolher entre eles. A indecisão torna o trecho confuso, cheio de idas e vindas. Nessa hora, eu tinha a sensação de que ele tinha dúvidas sobre abrir o jogo ou não. Seguimos olhando para ele, esperando a continuação. Ele resolveu continuar. A figura da mãe reapareceu na história, também é muito repetitiva em diversos relatos dos “meninos do crime”, a mãe é figura santificada. Mas sua mãe tinha morrido, era ao mesmo tempo ainda mais santa, e causa de uma sensação de perda que gerava muito “ódio”. E “eu comecei a ficar muito mau”. “Aí peguei mais coragem”.

O depoimento recupera o fluxo, depois dessa hesitação. As balizas de sua narrativa, então, saem da fronteira entre o crime e a moral da família e passam a ser praticamente internas à “comunidade” do crime. Pedro fala agora como um “profissional”, faz questão de demonstrar que conhece o ofício. As ações já não têm mais a inocência das primeiras, os termos próprios da função técnica desempenhada aparecem (o que era um “tiozinho contando dinheiro” passa a ser descrito como “a vítima”; “bater” vira “agredir” etc.); os perigos inerentes à função também começam a aparecer (uma vítima armada, um tiroteio

mal conduzido), e Pedro ganha experiência ao lidar com eles. Reflete sobre cada ação, se torna mais capacitado para exercê-la. Passa então a se relacionar também com gente mais experiente, mais bem formada, circula no mundo do crime local.

Peguei amizade com uns velhos de 20, 30 anos já, uns já tinham passagem em cadeia, e fiquei com mais ódio. Comecei a arrumar briga com ladrão também. Comecei a dar tiro em ladrão, aquela confusão. Teve uma turma que veio, eu chamo de safado, porque não eram nada, mas graças a Deus que morreram tudo. Mas não foi das minhas mãos, pegaram um dia que eu não tava armado, fora da favela. [Eles] roubaram uma moto na favela e meu colega falou [para outros que investigavam por conta própria]: “foi tal pessoa.” Aí eu fui dar uma volta no Monza dele [do colega], eu tava junto com ele, esses ladrões pegaram e falaram: “qual é a de vocês, cagüetaram a gente? Qual é de vocês?” Aí começou aquela discussão: “Eu não fui, eu não fui!” “Vocês vão apanhar. Estavam juntos, vão apanhar os três.” [Eu disse]: “eu não vou apanhar, eu não fiz nada pra vocês.” Pegaram umas armas mais pesadas ainda, todo mundo tinha medo deles porque eles não tinham medo de matar uma pessoa, abria a boca pra eles e eles matavam sem pensar, até jogando bola já matou um cara. Chutou a perna dele, foi e matou um pai de família. Nego tinha maior medo dele. Aí foi, um começou a me dar um soco, começou a dar soco no outro; um deu uma coronhada no meu peito, caiu a arma, quando caiu a arma eu fui tentar me abaixar, ele bateu na minha cara: “Vai. Abaixa pra você ver o que eu dou na sua cabeça!” Aí, tudo bem, respirei, fiquei com dor no peito, o meu colega chorando. O último não apanhou. Quando estava indo embora: “Olha, ele tem dinheiro!” Apontou pra mim, eu estava com dinheiro no bolso, cem reais. “Dá o dinheiro!” “Não dou.” Começou a me bater, pegou um pedaço de pau e deu na minha cabeça. Entreguei o dinheiro pra ele e fui embora.

Pedro tinha 15 anos, mas já era ladrão, e portanto podia ser cobrado segundo as normas da comunidade do crime. A primeira delas talvez seja a de não delatar. O amigo delatou, por outra norma do crime local (não roubar na favela), e arrumou confusão. Ele estava junto, apanhou junto. Não morreram porque as coisas mudaram nos últimos anos. Com a entrada do PCC em Sapopemba, organizando todo o tráfico de drogas, tornou-se mais complicado ter uma licença para matar outro ladrão. É preciso autorização superior, é preciso avisar antes, verificar o desdobramento gerado pelas ameaças, é preciso saber que outras sanções não adiantam, é preciso, em última instância, “debater”⁹³. As normas dos traficantes e

⁹³ Pedro conta que seu primo foi assassinado depois de um “debate”. Perguntado o que é o debate, responde: “debate, discutir, por que, discussão, ver quem está certo e quem está errado, não é?” (...). E depois explica: “se fez errado no passado no presente você vai pagar de qualquer jeito. Se você mata uma pessoa hoje, com

ladrões também parecem ter se unificado nos últimos tempos. Nos momentos de dificuldade, Pedro (que nunca traficou) recorre ao “dono da boca” para se armar, e, ao mesmo tempo que compra as armas, recebe instruções para “ignorar” o problema com o grupo rival:

Daí juntei [dinheiro], comprei um carro, comecei a roubar de novo, peguei uma arma e trombei com os dois, comecei a dar tiro nos dois. Um no braço e outro na perna de um. Falei: “Agora vem!?” Comprei umas quatro armas, peguei amizade com esse pessoal dono de boca, comecei a me revoltar: “Quer arrumar confusão comigo, então vem!” Aí eles não chegavam mais perto de mim; quando eu estava na favela, eles não vinham. Aí eu ignorei isso porque senão ia acabar morrendo, porque eles são mais fortes que eu. Eu sozinho, porque meus colegas...

Numa fita também que eu acabei indo, quase morri. Fui assaltar um rapaz, eram três policiais. Fui assaltar ele, ele tava armado, mas não consegui ser mais rápido que eu. Mas também, eu não consegui matar ele. Agradeço até hoje por não ter matado ele. Tudo bem. Daí, apontei as armas pra ele: “Vai, vai, vai, é um assalto, é um assalto” Ele ficou olhando pra minha cara, um alemão assim. Aí, vi que eram dois maiores, um baixinho, aí fui. Quando ele foi encostando, dei um tiro no peito dele, do lado; nem foi no peito, foi na mão, assim. Eu vi que não ia dar certo porque o outro estava se coçando do outro lado. Daí eu fui, assim, nem queria mais roubar, fui me afastando com medo. Eles, armados. Os policia iam descarregar as armas [nele]. Quando eu fui ver, não tinha colega nenhum. Sorte que eu tava com duas armas. Aí, eu comecei a dar tiro nos caras e o policial começou a dar tiro também: “Tá, tá!” Sorte de mim que eu consegui dar o tiro em um. Me afastei, e eles não tiveram coragem de sacar a arma pra me dar um tiro. Aí ele viu que eu tava me afastando, afastei um metro, descarreguei uma arma e... puxaram, começaram a dar tiro e eu saí correndo. Vi aquelas balas e fui correndo pro meio do mato. Passou um colega meu com um carro, ele tava com um carro e parou, e deu uma pá de tiro; não acertou nenhum. Aí os polícias

certeza algum dia você vai morrer, de uma forma feia você morre. O meu primo, o meu primo matou, já... morreu de uma forma feia, na mão de ladrão. Num tem como, matou um filho do traficante, morreu... na mão de um amigo do dono, não é? Isso é confiar demais no colega... meu primo foi muito burro, confiar em colega, acabou morrendo por causa de colega. (...) Só que foi no debate, não sei direito [o que foi], o filho do cara tava bastante errado, num sei, ia matar, num sei o que. Meu primo acabou matando o filho [do traficante], aí foi no debate, (...), com os ladrão... testa a testa... com ladrão, aí ele falou assim: “tô certo – e era bem respeitado - e já era”. Aí os cara: “não, sou de tal lugar, sou de tal ladeira”, começou a esquentar a discussão. Vamos junto, aí tinha dinheiro para um táxi, vamos embora, testa a testa... você vai até lá, se estiver certo você pode ir embora, se tiver errado você morre. Então ele tava certo, mas... [morreu]”. [Pedro]. O debate é, portanto, um julgamento. Com testemunhas, acusação e defesa, juízes e advogados. As sentenças são sumárias. Para uma amostra impressionante deste procedimento, adotado com frequência, ver reportagem televisiva em que se reconstitui um destes “debates”, a partir de escutas telefônicas: <http://br.youtube.com/watch?v=XVs9y11XfZQ> .

conseguiram sair da casa, pulei em cima de uns, cáí, quase quebrei a perna, me ralei todo, assustado. Aí vi um carro, me escondi. Daí os polícias passaram reto. Fui embora. Cheguei na favela. Os caras: “Você tá bem, você tá bem? Pensei que você tinha morrido!” Aí teve um, eu dei um tiro no pé dele: “Pá!” “Isso aqui é pra você aprender a não deixar os outros sozinhos; “vocês são tudo safados”. Aí comecei a pegar mais raiva desse pessoal e comecei a pegar confusão. Aí arrumei bastante confusão por causa disso, e fui tentando me acalmar.

E graças a Deus, consegui me acalmar. Fui tentando pegar amizade com eles de novo, porque não tinha jeito, eu tava morando ali, não tinha como eu sair dali, deixar a minha família e tentar fazer uma loucura, porque eu ia morrer. Mas eu também já não tinha medo de morrer mais, minha família já não ligava mais pra mim⁹⁴. Demorou pra pegar amizade [de novo], daí fui num assalto com eles, roubamos acho que uns 5 ou 7 carros - só num dia só.

Daí, na última vez, demos um tiro no carro. Daí, logo a ROTA fechou a gente e começou a dar tiro. Aí, meu colega joga a arma. [A polícia:] “Senta aí!” Manda a gente deitar no chão, cabeça para baixo [cabeça baixa]. Aí começa a bater, sem dó, apanhei que nem... puxou o cabelo do meu amigo e deu logo um tapa na cara. Aí, meus colegas começam a gritar, eu fiquei quietinho. Aí teve um cara [policia, que falou]: “você é o único que tá quieto?” Ele tava com uma botina de ferro e me deu uma botinada, que parece que até estralou os ossos da costela: “Pá!”. Tava com uns objetos [roubados], e fui preso. O cara veio, e eu tinha que pegar uns negócios que estavam no barraco, senão nós íamos apanhar mais. Nem tinha bastante coisa, e eu entreguei. Daí os moleques [traficantes locais] viram e acharam normal, tudo bem. Porque ele [o policial] disse: “Senão, seu amigo morre.” E eu: “Tudo bem, eu agüento!” Meu pai estava bebão, não é não? Aí, meu padrinho: “Esse desgraçado...”⁹⁵

O pai estava “bebão” em casa, o padrinho disse “esse desgraçado” ao ver Pedro chegando capturado pela polícia, rumo à delegacia. Sua narrativa há muito já não citava os familiares, suas relações já tinham focado quase que exclusivamente os membros “do crime”. Para a família os adolescentes “envolvidos” são, quase sempre, causas de muito sofrimento. A primeira prisão é sempre momento de mudança importante. Depois dela a família se

⁹⁴ Pergunta: A relação com o seu padrinho, a essa altura, já tava ruim? Pedro: É, já tava ruim. Mas eles sempre davam conselho, não jogava eu fora. Sempre buscava eu, sentava, conversava e eu nunca respondi eles. Até hoje eu escuto eles. [Pedro].

⁹⁵ Pedro se obriga a citar o juízo dos “moleques” porque outra norma importante para a comunidade do crime é a de nunca trazer polícia para a favela. Como neste caso seu amigo havia sido preso junto dele, e o policial ameaçou matá-lo caso Pedro não o levasse à favela (à sua própria casa), a norma de lealdade ao amigo era conflitante com a de não levar polícia à favela. Sendo isso considerado, e ninguém tendo sido delatado, os traficantes locais não o culpavam.

comunica para processar o ocorrido, as suspeitas se confirmam, há que pensar o que fazer. O menino está mesmo “no crime”, está preso. A fofoca de vizinhança confirma suspeitas e restabelece o estatuto da existência social de Pedro: ele está virando bandido, já virou. A polícia faz sua ficha, tira fotografias, monta uma pasta, ele passa a ser alguém “com antecedentes criminais” e, assim, também frente ao Estado muda seu estatuto. A primeira institucionalização é outro rito de passagem relevante na vida de um adolescente de periferia.

Quando Pedro foi preso os critérios de satisfação iniciais da entrada no crime – o usufruto de bens de consumo, os passeios, as mulheres – já haviam desaparecido da narrativa (embora possam ter continuado presentes na experiência concreta). Pedro não se refere mais ao prazer de consumir o que conseguiu nos assaltos, os adjetivos positivos somem de seu depoimento. Se no começo da conversa era a roupa de marca, o tênis e o status no grupo o que estava em questão, ou ainda a complementação de renda para a rotina doméstica, o que passa a compor seu universo agora é um ciclo de ações criminosas sequenciais, sem espaço intermediário para seu desfrute. A inserção mais radical na comunidade do crime é também, e isso se nota nesse momento, a perda de parte significativa das referências sociais de oposição (tanto de pessoas como de valores sociais tradicionais): os familiares e amigos externos ao crime desaparecem, a casa some da rotina e vira horizonte distante (“vou lá só para dormir”); o trabalho não reaparece; os espaços sociais de consumo e lazer deixam de ser frequentados⁹⁶.

Além da perda destes laços sociais fundamentais, este momento da trajetória de Pedro (e não só dele) é marcado também pela chegada dos conflitos internos à comunidade do crime, que fazem os indivíduos restringirem ainda mais seus vínculos pessoais e desempenharem suas funções com discrição⁹⁷. De fato, nesta etapa é como se as relações internas a um

⁹⁶ Castel (1998) utiliza o termo “desfiliação” para dimensionar este novo dado contemporâneo: *a presença aparentemente mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado.* (p.23.) *O autor demonstra que existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência.* (p.24).

⁹⁷ A discrição é item importante de um “proceder” correto. *Ladrão... ladrão ladrão mesmo, quem é traficante, essas coisa assim, são esses rapazes que você vê, [e pensa]: “não, esse rapaz é decente, sério, que*

mundo sem lugar material explícito tomassem a totalidade da narrativa. As ações criminosas são narradas uma a uma, como se não houvesse intervalo entre elas, ou como se o intervalo fosse pouco relevante. Em suma, a vida que Pedro se lembra de narrar, ou crê ser mais relevante narrar, passa a ser a sucessão das ações criminosas de que fez parte. O mundo que se constrói a partir daí é extremamente violento. O risco de morte cresce, as trocas de tiros são mais frequentes, a violência armada passa a mediar não apenas as ações criminosas, mas com mais frequência também a sociabilidade cotidiana - ameaças internas ao grupo, punições por ruptura com o trato, negociações com outros grupos etc. Aparece a provável autoria de homicídios⁹⁸. É mais próxima também a convivência com a polícia e a violência policial. A polícia e seus métodos, nessa medida, passam a compor também a experiência de quem se vê completamente imerso no “mundo do crime”. Em realidade, a polícia demonstra-se como organização que o compõe⁹⁹.

Há ainda uma outra regularidade em toda a pesquisa, quando se diz que, a partir deste momento, não há mais o que perder. A perda de laços com pessoas, instituições e valores considerados legítimos socialmente se traduz concretamente, a partir desta etapa, na exacerbação da coragem e na possibilidade real de eliminação física. A fragilidade dos laços de pertencimento social cria uma espécie de inexistência do indivíduo no mundo legítimo que, em última instância, faz sentir que a morte seria apenas a confirmação dessa ausência. Os meninos com quem trabalhei nos últimos anos relatam esse momento muito claramente, sempre que seu “envolvimento” com o crime chega a este nível, e daí para frente¹⁰⁰. Os que morrem, quase sempre, já haviam atravessado esse limiar. Se não há o que perder, também não há mais o que temer. “Eu não tinha mais medo de morrer, minha família não ligava

tem respeito, e aí ele dá respeito pra todo mundo, ajuda todo mundo, e tipo assim, normal. Você vê e ele não é nada [de mais]. Finge que ele é um trabalhador normal. Vamos colocar, você [se refere a mim], uns rapazes que têm o mesmo estilo que você, mas isso tudo é normal. Tem sua faculdade feita mas é ladrão. É ladrão mas não demonstra nada. E esses ladrãozinho: ‘ah, sou ladrão!!’ Fica andando na favela com arma na mão, na frente de criança... [esses não têm “proceder”]. [Pedro]

⁹⁸ Da qual se suspeita pela insistência em dizer que todos os tiros disparados por ele foram no pé, no braço, quando ele retifica a própria fala quando diz que foram tiros no peito; da qual se desconfia pela insistência em dizer que “graças a deus” nunca matou ninguém.

⁹⁹ Uma compilação de dados recentes das violações de direitos humanos pela polícia brasileira está em Anistia Internacional (2005). Boletins mensais são produzidos pelo Observatório das Violências Policiais. Uma análise da relação entre polícia e direitos humanos, durante o governo Leonel Brizola, foi feita por Hollanda (2005).

¹⁰⁰ Este é o ponto que trabalho em Feltran (2004).

mais para mim”. Os rapazes envolvidos no crime a este ponto (e, portanto, simbolicamente muito desfilados de outros processos sociais, considerados mais legítimos) são excelentes funcionários para a sub-contratação – custam pouco, têm muita coragem, nenhum medo¹⁰¹. Em diversas situações de campo identifiquei este processo de sub-contratação para as ações criminosas. Quase sempre esta sub-contratação utiliza-se de trabalho de adolescentes, convencidos inclusive de que, caso sejam capturados, não haverá punição.

Ladrão instituído, ladrão institucionalizado

Eu tinha 15, 16 anos nessa época [da primeira prisão]. Com 15 anos eu aprontei mais. Eu ia fazer 16 anos. Meu padrinho foi junto comigo, eu fui lá, pá, na cadeia. Acabei ficando dois dias lá. Na cadeia, no DP (Delegacia de Polícia) em Santo André. Só esqueci o nome. Daí, fui pra UAI (Unidade de Atendimento Inicial da FEBEM, na época), fiquei um mês, certinho. Assinei [o artigo] 157 [assalto à mão armada], formação de quadrilha – era tudo “de menor”, na época, os moleques – e um porte de arma. Aí fiquei um mês na FEBEM e saí, fui no Fórum, meus parentes também todos lá. Pegamos uma L.A. (Liberdade Assistida, medida sócio-educativa em meio aberto), aí comecei a assinar o L.A.¹⁰² Foi quando eu conheci o CEDECA. Quem conhecia mais o CEDECA era meu irmão. Meu irmão só não se envolveu mais [no crime] por causa do CEDECA, acho¹⁰³. Aí conheci o Lucas [educador], esse pessoal assim, e fui com eles na quadra do Arlindo [escola pública do bairro], onde eu estudava, pra jogar bola, fazer as brincadeiras lá na quadra, e conheci eles.

Daí peguei um LA e um colega meu, que tava na cadeia, acabou saindo. E eu tinha acabado de sair. Tinha um mês certinho que eu tava na rua. Nesse mesmo dia ele foi preso comigo.

¹⁰¹ “Morrer é um fator/ mas conforme for / tem no bolso e na agulha / e mais cinco no tambor”, diz a letra da canção A Fórmula Mágica da Paz, dos Racionais MC’s.

¹⁰² “Assinar o LA” significa passar pelo posto da Fundação Casa (ex-FEBEM) responsável pelo acompanhamento de sua medida sócio-educativa (Posto Leste, no caso dos adolescentes de Sapopemba), conforme determinação judicial. Pedro passa por entrevistas com assistentes sociais, psicólogos, advogados, procura-se dar continuidade à sua escolarização, atividades de profissionalização etc. Como a demanda é enorme e a Fundação Casa em geral não tem estrutura suficiente para o atendimento, os adolescentes muitas vezes simplesmente “assinam” a documentação necessária mensalmente, e permanecem sem praticamente nenhum monitoramento durante o cumprimento da medida. O projeto de cumprimento de medidas sócio-educativas do CEDECA, por exemplo, entra exatamente nesta lacuna, complementando o acompanhamento burocrático estatal. Este projeto é discutido em detalhe na Parte III desta tese.

¹⁰³ O irmão de Pedro não se envolveu com o crime neste período, mas sim quando mais velho. Estava preso, na data desta entrevista, por ter sido capturado num assalto, no centro de São Paulo.

Dois dias na delegacia, um mês na unidade de internação. Imersão no mundo do crime. Audiência para o julgamento, a família presente, a normalização institucional da relação com os familiares. Entre Pedro e sua família, entre ele e seus laços sociais passa a haver uma intermediação estatal. A institucionalização dos adolescentes reconfigura a experiência radicalmente, em todas suas esferas. A idade de Pedro também já reconfigurara sua inserção – ele estava agora entre “os moleques mais velhos”. Suas únicas relações não (muito) mediadas pela institucionalidade criminal, durante o período de internação, passam a ser as horizontais, entre os detentos e privados de liberdade. Fortalecidos estes vínculos horizontais a comunidade se compõe, e se repõe. E para Pedro, como em diferentes medidas para todo membro de uma comunidade fechada, o mundo que importa parece terminar na fronteira de suas relações internas.

Foi a condenação ao cumprimento de uma medida de Liberdade Assistida, medida em meio aberto, que abriu um outro caminho de mediação entre Pedro e a sociabilidade familiar. Por obrigação judicial ele voltou para casa. Abriu também outra referência social: Pedro conheceu o CEDECA, os educadores, participou de atividades na quadra da escola. Inseriu, ainda, uma nova mediação na dimensão pública de sua vida – seu processo passou a ser acompanhado por um advogado, que o instruía sobre seus direitos, que conhecia minimamente seus circuitos no bairro, sua trajetória familiar etc. Desde o primeiro assalto, este é o primeiro momento em que Pedro tem relações – ainda que caracterizadas por vínculos muito frágeis – fora do “mundo do crime”. Fazia um mês que Pedro estava na rua, seu amigo que também estava preso saiu, os dois se viram logo.

Ele falou: “Tenho uma fita, acabei de sair da cadeia”. Eu já tinha me envolvido com os caras já, grandão, umas fita boa, bastante dinheiro. Ele roubou um carro, colocou uma placa, ia fazer um “bode” [falsificação de placa de carro]. Aí eu liguei pra umas meninas que eu conhecia, que era meio envolvida também e elas falaram que era bastante dinheiro. Eu falei: “Tudo bem, vou passar na sua casa.” E passamos na casa delas. Só tinha as meninas e uns caras com umas armas, eu falei: “Nossa, que bonito! Que lindo!” Nunca tinha pegado aquilo. Aprendi a mexer nelas.

E meu amigo falou: “Vamos na 45 [45°DP]”... perto da São Rafael, pegar os documentos dele. Ele tinha acabado de sair da cadeia, ele foi com o carro roubado, junto comigo. Ele pegou os documentos dele, na delegacia. Eu pedi pra ir dirigindo o carro. Eu já não dirigia há bastante tempo. Tipo assim: “Deixa eu ir dirigindo!? Faz tempo que eu não dirijo, acabei de sair da FEBEM”. Peguei, fui dirigindo o carro, e ele foi preso

mais por causa de mim. Eu tava descendo, uma arma em punho, assim, e tinha uma viatura, e eu deixei o carro morrer. A viatura parou, assim. Daí virei, a viatura parou. Eu engatei e [faz barulhos do carro, iniciando uma fuga]: “Isso aí, piloto!” Eu fui saindo devagar e a polícia veio na bota, e mandou parar: “Vuuuu”. Mas era um “bode”, um carro roubado, e ele falou: “Não vamos parar não, acabei de ser preso, acabei de sair da cadeia.” E eu: “Também não quero não, acabei de sair da FEBEM. Deixa eles darem tiro! Acelera!” Comecei a acelerar e demos um perdido nela [na viatura], e daí trombamos [encontramos] com outra. Aí, os caras dando tiro em cima da gente, eram cinco viaturas. Nós pegamos uma avenida em Santo André e começamos: fomos, fomos, fomos, quando eu fui ver tinha uns sete carros de viatura atrás da gente, e eu não sabia dirigir muito bem. Peguei uma avenida, foi fechando o farol e nós batemos os dois retrovisores, e quando olhamos de frente, tinha um carro, e nós batemos de frente com o carro: êbuf!

Aí amassou a porta no meio, no meu rosto e tudo; não desmaiei, mas deu um branco, depois eu acordei. Meu amigo tinha acabado de correr do carro, e apoiei a porta, assim [faz o gesto de sair pela janela], e consegui sair. Na hora do apavoro, acho que pode cair uns cem em cima de você, que quando você pensa em morrer, não sei como, você consegue. Acabei correndo, corri bastante. Aí vi um carro rebaixado. Até hoje não sei como eu consegui... dentro de um posto [de gasolina], um carro rebaixado, consegui me enfiar lá debaixo. Não tinha outro canto, tava fechado de polícia. Daí eu me enfiei lá em baixo (...) aí cataram meu colega dentro do supermercado, aí foi, e me catou. Sorte minha que tinha uma mulher [policia] feminina]: “Ó! O seguinte, tenta sair daí, se vira!” E eu tinha que conseguir sair, e eu me ralei todo, não sei como eu consegui me enfiar lá debaixo do carro. Eu consegui sair. Quando eu levantei, saí, veio um negão [outro policia], me levantou lá no alto e deu um soco na minha barriga. Mas ele viu que eu tava todo cortado, todo saindo sangue, e falou: “Vou bater nesse desgraçado, vai pensar que fui eu que espanquei ele. Nem vou bater em você mais!”

Todo arrebetado, todo ralado no rosto, né? Daí veio um monte de viatura; olhei pra um canto, olhei pro outro e... não ia escapar nunca. Os caras tavam todos armados. E eu vi meu colega, e ele era de maior. Aí olhou pra minha cara: “E aí, Pedro?” [Eu falei]: “Sou de menor, não esquenta a cabeça não!” Ele foi numa viatura, eu em outra e o cara [policia] falou pra mim: “Seguinte, joga tudo pro de maior”. Olhei pra cara dele, assim: “Mais fui eu que roubei [o carro]! O de maior não tem nada a ver”. Ele [o policia] foi e deu um soco no meu peito. “Vai, pode espancar, matar, tô todo arrebetado mesmo, faz o que você quiser!” Ele foi e me deu uma coronhada no peito. Aí falei: “Você não tem mais força não, polícia?” Olhei pra cara dele: “Então você tem que fazer mais coisa ainda, porque fui eu que peguei”. Foi e me deu mais um soco na boca. Aí eu falei: “Tudo bem, tô todo arrebetado mesmo”. Chegou na delegacia, chegou a vítima, acabou não reconhecendo nenhum dos dois. Aí, os policia]s: “Você vai direto pro SOS, neguinho”.

Aí entrei na cela e tinha uma pá de ladrão. Aí, meu colega foi preso e o pessoal começou a zoar: “Aí o pessoal do bandex! Sai num dia e volta no mesmo dia, meu!” Vixe, comecei a dar risada. Tinha um outro colega preso, no mesmo lugar, aí falou assim: “Tudo bem Pedro, a vítima não reconheceu você, daqui a pouco você está na rua, não esquentar não! Só não sei ele, que acabou de sair e acabou de chegar, mas você...!” Falei: “Tudo bem.” Esse rapaz era, tipo assim, considero ele; mas agora não muito, mas antes considerava pra caramba, tinha cinco passagens em cadeia. Respeitava ele pra caramba e ele me respeitava.

Aí, peguei amizade com um pessoal lá dentro, esse pessoal me cumprimentou: “Você que é o tal de JP?” Aí comecei a pegar uma amizade com o pessoal de fora, muitos (...) falavam de mim. Os “ladrão” falavam porque eu tava roubando o ano inteiro, e peguei um nome, uma amizade. O pessoal: “Olha, um molequinho daquele tamanho tem mais apetite que um ladrão.” Aí, os cara: “Vamos te levar pro SOS”. Eu: “É!? Vamos. Fazer o quê?” Meia hora [depois]: “Vou tomar um banho.” Os policial olhando pra minha cara: “Porra! Você é folgado mesmo!”

Aí, me levou pra UAI de novo e o funcionário de lá: “Caramba, de novo! E os caras: “você já sabe como funciona. Mão na cabeça, não senhor, sim senhor.” Fiquei mais dois meses lá, de novo. Fui pra UAP 8 [A sigla significa Unidade de Acolhimento Provisório, mas em realidade Pedro passa por uma UAP e se refere à UIP 8 – Unidade de Internação Provisória do Brás, onde cumpriu a medida] (...) Peguei uma amizade, a minha irmã foi me visitar uma vez e eu: “Tô aqui porque eu quero, quis pra mim. Não quero visita não! A minha família já me via roubando daquele jeito, sofria comigo e veio me visitar, já era demais”. Minha irmã tava com uma filha já, aí peguei e mandei ela embora, ela ficou nervosa. E o funcionário: “Ei, você é folgado! Você trata sua irmã desse jeito?”. E eu: “Eu trato, a irmã é minha”. Aí ele falou: “Neguinho, você é folgado mesmo!” Aí eu falei; “Sou mesmo, seu banguela!” Aí ele veio e me deu um soco. “Se fosse sua irmã, você gostaria que ela ficasse visitando você aqui?” – falei pra ele. Aí, fiquei olhando pra cara dele, e fiquei quieto. Nunca tive visita não, porque eu não quis. Minha irmã ia, mas eu falava: “Não, não aceito visita não!” Aí peguei amizade com o pessoal, uns funcionários. E peguei semi-liberdade, tinha que ficar na casa, pra dormir¹⁰⁴. Aí peguei umas amizade, tinha uns moleque folgados, uns neguinho que arrumavam treta rápido, e acabei fugindo de lá ...[Foi numa rebelião?] Não, só não voltei. (...) Aí fiquei fugitivo, em busca e apreensão. Aí, eu me envolvi mais uma vez... tipo assim, um colega meu morreu, mais outro morreu. Aí fui ver, nunca tinha visto um cara morrer na minha frente; o cara foi num assalto, acabou morrendo na minha frente, acabei fugindo. Aquela cena, e eu falei: “Nossa, eu fui, o cara não

¹⁰⁴ A semi-liberdade é uma medida sócio-educativa intermediária entre a Liberdade Assistida e a Internação, que funciona nos moldes do regime semi-aberto para adultos. O adolescente é obrigado a dormir todas as noites na unidade de atendimento da Fundação Casa ou de outra entidade social habilitada por ela para acompanhar esta medida.

voltou comigo.” [Foi polícia, ou não?] Foi, foi polícia. (...) Aí, teve um policial que eu acertei ele e acabou vindo me procurar aqui, mas não conseguiu me achar. Acabei sendo procurado pela polícia, arrumando treta com ladrão, e comecei a pegar amizade com uns pessoal forte. Aí eu vim num [outro] assalto, um colega meu já levou um tiro também, outro levou no pescoço e ficou meio gago, mas fugiu. Eu não fugia. Êita, começou a piorar as coisas.

Ao invés de eu melhorar em casa, não trazia mais nenhum real pra casa, porque eu já não conseguia mais arranjar dinheiro. Aí ia pra Febem, piorava mais em casa, e quem tava tomando conta [de casa] era o meu irmão mais [velho].(...) [E por que antes dava mais certo?] Não sei dizer, não sei dizer até hoje. Teve bastante que deu certo. Acho que acabei me envolvendo com cara que já tinha passagem, já era muito zica, como se diz, zica demais. Acabei me ajuntando com eles e era visado pelos polícias, eles viam e já conheciam. Acabou me conhecendo, acabei indo e os policiais me enquadravam: “Cadê seu colega?” E acabei sendo visado, e acabei sendo falado por polícia, porque eu tinha comprado uma moto e um carro. E aí: “Tal moleque tá “se crescendo”, tá ganhando dinheiro”. Acabei perdendo carro e moto. Alguns moleques morrendo, a polícia seguindo eu, querendo saber quem sou eu e eu acabei acalmado. Aí fui me enturmando mais com o CEDECA, fui me afastando.

Nada como a expressão “vida loka” para nomear essa experiência. É esse conjunto de vivências que a expressão designa. E porque estas vivências passaram a pautar as histórias de muita gente, a expressão se tornou moeda corrente entre os adolescentes e jovens da periferia. De volta às fronteiras internas do crime, Pedro enumera seus laços sociais: colegas, polícia e agentes penitenciários. As mediações destes laços são quase sempre violentas. Compreende-se porque as instituições penais e sócio-educativas agravam a sensação de desvinculação social, reforçam a referência do crime. Estabelece-se um circuito entre o espaço de internação, onde as relações horizontais são sempre internas ao mundo ilegal, e o judiciário criminal, onde todas as relações partem do ato infracional e gravitam em torno dele. O mergulho monotemático no crime aparece, justamente, quando o Estado resolve atendê-lo¹⁰⁵. Casa e trabalho não aparecem mais; somem também os relatos sobre as vítimas.

As relações internas ao mundo do crime ganham lugares materiais próprios e extravasam as instituições (os lados de dentro e de fora das instituições policiais e de internação estão

¹⁰⁵ É evidente que a identidade de “bandido” também se funda nessa passagem, e o estigma tem mais chance de se tornar profecia auto-cumprida.

conectados pela mesma rede de circulação – vide, aí sim, os “ataques do PCC” de maio de 2006). Neste trecho do depoimento não são mais as ações criminosas que se encadeiam, mas apenas aquelas que redundaram em ida e volta dessa fronteira, entre os lados de dentro e de fora das instituições totais. A irmã reaparece representando a família, havia sido destacada para a tarefa. Mas a lógica própria da comunidade de iguais é não compreender o estrangeiro. A justificativa utilizada por Pedro para evitar as visitas é notável, baseada numa honra que só faz sentido nesse contexto – eles já sofreram tanto comigo, ainda têm que vir aqui? Não é justo. O intervalo temporal relevante, que demarca as cenas narradas, agora é o entre uma e outra institucionalização. As idas e vindas se fortalecem, a “amizade” também, Pedro ganha “nome”.

Radicaliza-se a privação de outras referências sociais, e daí as vivências de Pedro já são situadas no limite tênue entre a vida e a morte. A motivação inicial de ingresso no crime reaparece no depoimento: “eu tinha um carro e uma moto”. Mas já não é mais mobilizada a mesma justificação ou qualidade destes bens. Agora carro e moto geram inveja, exposição e perigo. Inveja porque ele está em evidência e todos querem o que ele tem, aparecem conflitos internos ao bairro e à comunidade dos “ladrão”. Exposição e perigo porque a polícia já conhece o menino desde sua primeira “passagem”, conhece seus parceiros e, quando os vê num carro, numa moto, vai abordá-los. “Muita zica, zica demais”. A expressão que indica azar, nesse caso é explicada por Pedro de modo concreto: ele sabe bem que, tendo mais “nome”, ele passa a ser mais conhecido e visado pela polícia. Cada nova “fita” é um novo tiroteio. Os amigos e parceiros começam a ser baleados. Um morre. Mais um. As coisas pioram muito. Era tudo “ilusão”.

Caminho de volta

Teve um colega meu que quase me matou porque eu parei de roubar, um pouco. E meu colega: “Vamos assaltar?” Ele tinha acabado de assaltar uma pizzaria. Eu falei: “Não, não vou não”. “Vamos, seu cuzão!”. “Pode xingar o que quiser”. Daí ele começou a folgar comigo de novo. Aí teve um dia que ele foi, engatilhou a arma na minha cara: “Vai! Senão eu te mato agora!” “Mata se você for homem!” E era meu colega, andava junto comigo... olhei pra cara dele, assim: “Colega? Desgraçado! Sorte sua que eu não te mato agora que eu não to armado”. Olha pra minha cara: “É, teve sorte porque tem um monte de pessoa na rua”. Aí, fui em

casa e busquei uma arma e fiquei olhando. Os moleques me viram armado e falaram: “O Pedro tá armado”. Aí ele me viu lá de cima e começou a dar tiro. “Então, toma!” Comecei a dar tiro também, e acertou um no braço dele. “Ou você me mata ou eu te mato, só porque você fez isso pra mim.”¹⁰⁶

Aí ele foi embora pro interior e eu parei de roubar, depois que eu entrei nessa confusão. Ele fez um homicídio em Curitiba, matou um rapaz, um policial, não sei, conseguiu sair, aí ele disse que vinha pra cá, e eu disse que era ou eu ou ele. Fez mais um assalto e tá preso até hoje.

Eu fui me afastando, me juntando no CEDECA e comecei com o Lucas... era educador meu do LA e ele falou do Cantinho da Esperança: “Fica ali cuidando das crianças”. Eu falei: “Vou sim”. Era maior tímido na época. Entrei com a maior timidez, conheci a Neide, que é bastante colega [da equipe técnica do NASCE], que é da igreja, a Juliana, e eles me acolheram... com confiança, porque ninguém ia confiar num rapaz que tem uma ficha que é precária demais; olhar pra uma ficha e saber as coisas dele. Não sabem tudo porque eu nunca contei tudo pra ninguém, não pode contar... teve coisas que eu contei pra vocês hoje, antes eu não tinha coragem. Hoje, agradeço a Deus. Eu to vivo por causa de Deus. O único que me protege até hoje é só Deus, só.

O CEDECA reaparece em nova medida sócio-educativa em meio aberto e, novamente, recoloca Pedro em situação de se relacionar de outra forma com sua família, no seu bairro e com sua situação legal. Agora num momento de ameaça de morte mais presente, efetivamente no limiar entre um desfecho trágico ou uma reconversão ao mundo da convivência legítima, Pedro decide tentar. A briga com seu colega de crime ritualiza a passagem de volta – tudo ou nada, dentro ou fora, comigo ou contra mim, ele ou eu. Assim também se processa a aproximação da igreja. Os educadores do CEDECA que acompanham a LA, a Neide, a igreja. Um novo espaço aparece: o Cantinho (NASCE), oportunidade de trabalho numa ação social voltada para crianças portadoras de deficiências. Pedro trabalha desde então no Cantinho, já há três anos. Começou como Office-boy, depois se tornou educador recebendo por convênios da entidade com políticas sociais (Agente Jovem, especialmente).

¹⁰⁶ No contexto da entrevista, essa cena parece ter sido narrada com a intenção de demonstrar a dificuldade de se sair da comunidade do crime, para demonstrar como a saída também exige ritos. Narrada sem muita certeza, revela ainda uma outra norma do “proceder” do ladrão: te apontar uma arma é quebrar definitivamente qualquer laço de confiança – se apontar e não te matar, é sua obrigação matá-lo (o que gera necessidade de “debate” para arbitrar o conflito entre as partes).

É aí, nesse momento, que Pedro interrompe de novo o fluxo em que vinha na descrição. E então seu depoimento retoma o perfil inicial. Ele como que sai do mergulho na memória, chega ao presente, refaz seus vínculos com a família, a religião e o trabalho. Recobra o fôlego e termina sua intervenção assim:

Nunca roubei uma caneta de ninguém. A única coisa que eu queria era ganhar dinheiro, e saía pra roubar pra sustentar a casa. Mas a minha mãe me ensinou uma coisa: se você ver uma caneta em cima de uma mesa, você não pega porque é muita falta de respeito. Só roubei porque em casa tava passando muita necessidade, e roubava os outros, de fora... quem tinha, e não quem não tinha. Quem não tinha eu ajudava, dava dinheiro, até hoje com o que eu puder ajudar, eu ajudo. Fui me enturmando com o pessoal [do NASCE] e gostei das crianças. Nunca tinha visto umas crianças com esse sofrimento, diferentes, com deficiência em andar, estar dependendo dos outros pra comer, pra usar o banheiro... minha prima é deficiente, mas eu nunca me envolvi com a minha prima, ela não anda e não fala. Eu não tinha aquele contato com ela, hoje eu tenho. Aqui no Cantinho eu aprendi a ter contato com as crianças e saber viver, como fala? Não é só a minha dificuldade, que eu tenho em casa, financeira, que existe... aqui, eu aprendi a ver criança que não anda ou que anda mas que não consegue falar, várias dificuldades, criança Down, e que passa fome também, e não rouba, não precisa roubar, e vive de uma forma diferente. A mãe sofre pra caramba porque tem um filho assim, doente. E eu fico colocando aquilo na cabeça... o pessoal foi me explicando como dar comida pra eles, eu fui, comecei; tinha o maior medo, mas fui me acalmando. Acho que Deus fez uma vida nova na minha vida, consegui ter quase uma família, eu considero aqui uma família. Mais que uma escola.

Agora, hoje em dia, eu fiz um curso antes de ser registrado, como Agente Jovem e isso me ajudou bastante. Porque tinha teatro, reciclagem, comunicação e computação. E aprendi bastante coisa. Tive contato com coisa que eu conheci quando eu era pequenininho e eu deixei, jogado fora, por um ódio que eu tinha guardado. Acho que o problema era mais a minha mãe, nunca pensei em perder a minha mãe na minha vida. Hoje em dia eu falo assim: “É, mas um dia todo muito vai. Ela morreu de um jeito, doente ... Deus, religião, não sei ... religião, cada um tem um estilo. Eu sempre vou numa religião, mas não sou daqueles [muito dedicados]. Só sei que acredito na palavra de Deus. Tudo que ele fez na minha vida até hoje, acredito só ele, só. A carne da minha mãe eu perdi, mas o espírito dela, virou um coração que entrou dentro do meu coração. E eu acho que a força dela, de cima, me fez ficar mais forte e acordar pra vida. Os outros podem falar besteira mas ela é minha alma, é que mais me protege. A alma da minha mãe e Deus que me protege, até hoje. Te falar que eu não tenho medo de arrumar briga hoje, eu não tenho, mas também eu não procuro ver.

Tem uns que tem cara feia comigo, mas sempre me respeitei pra ser respeitado. Acho que o que vale mais no mundo é você ter respeito com o próximo. Acho que com isso você ganha confiança de ladrão e trabalhador. Acho mais certo. [Pedro]

ENTRE DOIS MUNDOS

O testemunho de Pedro e, mais do que isso, a experiência mais ampla que o conforma – a “vida loka” permitiria abrir diversas frentes de argumentação, algumas pontuadas telegraficamente ao longo do texto, nas notas de rodapé, outras omitidas, outras além da minha observação. Escolho precisar aqui as definições das categorias em questão já no título do capítulo, para introduzir apenas um argumento, específico e restrito, que interessa para fazer notar um problema político que se desenha em seu depoimento, e que se pretende desenvolver nos capítulos seguintes. Extraio da narrativa de Pedro, por enquanto, apenas a demarcação das fronteiras entre o “*mundo social*” das periferias de São Paulo (entendido como a totalidade das relações sociais que conformam e estão presentes nas dinâmicas de relações sociais nestas periferias) e o “*mundo do crime*” local (entendido não como qualquer atividade criminosa ou ilícita, mas como uma experiência, relativamente regular, que oferece aos indivíduos que ingressam nela vivências de mesmo padrão daquelas que Pedro acaba de descrever, ou seja, experiências-limite).

Nestas definições, fica claro que o “mundo do crime” está contido no “mundo social”, integra-o como uma de suas partes. Assim, fica também claro que neste “mundo do crime” local há uma parte dos códigos de conduta que são compartilhados com os do restante do “mundo social”, e outra parte que se distingue deles, sendo às vezes mesmo oposta à eles. Afirmo que há “fronteiras” entre estes conjuntos de relações sociais, e o depoimento de Pedro demarca nitidamente como elas operam: para as mercadorias (sanfonas, carros, motos, drogas) é mais fácil atravessar a separação entre estes mundos, há um *mercado* que torna seus fluxos mais fluidos. Mas para os indivíduos há rituais específicos de entrada e saída, códigos de conduta muito estritos a seguir, punições severas e, quanto mais “envolvido” no mundo do crime, mais violência se enfrenta. A *violência* é sempre presente na relação entre estes mundos, aliás: desde as ações criminais, de violência extrema, até as

perseguições e tiroteios, as delegacias e prisões, as relações internas com os membros do mundo do crime.

Pedro demonstra conhecer bem as regras do jogo – há fronteira, e, portanto, há comunicação. Por vezes, era importante falar como “ladrão”, outras vezes era melhor nunca ter roubado uma caneta de ninguém. Ao final, resgata o “respeito ao próximo”. “Assim, você ganha confiança de ladrão e trabalhador”. O código moral-religioso conclui o testemunho, como uma síntese aprendida no transitar de um lado e outro da fronteira que separa e comunica o “mundo social” legítimo da “vida no crime”. Se ao seguir este código obtém-se respeito dos dois lados da fronteira, é porque nos dois lados dela, em algum nível, compartilham-se estes princípios. Há ainda, como se viu, uma série de justificações morais que são acessadas repetitivamente tanto para justificar o ingresso e a participação em atividades ilícitas, entre os que as integram, quanto para afirmar a opção veemente por não aderir ao crime, entre os que a criticam.

Conheci muitas histórias, de meninos e meninas de Sapopemba, que viveram de formas distintas a mesma experiência coletiva que conforma estas vivências de Pedro. Douglas, Allan, Wesley, Marcela, Diogo, Helder, Aline, Jonatas, Michel, Robson, Lázaro, Fernando, Raul, a lista é longa, os casos são reais. E, em todos os casos, há dinheiro, objetos de consumo, passagens de lado a lado, famílias sofrendo, armas, prisões, mães fortes e tiroteios. Foram tantos outros casos assim que conheci nesses anos, em outras regiões da cidade, em outras cidades do Brasil. Conheci também em Sapopemba adolescentes e jovens que, ao me narrarem suas vidas, sem serem estimulados, o fizeram tendo como parâmetro discursivo central a resistência à entrada na vida no crime: Paulo, Neto, Rafael, Ivonete, Alex, Bianca, muitos outros¹⁰⁷.

Mas a totalidade deles apresentou suas trajetórias tendo o “mundo do crime” como um parâmetro narrativo central, e às vezes o mais central dela, em torno do qual gravita a

¹⁰⁷ Não há, nesta oportunidade, como apresentar cada um dos depoimentos, percorrer com detalhe seus pontos de inflexão e contextos, alternar comparações entre casos e apontar diferenças e regularidade entre as histórias. De certa forma, a narrativa de Pedro é tão instrutiva deste caminho, e tão densa em elementos de discussão, que optei por diluir as outras trajetórias estudadas, apresentando-as quando contribuem para pontos específicos da argumentação, ao longo dos próximos capítulos.

construção discursiva da trajetória. Afirmando, justificando ou negando ter entrado nesse mundo, este é o parâmetro com o qual se lida. Para uma pessoa nascida em favelas de São Paulo, a partir da segunda metade dos anos 80, esta experiência coletiva se apresenta com grande centralidade aos indivíduos, conforma-lhes os caminhos. Os amigos mortos ou presos, os convites para “entrar no crime” e as formas de lidar com a violência do tráfico ou da polícia etc. são temas corriqueiros dessas trajetórias. Apesar de serem minoritários numericamente os que, como Pedro, encaram vivenciá-la, a centralidade da experiência da violência nestas vidas, e sempre relacionada ao “mundo do crime”, é sintoma claro da mudança nos parâmetros da organização das dinâmicas sociais das favelas e, por extensão, primeiro das periferias e depois da cidade de São Paulo.

Em política, importa mais a capacidade de impor os parâmetros comuns em que a disputa se desenrola, ou seja, a pauta de temas e a demarcação dos terrenos dentro dos quais os sujeitos são obrigados a disputar espaço, do que os “conteúdos” ou “resultados” da disputa em si. O “mundo do crime” e seus métodos têm ampliado, nas últimas décadas, sua capacidade de impor os parâmetros de organização ao “mundo social” das periferias de São Paulo. E, portanto, tem conquistado poder político naqueles territórios. Hoje já não há mais como ignorá-lo. Para todos os adolescentes e jovens entrevistados, moradores de favela – há uma questão de geração e de divisão espacial clara aí – há que se lidar com sua presença ou disputar espaço com ele. Para muitas das suas famílias, e também para famílias que vivem fora das favelas, também tem sido assim. De modos heterogêneos, como demonstram os próximos capítulos, o mundo do crime tem abordado uma série de outras dinâmicas sociais das periferias urbanas, e o caso de Sapopemba é, também neste aspecto, muito instrutivo.

CAPÍTULO 2. De operários a trabalhadores

A seqüência de três histórias familiares que se inicia aqui, e segue pelos Capítulos 3 e 4, parte de uma das famílias colonizadoras do bairro, de perfil operário. Acompanhar a história de Seo Cláudio e Dona Sílvia é acompanhar a trajetória da família operária que chega a Sapopemba, e conhecer o projeto que animou a ocupação inicial do distrito. Mas é mais do que isso. Deste projeto, desdobram-se evidentemente as funções econômicas desempenhadas pela força de trabalho industrial no crescimento da região e da cidade, e vislumbra-se a relevância da proteção social que acompanhou os trabalhadores do período, bem como as conseqüências sociais de seu desmanche recente. Mas tudo é muito mais. Nos circuitos da família desenham-se também, de um lado, as formas de crescimento e urbanização da cidade, e de outro as conformações originais do associativismo popular paulistano, que desaguou, numa conjuntura específica, no ambiente de formulação de um projeto político central na conformação da cena pública brasileira. Tudo isso até o final dos anos 80. Os temas emergem conforme a narrativa da família caminha, mas passo por eles telegraficamente, na primeira parte do capítulo. Pois a intenção é avançar na cronologia, e contextualizar, na segunda parte, o que ocorre na mudança de geração, a partir dos anos 90, e notadamente nas dinâmicas sociais contemporâneas das periferias, nas quais se inserem – diferentemente – os três filhos do casal.

Eu cheguei a Sapopemba mais de trinta anos depois deles. Foi na casa própria da família, auto-construída, agora já bem acabada, que fiz algumas entrevistas com Seo Cláudio e Dona Sílvia, mas sobretudo com a filha mais velha, Clarice, e um dos seus irmãos. Agora, vivem ali só ela e os pais, os meninos já se casaram. Chegar no portão e bater palmas, ouvir o cachorro latir e, depois do cadeado aberto, entrar para conversar. Conversar, de fato. As entrevistas foram sempre muito agradáveis, repletas de assunto, e não se restringiram às minhas perguntas. Todos se interessavam pela minha família, por histórias dos meus filhos, dos amigos que eu levei para acompanhar a pesquisa¹⁰⁸. A família recebe bem as visitas.

¹⁰⁸ Em algumas destas visitas fui acompanhado, uma vez por Ana Paula Galdeano Cruz, outra por Robert Cabanes, outra por Suresh Naimar, todos pesquisadores em ciências sociais.

UM PROJETO COMUM: família operária, trabalho e casa própria

Seo Cláudio e Dona Sílvia nasceram ainda em área rural, de fazendas, mas já na beirada da cidade grande. O lugar em que viveram se tornou depois o Parque São Lucas (distrito vizinho de Sapopemba), loteado nos anos 60 e hoje já completamente urbanizado. Filhos de imigrantes italianos e espanhóis, que fizeram a vida em São Paulo, foram crianças na cidade promissora dos anos 50. Vizinhos desde essa época, herdaram dos pais o cristianismo e a moral do trabalho, viram a urbe crescer e sabiam que podiam “crescer com ela”. Mas era preciso trabalhar para valer, e então trabalharam, desde muito cedo¹⁰⁹. Ele, “puxando areia e tijolo” no caminhão do pai, dos sete aos 18 anos de idade. Em seguida serviu o exército, tempos de ditadura: “não peguei moleza”. Queria seguir carreira militar, mas seu pai falecera – assassinado – e, como era o filho mais velho, foi obrigado a largar a farda. Uma metalúrgica de Santo Amaro pagava melhor, e ele ficou ali até 1969. Dona Sílvia trabalhou como babá desde os 12 anos de idade. Aos 15 ganhou um emprego numa fábrica de linhas, na Mooca, e seguiu na indústria têxtil até se casar, em 1970. Ela conta que seu pai era muito bravo, que se casou na primeira oportunidade que teve¹¹⁰.

Aí começou a luta que foi pior ainda. Porque se eu soubesse que era tão difícil a vida de pobre, ter filho, criar, ter uma casinha... como é difícil, eu não teria casado. A vida de pobre é muito difícil.[D. Sílvia].

Estranhei ao ouvir esta formulação, já no momento da entrevista. Acho que foi a única vez, durante minha pesquisa de campo, que alguém se referiu a si mesmo e à sua família utilizando a categoria “pobre”. Ou ao menos com essa ênfase: Dona Sílvia repetiu algumas vezes a palavra, como explicação central da trajetória inicial. Curiosamente, a expressão apareceu justamente na família mais bem estabelecida economicamente que estudei em Sapopemba. E, sobretudo, depois de terem saído de uma situação de privação material mais difícil, já tendo alcançado um conforto maior. Logo ela refez o caminho: *hoje, graças a Deus, hoje eu estou feliz. Tenho neto, filho casado...*

¹⁰⁹ Trabalhando desde muito cedo, a escolarização de ambos restringiu-se ao que seria, hoje, o ensino fundamental incompleto.

¹¹⁰ *Depois dessa referência à braveza, é assim que ela se refere ao pai: meu pai sem juízo, trabalhador, mas... muito danado, namorador. Então a gente sofria muito, desde pequena. [Sílvia].*

Dona Sílvia deixou de trabalhar depois de casada; era o que a mulher devia fazer. Além do mais, a estabilidade do emprego registrado, do marido operário, permitia que cada um assumisse seu papel destinado. O *script* funcionou, a princípio. O Brasil ganhou a Copa e o casal teve três filhos: Clarice em 1971, os gêmeos em 1975. Ele reclamava sempre de dores nas costas, carregar areia desde criança deixara seqüelas; mas continuava na indústria metalúrgica, agora em uma segunda fábrica, no ABC. Ganhava um pouco mais, trabalhava mais perto de casa, a vida começava a se estabilizar. Hora de pensar num terreno, para construir uma casa, para aumentar a família.

A trilha é bem batida. Os filhos devem estudar, a família se desdobra para garantir o estudo. A passagem de gerações corresponde a aumento de escolaridade e muito maior acesso a bens e serviços, até porque a trajetória do grupo se dá num contexto de franca modernização. Elementos já explorados na literatura sobre a família operária, desde os anos 80, aparecem em seqüência: trata-se de um grupo familiar estruturado em torno de um projeto de ascensão social pelo trabalho, com a religiosidade popular cristã (sobretudo católica, mas por vezes protestante) imprimindo o código moral de coesão entre os membros; os papéis de cada um na família são bem estabelecidos, delineados acima de tudo pelo gênero e pelo respeito aos mais velhos¹¹¹. Além disso, neste delineamento de papéis há sinais distintivos, dos mais cotidianos: como em boa parte das famílias rurais, na família operária de São Paulo é comum que os filhos usem “o senhor” ou “a senhora” ao se dirigirem aos pais. Eu mesmo utilizo aqui pronomes de tratamento: “Seo” Cláudio e “Dona” Sílvia, que me apareceram automaticamente desde que os conheci, mas que não utilizei com outras famílias na pesquisa. Pronomes de tratamento que designam um misto de respeito e simplicidade, ao mesmo tempo¹¹². Se é assim, é verdade também, e a literatura também já notou há tempos, que esta demarcação de papéis familiares encontra dificuldades em se manter nos cotidianos. Sobretudo em contextos sociais que mudam rápido, o pai provedor e

¹¹¹ Para uma caracterização da família operária que chega às periferias de São Paulo, é referência central o artigo de Durham (1980). Uma etnografia muito detalhada desta família popular, em sua heterogeneidade, foi feita por Cabanes (2002) já nos anos 80. Ferreira (2003) fez estudo minucioso de doze famílias de uma favela, já na virada do século, e a leitura de suas trajetórias, atentas à questão do trabalho, revela a profundidade dos deslocamentos recentes.

¹¹² Ou um respeito à simplicidade, pois o ambiente de relações sociais e culturais que se conforma, a partir da estruturação deste modelo familiar, já desde a zona rural, é fundado pela centralidade e pela dignidade do trabalho. “Simples, pobres, mas dignos” (porque trabalhadores).

protetor, a mãe que exclusivamente dirige o ambiente doméstico, os filhos que estudam etc.¹¹³ tornam-se, com os anos, papéis de tipo ideal, que servem mais como referência moral e código de hierarquização interna da família, do que achados etnográficos.

Pois bem, o emprego industrial do pai levou a família a comprar um terreno, já em 1972, naturalmente num loteamento ainda sem nenhuma infra-estrutura, um pouco mais distante do centro¹¹⁴. Um terreno na fronteira de expansão da cidade. A família se mudou para o Jardim Planalto, em Sapopemba, quando Clarice ainda era bebê de colo.

Cidade e política na esteira do projeto familiar operário

Quando nós chegamos, aqui não tinha nada, era tudo mato. Quantas vezes escuta-se esta frase, em pesquisa nas periferias consolidadas de São Paulo. Trata-se aqui também de um depoimento regular. Que abre para mais e mais regularidades. A casa da família foi conseguida seguindo seqüência costumeira: construído um cômodo no terreno recém-comprado, a família nuclear se muda para lá; deixa de pagar aluguel e investe na autoconstrução, com a ajuda da família ampliada (os irmãos do pai também eram operários, e também compraram terrenos no mesmo bairro). Com o passar dos anos, e com a mediação das ações coletivas de tipo local, acompanha-se a chegada da luz, a instalação dos postes, dos relógios, as obras de implantação da rede de água e esgoto. Os vizinhos se conhecem nesse processo, as demandas são compartilhadas, os interesses são comuns. Aí é fazer abaixo-assinados para as empresas de ônibus, ver o asfalto chegar e, com o tempo, o bairro em construção virar cidade.

Chegam ali, então, as escolas públicas, creches, farmácias e padarias, telefones, postos de saúde, igrejas e traficantes de drogas¹¹⁵. As pequenas praças e áreas de lazer são desenhadas nos terrenos livres que restaram entre um e outro loteamento. Primeiro são os campos de futebol, e depois são as favelas que tomam estas áreas. A cidade mantém seu padrão de crescimento, pela expansão das periferias, e com os anos estas periferias se consolidam.

¹¹³ Durham (1980, 2005).

¹¹⁴ *Aí eu recebi uma indenização [acordo de rescisão do primeiro emprego], arrumei mais um dinheirinho emprestado e dei entrada no terreno. [Seo Cláudio].*

¹¹⁵ Trabalhei com detalhe sobre este processo em Feltran (2005), especialmente nos capítulos 2 e 3.

Esse processo de urbanização é central na configuração da cidade, e de todo um mundo social e político. É dele que surge a “periferia trabalhadora” da cidade de São Paulo, que gerou uma sociabilidade muito própria. Esta camada de tecido social já foi relativamente bem estudada na literatura específica. Interessa-me aqui sublinhar que, como neste caso específico, a expansão das periferias em São Paulo é coerente a um projeto específico de família.

Seo Cláudio e Dona Sílvia não chegam ali por falta de opção, mas por seguir o *script* traçado por uma experiência mais ampla, que se apresentava aos trabalhadores do período. A dignidade da família se fundava na seqüência trabalho, casamento, casa própria e sacrifício para “fazer a vida”. É a ascensão social da família (melhores condições para os filhos etc.) o que está em questão, porque aparecia como possibilidade concreta a este conjunto da população. Este projeto de família, centrado na estabilidade do trabalho, é coerente com uma conjuntura específica de alta necessidade de mão de obra industrial, e funciona enquanto esta conjuntura permite, ou seja, até meados dos anos 80.

Neste cenário, é evidente que os setores trabalhadores que colonizavam as periferias tinham interesses comuns. E, pela novidade de sua aparição, estes setores ainda não tinham construído adequadamente sua representatividade destes interesses no mundo público. A conjuntura de abertura política era, então, uma oportunidade. Politicamente os ventos também são favoráveis para famílias como a de Seo Cláudio. Diversos outros setores pouco representados buscavam fazer-se representar na cena pública, e a legitimidade dos trabalhadores era inquestionável. O que Eder Sader (1988) percebe é o potencial político desta condição, num contexto de transição de poder de Estado e redefinição do estatuto do trabalho produtivo. É deste setor (de famílias como as de Seo Cláudio e Dona Sílvia) que nasceriam as bases dos movimentos sindicais e populares do período.

Mas para que estes movimentos emergissem, muita ação política foi realizada nas bases. O resultado desta ação foi que as camadas trabalhadoras operárias se aliaram, de um lado, a grupos de moradores de favelas e cortiços, ainda mais pauperizados, organizados pelas alas “progressistas” da Igreja católica. E, de outro lado, às “esquerdas” das universidades, associações e sindicatos, que renovavam de modo muito particular as matrizes discursivas da luta popular do período (o catolicismo, o sindicalismo, o marxismo). Daí, surgem os

“novos personagens” de Eder Sader, conhecidos como “novos movimentos sociais” na literatura específica¹¹⁶.

No plano local, os indivíduos que assumem postos de direção nas associações, sindicatos e movimentos populares, que “pipocavam” nas periferias de São Paulo desde o final dos anos 70, são provenientes de famílias de perfil muito semelhante à de Dona Sílvia. A partir de 1980 estas organizações articulam-se sob o programa do Partido dos Trabalhadores, e aproveitam da visibilidade de sua aliança com todos estes setores sociais para buscar, desde a transição democrática, legitimidade pública para suas demandas¹¹⁷. Se nunca foram hegemônicos, estes setores foram politicamente centrais para a demarcação das balizas no interior das quais se desenrolou o debate político das últimas décadas. É graças a este campo discursivo, esta experiência pública, que “trabalhadores” como Dona Sílvia e Seo Cláudio, de formação original tão conservadora, aderiram ao mundo das esquerdas, no período. O projeto da família casava-se perfeitamente com as promessas de justiça social contidas nas lutas sindicais do período de abertura política. Além do mais, as tintas cristãs que o discurso popular de esquerda imprimia nos imaginários eram muito coerentes à moral familiar do trabalho, que estruturava esse universo social desde os tempos da imigração. A ideologia construía um país de trabalhadores. Os operários aderiram a ela: *o Lula fazia reuniões na casa do meu tio*, conta Clarice, lembrando a infância. *Eu era comunista, eu vi o PT nascer*. Acompanhar a trajetória desta família – como de tantas outras famílias operárias e “trabalhadoras” de Sapopemba, e das periferias de São Paulo – é, então, verificar como se articulavam pela base um modelo de família popular a um projeto urbano e político centrados no trabalho, no trabalhador. Havia um mundo social específico, que se fundava aí e tinha correspondentes desde a esfera privada à pública, passando pela construção da sociabilidade. Pois bem, foi este mundo social, amparado num projeto privado de família e num projeto público de ação política que se desloca na década de noventa. As seguidas crises no mundo do trabalho, centro desta equação, e o dismantelamento dos aparatos

¹¹⁶ Revisões desta literatura, no Brasil, são feitas por Baierle (1992), Paoli (1995) e por mim mesmo em Feltran (2005). Para uma revisão muito completa e atual dos estudos, linhas de análise e teorias das ações coletivas, em escala internacional, ver Cefai (2007).

¹¹⁷ Estudei os deslocamentos no terreno político que estes atores fundaram em Feltran (2006, 2008a).

públicos de sua regulação, que as acompanham, fazem com que todo este edifício estremeça.

No meio do caminho

A metáfora do edifício que estremece, numa escala mais ampla, é útil também na escala familiar. Dez anos depois do casamento, as dores nas costas de Seo Cláudio pioraram, diagnosticou-se reumatismo, e foram vários os períodos afastado do serviço. Quando o provedor fica sem trabalho, a casa é obrigada a se reorganizar. Neste caso, ainda havia a seguridade pública, garantida pela legislação trabalhista.

ai ele ficou muito tempo encostado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Porque o médico enrolava, ele ia trabalhar mancando... ai depois ele trabalhava um pouco, um pouco ficava em casa, encostado pelo INSS. Ai foi muito difícil, porque demorava aquele tempo até três meses, sem receber. Foi muito difícil. Ai nessa época o que eu fiz foi enfrentar casa de família. Eu fui fazer faxina. Porque eu saía de manhã pra trazer o que comer pras crianças e pra gente à tarde. E eu deixava ele doente. Muitas vezes ele se apoiava até num cabo de vassoura pra ir até o banheiro, porque eu não tava em casa pra ajudar. Então eu digo isso, que a vida foi muito difícil (...) e com as três crianças pequenas.

A Clarice que cuidava, coitada. Limpava a casa, esquentava o almoço... ele também trabalhou, mesmo encostado, quando ele melhorava um pouco ele pegava um bico [vendia churrasquinho na rua, fazia pequenos serviços]. Então ele trabalhava, ajudava a esquentar a comida e era assim, com essa dificuldade toda. [Dona Sílvia]

Mesmo com algum recurso garantido pela seguridade social, a família encara outra situação. Milhares de outras famílias, simultaneamente, enfrentavam esta situação pelo desemprego crescente do período. A mãe assume a dupla jornada de trabalho, a filha mais velha é encarregada do cuidado cotidiano dos irmãos mais novos, o pai se vira como pode para auxiliar a renda, na informalidade. Em alguns períodos a privação foi mais forte, em outros um pouco melhor. O tempo passou, as crianças cresceram. Seo Cláudio conseguiu se aposentar por tempo de serviço. Dona Sílvia teve problemas de depressão nos últimos anos, perdeu a mãe, se emocionou ao se lembrar dela em uma de nossas conversas. Também ela recorreu ao INSS, recebeu por algum tempo o auxílio-doença, depois teve alta. Dona Sílvia continua a recolher sua contribuição pública, como autônoma, para conseguir se aposentar.

A vida foi se assentando, a gestão doméstica conseguiu equacionar os períodos mais difíceis. Os meninos também eram trabalhadores, a partir dos anos 90 já começaram a se virar, estudavam e ajudavam em casa. *Nós não temos carro do ano, mas sempre tivemos plano de saúde, e todo mundo vai ao dentista [Clarice].*

NA PASSAGEM DA GERAÇÃO: deslocamentos no trabalho

Seo Cláudio sai da sala e vai, mancando, até o portão. Conversa com um vizinho que passa, enquanto espera Márcio, um dos filhos, trazer o netinho para almoçar com os avós. O filho chega com uma criança pequena: motor barulhento de carro velho, som alto, sorriso largo. Pai e filho se abraçam, brincam um com o outro, entramos todos para almoçar. Depois de perguntarem das minhas histórias, falamos sobre o trabalho de Márcio, 32 anos, eletricitista nas Casas Bahia. Mais precisamente, Márcio me conta como se organiza o seu trabalho: ele viaja pelo estado todo montando a parte elétrica ou reformando as lojas da rede. Comenta o quanto crescem as Casas Bahia. *Eles abrem loja nova todo dia.*

Márcio é irmão gêmeo de Sérgio, ambos estudaram até o ensino médio, fizeram curso técnico no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Prestador ferramenteiro. A expectativa evidente era a de garantir também para eles, os filhos homens, a estabilidade dos empregos industriais da qual o pai e os tios desfrutaram. Eles seriam provedores depois, afinal. Entretanto, crescidos nos anos 90, os meninos já não encontraram o cenário do emprego industrial estável.

*Foi caindo o emprego, muito robô. Foi mecanizando, robô pra caramba. Esse negócio de prestador ferramenteiro é pouco que tem hoje em dia.
[Seo Cláudio]*

Os meninos trabalharam, o valor central da família foi transmitido de geração a geração. Mas a trajetória profissional dos filhos de Seo Cláudio é muito distinta da dele próprio. Aos 32, casados e pais de família, os rapazes já passaram por diversos empregos, em geral formais, tanto na indústria como nos serviços. Além disso, adultos crescidos em Sapopemba, eles já não encontraram um entorno marcado por interesses comuns, como seus pais encontraram. O ambiente profissional já é muito mais competitivo, dado o desemprego e a exigência por qualificação, e a pressão por associação, da geração anterior, se traduz em

pressão por individuação são mais individualizados do que os da geração anterior. Há a necessidade de empreender.

E empreender é a cara das Casas Bahia. Continuando a conversa no almoço, Márcio me conta que Samuel Klein, dono e fundador das Casas Bahia, *escapou do campo de concentração e nunca foi empregado de ninguém*. Que ele veio com a esposa, fugitivo de guerra, e que perdeu toda a família durante o regime nazista. Que começou a vida em São Paulo sem nada, vendendo coisas de porta em porta, numa charrete. Que o nome “Casas Bahia” foi feito para agradar os pobres, público-alvo desde o início, quase sempre migrantes nordestinos recém chegados em São Paulo, que precisavam montar suas casas, e precisavam parcelar os pagamentos. Que graças a esta sacada, hoje ele tem mais de 600 lojas.

Ele controla o mercado. Não adianta produzir eletrodomésticos se as Casas Bahia não comprarem. Se a TV custa R\$ 500, ele diz que paga R\$ 300, e os caras são obrigados a vender para ele. Tem mais de 40 mil funcionários. Eu trabalhei na Continental 2001, que fabrica fogões, e os caras diziam que metade da produção era para as Casas Bahia. [Márcio]¹¹⁸

Agora, projeto e atuação não se combinam mais. Se o plano é subir de vida empreendendo, as chances reais são pequenas. Enquanto diz que o caminho é esse, Márcio me conta que gostaria mesmo era de ser *chef* de cozinha. Pensa no que precisaria, para empreender. Calcula a remuneração e o investimento necessário nos cursos de formação, e ali mesmo desiste: com uma família para criar, não poderia começar tudo de novo, do zero. Não dava.

Eu queria outro trabalho, não queria mais trabalho assim. (...) O problema daqui é o seguinte: você não tem dinheiro, você não tem recurso pra poder estudar. Não tem a facilidade que vocês têm pra poder fazer um intercâmbio, igual vocês fazem [se refere a mim e a um pesquisador canadense que me acompanhava]. Aqui não tem nem jeito de fazer intercâmbio. Porque assim, tem um curso, é assim, eles falam que pra fazer um curso na França, é tipo obrigatório, pra quem faz gastronomia. E eu sei que tem um curso lá que custa R\$ 10 mil, só o curso. Aí você tem que pagar estadia, tem que pagar alimentação... não tem crédito educativo. Se torna inviável. [Márcio].

¹¹⁸ Por coincidência, ou por disseminação do discurso, eu havia escutado exatamente esta mesma história, em alguns momentos com os mesmos termos, numa outra família que conheci em Sapopemba, duas semanas antes. Dois dos filhos da Célia, rapazes de 20 e 22 anos, eram funcionários do setor de informática da empresa, e igualmente fascinados pela história pessoal de seu fundador. Usaram a expressão: *a empresa cresce, a gente pode crescer com ela*.

Cafezinho, e depois era hora de ir. Já tinha feito o caminho à pé algumas vezes, mas Márcio também seguiria para sua casa, me ofereceu uma carona. Som alto, barulho do motor, Sapopemba. Fui pensando no contraste entre a história dele e a dos pais. As trajetórias dos filhos de Dona Sílvia não são apenas diferentes por singularidade, algo que sempre ocorre mesmo dentro de um mesmo conjunto de parâmetros de organização. As formas de organizar a vida entre as gerações são distintas, nenhum dos filhos manteve os parâmetros fundadores da família operária, quando cresceram. Nem seria possível mantê-los – nem o trabalho, nem a religião e nem o projeto de ascensão social, centros de uma história familiar anterior, permaneceram os mesmos nesse período. O mundo se deslocou, de uma geração a outra, e os meninos perceberam isso. Clarice tem uma história de vida radicalmente distinta da de sua mãe.

a Clarice é solteira, mas muito ajuizada. Nunca me deu trabalho com nada, sempre pensou em estudar, sempre teve vontade de sair daqui. [D.Sílvia]

meus irmãos fizeram SENAI, não é? Agora eu era a mulher, então não fiz o SENAI, então o que me sobrava? Casar, ter filhos, essas coisas... e estudar foi uma opção minha. [Clarice]

A mãe se casou aos 18 anos, a psicóloga já tinha 36 e preocupava-se com sua carreira. Para as moças de família operária, ou de qualquer família popular, o casamento é uma referência central do sucesso na trajetória feminina. “Clarice é solteira, mas muito ajuizada”. A pressão pelo cumprimento do papel reprodutivo entre mulheres desta idade é considerável na família. Mas ela apostou nos estudos, e conseguiu estudar numa das principais universidades de São Paulo, cursou psicologia na PUC. Clarice também teve que trabalhar desde cedo, trabalhou também para pagar a faculdade, mas o esforço surtiu efeito.

quando eu ia para a PUC, eu mudava de mundo. Porque eu saía do extremo da pobreza e ia para outro mundo, não é? Então assim, eu participava de conversas do tipo: “Vamos para a Itália em julho?” “Ah vamos!”, “Clarice, vamos?” Claro, que vou para a Itália. Eu não tinha nem nunca saído do estado de São Paulo, quem dirá ir para a Europa, não é? Então, essas coisas foram mexendo com a minha cabeça, mas não mexeram de uma forma ruim.

eu não tinha envolvimento com nada aqui no bairro, que eu sempre neguei o público daqui. Então eu esqueci, que eu morava aqui... como a faculdade era em tempo integral não tinha como [viver o bairro]. Eu não conhecia nada daqui. Eu sempre neguei. [Clarice]

“Sempre pensou em estudar, em sair daqui”, diz a mãe. A opção é respeitada, coerente com o projeto original de ascensão. Querer estudar, como se vê, é o mesmo que querer sair da periferia, mudar de ambiente, de código social. Querer estudar vem da falta de identificação pessoal com o entorno, com o bairro, com a “comunidade” de interesses homogêneos que se compõe ali. Se o projeto da família operária é ascender, há que ter um vetor de interesses apontado para fora do bairro. Clarice deixa clara a opção. “Eu sempre neguei”¹¹⁹. Os conflitos de Clarice entre os “dois mundos” foram marcantes em sua formação. Fizeram-na transitar na fronteira entre a família operária, as convicções socialistas e a psicologia social da PUC, disciplina ao mesmo tempo vinculada tradicionalmente aos movimentos de esquerda e freqüentada pela elite intelectual de São Paulo.

Terminou sua graduação no final dos anos 90, e em seguida trabalhou algum tempo como psicóloga em uma grande empresa de bebidas, no “Departamento de Gente” (assim se chama, ali, o departamento comumente conhecido por “recursos humanos”). Mas a vontade de trabalhar com as questões sociais a aproximou da área da infância, das violações de direitos, do cooperativismo, e Clarice foi selecionada para atuar num Centro de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes, outro CEDECA, chamado Paulo Freire, na Zona Norte de São Paulo. Ali, soube que a alguns quarteirões da sua casa, em Sapopemba mesmo, havia um centro parecido. Enviou um currículo, em boa hora. Em 2004, acabava de ser aprovado o financiamento para o programa de acompanhamento de medidas sócio-educativas em meio aberto (que discuto com detalhe dos capítulos 6, 7 e 8). Havia recursos para dois psicólogos, Clarice era moradora do bairro, tinha um bom currículo, experiência em outro CEDECA, foi imediatamente contratada.

Permaneceu ali por dois anos, foi onde a conheci. A experiência na organização, e no atendimento aos meninos autores de ato infracional foi muito intensa. Saiu de lá para atuar em uma organização não-governamental (ONG), ligada à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que atua diretamente com o tema da violência sexual¹²⁰. Pretende sair de lá logo, me

¹¹⁹ Durante minha conversa com Clarice, pela proximidade das redes universitárias, diversas vezes interrompemos o assunto para comentar sobre pessoas conhecidas. Era curioso ir a Sapopemba estudar o outro e encontrar gente conhecida. Heterogeneidade e conexões, ao invés de homogeneidade e segregação, que compõe o senso comum sobre as periferias.

¹²⁰ *Eu trabalho em uma ONG, uma subsede da OAB. (...) Eu faço laudos de violência doméstica e abuso*

disse no início de 2008. Converteu-se ao budismo quando ainda estava no CEDECA. Mais uma ruptura, central, com as trajetórias-tipo que encontra-se com regularidade na geração anterior. Conforme a conversa com Clarice avança, some o modelo da família operária, somem as regularidades dos depoimentos de até então. Se no período em que a geração de Dona Sílvia colonizou Sapopemba, e tantas outras periferias, as trajetórias são relativamente homogêneas, entre seus filhos cada trajeto é singular. Clarice tem uma vida já muito distinta de sua mãe, e da trajetória de seu irmão Márcio. A história de Sérgio, o outro filho, também tem suas particularidades. Ele conheceu bem o bairro, desde criança, e daí são outras as questões que aparecem.

O “mundo do crime” à espreita

Há algo ainda não dito, acerca da adolescência e da juventude dos meninos. Clarice, Márcio e Sérgio cresceram nos anos 80 e entraram no mundo na década de 90. Nesta década, junto com eles cresce a violência e a organização do “mundo do crime”, em Sapopemba. Os três foram abordados por esse processo em suas trajetórias, muito mais do que a geração anterior. Frequentar a escola no bairro era, de alguma forma, ter que lidar com as histórias de violência, vinculadas já diretamente ao crime local.

eu sempre pratiquei muito esporte na escola, eu era do time de basquete, mas treinava todos os outros [esportes]. Treinava atletismo, ginástica, não sei que. (...) E eu conhecia os meninos mais velhos, bonitos, fomos crescendo e cada um foi para um lado. Mas esses meninos (...) o que eles faziam? Eles roubavam caixa eletrônico. O Paulinho, que era filho do zelador da escola, jogava no time, jogava vôlei, era uma graça. E ele trabalhou um tempo no Itaú. E o que eles fizeram? Montaram uma quadrilha, descobriram que com uma caixinha de fósforo você conseguia fazer o caixa eletrônico quebrar. E você ligava para o cara, “ó, engoliu

sexual, principalmente, que são solicitados pela Vara da Infância e da Juventude, Vara de Família e da Vara Criminal; das DDM (Delegacias de Defesa da Mulher) e DP (Delegacias de Polícia); denúncias anônimas; Hospital Pérola Byington; Conselhos Tutelares e alguns outros lugares. Não é um trabalho fácil, ao contrário, é extremamente difícil! Mas, profissionalmente é muito bacana! Amadureci muito clinicamente nesse lugar, quem investiga casos de abuso, investiga qualquer coisa. Toda e qualquer demanda parece simples e fácil de resolver. Tenho dado algumas aulas sobre a importância do laudo psicológico nos casos de abuso e maus tratos, que é fundamental e decisivo quando o exame de IML (Instituto Médico Legal) é negativo, por exemplo. Existe uma crença de que se não houve rompimento do himem ou rotura anal não houve abuso. Mas, atos libidinosos (chupar, beijar, acariciar, expor à pornografia, etc...) também é Abuso Sexual. Sinteticamente é isso! O público-alvo são advogados, de recém formados a aposentados. [Clarice].

meu cartão, não sei o que”. E o cara vinha, e quando ele vinha eles abriam o caixa eletrônico e levavam todo o dinheiro que tinha lá. E isso com um esquema de dentro, que era o Paulinho; que entrou não sei por que, porque estava bem colocado na época. O Paulinho tinha minha idade, um ano mais velho ou mais novo. E era aquele esquema. Um dia o Paulinho sumiu. E acharam ele depois de muito tempo. Ele tinha morrido com 25 tiros, tinham sumido com os documentos dele. Na verdade foi exumado o corpo e depois se desconfiou de que ele era o filho do Seo João, e era ele mesmo. Foi uma morte muito triste. E o pessoal dizia que era um segurança do Itaú que tinha mandado. Que andava de carro perseguindo.[Clarice]

Escola, crime, retaliação e homicídio. Um caso lembrado da memória, sem estímulo, durante uma entrevista focada na trajetória profissional da psicóloga. Alguns outros casos de violência permeiam o depoimento sobre sua trajetória. Mas a violência é algo que tangencia as vivências, que não as constitui internamente. Até aqui, a violência e o “crime” estão na recuperação de um episódio entre conhecidos de escola, ou na lembrança de uma vivência com familiares distantes, com conhecidos do bairro¹²¹. O universo do crime e da violência se associam, cruzam as redes de sociabilidade de Clarice; mas não de modo constitutivo. Entre suas relações mais íntimas, seus amigos próximos, seu grupo de amizades mais caseiro e sua família, não há violência ou crime.

A narrativa corresponde ao que se espera. Aprende-se que o universo criminal e violento opõe-se pelo vértice à família trabalhadora. O fetiche discursivo opera a distinção entre trabalhadores e bandidos. E nesse caso não há dúvida: a família é muito trabalhadora. O crime e os bandidos, além do mais, vinculam-se em especial à favela, não aos moradores antigos do bairro, que erigiram ali sua casa própria com suor. Deveria ser assim, no senso comum. Mas não é assim que as coisas se processam, na pesquisa de campo.

Quem teve problema com drogas foi o Sérgio. (...) Ele contou que começou a usar maconha aos 12 anos, e que ofereceram na porta da escola. A partir daí ele começou a experimentar. Meu irmão foi um drogadicto atípico! Nunca deixou de trabalhar e de cumprir com os seus compromissos, ajudava em casa e pagava suas contas, o restante comprava droga. As coisas só ficaram bem difíceis quando ele começou a

¹²¹ *O tio [de um conhecido do bairro] era muito bonito. Fazia o maior sucesso aqui no bairro. Ele é um pouco mais velho. Eu acho que é uma geração anterior à minha. Eu me lembro da molecada falando dele. Ele era realmente um homem muito bonito. Assim, ele era alto, ele era loiro, tinha o olho claro. Eu não gosto de homem loiro, mas... grande, altão e bonito. Se acabou nas drogas. Ele morreu tinha uns quarenta anos. [Clarice]*

beber. Como álcool é uma droga lícita ele não tinha motivo pra esconder da família, e fazia alguns shows. [Clarice]

Maconha na porta da escola, desde criança. O irmão de Clarice começava a dar trabalho, consumiu com frequência também outras drogas na adolescência, e nesse período passou a circular entre redes vinculadas ao tráfico local. Mas de leve. Começou a trabalhar ao mesmo tempo, e as funções sociais do menino trabalhador continuavam sendo cumpridas. Entrando na idade adulta, o uso do álcool saiu um pouco do controle. E o rapaz começava a se envolver em outros circuitos. Os irmãos seguravam ao máximo a informação, não deixavam que os pais soubessem, que aquilo se tornasse um problema para a família.

Quanto às outras drogas, meus pais só souberam quando ele já tinha parado de usar, eu e o Márcio é que seguramos as coisas. Claro que ele esteve por muitos anos em risco ou em vulnerabilidade social, ora ameaçado por algum traficante ou usuário, ou criminoso, ou pela polícia, sobretudo a ROTA [Rondas Ostensivas Tobias Aguiar, grupamento da polícia militar]. [Clarice]

Nos circuitos de classe média e de elite, é muito comum que o consumo de drogas ilícitas esteja em boa parte desvinculado, como relação social, do tráfico profissional. Assim, o consumo não passa pela vinculação com a violência que o caracteriza internamente, ou em suas relações com a polícia. A moça publicitária que trabalha na Berrini quer fumar um baseado no final de semana, compra alguns gramas de seu amigo, que não vive disso, mas que comprou um pouco de outro amigo para dividir com conhecidos. Esse tem o contato de alguém que conseguiu uma boa quantidade, fez um telefonema e recebeu um pouco em casa, ou passou de carro rapidamente por alguma biqueira. Quem enviou a encomenda, ou quem trabalha na biqueira, sim faz algum dinheiro com o tráfico. E quem os chefia faz um pouco mais. E assim por diante. O que importa é que, nestes casos, a distribuição passa por tantas etapas antes de acessar o consumidor final, tão capilares, que aquele que acende o “baseado” já está bem distante, no plano das relações sociais, daquele indivíduo imerso na sociabilidade violenta do “mundo do crime”. O consumo, nestas circunstâncias, isola-se do circuito direto do tráfico de drogas, dos interesses que o disputam e da violência que o cerca. Isolado deste circuito, ainda que simbolicamente, o consumo é despojado da carga de violência que caracteriza o tráfico.

Não é assim, definitivamente, que a droga ilícita é percebida nos bairros das periferias, onde ela é igualmente consumida. Até porque não são os mesmos circuitos que operam sua distribuição. Não é, tampouco, da mesma forma que se vivencia, nestes bairros, a experiência ampla que conforma o universo de relações com o “mundo das drogas”. Ali, se um adolescente fuma maconha nos finais de semana, é quase certo que suas relações sociais vão passar diretamente por pessoas que vivem, ou obtém parte significativa da sua renda, do tráfico de drogas. Mais do que isso, é quase certo que estas relações sociais estarão marcadas pela violência – dos traficantes, dos indivíduos vinculados a eles, que participam de outras atividades criminosas, de dependentes e, principalmente, da polícia. Em suma, se um adolescente fuma maconha, por exemplo, é quase certo que em algumas esferas da sua vida ela passa a se relacionar com o “mundo do crime”. Nas periferias, por isso, é praticamente a mesma coisa dizer “o mundo das drogas”, ou “o mundo do crime”, ou “a violência”.

No caso do Sérgio isso aparece claramente. O consumo, no depoimento da irmã, uma profissional com experiência no assunto, associa-se ao “risco” e à “vulnerabilidade social”, mesmo que ele continuasse trabalhando, cumprindo suas obrigações e mantendo-se socialmente vinculado a esferas de sociabilidade lícitas e legítimas. Pior do que isso, o consumo de drogas associa-se a ameaças de traficantes, de criminosos e da polícia. Mas não é só no depoimento da irmã que isso aparece. A repressão policial concreta, e a aproximação real com o tráfico, emergem na sua trajetória exatamente neste momento.

houve uma vez em que a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar – grupamento da Polícia Militar) pegou meu irmão e um colega dele. [Mas não os apresentou à Delegacia]. E ficou rodando com os dois, e ameaçando matá-los. Meu irmão conta que pediu muito a Deus pela vida. Quando chegaram num lugar ermo, num matagal, os policiais mandaram meu irmão descer e ele disse que só iria com o colega, pois ele não conseguiria viver culpado pela morte do outro. Isso ele só pensou. Daí rodaram mais um pouco e soltaram os dois.

houve uma situação em que ele estava desempregado e resolveu vender droga, só que não na biqueira, em casa mesmo. Então, ele chegou em casa com os bagulhos e daí dez minutos um “nóia” veio chamar. Quando meu irmão viu, correu com o cara do portão. E o motivo? Ficou com medo que minha mãe descobrisse e acabasse com a raça dele. [Cláudia]

As vivências-limite chegam mais perto. A polícia e as ameaças de morte, a tentativa de fazer dinheiro com o tráfico. Dois registros de oposição são claramente demarcados, são sempre eles: trabalho e família. O período desempregado gera maior envolvimento com o crime, a coesão familiar controla este envolvimento – o medo da mãe descobrir as atividades de Sérgio o faz breçar a iniciativa. Eram também estes registros, centrais tanto para a ordenação moral das relações privadas, quanto das relações sociais legítimas, que Pedro mobilizava no Capítulo anterior. No caso dele, a família já não garantia pertencimento e segurança, o trabalho eram “alguns bicos” que não garantiam nada. “Esses bicos... não dá certo”, como ele disse. Aqui, a família mesmo em dificuldade financeira mantinha-se como referência moral e de pertencimento, havia um projeto claro, posições demarcadas e funções sociais a cumprir. Além disso, os trabalhos aos quais Sérgio postulava, com alguma formação e experiência, não são os mesmos aos que Pedro podia aceder. Sérgio não chega a ser preso. Com tudo isso, e com o passar dos anos, Sérgio também se desvincula do “mundo do crime”, e retoma a trajetória que se esperava dele, na família.

acho que a educação rígida que tivemos sempre nos fez ter um limite pras coisas. Meu irmão nunca perdeu o respeito pelos meus pais e isso, acredito, é que limitou o envolvimento dele com o crime, e depois com [o episódio] da ROTA ele viveu de muito perto a possibilidade da morte. Hoje, meu irmão ganha mais do que eu, é um profissional disputado no mercado. Ele é supervisor de qualidade, trabalha na Dellano e vive recebendo propostas de outras empresas. Ele tem duas filhas, que tem vida de classe média, o próprio quarto, computador, celular, muitos livros, CDs e DVDs (esses por minha conta). [Clarice]

A FAMÍLIA SE REPÕE: trabalhadores

As filhas de Sérgio têm vida de classe média. Livros, computador, música, o próprio quarto. Superados os percalços do caminho, duas gerações depois o projeto da família operária parece ter feito sentido. Os três filhos são trabalhadores, dois deles constituíram família, reproduz-se o núcleo social, em outro contexto. O trabalho se repõe como centro de gravitação da narrativa sobre o presente da família ampliada. Trabalho nunca estável e definitivo, como o do pai, que conferia uma identidade a todo o grupo.

Márcio estava tentando sair das Casas Bahia e pleiteando uma vaga na Volkswagen. Teria mais segurança. Desistiu de empreender uma carreira como *chef* de cozinha. Sua mulher está mais próxima desse horizonte, trabalha na cozinha vegetariana de um bistrô de elite. Ambos mantêm a casa, revezam-se no cuidado com as crianças. Sérgio segue empregado e já num cargo de supervisão, a mulher cuida das filhas. Clarice quer sair do trabalho em que está, pensa em fazer um mestrado, que sair também de São Paulo. Segue dedicada à sua carreira profissional, não fala em constituir família. Os três filhos de Seo Cláudio, cada um à sua maneira, romperam com a forma tradicional de organização da família operária. Os papéis sociais desempenhados por gênero já não são os tradicionais, a demarcação dos modelos de organização da vida privada já é mais fluida. Nem poderia ser diferente, as balizas da experiência que conforma suas trajetórias são muito mais largas e instáveis do que as que se apresentaram aos seus pais.

Tomei neste capítulo a família operária, e seus desdobramentos recentes, como objeto heurístico de estudo dos deslocamentos operados no centro do projeto original de colonização das periferias, na cidade de São Paulo. A história de Dona Sílvia e Seo Cláudio ilustra uma forma específica de organizar a família, muito regular nestes ambientes, apoiada fundamentalmente no trabalho estável fordista e na cidadania regulada¹²², que repercutiu diretamente numa forma de pensar a cidade e fazer política. O resultado de trinta anos de

¹²² Ver Santos (1979). O autor realiza visita minuciosa aos principais modelos de políticas sociais adotados pelo Brasil, e formula dois conceitos críticos para sintetizar as descobertas da pesquisa. O primeiro deles é a conhecida noção de *cidadania regulada*: um conceito-chave “cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação é definido por norma legal” (p.75). O autor se refere, evidentemente, ao período pós 1930, em que é considerado cidadão todo o membro da comunidade que tem uma ocupação reconhecida e definida pela legislação. É essa a concepção de cidadania, restrita, estratificada e normatizada dentro da distribuição de lugares no processo produtivo, que se procura expandir no país pelas políticas sociais. É essa descoberta de “engenharia institucional” que permite ao Brasil, segundo Santos, um modelo de desenvolvimento centrado na interferência ativa do Estado na economia sem conflitos com o projeto de crescimento capitalista. Evidentemente, esse modelo só se faz possível em uma ordem social – e em diversos períodos do século também institucional – autoritária e profundamente desigual. Isso leva o autor à sua segunda proposta conceitual para compreender a cidadania no Brasil, tal seja, a noção de *cidadania em recesso*. Na conclusão de sua análise, Santos comenta que, não por acaso, os períodos de extensão regulada da cidadania via políticas sociais coincidem com governos ditatoriais (30-45; 66-76), de “recesso da cidadania política” ou seja, centrados no “não-reconhecimento do direito ou da capacidade da sociedade governar-se a si própria” (p.123). Ressalta-se o acerto do autor ao prever, para o período posterior à realização do trabalho, a perspectiva de universalização formal dos direitos, obtida na Constituição de 88, bem como as dificuldades de sua efetivação pelo processo de “acumulação da miséria” (p.84) que a precedeu.

desenvolvimento deste projeto, em Sapopemba, ilustra-se nas formas de figurar a existência dos filhos do casal, e nas experiências vividas por eles. Clarice, Márcio e Sérgio posicionam-se hoje nas fronteiras entre referências populares e de classe média. Clarice desviou do papel que lhe foi oferecido, na reprodução familiar, adiou o casamento e acessou um espaço intermediário entre a elite universitária e os casos de violência na vizinhança. Sérgio manteve-se na fronteira entre o “mundo do trabalho” e o “mundo do crime” por toda sua adolescência e juventude, contou com alguma sorte e com a coesão de seu núcleo privado para, na idade adulta, retomar os sentidos da reprodução familiar. Márcio transitou e segue transitando entre o carro velho, pagode no alto-falante, e o sonho de ser *chef* de cozinha. Entre o empreendedorismo e a segurança do emprego. Entre as Casas Bahia e o Bistrô vegetariano.

Nenhum tem a estabilidade que os pais tiveram no trabalho e, no entanto, o trabalho torna-se quase um fim em si mesmo, ao contrário da família operária, núcleo em que o trabalho era um meio para o fim, privado, de manutenção e ascensão social da família. Individualiza-se o projeto, o trabalho se desregula e precariza, mas torna-se ainda mais central para os projetos individuais. As drogas, a violência e o crime apresentam-se para a família, a abordam estruturalmente. A parte das “casas” de Sapopemba, dividida por uma fronteira simbólica das favelas, é conectada diretamente a ela pela presença do “crime”, em geral como ameaça, por vezes como realidade a combater. Opõe-se a esta ameaça a família, o trabalho. Das ruínas do sonho operário, regular, traduzido em tantos projetos individuais de ascensão, emerge todo um mundo social novo, a conhecer. Interessa aqui, para a linha argumentativa da tese, reter o argumento do deslocamento profundo dos pilares de organização social destes setores do distrito de Sapopemba, e de suas conseqüências para pensar, nas periferias e em suas relações com a política, como atuam hoje categorias como família, trabalho, religião e projeto de ascensão social. E como elas parecem ser, progressivamente, tocadas pela violência. As duas trajetórias familiares que seguem, nos Capítulos 3 e 4, pretendem dar continuidade ao argumento.

CAPÍTULO 3. De trabalhadores a bandidos

FAMÍLIA TRABALHADORA

Filha de migrantes do Ceará e de Minas Gerais, Maria é a mais velha entre três irmãos. Já nasceu na zona Leste de São Paulo, Vila Prudente, em 1964. Cresceu sob a ideologia do milagre econômico, viu seus dois pais trabalharem em empregos estáveis no ABC – ele metalúrgico na OTIS elevadores, ela empregada doméstica em Santo André. Como tinha outros familiares no ABC e sua mãe morava no emprego, viveu mais em Santo André do que na zona Leste¹²³. Mas a família comprou um terreno em Sapopemba e construiu aos poucos. Mudaram-se para o Parque Santa Madalena quando a mãe deixou o emprego para cuidar dos filhos pequenos, bem mais novos que ela. Maria seguiu seus estudos no bairro.

As origens da trajetória são muito semelhantes às da família de Seo Cláudio e Dona Sílvia, tratadas no capítulo anterior; muito semelhantes a diversas outras histórias de famílias que conheci no campo: a geração dos pais é a que migra de um estado a outro, ou sai do campo para a cidade, atraída pelo emprego industrial. A família rural em uma geração traduz-se em família operária e ensaia, por meio do trabalho, uma trajetória de mobilidade ascendente. A divisão do trabalho é clara por idade e gênero, e persegue-se o sonho da casa própria, quase sempre autoconstruída, a começar pela compra de um terreno na fronteira de expansão da cidade. O plano é que os filhos cresçam em segurança e estudem: que as filhas se casem bem e que os filhos tenham um bom emprego. Assim, “se Deus quiser a vida se ajeita”.

Se a comparação parte de um mesmo perfil familiar, as histórias de Maria e Clarice, as filhas mulheres da família, são muito distintas. Clarice escapou ao papel que lhe era previamente destinado, não se casou e dedicou-se à carreira. Maria seguiu à risca o roteiro traçado: casou-se aos 18 anos, em 1982¹²⁴, com um colega de escola. Ele já começava a

¹²³ *Tudo meu era no ABC, minhas amigas eram com as minhas primas, minha mãe não permitia outras amigas: prima e prima; então fui criada assim na família mesmo; meus irmãos, o mesmo ritmo. [Maria]*

¹²⁴ Se estão em comparação estas duas famílias, e no foco das atenções as distinções entre Clarice e Maria, é bom demarcar em que a comparação se funda. Em ambos os casos, trata-se de famílias operárias, migrantes da zona rural ou de outros estados, que se fundaram na estabilidade do emprego industrial. As famílias se fixam em Sapopemba na mesma primeira metade dos anos 70. Os ciclos das duas são muito distintos, entretanto. Maria é sete anos mais velha que Clarice, e casa-se muito nova. Aos 22 anos já tem três filhos, enquanto Clarice opta por uma trajetória mais comum em famílias de classe média, priorizando estudos e carreira em

trabalhar como motorista numa empresa de transporte coletivo, os dois resolveram viver juntos; a família tolerou. Viveram sempre em Sapopemba, até hoje. Em seu novo núcleo familiar, a indústria já não era mais um centro de gravitação. Tiveram três meninos em quatro anos, Jonatas, Michel e Robson, e eles cresceram juntos no bairro: *muito unidos, muito apegados um com o outro*. Maria trabalhava como manicure para complementar a renda doméstica, e se encarregava do serviço da casa. O valor trabalho seguia norteando a organização do grupo. As crianças aprenderam desde cedo que o trabalho enobrece, e a entrada na adolescência foi marcada pela pressão para trabalhar. Jonatas, Michel e Robson começaram cedo. É certo que a família carecia de recursos, as crianças crescendo significavam mais despesas e toda contribuição era bem vinda. Mas o estímulo para que os meninos trabalhassem não era tanto para que ajudassem no orçamento da casa; era, sobretudo, para que aprendessem a dar valor ao dinheiro, para que valorizassem a vida. Para que se tornassem trabalhadores como os pais.

O Jonatas trabalhou na empresa de reciclagem da minha tia, dos 12 aos 14 anos, meio período. Trabalhava das 7h, aí ele ia almoçar na casa dela ao meio-dia, 13h eu ia buscar ele. Eu levando e buscando. Aí às 15h ele entrava na escola e saía às 19h20. Aí ele achava assim: 'mãe, se eu trabalhar o dia inteiro, das 7h às 17h, aí eu vou ganhar o dobro'. Eu falei, 'você não pode, por causa da idade, ir para a escola à noite, e na escola não podem saber que você está trabalhando, porque aí vão falar um monte, por causa da lei'. Aí ele falou: 'não, mas eu quero trabalhar o dia inteiro'. Aí eu falei na escola aqui do bairro, falei com a diretora e tudo, né? Expliquei pra ela, falei: 'olha, ele tem vontade de trabalhar, já está trabalhando, mas quer trabalhar o dia inteiro. Ele tem que estudar à noite'. Ela falou, 'mas eu não posso colocar à noite com essa idade, 12 anos!' Eu falei, 'mas eu venho trazer e venho buscar, isso eu posso garantir pra senhora, que tem um responsável por ele que sou eu. Eu venho trazer ele aqui e venho buscar, todos os dias'. Aí ela pegou, eu assinei um termo de responsabilidade que estaria levando e buscando, aí eu fazia isso. Levava ele pro trabalho e buscava, levava pra escola e buscava.[Maria]

O Robson trabalhou um mês, com 11 anos, em Lava Rápido, mas o que ele ganhou, comeu tudo de doce de lá mesmo, na cantina. [risos] Nas férias. Ficou de férias na escola, aí viu uma placa de Lava Rápido, aí pediu para o homem, ele falou que ele era pequenininho, não podia. Aí ele pediu para o pai dele ir lá conversar. Aí o pai dele foi lá, conversou, e o homem deixou. Mas também tinha que levar e buscar. Aí levava e

detrimento da função reprodutiva familiar.

buscava, aí no dia do pagamento ele falou: 'não vou mais não, o homem me roubou'. Falei, 'roubou nada, você ficou devendo na cantina!' E o Michel trabalhou também, um pouco.[Maria]

Emerge da narrativa um descompasso. Os valores da família, que tem o trabalho como código moral, e como fundamento da educação das crianças, já se conflitava com a legislação. Existe a lei (o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, de 1990¹²⁵) e a escola conhece a lei, não vai deixar um menino de 12 anos trabalhar. A diretora não vai permitir. O dono do Lava Rápido também acha Robson muito pequeno, pode dar problema. Porém, o descompasso entre a lei e a moral é negociável. Os meninos querem uma oportunidade, os pais se dispõem a garantir a segurança deles, o universo é de escassez de emprego, por que não? Maria negocia na escola, o pai negocia no Lava Rápido. As crianças começam a trabalhar, e mesmo que a remuneração não seja alta¹²⁶, adquirem mais autonomia. É logo após esta passagem que Jonatas deixa de estudar, antes mesmo de completar a 7ª série do ensino fundamental. Robson também abandona a escola neste período. Michel ainda mais cedo, antes mesmo de cumprir o ciclo fundamental. Mais um elemento fundamental da comparação entre esta família e a do capítulo anterior. Aqui a ênfase no trabalho como forma de ganhar a vida não está associada ao empenho por escolarização.

Esta defasagem submete desde cedo os filhos de Maria a serviços menos especializados e pior remunerados, e que conferem menor *status* social em seus grupos. Ao mesmo tempo, sabe-se que conforme a idade avança, aumenta a pressão para que os adolescentes tenham remuneração efetiva, como entre todos os jovens das periferias. Até para poderem consumir o que desejam. É certo que a modernização industrial de toda a cidade, nas últimas décadas, acelerou a pressão por consumo muito rapidamente. Adolescentes e jovens são os principais herdeiros desta aceleração, e nas periferias isso é evidente; a posse de bens específicos (os “tênis de mola”, as “roupas de marca”, os telefones celulares de última geração etc.) está diretamente vinculado à construção da imagem individual no grupo. Arma-se a bomba

¹²⁵ E em especial a Emenda 20 (1998) à Constituição Federal, que eleva em dois anos a idade mínima para o trabalho (de 14 para 16 anos), e estabelece o regime de aprendizagem.

¹²⁶ No caso de Robson, aparece inclusive a prática do trabalho associado ao consumo imediato, no próprio local, descontado depois na remuneração. Esta prática, mais do que tradicional, é o fundamento da chamada “escravidão por dívidas”, popular no final do século 19 e início do 20, e que se estende por diversos ramos de atividade ainda hoje, sobretudo no Brasil rural.

relógio. Maria não havia se dado conta: *até 98 eu tinha uma vida tranqüila, era uma dona de casa, cuidava das minhas obrigações, né?*[Maria]

Crise: um filho “nas drogas”

Se em tese o emprego do pai de família, auxiliado pela complementação de renda de esposa e filhos, garantiria o sustento da família, na prática o salário de motorista de ônibus não supria nem de longe a ânsia de consumir de três adolescentes, crescidos na periferia de São Paulo na virada do século. Ao crescerem, os meninos se aproximaram rápido do “mundo do crime” local. A história de Jonatas, Michel e Robson é regular: o que o crime lhes oferecia – dinheiro, consumo, *status*, adrenalina, mulheres – era tudo o que os adolescentes valorizavam.

por mais que você ensine, quando abre o portão, dali para fora é muito risco. Porque o bairro é muita droga, é muita arma, né? O crime, o crime manda, no bairro. O crime predomina aqui. Aí, quando foi em 98 eu descobri que meu filho mais velho [Jonatas, então com 14 anos] usava droga, tava na maconha. (...) Aí ele passou pra cocaína, começou a fugir pras favelas, e eu comecei assim a entrar em desespero. E muito amor que eu tinha por ele, né? Aí eu perdi o medo e comecei a ir pras favelas atrás dele¹²⁷. Dava um estralo no meu coração, corria atrás.

O erro de muitas mães aqui é, “ó, aquele menino mora em casa bonitinha, pode ter amizade com ele”. Eu caí na armadilha do bairro, entendeu? Então o Jonatas pegou uma amizade, não foi na favela, foi numa rua que é a rua dos “boys” aqui do bairro, sabe, só tem casa bonita, todo mundo é bem, né? Então ele pegou amizade ali, e ali ele começou com a cocaína, junto com os “boys”.

Meu filho ainda não tinha ido pra FEBEM. Ele já estava cometendo ato infracional, mas pra FEBEM ele ainda não tinha ido. Porque ele precisava usar droga, e tinha que ter o dinheiro da droga, e com isso ele roubava. Ou as roupas que a gente comprava ele entregava, né, pra poder usar a droga.

¹²⁷ As favelas finalmente aparecem, como deveriam aparecer. A depender da divisão que se faça, são de 30 a 40 em Sapopemba, é difícil ignorá-las. Maria não conhecia nenhuma quando se mudou para o bairro, mas foi forçada a conhecê-las agora. Das favelas vinha uma ameaça que interferia em seu cotidiano. O filho fugia para as favelas para usar drogas. Atentar para o fato de que ela mesma refaz esse caminho, rapidamente, para dizer que não era *apenas* das favelas que vinha a ameaça.

Uma vez o Jonatas ficou devendo aí... lá embaixo, numa boca aí embaixo, e eu fui conversar com o traficante, eu fui bem dura mesmo com ele, eu falei: não me interessa o que você faz, cada um tem o seu meio de viver e de ganhar dinheiro, eu trabalho fazendo unha, meu marido trabalha de motorista, falei: o que meu filho deve, se eu tirar tudo de casa vai faltar. Né, eu falei pra ele: você vai ter que parcelar, pedi pra parcelar. Aí ele parcelou em três vezes, igual nas Casas Bahia. Aí parcelou. (...) Pedi às vezes até pra assinar papel, pedia testemunha, para depois não cobrar e falar que eu não paguei. Eu estou dando tanto, dia tanto, eu quero testemunha. Praa saber que eu estava pagando.[Maria]

São ao menos quatro os elementos de contexto que emergem do depoimento, neste primeiro momento. Em primeiro lugar, a oposição entre “as favelas” e “os boys do bairro”. As favelas estão abaixo na escala social, os “boys” vivem no Jardim Planalto, tem status superior ao da família de Maria. Concretamente, os “boys” seriam, por exemplo, Sérgio e Márcio, filhos de uma família como a estudada no capítulo anterior. O que a oposição entre favela e “boys” designa, portanto, é a posição social ocupada pela família de Maria – o espaço intermediário entre as “casas” e as favelas. Nem tão estável quando os operários, nem tão mal quanto os favelados. Família “trabalhadora”, como muitas das que surgiram na passagem do bastão da geração operária. Em segundo lugar, emerge deste trecho a situação em que Jonatas, o filho mais velho, se encontrava – já em rota de acesso ao “mundo do crime”, mas ainda antes da primeira institucionalização. O momento, portanto, de maior usufruto das vantagens relativas da entrada no novo universo (como já trabalhado na história de Pedro, no Capítulo 1). Em terceiro lugar, aparece novamente a vinculação entre o consumo de drogas (primeiro maconha, depois cocaína) como processo constitutivo do “envolvimento” em atos infracionais (como discutido no caso de Sérgio, no Capítulo 2). Em quarto lugar, emerge a relação direta entre o tráfico de drogas e as estratégias de endividamento tão típicas do consumo popular. As Casas Bahia reaparecem então como referência discursiva. É evidente que o tráfico de drogas já se utiliza das estratégias de operação comercial bem sucedidas no mercado popular, que desvinculam de uma maneira particular renda de consumo (estratégias cujo paradigma é levado ao paroxismo pelas Casas Bahia).

Em suma, ao adentrar este universo, e sem ser pego pela polícia, Jonatas ampliava seus circuitos. Passava a se mover tanto pelas favelas quanto entre os “boys” do bairro; tanto pelo “mundo do crime” quanto pelos mundos aos quais já estava acostumado. Ninguém

acompanhava suas atividades ilícitas, era possível transitar. A primeira crise aparece quando a família descobre seu “envolvimento” – o rapaz que deveria ser trabalhador estava “nas drogas”. A mãe se desespera, tenta alternativas. O pai repreende. Os irmãos o compreendem. A crise familiar piora quando Jonatas, para além de consumir drogas, passa também a traficar e endividar-se nas “bocas”. Daí vêm as ameaças, a ele e à família. Para pagar as dívidas do menino, evitar um desfecho mais grave, a família se endivida. Para evitar que a família se envolva, e para evitar as inimizades geradas pelas dívidas, Jonatas passa a se circular por mais e mais favelas, e assume a participação em algumas ações do crime local – roubos de carro, sobretudo. Esse ciclo é, como foi visto, também bastante regular.

Ruptura: os meninos presos, “bandido tem que morrer”

Aí quando foi 98 mesmo, foi a época em que ele foi pela primeira vez pra FEBEM. Ele cometeu um ato infracional, foi pego, aí ele foi pra FEBEM da Imigrantes, onde eu fiquei muito horrorizada com tudo. Por lá ele permaneceu 15 dias, aí eu consegui uma casa de recuperação [para dependentes químicos].

Só que quando ele saiu da FEBEM não explicaram sobre Liberdade Assistida, não explicaram nada [por ter sido a primeira detenção, Jonatas havia recebido uma medida em meio aberto, a ser acompanhada pelo CEDECA, mas a família desconhecia como isso funcionava e Jonatas não compareceu]. Aí o que é que eu fiz? Peguei ele, levei pra fazer acupuntura, que todo mundo que fazia no bairro dava certo. Mas para ele não deu. Furou a orelha lá, tudo, mas para ele não deu certo. Aí consegui internar ele a primeira vez [numa clínica privada para dependentes químicos]. Nisso ele já estava estourando de falta na LA (Liberdade Assistida)¹²⁸.

Ficou 12 dias [na clínica], não agüentou ficar distante da droga, fugiu... aí deu quebra de medida mesmo. [Por faltar nas atividades previstas de acompanhamento em meio aberto, o CEDECA enviou um relatório de ruptura do atendimento, para a FEBEM]. Eu falava pra ele, ‘olha, você tem que voltar pra uma casa de recuperação, você tem que tentar, se você não tentar você não vai ver resultado... você só ficou 12 dias, então você não viu resultado de nada ainda, você tem que tentar na sua vida’.

¹²⁸ As medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) são executadas pela FEBEM ou por entidades civis conveniadas com ela.

Aí o CEDECA conseguiu de novo outra casa de recuperação, aí o CEDECA já podia pagar. Aí pagaram pra ele, lá em São Lourenço da Serra. Levei o menino lá, ficou mais 12 dias e fugiu. (...) Aí ficou de busca e apreensão [pela quebra da medida em meio aberto, em seguida Jonatas recebeu uma medida de internação]. Aí ele foi pego, a busca veio em casa, pegou ele e levou para a FEBEM. Aí fiquei muito triste, porque voltou pra Imigrantes de novo, aquele lugar horrível, muita tortura, né?

E nisso de eu ficar só me preocupando com ele, os outros dois estavam se envolvendo, e eu não percebi. Os outros dois, os irmãos dele. (...) Os outros dois começaram a se envolver e eu não percebi, porque eu só tinha visão para um. Eu só tinha foco para um, eu tinha até esquecido que eu tinha outros filhos. Porque eu só via aquele na minha frente, aquele que era usuário de droga, aquele que era envolvido, aquele que precisava de mim. Então fui esquecendo dos outros.[Maria]

Aos 14 anos Jonatas era interno da FEBEM; no ano seguinte estaria acompanhado de Robson, seu irmão mais novo; dois anos depois Michel também ingressaria no sistema. Os três filhos de Maria estiveram, durante algum tempo, privados de liberdade simultaneamente. A vida de Maria tinha virado de cabeça para baixo. Agora seus três filhos, com 16, 14 e 13 anos de idade estavam envolvidos com o “mundo do crime”. Jonatas continuava dependente. Michel e Robson “trabalhavam” para o tráfico, e também realizavam assaltos e roubos de carro. A família trabalhadora não se conforma. Para além do impacto pessoal, é preciso redesenhar todas as rotinas da casa. Inserir nelas o orçamento e o cronograma das visitas, o circuito das negociações com entidades de atendimento, audiências e julgamentos. É preciso conviver com outros atores do crime local, das redes de relação dos meninos, além das delegacias de polícia, advogados do serviço público e instituições totais. É preciso explicar para toda a família ampliada, e para os amigos, o que estava acontecendo. Necessariamente, é preciso então remodelar toda a rede de sociabilidade familiar.

Os circuitos dos meninos dali por diante já são conhecidos e esperados, de tão repetitivos: a saída da institucionalização para o trabalho no tráfico, a inserção mais profunda no “mundo do crime” e em sua sociabilidade violenta, as idas e vindas do sistema de internações, da FEBEM, das clínicas privadas para dependentes, dos equipamentos de saúde. A aparição da

corrupção e da violência policial. Por vezes o desfecho deste circuito é fatal. Muito mais freqüentemente era fatal, na época em que estas histórias aconteceram¹²⁹.

Aí, quando ele foi pego de busca e apreensão, aí ficou quatro meses, entre FEBEM Imigrantes e Tatuapé. Aí numa mega rebelião, que teve em todas as unidades da FEBEM em 1999, que foram dias e mais dias de rebelião, ele conseguiu fugir. Aí eu subi desesperada no outro dia no CEDECA, porque eu não sabia lidar com isso, né? Aí eu falei com a Valdênia: ‘Valdênia, o meu marido deixou o dinheiro da condução, eu vou levar o Jonatas de volta. Ele topa ir, voltar pra FEBEM, mas contanto que ele não passe na UAI e nem na Imigrantes’. Que ele volte pra unidade da onde ele fugiu, da Tatuapé. Ela disse: ‘não, o problema do Jonatas não é FEBEM, o problema do Jonatas é tratamento. É drogadição, e a FEBEM não faz esse tratamento, não faz esse acompanhamento, ele só vai piorar lá. E toda vez que ele sair, vai voltar pra FEBEM, porque ele vai estar pior do que ele era’. Aí pegamos, ela conseguiu a vaga [numa clínica de tratamento]. No Cláudio Amâncio, em São Caetano, onde ele permaneceu por cinco meses. Ele entrou em 1999, quando foi em março de 2000 ele fugiu, deu desejo. Mas já com cinco meses, aí ele já tinha conseguido se livrar da cocaína. Aí ele fugiu, conversei com ele pra ele voltar, ele falou que não queria mais, que estava cheio de ficar longe de casa, que ele queria ficar em casa. Aí com 15 dias ele encontrou com um policial na rua. [Foi parado por um policial]. O policial pediu dinheiro pra ele, ele não tinha esse dinheiro. Ele foi roubar pra polícia... e nisso que ele foi roubar ele roubou outro policial, [se emociona] o policial matou ele. Então foi assim... [voz embargada - chorando] e com isso, com a violência que tem no bairro também, já perdi outro em 2003. Hoje só me sobra um filho [recupera a voz]. Me fortaleci assim nas reuniões, conheci a AMAR também, a Associação de Mães da FEBEM [Associação de Mães e Amigos do Adolescente em Risco¹³⁰], fiquei lá na AMAR de 99 a 2004 [chorando]. [Maria]

Jonatas foi assassinado em 2001, aos 17 anos de idade. Todos os depoimentos sobre esta morte, obtidos junto a amigos, educadores e familiares confirmaram a autoria policial, embora as versões fossem distintas. Não houve investigação formal e, portanto, não há posição oficial acerca do ocorrido. Nem no caso de Robson, o mais novo, morto em 2003. Ao que tudo indica, o filho mais novo de Maria foi assassinado num acerto de contas do

¹²⁹ Como já discutido anteriormente (Introdução e Capítulo 1), a maior presença do PCC no comando do mundo do crime, em Sapopemba a partir de 2003, e em diversas outras periferias urbanas, é marcada pela diminuição da taxa de homicídios, graças à normatização do “proceder” e ao estabelecimento de julgamentos internos, que impedem que homicídios sejam praticados sem anuência de lideranças.

¹³⁰ Ver <http://amar.incubadora.fapesp.br>.

tráfico. Robson também tinha 17 anos. Em 2001 havia três vezes mais homicídios em Sapopemba que em 2006.

o Robson foi violência do próprio bairro. (...) Aquela coisa de rixa, aquelas coisas todas. (...) O Robson, antes dele falecer, ele fez uma tatuagem, onde ele colocou o nome do Jonatas, o meu e o do Michel, assim no braço. (...) Aí no outro dia aconteceu. [Maria].

Sei, sei... um deles eu não gostava muito, mas não tinha muito contato, porque ele andava com os malucos que eu tinha arrumado confusão. Acho que ela [Maria] deve saber, o filho dela também. Não vou muito com a cara dele, mas hoje em dia eu cumprimento, falo com ele, normal. Mas o filho dela foi envolvido com uns malucos que eu também não gostava. Ele morreu porque... o filho dela morreu... não sei o que ela sabe sobre ele, mas um deles morreu acho que porque merecia. Não sei. [Hesitação em prosseguir] Não sei, um deles fazia muito mal pros outros. Fazia mal pra um rapaz que tava trabalhando no seu canto, quieto, então... [Pergunta: fazia mal, o que, assim?] Bater, dar tiro... tem esse pessoal que quer ser ladrão e não é. E acaba batendo em pai de família, acaba xingando, acaba usando droga em frente a uma casa de uma criança que tava doente. Única coisa que o tráfico assim, não tem futuro [não tolera], é você estar assim, num barraco, só porque é um barraco, vou ficar usando droga ali? (...) Que nem, esses que morreram, eles davam maconha pros moleques fumarem, viciavam os moleques, davam mau exemplo, mostravam arma, tal, leva pra sua casa pra guardar, tal, dava arma pros moleques... maconha, farinha. [Pedro]

Salta aos olhos o contraste, de tom e conteúdo, entre o depoimento da mãe e de alguém que compartilhava os códigos do “mundo do crime” local, atuando em um grupo adversário ao de Jonatas e Robson. Não é a mesma informação que circula por estes ambientes, não são tampouco utilizados os mesmos critérios de compreensão do que se passa. Maria procura a todo momento atribuir uma causalidade externa ao problema dos filhos, Pedro foca no “proceder” individual inadequado. Há também, evidentemente, interditos. Maria não quer continuar a falar disso, dói demais. Estimulado, Pedro decide falar um pouco sobre o caso, ainda assim hesitando, no final de uma entrevista de duas horas, marcada por diversas passagens discursivas em que ganhara muita confiança nos interlocutores. A referência à intolerância do tráfico acerca das regras de “proceder” é evidência, direta, de que a morte de Robson foi decidida pelo grupo de traficantes, não uma contingência. E as mortes de indivíduos que não tiveram o correto “proceder” são avisadas. Robson já tinha sido avisado, ameaçado, conhecia seus desafetos e sabia que poderia ser morto a qualquer momento. Fez a tatuagem com o nome dos irmãos, do pai e da mãe nesse momento. Ritualizou sua própria

morte, aos 17 anos, numa série de outras pequenas ações¹³¹. Foi executado no dia seguinte. Michel sobreviveu, não quis falar comigo sobre sua história em 2005, foi preso dias depois. Era a segunda entrada no sistema prisional para adultos. Em 2007 tinha 22 anos e seguia preso. Viveu desde os 13 anos de idade alternando períodos curtos em liberdade e estâncias maiores nas unidades de internação na FEBEM e, mais recentemente, no sistema prisional. Quando está em liberdade, é no “mundo do crime” que ele circula.

Colapso: dois filhos mortos, a família trabalhadora vira “lugar de bandido”

A tensão e o sofrimento que precedem e sucedem as mortes dos filhos de Maria fizeram colapsar sua dinâmica familiar. Se um dos fundamentos da família é justamente a circunscrição de um espaço privado de proteção no mundo social, especialmente para as crianças e jovens, a corrosão deste espaço denota o fracasso familiar¹³². No caso de Maria, o que se viu foi o mundo invadir e tomar completamente o espaço doméstico; e não só simbolicamente: a polícia cuidou de objetivar esta constatação. Depois da primeira internação de Jonatas na FEBEM, e com o ingresso de Michel e Robson no crime, a casa de Maria passou a ser alvo de inúmeras operações policiais. E os métodos utilizados pela polícia na relação com as famílias de “bandidos” são conhecidos de todos os que passam por situações parecidas. A seqüência de exemplos é instrutiva.

Aconteceu muito, aconteceu muito. Até eu mesma tive que arrumar dinheiro pra pagar para a polícia, isso já em 1998. R\$ 1.500,00... naquela época. (...) Foi assim, o Jonatas foi pego, ele tinha uma semana que ele tinha saído da Imigrantes, ele e outro menininho que tinha sido pego com ele. Então assim, eles não podiam ficar mais juntos... eles ficavam juntos a polícia pegava. Eles achavam que eles estavam cometendo alguma coisa, que eles cometiam mesmo, naquela época. Aí [a polícia] pegou os dois, levou pra delegacia, com uma semana que tinha saído da Imigrantes. Eu falei: pra aquele lugar eu não volto mais. E foi a pior besteira que eu fiz na minha vida. Aí arrumei dinheiro com meu irmão, com meu marido, com avó, fui arrumando, sabe? Que eu levei

¹³¹ Ele pegou umas letrinhas, assim, que colam, colocou na estante assim: “mãe eu te amo”, parecia uma coisa. “Mãe eu te amo”, “pai eu te amo”, “Jonatas eu te amo... muito”, “Michel eu te amo”, assim todo mundo, na televisão. Eu ia tirar, depois falei, vou deixar aí. Aí no outro dia aconteceu. Então teve assim que nem uma despedida. [Maria]

¹³² Inspiram-me aqui especialmente as reflexões de Hannah Arendt sobre a família. Ver Arendt (2001b e 2003).

uma eternidade pra pagar todo mundo. R\$ 1.500,00, em 98, em outubro, eu não esqueço. Para os investigadores da 70ª [Delegacia de Polícia], para liberar meu filho. A mãe deu R\$ 1.500 e eu 1.500, na época. Aqui tem muito disso. [Maria]

A polícia entrou dentro da minha casa, eu tava trabalhando na AMAR nessa época. Entrou na minha casa, do próprio celular meu filho ligou pedindo R\$ 2 mil pra mim. Aí eu peguei e falei pra ele: “mas por que é que você está me pedindo R\$ 2 mil? Aí ele, cochichando, falou pra mim: ‘mãe, a polícia está aqui dentro, e falou que se até sete horas da noite eu não der esses R\$ 2 mil para eles, eles vão jogar um BO em cima de mim. Eles vão ferrar com a minha vida, eu já sou ‘de maior’ mãe”. Eu falei, ‘então tá, marca com eles sete horas que eu vou levar 2 mil pra esses vagabundos, sem vergonha’. Aí ele pegou e marcou. Aí eu falei pra moça [dirigente da AMAR], e ela falou assim: ‘vamos chamar a Globo? A Globo arruma o dinheiro pra nós, se a gente pedir, é da AMAR’, assim para filmar, né? Depois pega de volta, porque eles vão presos, aí pega o dinheiro de volta, não perde nada. Aí ela falou: ‘vamos chamar a Globo, a gente faz uma armadilha e prende eles todos!’ Eu falei: ‘é isso mesmo’. Aí eu liguei pro meu pai, olha a besteira que eu fiz: eu falei, ‘pai, ó, segura o Michel aí que sete horas da noite a polícia vai aí fazer acerto, e a Globo vai, com o dinheiro, vai me dar o dinheiro, eu vou dar pro Michel, e eles filmam’. Meu pai: ‘pelo amor de Deus, não faz uma coisa dessas, que não vai ter pra onde ir [depois]. Onde você vai colocar esse menino, onde você vai esconder esse menino?’ E não tem mesmo, né? Nada de garantia me deram. Aí não paguei, não dei o dinheiro. Ele sumiu, foi para outra casa [de conhecidos] por uns dias, sumiu do bairro. Não paguei. A viatura em dia de plantão passava todos os dias na minha rua, tanto que os vizinhos já estavam cheios... falaram: ‘Maria, se você não fizer alguma coisa nós vamos fazer uma abaixo assinado pra esse povo’. Aí só sei que essa conversa do que aconteceu na minha casa caiu no batalhão, no 19º batalhão, do que tava acontecendo. Aí o batalhão ele era provisório, em cima da minha casa, né? Ele saiu de lá, ele foi pra outro local, e esses policiais eles foram transferidos pra outro local.

Aí meu filho ele ainda não tem carta de habilitação. Aí quando foi no começo do ano ele tava dirigindo o carro do pai. Aí esses próprios policiais que tinham pedido R\$ 2 mil pra ele pararam ele. Aproveitaram que ele não tinha habilitação, pegaram ele, levaram para a delegacia e queriam prender. Por causa de habilitação. Menino, mas eu fiz um escarcéu tão grande dentro da delegacia... eu falei pra eles, vocês querem trabalhar, vocês arregacem a manga e vão prender quem matou meu filho, quem matou meu filho no ano passado. Vocês não fizeram nada, debaixo do nariz de vocês. Agora vocês querem prender ele por causa de habilitação? Não senhor, vocês vão prender... olha, quase que eu falo um palavrão para eles. Vocês vão prender quem vocês quiserem por aí, mas meu filho não.

A Rota uma vez entrou dentro da minha casa, meus filhos na FEBEM, entrou dentro da minha casa, procurando os meus filhos. Porque tinha

tido um assalto na rua, com outros rapazes, aí entrou dentro da minha casa [suspeitando que tivessem sido os filhos dela]. Isso em 2001. Meu marido deitado no sofá, porque trabalhava 12 horas por dia, quase mataram meu marido de bater, porque é escuro. Bateram demais, quebraram dois dentes dele. [Pergunta: Meteram o pé na porta e abriram?] Não, eu estava sentada na sala, tinha chegado da visita deles [dos filhos] em Franco da Rocha, aí eu sentada, falei pra ele [o marido]: ‘nossa, a rua tá cheia de polícia, teve assalto’. Aí ele falou: ‘ah, problema de quem fez, né?’ Aí nós continuamos lá. Aí vi polícia passando assim pela janela da sala, falei, nossa, será que o ladrão pulou pra cá? Deixa eu correr pra cozinha. Na hora que eu corri, eles já estavam na cozinha. Eu falei, que é que foi? Ele falou: ‘cadê seu filho?’ Eu falei assim, qual deles? Ele falou assim: ‘o Robson’. Eu falei ‘o Robson tá na FEBEM’. ‘Na FEBEM? Há quanto tempo?’ Eu falei, ‘quatro meses’, mas não era besta de falar qual FEBEM né? Ele perguntou mas eu falei outra. Ele falou assim: ‘e o Michel?’ Falei, ‘tá na FEBEM também’. Ele falou, ‘e o outro?’ [exaltada] ‘Tá lá no cemitério de Camilópolis, vai lá ver!’ Eu fiquei nervosa. Eles falaram: ‘quem está aqui em casa?’ Falei, ‘tá meu marido, dormindo, que hoje é folga dele’. Aí pediu pra ele levantar. Só que na hora que pediram pra ele levantar empurraram ele do sofá. Aí meu marido, coitado, dormindo, nem viu quem era. Aí já xingou. Aí pronto, foi chute pra todo lado. Se não fossem os vizinhos da rua terem corrido pra rua, no meu portão, pra gritar que ele era trabalhador, eles tinham matado meu marido dentro da minha casa. E meu marido com medo de fazer a denúncia, foi até o [deputado] Renato Simões, queria fazer essa denúncia. [Pergunta: e por que é que não fez, a denúncia?] Medo. Porque aqui não tem para onde correr da polícia não.[Maria]

A presença repressiva da polícia, da corrupção policial de dos “acordos” passa a ser cotidiana, não apenas para os meninos, mas para toda a família. E as famílias como as de Maria aprendem a lidar com ela. Para cada situação há um acordo, uma negociação, um preço. Há como pagar para que haja possibilidades alternativas à prisão, aos espancamentos, às retaliações. Mas há sempre instabilidade nesses acordos, e qualquer desvio faz retornar a mediação da violência. As famílias conhecem o repertório de ações da polícia, e com a experiência adquirida aprendem a lidar com ele. Da primeira vez em que foi extorquida Maria pagou o combinado. Não pagou na segunda. Por pouco não levou a imprensa para noticiar o caso. Na falta de atores mais indicados, recai curiosamente sobre a mídia o papel de “polícia da polícia”¹³³. Era preciso publicizar a ilegalidade da ação, no mundo público ela seria compreendida. Mas é evidente que a tentativa não funciona, nem mesmo num caso

¹³³ Para um estudo sobre a questão do controle externo da polícia no Brasil, em perspectiva comparada ao caso sul-africano, ver Hollanda (2007).

isolado. Nos cotidianos desta relação, não há saídas claras para a publicização. Mesmo sem imprensa, as retaliações aparecem. Os mesmos policiais militares rondam a casa por semanas, e prendem Michel. Aí Maria tem que negociar na delegacia, com a polícia civil. O argumento é moral, parte de um discurso inflamado. Resolveu. Mas por poucos dias: um novo episódio aparece. Um assalto no bairro, os rapazes são naturalmente suspeitos; já fizeram muitos assaltos. A polícia invade a casa. Eles teriam sido presos, se já não estivessem presos. A mãe tenta argumentar, se irrita. O marido é agredido a ponto de perder dois dentes, e se os vizinhos não vêm todos ao portão, gritar que ele é “trabalhador”, talvez tivesse sido pior. Abordagem policial em “casa de bandido” é assim. A família de histórico tão “trabalhador”, no olhar das forças da ordem já tinha mudado de estatuto.

Na trajetória dos filhos de Maria, fica claro que o foco da repressão policial não é o ato infracional, mas o indivíduo que o pratica. O verbo empregado é o “ser”. Se é “bandido”, o indivíduo passa a conter o ato ilegal em sua natureza: seu corpo passa a demonstrar o indivíduo ilegal, e é ele quem passa a ser um “fora da lei”. A nomeação não permite contra argumento. Absoluto no corpo do praticante, o ato ilícito passa também a comandar o olhar das forças da ordem para os corpos daqueles que lhe são semelhantes. Irmãos, amigos, parentes, aqueles que têm a mesma cor, vestem-se da mesma forma. Neste caso, a partir daí, a violência policial é dirigida sistematicamente a toda a família de Maria porque, a partir do primeiro ato infracional de um dos filhos, todos perdem o estatuto do direito: a partir de agora eles são “bandidos”, e “bandido tem que morrer”.

Maria viveu até os 34 anos de idade como uma dona de casa de família “trabalhadora” e, portanto, não teve que se preocupar nem com a política, nem com a polícia. Imersa na posição social que lhe era destinada, “cumpria suas obrigações”, como ela mesma diz, e tinha seu lugar assegurado na estrutura social. Há espaço para os “trabalhadores”. Passou a sofrer violência física e teve sua casa devassada (tanto pelo crime quanto pela polícia) quando seus filhos “optaram pela vida no crime”, e sua família perdeu o status de “trabalhadora”. O estigma social, a repressão e a corrupção policial se tornariam mais intensos em sua vida conforme seus filhos se negavam (ou não conseguiam) optar pela vida de “trabalhadores”. Se não há mais postos de trabalho para todos os meninos da periferia, não há mais lugar para todos eles. Resta confinar parte deles em espaços de internação ou

eliminá-los. Os três filhos de Maria encontraram a internação; dois deles foram assassinados.

É a distensão entre “trabalhador” e “bandido” o que rege a existência recente da família de Maria no mundo social. Este binômio é quase parte do mundo da natureza. O bem e o mal. Se o mundo é o espaço *entre* as pessoas, uma perda humana representa tanto mais perda para o mundo quanto maiores seus vínculos com ele¹³⁴. Nas periferias, quando morre um “trabalhador” (portanto um indivíduo vinculado de algum modo à sociedade legítima, ainda que seja um morador de favela) há comoção e protestos¹³⁵. Quando morre um “bandido” faz-se silêncio, pois também aqui não há perda para a sociedade. Rebaixada a “lugar de bandido”, a família de Maria passa a habitar um lugar onde todos podem ser violentados¹³⁶. Violência que aumenta de intensidade conforme o tempo passa, e a posição social não muda. Enquanto puderem pagar os policiais, serão extorquidos e coagidos. Destruindo-se a função protetora da esfera privada da família, seus entes são pressionados então a se isolarem uns contra os outros. Quando não puderem ou quiserem mais pagar, serão presos. É na perda dos laços privados, posterior à perda dos liames sociais, que estes indivíduos atingem a condição, limite, em que podem ser eliminados fisicamente sem que nenhuma voz os reclame¹³⁷.

¹³⁴ Hannah Arendt se refere inicialmente àquelas “*distâncias entre os homens que, juntas, compreendem o mundo*” em Arendt, (1987, p.36), e vai teorizar sobre os impactos do rompimento destas distâncias, nas diversas situações de laços sociais estabelecidos, nas conclusões de Arendt (2000a).

¹³⁵ Em Sapopemba é conhecida, por exemplo, a história do assassinato do diretor da bateria da escola de samba local, por um policial aposentado, vizinho da quadra da escola, após um ensaio. O fato gerou mobilização imediata da “comunidade”, tentativa de linchamento do homicida, e ainda hoje tramita na justiça.

¹³⁶ Como demonstra Arendt, o estatuto do não-direito é também o da não-humanidade. *A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade.* (Arendt, 2000a, p.329). *O problema não é que essa calamidade tenha surgido não de alguma falta de civilização, atraso ou simples tirania, mas sim que ela não pudesse ser reparada, porque já não há qualquer lugar “incivilizado” na terra, pois, queiramos ou não, já começamos realmente a viver num Mundo Único. Só com uma humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade.* (Arendt, 2000a, p.330). Agamben (2002) recupera a argumentação da autora para pensar contextos contemporâneos.

¹³⁷ Tratei deste processo, com detalhe, em Feltran (2004).

CAPÍTULO 4. Bandidos e trabalhadores: coexistência

Ah, minha família... é complicado. Minha família, meus irmãos, tenho dois, três irmãos presos. Total lá em casa somos em oito. Cinco irmãos já foram presos, mas agora tem três que tão presos, e dois tão soltos. (...) Um [Lázaro] chegou até a dar aula de vôlei no CEDECA, mas acabou não dando certo. Ele também não se ajudava, acabou indo roubar e sendo preso. Um. O outro [Raul] foi o que vem antes de mim, ele era o mais certo de casa, mais trabalhador. Casou novo, tem um filho novo, (...) trabalhava, tava tudo certo. Mas acho que não agüentou ver ele trabalhando, trabalhando, trabalhando e nunca ter nada, e um monte de gente que não trabalha ter tudo. (...) Não resistiu e foi roubar também. Aí foi preso. Aí teve uma fuga, ele fugiu. Quando ele fugiu ele fugiu arrependido, já. Aí foi trabalhar numa firma ali, chegou lá o patrão era muito chato, era daquelas pessoas que não sabem respeitar os empregados. Não tinha calma para chegar, assim e falar: 'não, tá errado, não faz desse jeito, faz daquele jeito'. Já chegava gritando. (...) Ele ficou acho que três meses e saiu. Aí voltou a roubar de novo. Aí foi preso, tá respondendo a dois processos. (...) Falou que vai mudar quando sair. O outro [Anísio] também já tá pra sair também, já tá montando um negócio. E o outro [Fernando] é o de menor, o mais novo, (...) ele tá na FEBEM. [Faltou a Marcela, também detida naquele momento](...) E estamos esperando. Acho que até o final do ano estão todos juntos de novo. Faz tempo que não está. [Neto].

O ano de 2005 terminou, e a família não tinha conseguido se reunir. Foi assim também em 2006, e em 2007. Neto, um rapaz negro de 25 anos, me foi apresentado por uma coordenadora do CEDECA. Com as mãos nos ombros dele, ela disse me querer apresentar um exemplo, um rapaz especial. Ele era professor de capoeira no CEDECA, e personificava o “tipo ideal” das histórias de “resgate” dos meninos de favela por projetos culturais. Praticava capoeira há 8 anos, e o grupo de amigos dali, do CEDECA, oferecera ao rapaz uma “oportunidade”. Aproveitou a “chance” que teve e conseguiu, ao contrário de seus irmãos, continuar os estudos, conseguir uma renda com um trabalho lícito para ganhar a vida, seguir uma trajetória de “trabalhador”. Comprou uma aliança de noivado, e andou com ela alguns meses. Mas resolveu prorrogar o casamento, ele ainda é novo, a vida é longa, e Neto quer ter um destino diferente dos irmãos. Esse é o ponto central.

Em casa somos nós e minha mãe. Hoje a maioria tem filho.(...) São seis homens e duas mulheres. Dos seis homens eu sou o terceiro, os dois maiores tem filho, as duas meninas tem filho, e um menor do que eu tem

filho¹³⁸. Tem três que não tem, e eu sou um dos três. É que sou muito novo, acabei de estudar agora [o ensino médio], e pretendo entrar na faculdade. [Neto]

O contraste entre as opções tomadas pelos irmãos e por ele era sempre retomado. Interessou-me estudar este contraste, mais a fundo; perguntei ao Neto se poderia conhecer sua família. ‘Claro’. Poucos dias depois, liguei em seu celular para agendar uma entrevista com a sua mãe, Ivete. Neto me encontrou no CEDECA e me levou até sua casa. Entramos por um portão pequeno, de ferro, sempre aberto, de frente para o asfalto. Limite de uma das favelas do Madalena. O acesso fácil me deixou tranquilo, poderia voltar sozinho depois. Entre o portão e a porta de entrada da casa há um espaço cimentado. Um dos irmãos de Neto cortava o cabelo de um amigo ali, com uma máquina elétrica. Era Alex, que usava exatamente esse espaço cimentado como seu ganha-pão: ele instalara ali duas máquinas de videogame, e desde o final de tarde crianças pequenas da favela podem se divertir, fichas de cinco e dez centavos. À noite são os adolescentes que aparecem.

Ivete me esperava no quarto, penteando os cabelos. Sala com cozinha, um quarto no fundo e dois no andar de cima. Um dos quartos tem entrada autônoma, e lá vive a filha mais velha, Ivonete, e seu filho Vitor, então com 12 anos. O anúncio da entrevista gerara expectativa; havia muita gente na casa e muita gente querendo contar suas histórias. Sentei-me no sofá, a fisionomia de Ivete era muito séria, meio ausente. Os braços e pernas tremiam involuntariamente, seu aspecto confirmava as informações de que ela estava muito deprimida. Foram quase duas horas de conversa com ela, nesse primeiro dia. Em seguida, Ivete passou a chamar filho por filho para gravar depoimentos rápidos. Depois também as crianças e as cunhadas. Interrompia a conversa de tempos em tempos para pontuar o que considerava importante ser dito. Casos de desrespeito e de violência policial mereciam mais destaque. Períodos de forte privação material superada eram sinais de que a trajetória tinha valido à pena. Ivete interrompeu Alex para contar sobre o seqüestro que Lázaro tinha cometido, no próprio bairro, e como ele se resolveu. Pediu para Marcela descrever com detalhe o que era a vida na cadeia. Contou histórias da sua vinda de Salvador para São Paulo, disse que o tráfico tinha ajudado muito sua família, deu exemplos. No final dessa

¹³⁸ Em 2006 nasceu ainda o filho do Fernando, irmão caçula de Neto.

primeira tarde de visita, Ivete já estava muito mais solta, tinha parado de tremer, mostrava-se uma mulher decidida, de fala bem postada e firme. A transformação, mediada pela narrativa, me chamou a atenção (e me comoveu).

O dia terminou. O impacto pessoal tinha sido enorme, mas voltei para casa com a sensação de não entender nada. Os depoimentos tinham uma lógica que eu não acessava – era a família, era a “comunidade”, era o “crime”, a cadeia, era tudo misturado. As narrativas das famílias “trabalhadoras”, que eu já tinha tido a experiência em escutar por ali, seguiam caminhos muito mais conhecidos do que o depoimento de Ivete e seus filhos. Nas primeiras, demarcava-se claramente a moral familiar, e a partir dela as atitudes ou eventos que se desviavam da ordem ideal. Na casa de Dona Sílvia ou de Maria, o envolvimento dos filhos com o crime era claramente inserido na chave do desvio, por exemplo. Na casa de Ivete não; a chave era outra. Não se distinguia ali claramente uma linha que separasse a família e seus valores daqueles vividos no mundo social, ou no mundo do crime. A família era tomada por estes mundos, mas mantinha-se coesa. Ao mesmo tempo, relatava-se ter sido vivido um sofrimento atroz, atribuído nos últimos anos ao envolvimento dos filhos com “a criminalidade”. Esta modificação no padrão de demarcação da família como comunidade moral me pareceu incompreensível e contraditória, a princípio. Mas em outras duas famílias, também moradoras de favela, que conheci com algum detalhe nos anos seguintes, tive a mesma percepção¹³⁹. A incompreensão, como sempre, gera interesse. Dediquei-me especialmente às visitas à esta família nos anos seguintes.

Naquele momento, entretanto, não sabia nem mesmo quantas pessoas moravam naquela casa. A “população flutuante” era grande: como Neto já tinha prevenido, cinco dos oito filhos de Ivete estão no circuito de idas e vindas entre a casa e a prisão. Como nunca coincide um período em que os cinco estão privados de liberdade, nem libertos ao mesmo tempo, a população da casa varia com frequência. Como estão habituados a isso, os relatos continuam computando os filhos presos como moradores. A conta fica mais complicada porque, dos cinco que vão e vêm, dois são casados e quatro têm filhos. Mas nos períodos em

¹³⁹ As famílias de Fabiana e Cristina, que até por assemelharem-se às de Ivete neste aspecto, não tiveram suas histórias apresentadas em detalhe nessa tese.

que os pais estão presos, as crianças circulam mais frequentemente entre as casas dos tios, avós e vizinhos. E aí são também contados como integrantes da casa¹⁴⁰.

Ao transcrever as primeiras entrevistas, fui montando um quadro geral com as dinâmicas da família. Deu trabalho cruzar a imensidade de nomes citados com os fatos marcantes de cada trajetória e as inflexões de cada percurso. Transcrever ajuda a compreender. Fiz outra visita, e tanta informação nova apareceu que meu quadro teve de ser refeito. A cada visita o quadro de referência, para compreender este grupo, foi crescendo e juntaram-se a ele novas questões. Ao final, passei este quadro a limpo, e esta história de família abria para tantos temas que, o que seria um quadro para simplificar as coisas, tornou-se também ele uma imagem muito complexa.

As visitas seguiram, e sempre conhecia mais histórias de crimes praticados pelos filhos de Ivete. Entretanto, a gentileza invariável da recepção e a facilidade dos sorrisos dos meninos, a beleza dos rostos e o sotaque pausado de Salvador não casavam com o estereótipo do “bandido”. Quando caminhava até a casa, por vezes a idéia de que visitaria “bandidos” me contaminava e eu sentia medo. Mas era só chegar lá, e me sentia mal por ter tido medo, era um absurdo. As ações criminais do grupo de irmãos “envolvidos” eram, evidentemente, encaradas como trabalho. E, portanto, limitavam-se aos momentos de trabalho. Os códigos internos às atividades como “bandidos” estiveram sempre contidos às reuniões, planejamento e execução das ações criminais. O espaço da casa e seus cotidianos sempre foi neutro a qualquer conversa ou referência a estas atividades. Ali, os que eram “bandidos” publicamente, eram apenas os filhos de Ivete.

Permaneci em contato com mãe e filhos por todo o período de campo. A cada visita um quase ritual se processa: quem está na porta me recebe, me diz para sentar mas me previne que não há café, e começa a me contar o que tem acontecido na família. Pergunto de um por um, e sempre há muita novidade. As histórias da família martelaram tanto na cabeça, que a cada nova incursão a Sapopemba decido fazer uma nova visita à casa. Deixei ali um volume imenso de entrevistas transcritas, em 2006. E deixei de gravar os depoimentos, aos poucos,

¹⁴⁰ Evidentemente, rompe-se aqui também com o padrão operário de organização familiar, que representa uma transição entre a família rural e a família nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Nem um, nem outro.

conforme me habituava com o ritmo da casa. Fiquei mais conhecido da família, e embora ninguém pareça muito interessado em saber o que é que eu faço, em detalhe, é só me verem que começam a contar o que aconteceu recentemente, com cada um. Sabem o que eu quero ouvir. Até por isso, apesar de conhecer bem o quadro geral, nunca me livreí da sensação de incompreensão ou de distância, maior do que em outros casos. Tenho ainda sentido que faltou alguma transcendência na compreensão, que me revelaria outras dimensões das narrativas que me foram destinadas.

Da última vez em que estive na casa tinha acabado de nascer o sétimo neto de Ivete, filho do Fernando, o caçula. Contaram-me histórias de bebê, da relação com a família da moça, que Fernando estava pensando em sair do crime. Lázaro tinha saído da cadeia, mas já tinha sido preso de novo. Marcela, que estava detida na visita anterior, já tinha saído e tinha os cabelos mais longos, estava mais bonita, o ar mais saudável. Parecia ter melhorado do vício no crack; entretanto, Ivete me conta que agora era a prostituição que a rondava. Raul tinha dito para Ivete que, saindo da prisão, ia melhorar; Anísio já disse que essa é a vida dele mesmo, que ela não sofresse por ele. Alex abandonou o negócio do videogame e voltou para o emprego antigo: cromação de peças de bicicleta. Ivonete e Neto, sempre os dois mais estáveis, seguiam trabalhando respectivamente na fábrica de componentes eletrônicos e na loja de departamentos no Shopping Tatuapé. As crianças o tempo todo na casa eram agora quatro, duas filhas da Marcela, uma do Alex e uma agregada¹⁴¹. As outras ficavam agora, sobretudo, com as esposas dos filhos casados. Nas visitas conheci e conversei com doze dos moradores; faltou falar só dois filhos casados de Ivete, Raul e Anísio, que estiveram pouco tempo longe das prisões nesse período.

¹⁴¹ Até a última visita eu achava que Janaína, uma menina de 7 anos, era filha da Marcela. Mas Ivonete me corrigiu: *Janaína é filha de uma prima minha da Bahia, que está aqui [desde bebê]. É só a Janaína. Mas a Janaína tem que ir embora já, porque ela está querendo ficar danadinha, sabe? Então, antes que minha mãe tenha mais dor de cabeça...* [Ivonete]. Sobre a circulação das crianças no universo popular, ver o trabalho de Fonseca (2002, 2006).

CRONOLOGIA

De Salvador para São Paulo em oito anos.

A minha vida lá em Salvador era muito sofrida. É... tão sofrida quanto aqui [pausa longa]. Era muito sofrida. Eu passava necessidade com os meus filhos, tinha um marido que me batia, me maltratava muito, que é o pai dos meus filhos. Então por isso que eu fugi dele e vim pra aqui. Fugida. [Ivete]

Ivete chegou em São Paulo em 1987. Deixou para trás marido e sete filhos. A mais velha tinha 10 anos, os mais novos eram os gêmeos, Alex e Lázaro, que tinham 2 anos de idade¹⁴². Uma conhecida de Ivete já morava em São Paulo; quando a violência e as ameaças se acirraram, Ivete fugiu para a casa dela. Morou de favor alguns dias, não se lembra em que lugar ficava a casa. Recorda-se, entretanto, que saiu de lá “maltratada”. Que foi parar na rua, e que encontrou outros lugares para viver de favor com o tempo. Cinco anos sem ver os filhos. Uma irmã de Ivete, que ficou em Salvador, tinha telefone. Era a única comunicação neste período, esporádica, cara. A vida melhorou um pouco quando Ivete conheceu um rapaz, e foi viver com ele. Este homem deu a ela uma casa na favela do Madalena e o seu oitavo filho, “o único que eu quis”. Ao todo, Ivete me conta que teve 14 gestações: fez 4 abortos e teve 10 partos normais. Oito filhos sobreviveram à primeira infância, e seguem vivos: *todo dia agradeço a Deus de ter todos os filhos vivos*.

A “estabilidade” conquistada neste relacionamento em São Paulo – o marido trabalhava – possibilitou que Ivete conquistasse uma rede de relações, e a partir dela encontrasse alguns bicos como diarista. Em 1992, com o dinheiro que juntou, fez uma primeira tentativa de trazer os filhos para São Paulo. Viajou para Salvador, mas lá soube que já havia perdido a guarda deles e não poderia recuperá-la tão logo. Retornou para São Paulo sem os meninos, e permaneceu mais três anos sem vê-los. Neste período teve Fernando, seu filho caçula. Em 1994 conseguiu, finalmente, um trabalho estável, numa fábrica de peças de metal, linha de

¹⁴² Os filhos, e as idades, em 2007, eram: Ivonete (32); Marcela (31); Anísio (29); Raul (28); Neto (25); Alex e Lázaro (gêmeos, 24) e Fernando (19).

montagem. Recebeu então um telefonema da Bahia. Era Marcela, sua segunda filha, que teria câncer de mama e pedia socorro.

Resolveu ir vê-la. Fez acordo no emprego para ser demitida, precisava do dinheiro da rescisão para a viagem. Chegando lá, viu que os filhos estavam muito piores do que ela imaginava. Ivonete, na época com 18 anos, sofria abuso sexual regular, praticado pelo próprio pai. Marcela, com 16, havia na verdade inventado a história do “câncer de mama”, em tentativa desesperada de trazer a mãe de volta. Mas tendo tido sucesso no propósito, mutilou um dos seios quando a mãe chegou, para provar sua doença. Todos os meninos eram vítimas de violência doméstica frequente, o pai já estava desempregado há tempos, chegava bêbado todos os dias. Ao menos, nessa situação era possível que Ivete, na justiça, recuperasse a guarda das crianças. Foi o que ela fez, com a ajuda de conhecidos e vizinhos. Três meses de trâmites burocráticos em Salvador, e Ivete pôde retornar para Sapopemba, agora acompanhada de mais sete filhos. Era a primeira vez que os oito filhos se reuniam. O marido, entretanto, achou demais. A chegada dos filhos é o fim do segundo casamento de Ivete, que, no entanto, permanece na casa em que morava, na favela em que moram ainda hoje. Agora, sem marido e sem emprego, com oito filhos para criar, a fase seria de novo complicada.

Estrangeiros em Sapopemba

Vimos de ônibus, nós viemos, vixe Maria, comendo taioba. Só tinha farofa pra comer, só farofa pra comer no ônibus. Eu lembro que eu vomitei dentro do ônibus, vomitei farofa, só tinha farofa. Chegando aqui, acho que foi no dia mesmo que nós chegamos aqui, veio um senhor alto e também pediu. Dividimos a farofa com ele. [Lázaro]

Minha mãe conta que foi a maior barra, quando nós chegamos. Que ela foi buscar nós, ela se separou do marido, porque o marido não queria que ela fosse buscar [os filhos]. Mas ela falou que ia buscar. [Alex]

Ah, foi muito difícil. Porque eu estava sem emprego, mãe sozinha, tinha eles... não tinha asfalto nessa rua, os únicos negros nessa rua eram meus filhos. Uma amiga ainda chegou para mim, que morava aí na frente, olhou pra mim dando risada e falou pra mim que eu ia criar meus filhos pra serem trombadinhas. ‘Como é que você vai criar seus filhos tudo sozinha?’ Eu falei pra ela que eu tinha fé em Deus que eles não iam dar pra isso, né? [Ivete]

Era, muito diferente, muito frio, a gente chegou a passar fome. Quando a gente chegou aqui a gente comia cabeça de peixe, pé de galinha, sopa de fubá. Foi muito triste o começo da vida da gente. Mas até hoje a gente tá aqui, vivo. [Marcela]

Estava um frio que nem hoje, aí perguntei para minha mãe: ‘cai neve aqui?’, e minha mãe ‘não’! [riso] (...) Eu lembro que até para beber água na torneira era tudo frio, gelado. A coisa que mais estranhei aqui foi a feira, que todo dia a feira era em um lugar diferente. Os legumes também, tudo grandão, tudo maior. Tomate bem vermelhinho, grandão. Estranhei bastante. E o jeito de falar daqui também é diferente, bem diferente. [Ivonete]

Para Ivete, era um recomeço. Retomar a vida sem a culpa do abandono das crianças, reassumindo seu papel de mãe, reatando os vínculos com seu passado, agora sem a ameaça do marido. Para seus filhos era um começo. Crianças e adolescentes, os meninos adentravam os espaços mais amplos de sociabilidade. As meninas se livravam da ameaça de violência sexual, os meninos da violência física. Mas um começo difícil. Muita privação material sem o apoio da família ampliada, que restara em Salvador. E muito estranhamento: a temperatura da água, o sotaque, a cor das frutas, o tamanho dos legumes. Estrangeiros pobres em Sapopemba: sem trabalho, muitas crianças, favela na periferia de São Paulo, privação e, por um período, fome. A sensação do forasteiro é de insegurança; a do favelado também. Se nas famílias estudadas nos capítulos anteriores já se vislumbrava a incerteza do recém-chegado, aqui ela entranha os corpos.

Ivete conta que nos fins de semana seus meninos começaram a guardar carros na feira. De lá, traziam cabeças de peixe, folhas de cenoura e beterraba, entre outros restos. Com o dinheiro ela comprava farinha, fazia pirão e sopa, que a família comia durante toda a semana. Embora recebesse uma pensão pequena, do segundo marido, Ivete não tinha nenhuma outra fonte de renda, no começo. Recorreu também, nas terças e quartas-feira, às carcaças de frangos mortos e descartados pela granja do bairro¹⁴³. Ivete e Ivonete, a filha mais velha, conseguiram no início trabalhos como diaristas. As crianças ficavam com os mais velhos, e se viravam. Os meninos também começaram a ganhar alguns trocados, na

¹⁴³ Valdênia relata que essa é uma prática comum na região, entre as famílias mais pobres: *tem uma granja [no bairro], e aí você sabe como é que tá a situação do bairro. Se quando chega a mercadoria, geralmente terça-feira ou quarta, a fila estiver muito grande, é que a situação tá ruim. Porque as pessoas fazem aquela fila pra pegar os frangos mortos. [Valdênia].*

rua¹⁴⁴. Marcela não ajudava, aos 17 anos já circulava por outras redes¹⁴⁵. Ivonete conseguiu um emprego numa casa de família, e engravidou do dono da casa. Depois de alguns anos, trabalhou como vendedora de porta em porta, em outra casa de família, e numa metalúrgica. Todo mundo se virava como podia, e a vida melhorou um pouco, se comparada ao início. Mas a preocupação com os meninos foi ficando maior, conforme eles cresciam. *A violência era demais*, me diz Ivete.

A busca de proteção: polícia e tráfico

Os meninos, no final de semana, iam para a feira tomar conta de carro. Aí tinha uns meninos aqui embaixo que batiam neles, tomavam o dinheiro deles. (...) Um dia o tráfico bateu em minha porta, porque eu chamei a polícia para esses meninos. O traficante veio em minha porta. Aí vii que eu era sozinha, era tudo escuro aqui... vii que eu era sozinha, só me ameaçaram, né? Que eu ia embora se eu chamasse a polícia de novo. (...) Só que eu sou uma mulher determinada, no outro dia eu fui trabalhar e voltando do trabalho eu fui procurar o tráfico. Eu fui procurar ele. (...) Cheguei lá e expliquei pra ele a situação que eu vivia, a situação que eu me encontrava, e a situação que os meus filhos passavam na feira, né? Que quando eu ia trabalhar, e quando eu voltava, os meus filhos estavam presos dentro de casa, porque os meninos da rua espancavam eles, jogavam pedra aqui dentro de casa, que era aberto aqui na frente. E eles eram todos pequenos, a mais velha era a Ivonete e ela era muito tímida, né? Então eles me deram razão. Mas só que pediram pra eu não chamar mais a polícia, que quando eu precisasse, procurasse eles, que eles iriam resolver.

E realmente eu precisei, dias depois eles voltaram. (...) Aí a minha menina ligou, que os meninos estavam mexendo aqui na casa, jogando pedra. Aí eu mandei que ela fosse, procurasse o rapaz. Aí ela foi lá, procurou o rapaz, esse rapaz desceu aqui, mandou descer, nem veio, mandou descer... e avisou, né? Que se eles continuassem a incomodar a família, a minha família, que eles desceriam e não desceriam pra

¹⁴⁴ *Dificuldade... aí com o tempo foi melhorando. Um começou a trabalhar, outro começou a fazer bico, nós ia cuidar de carro na feira, e assim foi indo. (...) Acho que com uns 11 anos de idade nós já ia cuidar de carro, que eu tenho irmão mais velho, né? (...) Aí nós ia, sempre ia, pra porta de mercado, na feira, sempre cuidar de carro, nessa região aqui. Aí o dinheiro que nós pegávamos, a gente ia, dava pra ela [para a mãe] comprar comida, ou então levava comida pra casa, mas sempre foi assim. [Neto].*

¹⁴⁵ *Ah, a Marcela nunca prestou para trabalhar. Ela deu muito trabalho para trabalhar. Todo trabalho que ela entrou, ela aprontou para sair logo. Ela ficava doidinha, nunca ficou no trabalho, na escola então ela nem ia. Eu fazia matrícula dela e ela não ia. Tem a irmã dela de prova. [Ivete]*

conversar. (...) E aí a partir desse dia eu passei a ter, assim, um... um... como é que eu posso te explicar? Uma comunicação. [Ivete]

Garantia de segurança, numa situação como a de Ivete, fazia toda a diferença. E, nesse caso, a polícia não era a força de segurança mais adequada. Nas favelas de São Paulo, nos últimos dez anos muita coisa mudou. Ano a ano, fui me deparando mais freqüentemente com um tipo de depoimento que situa o tráfico de drogas, e o crime local, como parte da “comunidade”, e não seu oposto. Se há dez anos, quando se referiam à “comunidade”, eram em especial as paróquias os núcleos de ação coletiva de referência, agora trata-se sobretudo de territórios de favela, em que diversos atores são representados. A explicação é simples, e foi proferida por Mano Brown, cantor de rap, num programa de televisão, nos seguintes termos: *‘quem protege a comunidade? A polícia protege? Não. Então ela tem que se proteger’*¹⁴⁶. No caso em questão aqui, o monopólio da violência já é ficção; os traficantes (ou “comerciantes”, como propôs no mesmo dia Mano Brown) pouco a pouco assumem o papel da força armada que normatiza as regras de convivência (permitidos e interditos) e faz a justiça no varejo, pelo uso de uma violência sumária, porém “legítima” no plano local, porque amparada na regra coletivamente aceita, ainda que por falta de opção.

Ivete começa a ser “respeitada” entre os vizinhos, graças a essa “comunicação” com o tráfico. O estigma inicial da mãe sozinha de família baiana, negra e muito pobre começa a ser revertido. Dali, alça a outros espaços de sociabilidade, e por eles consegue uma vaga como Agente Comunitária de Saúde, numa das duas equipes do Programa de Saúde da Família (Qualis) vinculados à Unidade Básica de Saúde do Madalena. A vaga foi obtida em seleção, na qual pesou seu engajamento voluntário em atividades comunitárias (vinculadas ao CEDECA) e na implantação da Unidade Básica de Saúde. O salário mínimo não garantiu uma mudança do panorama da família, mas a rede de contatos no bairro aumentou significativamente. Quando eu me perdia pelas margens da favela, era só perguntar onde vivia a Ivete, que não tinha erro. Os Agentes Comunitários são muito conhecidos em qualquer bairro. Quando a vida parecia começar a se acertar, inicia-se outro período duro, agora muito vinculado ao percurso dos filhos.

¹⁴⁶ No programa Roda Viva, da TV Cultura, exibido em outubro de 2007.

Os filhos adolescentes: do trabalho lícito ao ilícito

Sempre fui um bom aluno, mas eu nunca gostei de estar lá na escola. Mas toda vez que eu estava lá eu aprendia. Minha mãe nunca foi assim, uma mãe chata. Acho até que ela foi muito legal, desse lado. Quando nós chegamos, estudei até a quarta série e depois parei para ir trabalhar. E não arrumava vaga [na escola] à noite. A gente estava naquele período em que até certa idade não estudava à noite. Aí eu trabalhava e não estudava. [Neto].

Mais uma vez o trabalho infantil, presente em todas as trajetórias estudadas. Agora mais claramente vinculado à evasão escolar. Neto e os irmãos deixaram de estudar para trabalharem juntos na feira, para cuidar de carros, ou para pedir dinheiro ou comida nas ruas. Da feira, surgiu uma outra “oportunidade” para os meninos. Foram agenciados em grupo para ajudar a descarregar fardos de cana-de-açúcar num depósito do bairro, em troca de gorjetas.

Tinha um depósito de cana ali em cima. Aí nós ficávamos lá, e tipo, ganhávamos caixinha dos fregueses. Eles davam dinheiro pra nós. Passou um tempo, aí eu comecei a trabalhar mesmo. [Pergunta: Você não tinha salário, no começo?] No começo não, mas depois teve. Eu sei que passou cinco irmãos lá, trabalhando. [Neto].

Quando começaram a receber, efetivamente, a remuneração era por produção: R\$ 25 por “milheiro”. Um milheiro são mil dúzias de cana, descarregadas do caminhão, descascadas, cortadas e preparadas para serem vendidas aos engenhos de feira. Por precário e pesado que fosse, o trabalho dos meninos garantia boa parte da renda da família. Os proprietários do depósito de cana eram comerciantes locais, moradores “das casas”. Os adolescentes trabalharam três ou quatro anos ali, conheceram esta família dos donos do estabelecimento, eram ajudados por eles. Reproduziu-se, de certa forma e por algum tempo, uma relação de trabalho à *la Casa Grande & Senzala*¹⁴⁷. Como é usual, a estrutura desta relação foi recheada de fofocas, pequenos dramas cotidianos e pelas tentativas de “harmonização dos opostos”. Há muitas histórias contadas, sobre este período. Mas em Sapopemba, em 1999, as relações sociais já eram muito distintas daquelas descritas por Gilberto Freyre. Com 15 anos de idade Lázaro seqüestrou a filha adolescente dos patrões, dos donos do

¹⁴⁷ Refiro-me, evidentemente, ao modelo de relações centrado na “harmonização dos opostos”, descrita no clássico de Gilberto Freyre (2003).

estabelecimento. Os irmãos disseram que ele era apaixonado por ela. Para mim, ele diria sobre aquele trabalho: *uma escravidão, mano...*

Na hora eu não tinha certeza, na hora mesmo que aconteceu [o seqüestro] eu não tinha certeza de que o Lázaro estava envolvido, mas só que o Alex chegou correndo, dizendo que a polícia tava lá, na casa do patrão dele. E que estava na [Avenida] Água Espraiada. Que era para eu ir lá ver o que é que era. [Ivete]

Na época que aconteceu isso [o seqüestro] eu trabalhava lá, era funcionário da família. E eu nunca fui de mexer, mas meu irmão... não sei o que aconteceu, que caiu na boca deles [dos patrões] que alguns dos meus irmãos iam seqüestrar um filho deles. Isso foi uns 15 dias antes. E passou uns 15 dias já aconteceu o seqüestro. Aí ela [a patroa] já foi falando que eram meus irmãos. Eu estava perto na casa dela, na hora. Eu fui buscar minha namorada na escola, que é minha esposa agora, a hora que eu virei a esquina eu ouvi os gritos... aí eu voltei e vi a viatura na frente da casa dela. Aí eu vim aqui, peguei minha mãe e falei: 'vamos lá ver o que tá acontecendo'. Na hora que eu cheguei lá, o sobrinho dela estava vindo aqui me chamar. Aí eu entrei dentro do carro e nós fomos procurar. Mas até então eu não sabia o que tinha acontecido. Aí ele foi me explicando... ó, seqüestraram a Érica, vamos atrás pra ver se nós achamos... andamos tudo, só que não achamos. Aí depois nós voltamos e ficamos na casa deles. Minha mãe falou pra mim que eles desconfiavam que era um dos meus irmãos... eu fiquei quieto. [Alex]

Chegamos lá, a mãe da menina estava dizendo que era o Raul, que o Raul tinha seqüestrado a menina deles. Só que o Raul tinha sido preso oito dias antes. Falou: ou foi o Raul ou foi o Lázaro. Aí eu vim atrás do Lázaro, cheguei aqui não encontrei o Lázaro, e o Lázaro costumava entrar pra casa cedo. Aí foi que começou a desconfiança. Aí encostei [os outros meninos] na parede, fui perguntando. Aí Lázaro chegou, e falou. E os meninos falaram: foi ele mesmo, com o Teco e tal. Deu o nome dos meninos. Então a gente foi atrás. Eu chamei um menino que era do tráfico e pedi ajuda, pra resgatar a menina. Porque eu não podia chegar para o outro cara, e eles já tinham conversado por telefone, olha, devolve a menina, que eles já estão sabendo que o Lázaro está envolvido, vocês vão cair. Aí ele [o Teco] disse: 'eu só devolvo depois que derem o dinheiro', quer dizer, ele não ia respeitar a menina. Eu precisei pedir ajuda ao tráfico. Aí o rapaz que era do tráfico me ajudou. [Ivete].

Numa passagem rápida, todo o quadro se altera. Lázaro era funcionário, de uma hora para outra era seqüestrador. Alex era amigo dos sobrinhos e dos filhos da família, agora era suspeito de cumplicidade. As fofocas já haviam informado dos planos dos adolescentes. Lázaro já havia se articulado a outros amigos do bairro, preparado a ação. O desenrolar da história é peculiar. As famílias de seqüestrador e vítima se mobilizaram juntas: naquele

momento ambas tinham interesse em desbaratar o seqüestro. Ivete queria livrar o filho da polícia, a mãe da vítima libertá-la dos seqüestradores. Inicia-se uma troca de telefonemas entre a mãe da vítima, a mãe de um dos seqüestradores, os próprios seqüestradores e o traficante local, patrão de um deles. As redes de sociabilidade e as hierarquias foram obviamente ativadas, e novamente não são as instâncias públicas que resolvem. A polícia tinha sido acionada, mas solicita-se que ela se retire da negociação. A regra é outra. Os traficantes que controlavam a região resolveriam o problema.

Então eu pedi a ajuda do traficante, porque eu fiquei sabendo que o outro menino que tava no seqüestro trabalhava na boca, trabalhava para essa pessoa. Ele se arriscou, pediu pra tirar a polícia do caso, que a polícia já tava envolvida, né? Ele se arriscou, foi lá comigo, fui eu, ele, a dona da casa [mãe da menina seqüestrada]. (...) Fomos buscar a menina, resgatamos a menina do seqüestro. Eles respeitam, né? Têm medo do patrão, do patrão. Chegamos lá a menina estava lá, estava bem. (...) Se não fosse o traficante, ele [Lázaro] poderia estar ou morto, ou ter sido preso, por causa desse seqüestro. [Ivete]

Os meninos seqüestradores foram punidos pelo patrão e pelas mães, a família da vítima retirou a denúncia formal. Publicamente, foi um pequeno problema, uma denúncia desmentida. Na favela, este problema significava mais confiança no poder de proteção do traficante, de mediação e de resolução. Hierarquias respeitadas, hierarquias reforçadas. Mais ‘uso legítimo’ da força, neste caso só da autoridade. Ivete salvou a menina e o filho, mas não conseguiu evitar a demissão paulatina de todos os seus filhos da pequena empresa.

Passou algum tempo o rapaz me mandou embora... eu perguntei pra ele se foi por causa do que meu irmão fez, né? Ele falou que não. Mas pra mim foi. (...) Não tiro a razão dele não. [Alex].

Todos compreenderam a separação das famílias, depois de uma ação extrema. E todos se viraram. Em pouco tempo, a falta do “emprego” dos filhos homens, até então precariamente vinculados ao depósito de cana, não significaria mais problema. Os meninos se deram conta de que havia outras fontes de renda que valiam bem mais à pena. Quatro deles, mesmo enquanto trabalhavam, já haviam se acostumado a cometer pequenas infrações para complementar a renda. A lógica da viração na rua tinha sido aprendida desde muito cedo,

desde o período de guardar carros na feira¹⁴⁸. A vinculação dos rapazes ao tráfico, e aos crimes associados ao tráfico foi rápida, e seguiu o mesmo padrão já visto. Aumenta a idade, aumenta a responsabilidade, aumenta o envolvimento.

Você vai se envolvendo, vai crescendo, vai se envolvendo, você acaba se envolvendo num crime mesmo de verdade, alguém te apresenta a arma, você vê os caras voltando da fita¹⁴⁹ cheio do dinheiro, aí você quer também. Sua renda familiar é pouca, e tal, minha mãe não tinha dinheiro nem pra comprar um presente de natal pra nós, primeiramente [antigamente], então nós nos virávamos. Cada qual comprava a sua, fui conhecendo os caras, fui me envolvendo. [Lázaro]

Mais uma vez, depoimento padrão – a necessidade em casa, a presença dos colegas, o monte de dinheiro de quem faz volta da “fita”. Ritualiza-se a primeira ação criminal, as coisas dão certo, “vamos tentar”¹⁵⁰. Em geral vindos das famílias de menor renda entre os moradores (mas não só delas, como já se viu), os meninos e meninas do “crime” encontram possibilidade de inserção em uma atividade remunerada, marcada por riscos, mas também pela promessa e efetiva possibilidade de consumo imediato. A remuneração pelo serviço é variável, mas sempre atrativa, e cresce conforme o nível de vinculação dos indivíduos à estrutura do negócio. Em Sapopemba o plano de carreira da “firma” é claro e interessa: se os olheiros do tráfico (em geral crianças pequenas, ou viciados em estágio avançado) varam noites nas vielas para ganhar até cinco reais, ou um “papel”, um menino de 17 anos que tenha alguns subordinados trabalhando para ele na “boca” recebe de R\$ 200 a R\$ 300 numa noite. “Às vezes quinhentos”.

O acesso às armas de fogo e a restrição das regras internas à “comunidade” facilita a associação das atividades no tráfico a outros tipos de crime, o que amplia ainda mais a renda potencial. O dinheiro obtido é garantia de usufruto imediato dos bens fundamentais à vida “social” do jovem da periferia: tênis sofisticados, telefones celulares de último tipo, roupas de marca e, se possível, motos e carros com acessórios brilhantes e aparelhagem de som.

¹⁴⁸ Utilizando-me do termo cunhado pelo trabalho de Gregori (2000), central na bibliografia sobre crianças em situação de rua em São Paulo.

¹⁴⁹ A palavra “fita” tem significados distintos, a depender do contexto; aqui, trata-se de uma ação criminosa pontual.

¹⁵⁰ A fase inicial de envolvimento é de experimentação, e não são nada raros os casos de entrada e saída precoce do universo do crime, o que também desmistifica os termos do senso comum: “entrou, não sai mais”.

Quem ingressa no crime passa a dominar, para além dos códigos cotidianos da sociabilidade da periferia, uma série de códigos simples de conduta, mas estritos, alheios ou mesmo opostos àqueles que situam “o favelado” nos degraus (mais baixos) da hierarquia na sociedade oficial. Mas embora seja baseada em outros critérios, também na “comunidade do crime” a hierarquia é central para a coesão e o ordenamento dos indivíduos, como se viu no caso do seqüestro¹⁵¹.

Lázaro e Anísio começaram a fazer furtos à residência, depois roubo de carros, depois assaltos à residência. Fernando e Raul também roubavam, mas principalmente traficavam. Marcela era a única, nesse período, que já estava no crime sem obter ganhos secundários: ela usava crack, já tinha se tornado dependente, e já começava a dar trabalho para a família¹⁵². Ninguém tinha sido preso. Ivete sabia o que acontecia e sofria, questionava seu papel. Mas, sobretudo, porque sabia do risco que seus filhos corriam. O problema moral da ação criminosa contra outras pessoas foi paulatinamente superado. Orientava os meninos a não “optarem por este caminho”, acreditava que seria uma fase. Mas tornando-se ladrões e traficantes mais conhecidos no bairro, os meninos de Ivete, como todos os outros, tornaram-se também mais marcados pela polícia.

O começo das prisões, crise

Fui fazer um assalto lá no Jardim Santo André, numa pizzaria. Eu tinha quinze anos, fui pego pela polícia e fui preso. Acho que era o terceiro que eu fazia, naquela região ali mesmo. E depois, eu comecei a trabalhar um pouco, fiquei parado um tempo, desempregado, sem mexer com nada.

¹⁵¹ A “comunidade” na qual se ingressa, ao adentrar o mundo do tráfico, embora oposta aos códigos do “rapaz trabalhador da favela”, curiosamente também inclui o trabalho, o status e a ascensão social como medidas de hierarquização dos grupos. Um e outro universo (o tráfico e a sociabilidade oficial), por compartilharem-se e negarem-se simultaneamente, convivem lado a lado em todas as favelas em que há tráfico de drogas organizado. A fronteira entre o mundo das relações sociais admitidas e aquelas consideradas ilícitas é tênue.

¹⁵² Marcela circulava pelas bocas da favela, e nelas ocupava o mais baixo degrau hierárquico. Vigiando as vielas em troca de pedras de crack, ela seguia a rotina de manter-se acordada, por vezes dois ou três dias seguidos, desaparecendo de casa. Quando voltava, Ivete lhe dava remédios “tarja preta” para que dormisse, na tentativa de mantê-la sob sua proteção. Mas depois de algumas horas “apagada”, Marcela comia algo e retornava à “crackolândia” para mais alguns dias. Foi sua prisão em 2003 que interrompeu um ano e meio nesse ciclo. Outras instituições totais (utilizando o termo de Goffman, 2003) já o haviam interrompido antes: Marcela tem algumas internações para tratamento de dependentes químicos, em bairros distantes de Sapopemba, e foi internada em clínicas de saúde mental outras vezes. Trabalho mais especificamente com a história de Marcela em Feltran (2007).

Devido à situação estar ruim, eu comecei a me envolver com o crime de novo. Aí eu comecei a roubar, e no final de 2004, 11 de setembro de 2004, eu fui preso de novo. 11 de setembro de 2004. Assalto à residência, e tal, fiquei no 51º DP, não, foi na região do São Lucas. (...) Fiquei preso por um ano e sete meses. [Lázaro]

Lázaro passa pela sua primeira unidade de internação da Febem aos 15 anos de idade. Corria o ano 2000, a família estava reunida em São Paulo há apenas cinco anos. Como demonstrou a história de Pedro, no Capítulo 1, a primeira prisão sempre significa uma passagem fundamental, que modifica o estatuto individual frente à família próxima e ampliada, relações sociais e sistema político. Logo depois de Lázaro, Anísio foi preso por roubo. Marcela foi a terceira, assaltando um ônibus na Avenida Sapopemba.

Eu fui presa primeiro aqui na [Avenida] Sapopemba. Aí eles me levaram pra 69 [69ª Delegacia de Polícia], daí não quiseram me aceitar, era a 70. Chegou lá [na 70ª DP] eles queriam me bater. Eles só não me espancaram porque eu falei que estava grávida. Aí eles falaram que gravidez não é doença, aí eu falei que tava com hemorragia, tanto é que eu não apanhei. (...) Aí fiquei lá no banco, algemada, sentada. Aí minha mãe chegou lá com o Neto, começou a chorar, e eu pedi pra ela tomar conta dos meus filhos. Falei pra ela não ficar assim, e eu só chorava, só chorava. Daí, eles bateram o boletim, era meia noite. Depois que a minha mãe saiu, chegou um negrão e uma negona, querendo me bater. Só que nisso, o segurança do [Supermercado] Nagumo tava lá, e não deixou eles judiarem de mim¹⁵³. Aí, eles pegaram, bateram o boletim, o delegado ainda me xingou, porque eu tava chorando. [Ele xingou do quê?] De vagabunda, galinha, depois que a minha mãe foi embora. [Xingou] porque a minha mãe tava naquela situação, ele viu a minha mãe naquela situação. Aí, eles bateram [o BO], eu assinei e fui [transferida] para o presídio lá em Pinheiros, o cadeião. (...) Quando foi de manhã eles trouxeram um café e um pão duro, café com aquele leite coalhado em cima; aí eu pedi um copo d'água pra eles, encheram a garrafinha, levaram a água. Na hora do almoço eles me deram um 'bandeco' frio, ruim. Aí, depois do almoço saiu a vaga, eu fiquei na triagem, da triagem bati a prancheta e quando foi seis horas entrei pro convívio. Fiquei três, quatro meses. Nisso eu não tinha sido condenada ainda. [Marcela].

¹⁵³ *Porque quem me pegou foram duas mulheres [policiais à paisana, em um fusca, trabalhando (ilegalmente) como fiscais da companhia de ônibus]. Quando veio a viatura, apareceu um PM [Policia Militar] que [nas folgas] era segurança do [supermercado] Nagumo, entendeu? E ele já me pegou várias vezes, catando coisas no Nagumo, quando eu era usuária de droga. E ele sempre 'passava um pano' pra mim, falava que era pra colocar no lugar, que não era pra fazer isso, e tal e tal e tal. Nesse dia, ele não pôde fazer nada por mim. A única coisa que ele pôde foi não deixar eles me baterem. Aí tinha cinco queixas de roubo de ônibus, ele conversou com o delegado pra deixar eu assinar só um. Eu assinei um assalto só. Aí, depois de um ano e pouco, caiu mais dois BOs meus. Eu já estou procurada, no mês passado era pra eu ter ido numa audiência do segundo BO. Mas como eu não estava mais presa, sou fugitiva, não fui. [Marcela].*

Ivete diz que a primeira prisão de Marcela fez pensar que o caminho da família era sem volta. Todos seus filhos virariam bandidos, como havia profetizado a vizinha desde a chegada deles ao bairro. Como sempre, a rotina da casa se modifica. Tempo de reestruturação das rotinas, para incluir na agenda espaço para as audiências nos tribunais, as visitas às instituições de assistência jurídica e os grupos de apoio familiar. Tempo de recomposição das responsabilidades de cada membro da casa, e ativação das redes de sociabilidade para dar conta das crianças dos filhos presos. Tempo de refazer a troca de favores com vizinhos para lidar com a nova dinâmica doméstica, o que gera novas fofocas. Tempo de repensar o orçamento doméstico, que passa a demandar recursos para as visitas e deslocamentos, e que deixa de contar com os ganhos obtidos por quem agora está detido. Tempo de deslocamento nas figurações da família frente às forças policiais – agora a casa era também alvo de invasões em busca dos meninos, como no caso de Maria. Tempo, sobretudo, de reflexão sobre as trajetórias de um por um, de refazer as expectativas de futuro, de reconstruir identidades e os lugares no mundo de onde se olha para a vida. Como em todo momento reflexivo, que marca uma inflexão na trajetória, sobrevêm uma crise. No caso de Ivete, a reflexão era gerada por processos radicais, e a crise foi profunda.

Quando meu primeiro [filho] foi preso eu tive uma crise muito forte, mas fiquei lúcida. Fiquei muito nervosa, muito abalada e tal, mas... fiquei lúcida, continuei a trabalhar e tudo. Quando o meu segundo filho foi preso, eu também ainda agüentei. Agora quando minha terceira filha foi presa... pelo fato dela usar droga, dela ter saído de casa, de eu ter lutado muito, muito mesmo, pra tirar ela das drogas... ter ido várias vezes na boca pra ir buscar ela, de saber que ela tava assaltando ônibus, do risco que ela tava correndo, de eu ter lutado... e eu tomo conta dos dois filhos dela... então eu acho que com isso foi que eu vim ter a crise, né? (...) Porque os outros filhos, eles, eles foram presos mas eu não perdi, eu não tinha perdido pras drogas. Eu tinha vencido as drogas. Não é? Porque eles foram presos por assalto. Agora, já a minha filha, não. A minha filha ela foi presa e ela era usuária [de crack] dentro do tráfico. E eu senti que eu tinha perdido ela pras drogas, perdi uma batalha pras drogas. E isso me jogou mesmo em cima da cama, me deixou mesmo bem mal.

Eu tive um distúrbio mental. Eu cheguei a ficar, como dizem no popular, eu cheguei a ficar louca. Eu não reconhecia ninguém, não comia, não bebia água... café, era um gole de café, eu cheguei a emagrecer, fiquei bem magra. E eu levei 25 dias sem reconhecer ninguém. Nem mesmo meus filhos. Eles entravam no quarto, saíam, e eu ficava debaixo das cobertas. Ou era chorando ou era dormindo, ou era chorando ou era dormindo. Teve uma fase mesmo que meus chefes vieram me visitar, que

nessa época eu já tava trabalhando mesmo na equipe de saúde [Agente Comunitária]. Eu já trabalhava com eles e eles cuidaram de mim, conseguiram que não me internassem. Porque eu cheguei a um ponto que se eu fosse pro hospital eles me internariam no hospício. Cheguei ao ponto de perder toda a lucidez, toda a lucidez. [Ivete]

A recorrência e a intensidade do sofrimento, vivido em casos assim, lança por terra qualquer interpretação que enxerga a violência nas periferias como algo que está “banalizado”. Nada é banal, como se vê. O colapso nervoso pelo qual Ivete passa, e a aparição do “distúrbio mental” e da depressão, é parte de um ciclo também regular nas periferias das cidades. Deparei-me diversas vezes, nesses anos, com situações-limite, como estas, acompanhadas de diagnósticos de doença mental. Há toda uma camada da população, muito submetida ao sofrimento cotidiano de quem lida com os limites entre a vida e a morte, que se torna muito vulnerável às patologias psíquicas¹⁵⁴. No caso de Ivete, a crise foi ainda intensificada, na seqüência, pela prisão do Raul – um filho que parecia resistente aos convites para o crime, o “mais certo de casa”, como disse o Neto – e finalmente concluído pela primeira internação na FEBEM de Fernando, o caçula.

Falei com ele [Fernando] que ele era o meu único filho que tinha tudo que eu podia dar. E era o único filho que eu tive condições de dar um tênis de 200 reais, porque o pai dá pensão. É pouca, mas dá. Que ele não tinha necessidade de roubar, que ele procurasse fazer um curso e que todo mês eu daria 50 reais a ele da pensão dele, pra ele tomar sorvete com a namoradinha, pra passear... mas que ele não entrasse nessa vida, que essa vida não levaria ele a nada. Então, na semana seguinte ele foi preso, foi preso roubando um carro. Então eu não me culpo, né? Sofro muito por ele estar lá... porque eu tive ele, tive muito carinho por ele, porque ele foi o único filho que eu quis mesmo, que foi do meu segundo casamento. Os outros filhos foi na base do sofrimento, que eu tive. Sofro muito hoje, sou muito triste com isso, mas estou aceitando.[Ivete]

O tremor de terra causado pelas três primeiras prisões durou mais de um ano, a fase mais difícil. Depois, mais dois filhos passam para o lado dos “bandidos”. Em 2005, data das primeiras entrevistas, Ivete começava a elaborar frases com alternativas: *sou muito triste,*

¹⁵⁴ Instituída essa realidade, por vezes também se monta um ciclo de “medicalização” da pobreza, semelhante ao da criminalização. Nas unidades de internação da FEBEM é muito comum o diagnóstico de doença mental, para que, por exemplo, após as rebeliões, justifique-se o isolamento de adolescentes, que recebem remédios psiquiátricos para “acalmarem-se”. Foram três casos semelhantes obtidos apenas nessa pesquisa de campo. Uma dirigente de entidade especializada no trabalho com moradores de rua me confirmou a impressão: *Nesse público nosso, Aldol [medicamento psiquiátrico] já virou bala.*

mas estou aceitando. Em 2007 a situação psíquica já ia muito melhor, não havia mais muita novidade. Os cinco permaneciam dando mais trabalho, mas eram sempre os mesmos. Os outros três seguiam sua vida sem precisar do crime. Sete anos depois da primeira internação de Lázaro, são sempre os mesmos cinco filhos que se alternam entre liberdade e privação de liberdade, sempre os mesmos três os trabalhadores. Estável nesta distensão, a família se recompõe justamente no jogo de interações entre estes dois universos.

Hoje eu não me sinto culpada por eles. Por ter cada um optado pela vida do crime. Tem o Neto, tem o Alex, tem a Ivonete, não é? Os três não entraram pra vida do crime, não pegaram em droga. O Neto mesmo é um orgulho, ele tá passando a maior dificuldade, praticamente ele está desempregado [ainda não havia conseguido o emprego no shopping], a prefeitura não ajuda em nada, (...) tá ganhando pouco [como professor de capoeira do CEDECA]. A gente tá passando muita dificuldade em casa, mas ele continua firme. Que nem ele falou pra mim: 'eu vou lutar pra fazer uma faculdade. A senhora tem oito filhos, aqui em casa, no mínimo, era pra quatro, quatro fazerem faculdade. Mas não, todos eles optaram pela vida do crime... porque quiseram. Não foi porque a senhora quis. Porque quiseram. A senhora não fez por onde eles irem. Se a senhora fizesse por onde eles irem, eu ia, Alex ia, Ivonete ia. Mas não, eles foram porque quiseram. E não adianta, a senhora não vai mudar isso. A senhora precisa agora cuidar da senhora'. [Ivete]

Os três filhos “trabalhadores” funcionam para retirar da mãe a responsabilidade por todos os eventos a que os filhos se submetem, para diminuir a culpa e a crise. Além do mais, é preciso admitir a realidade: “não adianta, a senhora não vai mudar isso”. Há, portanto, que conviver com o fato de parte da família estar no crime. Todos os rituais já foram realizados há anos – as conversas familiares, de vizinhança, comunitários, jurídicos e policiais. A família já lida com sua nova condição há tempos. Não é algo tão incomum, afinal. Inicia-se aqui a recomposição dos parâmetros e critérios que mantiveram a família coesa, contando com “trabalhadores” e “bandidos”.

NO INTERIOR DA FAMÍLIA: polaridade e composição

Conforme a pesquisa prosseguiu, foi ficando mais clara a polarização discursiva no interior da família. Há dois grupos bem determinados que se formam: os três filhos que “não pegaram em droga” e os cinco “que optaram pela vida no crime”. Os filhos “trabalhadores”

sempre falam muito sobre eles mesmos, contrastando sua experiência com a dos irmãos. Sempre reforçam sua resistência e as dificuldades que passam para manterem-se firmes no caminho. Diferenciam-se dos que estão no crime o tempo todo. Criticam o que fazem os irmãos, sua “opção”.

É tipo assim: um trabalhador não consegue comprar um tênis que custa... agora tá barato, mas que custa R\$ 500. Ou um carro que custa R\$ 5 mil. Um trabalhador, pra conseguir comprar um negócio desse ele vai ter que trabalhar dez, 15 anos pra poder comprar. E no tráfico não, você trabalha 12 horas, o que você ganha em 12 horas no tráfico é o valor de tipo 15, 20 dias de trabalho, dependendo do seu salário. Então muitos rapazes se iludem. Pra ter um carro, pra ter um tênis de marca, uma roupa boa, pra sair pra balada e mostrar que... não mostrar que é melhor que os outros, mas pelo fato dele ter um carro, uma roupa de marca, as meninas vêem ele superior aos outros. Por isso que eles [vão para o tráfico. Porque os caras falam assim: ‘eu vou deixar de ganhar dinheiro fácil, pra ir trabalhar, suar e não ter nada’? Ai se ilude mesmo. [Alex]

Do meu ponto de vista, é melhor você ser um trabalhador do que ser um traficante. E outra, também por causa que tráfico só dá dinheiro pro dono, o trabalhador [do tráfico] nunca que consegue, não é, juntar muito. O trabalhador [do tráfico] muito que consegue é comprar um carro, comprar as roupas e mobiliar a casa dele. Mas nunca tem sossego. Você vai dormir, às vezes a polícia invade sua casa, é assim que funciona. Tipo você ser traficante, ou um ladrão, sempre tem um ou outro que cresce os olhos no que você tem, então você já vai arrumando inimizade, e chega uma hora que tem pessoas que cresce os olhos no que você tem, vem e te mata. Num adianta nada. Por isso é melhor você não ter nada... e o verdadeiro chefe mesmo nem aqui mora, não é? Não vai ficar aqui... vai para um lugar longe, que ninguém sabe onde mora. E só recolhendo dinheiro.[Alex]

Se todo mundo trabalhasse, tivesse emprego direitinho, registrado, você acha que tinha necessidade dessa casa ser assim do jeito que é? Não tinha nem necessidade da minha mãe trabalhar; se todo mundo contribuísse, a gente ia ter uma vida boa, não é? Salário bom para todo mundo, direitinho. Mas não, eles querem é ficar nessa vida mansa aí. Dormir, acordar meio-dia. [Ivete interrompe: “Vida de ladrão”; e Ivonete continua:] É... de ladrão não. De otário mesmo, porque eu penso assim, e não é porque sou evangélica não, porque eu sempre vivenciei assim: se fosse para eu partir para uma vida errada eu ia ter que ganhar muito dinheiro, porque para viver essa vida que eles levam aí, para mim... porque é isso, os caras roubam, traficam, vão presos e não têm uma toalha para levar, não tem um lençol, não tem uma cueca, não é, mãe?[Ivonete]

Mas o que eu mais queria agora era que meus irmãos tomassem vergonha na cara deles, parassem com esse negócio, porque a vida do

crime não compensa. Olha, tudo que vem fácil vai embora fácil, não adianta eles se iludirem com isso. Eles não têm nada, não têm nem nunca vão ter, porque imagina as pessoas que eles não prejudicam para poder ter alguns reais na mão. A gente trabalha a semana inteira, o ano inteiro para pegar suas férias, alguém vai lá, põe uma arma em cima de você e leva seu dinheiro... ou então você trabalha anos para conseguir comprar um carro, ou então mobiliar uma casa, aparece alguém lá e leva tudo aquilo de você. Então eu creio que Deus não abençoa esse tipo de coisa não. Deus não aprova esse tipo de coisa não. Com certeza Ele não aprova isso.

Se eu quisesse, eu tive muita chance de ir [para o crime]. (...) Olha, e não é problema de cabeça, essas coisas assim não. É safadeza deles mesmo. Porque se fosse para ser problema de cabeça, quem ia ter problema aqui sou eu. Quem era para ter problema sou eu, porque fui eu que mais sofri com meu pai. Eu sempre tive mais problema, no meio deles todos, sempre passei mais dificuldade, e nem por isso eu passei para a vida do crime, nem usei droga nem nada. Procurei viver minha vida, porque já está difícil, você se envolver com outras coisas vai ficar mais complicado ainda. Mas nem todo mundo pensa assim, não é? [Ivonete]

Alex diz que o tráfico só dá dinheiro para o dono, que os “trabalhadores do tráfico” não conseguem o que almejam, que é uma ilusão. Ivonete diz que, se ao menos os irmãos ganhassem dinheiro de verdade, aí “o crime compensaria”. Que quem teria justificativa para entrar no crime era ela, que sofreu mais do que todos, não eles. Que é safadeza, que Deus não aprova. Exceto o argumento religioso, todos os outros eximem os irmãos do problema moral do crime – o problema é que não rende o quanto deveria, que não dá sossego a quem trabalha nessa função, que os outros “crescem os olhos”. Aqui o problema da justificação é invertido: parece o tempo todo que Ivonete, Alex e Neto é que são obrigados a encontrar justificativas para o fato de *não* terem optado pelo crime. O esforço incessante nessa argumentação coloca mais água no moinho – vai-se evidenciando que a escolha oposta é mais justificável. Por uma única razão: os irmãos “do crime” não trabalham, acordam meio-dia, e têm mais dinheiro que eles, que ralam o dia todo.

Talvez por isso, os cinco integrantes do “mundo do crime” não falem muito. Não se esforçam por criar uma contra-argumentação, ou um grupo de aliados entre eles. Não comentam nem mesmo sobre esta divisão, dos “trabalhadores” contra os “bandidos”. Não precisam dela. Falam sempre por si mesmos, e só justificam sua entrada no crime se estimulados. Falam sempre, entretanto, como membros da família, e o que eles sempre reforçam muito, em seus depoimentos, é que agora trazem dinheiro para casa. Que ninguém

ali mais passa necessidade. Uma situação de observação me parece paradigmática deste código.

Estava na casa de Ivete, acompanhado do Almir, educador do CEDECA, quando Lázaro chegou. De carro, som alto, boné para o lado, “estilo ladrão”. Parou em frente de casa, deixou o carro aberto. Mas desligou o som e tirou o boné antes de entrar em casa. No portão, já sacou do bolso um maço enorme de dinheiro, que contou e recontou diversas vezes, exibindo-o. Alex pediu na mesma hora R\$ 50 para a gasolina do carro, e foi prontamente atendido. Comentaram rapidamente entre si que um colega, um conhecido da favela do Elba, tinha sido assassinado. Alex saiu, com o carro de Lázaro. Almir pediu para ele guardar o dinheiro, era “sujeira” ficar expondo tudo aquilo na porta de casa; se a polícia chegasse era ‘xadrez’. Um minuto depois, Lázaro abriu a bolsa da mãe e colocou ali algumas notas de dez reais, sem que ela percebesse. Outros dez reais entraram em sua própria carteira. Caminhou então até a frente da casa; deu um grito para um menino que estava na esquina; no máximo dez anos de idade. Entregou-lhe todo o restante do dinheiro. O pequeno saiu correndo para entregar a encomenda ao patrão. Lázaro seguiu a conversa com Almir, são grandes amigos¹⁵⁵.

Para os cinco envolvidos, não há necessidade de justificação discursiva em casa. A validação de sua presença é de outra ordem. O dinheiro é elemento crucial de aceitação. Para possibilitar um conforto maior para a mãe, retribuir-lhe de algum modo o esforço e o sofrimento que eles causaram, para auxiliar nas despesas, seja como for percebida a colaboração financeira, ela é estrutural na coesão da família hoje. Esta condição de reciprocidade entre os dois grupos, feita de termos distintos, os faz manterem-se como família. Uma outra dimensão do estudo dos indivíduos “envolvidos” com o crime se desvela, então, quando eles são estudados em contextos familiares. Ali eles não falam de carros, motos, música e mulheres, temas e objetos dominantes na sociabilidade em seus

¹⁵⁵ Este não foi o único caso, embora o mais explícito, em que vi os filhos de Ivete exibindo notas de dinheiro pela casa. As crianças buscavam R\$ 5 no armário do quarto, um dos filhos deixava R\$ 50 para as compras, outro tirava R\$ 10 da carteira do irmão para ir à padaria. Talvez a demonstração de que agora havia recursos se devesse, em alguns casos, à minha própria presença. Mas quase certamente era uma demonstração de relevância dos indivíduos, também para eles mesmos.

grupos. Em casa são outros os critérios importantes – ao chegar em casa, Lázaro desliga o som, tira o boné, e saca o dinheiro do bolso.

Nos últimos anos, a família se recompõe segundo outros critérios, e assumida esta nova condição, a crise passa. No plano simbólico, são os filhos “trabalhadores” que sustentam a estrutura do grupo: fazem Ivete perceber que não foi culpa dela a debandada dos irmãos, que a família ainda vale à pena. São o orgulho da mãe. No plano material, entretanto, o sustento da casa é garantido pelos filhos “do crime”. A família ganha provedores simbólicos e materiais, o que permite que se restabeleça. A polarização entre os dois grupos é só um mecanismo de manter ambos dentro do circuito familiar. Encaminha-se uma composição entre trabalhadores e bandidos no interior do grupo familiar, e para isso o respeito pela figura materna é decisivo¹⁵⁶. Demorei para compreender essa composição, tão distinta dos outros sociais grupos estudados mais freqüentemente nas periferias, mas tão claramente verificada também entre outras famílias faveladas de Sapopemba, que conheci num segundo momento da pesquisa.

A FAMÍLIA E A “OPÇÃO” INDIVIDUAL: trabalhadores e bandidos

[Tem um caso aqui que] a família toda é envolvida com o tráfico. A mãe é sozinha e até ela é envolvida. Você vê a situação de vida dela, é igual a minha. Uma situação de vida carente, que não tem condições financeiras nenhuma. Então ela criou os filhos e nisso ela entrou no mundo do crime, tá até hoje, e os filhos também. Todos também envolvidos com o mundo do crime. (...) E eu não posso mudar. Eu tento, até tento... tento dando conselho a um e a outro: ‘ah, porque você tá nessa vida? Sai dessa vida’. Mas o dinheiro, é muito dinheiro. É muito dinheiro. E você passar fome, não é? [Ivete]

Porque eu não entrei na vida do crime? Porque vi que também não prestava, não valia à pena. Então não entrei na vida do crime, fiz de tudo para me manter fora. Porque eles [seus filhos] não podiam? Então eu acho que eles vivem na vida do crime porque eles querem, eles optaram por isso. [Ivete]

¹⁵⁶ Se o estigma e o julgamento moral condenam e dividem, a circulação do dinheiro agrega e mantém a família unida. Há uma espécie de divisão familiar do trabalho no crime, que permite que a família ao mesmo tempo abra portas para a sociedade legítima, centrada no trabalho e na religião, e para o mundo do crime. É de Ivete a capacidade de exercer essa mediação. Uns são seu orgulho, outros não a deixam passar necessidade, todos cabem na casa.

Entre o padrão discursivo daqueles depoimentos sobre as prisões dos filhos, que a deixaram de cama, e o padrão encontrado nas últimas visitas à casa de Ivete há um deslocamento evidente. No final de 2007, Ivete fez até piada do vai e vem dos filhos: *estou só querendo ver quem vai ser o próximo a ser hospedado pelo governador*. Um outro deslocamento relevante, que me gerava a incompreensão inicial sobre esta família, é que aqui está muito presente a tolerância às “opções individuais”¹⁵⁷. A crise para reestruturação do funcionamento da casa dá ensejo, depois de alguns anos, a uma individualização das “opções” de vida, submetida a um compromisso com o grupo familiar. A família retoma sua condição de proteção dos indivíduos no grupo social, e não cobra mais de todos sua participação modelar, como em outros modelos de agrupamento. A divisão social das tarefas é submetida ao respeito pela “opção individual”, especialmente se ela traz conforto material e simbólico. As formas de lidar com o problema não opõem valores, mas submetem os indivíduos à família, e assim os articulam. É a cooperação e a proteção para a sobrevivência dos entes que reaparece como código de coesão familiar. A manutenção da rotina e da estrutura familiar, fundada agora na coexistência entre as lógicas de trabalho e do crime, é uma realidade inescapável. A intromissão do crime no conjunto social reconfigura as estratégias de sobrevivência, as perspectivas de olhar para o trabalho, e atinge o universo mais fechado, criado justamente para proteger os indivíduos da sociedade: a família. Essa reconfiguração geral dos pilares de estruturação do mundo social das periferias urbanas está em curso, e o que sai dela ainda não é conhecido.

Se publicamente trabalhador e bandido são opostos, no interior de diversas famílias moradoras de favela, em São Paulo, articula-se a contribuição de cada atividade para a subsistência. Em cenário externo muito adverso, o grupo se solidariza: não importa de que forma, importa nos protegermos mutuamente. A crise moral é controlada racionalmente, passa a não haver mais condenação dos atos criminosos. Trata-se de uma “opção” como outra qualquer. A “opção” individualiza. O crime ou o trabalho passam a ser escolha individual – e cada uma leva a um conjunto de conseqüências, um estilo de vida etc. Todos

¹⁵⁷ *Mas eu continuo sendo respeitada por eles [os traficantes]. Onde eu estou, eles me cumprimentam, sabem que eu sou uma pessoa que não sou de incomodá-los, ou de mexer com a polícia. Ao contrário, se um chegar correndo e quiser se esconder, por mim se esconde, porque eu não posso fazer nada, não vou entregá-los. Porque eles levam a vida deles, cada um tem sua opção de vida, não é? [Ivete]*

conhecem os códigos de uma ou outra “opção”, e ambas passam a caber dentro da família. Crime e trabalho são, igualmente, “opções” para garantir o ganho da casa, o primeiro garante mais claramente esta possibilidade, mas torna a família vulnerável à polícia e às tragédias; o segundo é menos rentável e mais legitimamente aceito. Neste plano, trabalhadores não se opõem aos bandidos. Trabalho e crime são “opções” de levar a vida.

CAPÍTULO 5. Periferias no público: figurações

SOB O PANO DE FUNDO DAS HISTÓRIAS: deslocamentos

As trajetórias narradas nos capítulos anteriores coexistiram no tempo e no espaço. O território por onde circula Pedro é o mesmo em que viveram, nas últimas décadas, Dona Sílvia e Seo Cláudio, Maria e Michel, Ivete, Neto e Lázaro. É evidente, entretanto, a disparidade interna dos códigos que oferecem parâmetros às formas de vida de cada um, o que produz a heterogeneidade interna do mundo social de Sapopemba. Desta heterogeneidade surge uma disputa pela legitimidade, que também vai conformar as fronteiras entre as periferias e o mundo público. Para chegar até este ponto do argumento, entretanto, gostaria de primeiro recapitular, em linhas muito gerais, os deslocamentos que cada uma das famílias estudadas sofreu, de uma geração à outra, com foco nas formas com cada uma delas pôde lidar com a presença do crime. Pois em cada família estudada delineia-se um padrão de relações entre estes universos.

No Capítulo 2 aparece a família tipicamente operária, fundada num projeto de ascensão em conjunto de todo o núcleo familiar, que na passagem da geração é abordada pela desestabilização do centro de gravitação deste projeto: o mundo do trabalho. Cresce o desemprego industrial, aparece mais claramente a individualização dos projetos de vida dos filhos, e um deles efetivamente envolve-se com o narcotráfico. Ainda assim, “pela rigidez da criação” ou pela maior completude das contrapartidas do assalariamento operário (que inclui mais direito à educação, por exemplo, ao contrário das outras famílias), saindo da adolescência os três filhos conseguem recompor sua trajetória em torno da “vida de trabalhador”. Agora, o trabalho se traduz em troca constante de empregos e tentativas de empreendedorismo, mas segue sendo trabalho. O pai foi operário, um filho é funcionário de uma empresa de móveis, uma filha é psicóloga, outro trabalha nas Casas Bahia (todos já passaram por vários empregos e queriam mudar novamente, para ganharem um pouco mais e realizarem seus projetos pessoais-profissionais). Para os filhos de Dona Sílvia o trabalho como valor torna-se um híbrido entre um meio para a consecução de um projeto familiar, e algo contido no projeto, agora individual, de realização pessoal. Mesmo que a renda não seja muita, os projetos pessoais passam a estar mais claramente identificados com o padrão

discursivo das classes médias urbanas. A ascensão social não foi exatamente a planejada, porque não atingiu em conjunto o grupo familiar, mas ainda assim operou mais ou menos claramente entre cada uma das trajetórias dos filhos. A experiência do “mundo do crime” distanciou-se delas após a adolescência, e permaneceu como algo *exterior* à família, aos projetos pessoais e aos seus códigos. Uma grande parte dos moradores de Sapopemba vive assim.

No Capítulo 3 aparece a trajetória da família de Maria, também de origem operária, mas já, desde o casamento, marcada por empregos menos rentáveis. Em Sapopemba, essa família ocupava uma posição intermediária entre os vizinhos: esperava viver como os operários e temia ser forçada a se mudar para a favela. Mas a trajetória do grupo é marcada pelo rebaixamento da imagem pública de seus integrantes, que delimita a fronteira de fato do “direito a ter direitos”. Maria, marido e filhos iniciam a trajetória nos anos 80 como “família de trabalhadores”, mais próximos dos operários, e entram nos anos 2000 como “lugar de bandido”, como as casas de favela. A crise chega, também nesse caso, quando os filhos se tornam adolescentes. O crime também aborda a família pela trajetória dos meninos, mas agora de modo mais radical. A vivência adolescente com as drogas se torna vício e aproximação do tráfico, portanto dos circuitos do crime local¹⁵⁸; a primeira prisão não demora, e na crise familiar todo um universo de referências se desestabiliza. A polícia passa a invadir a casa de família, o pai é espancado, as rotinas passam a conviver com instituições penais e acordos financeiros com policiais. Como nas Casas Bahia, para os mais novos a possibilidade de consumir já estava desvinculada da necessidade de gerar renda pelo trabalho. A entrada no crime possibilitava consumo imediato. Os irmãos passam a se envolver mais e mais no crime, e dali os caminhos são repetitivos: o circuito entre o tráfico nas favelas e as instituições de internação, circuito marcado por uma sociabilidade muito violenta em que, muitas vezes, o fim dos percursos é o homicídio. A família trabalhadora colapsa quando dois dos filhos são assassinados, aos 17 anos de idade, e um deles segue preso pelos anos seguintes. Nesta trajetória, o “mundo do crime” não permanece exterior à

¹⁵⁸ No Capítulo 2 trabalhei sobre como, nas periferias, o consumo de drogas relaciona-se mais diretamente às redes do tráfico e do crime, o que ocorre de forma muito mais mediada, e indireta, nas classes médias ou nas elites.

família, mas invade a casa e faz colapsar suas dinâmicas internas. O projeto familiar de ascensão desaparece, e agora os projetos pessoais não o substituem: é preciso tocar um dia depois do outro dia.

No Capítulo 4 a família de Ivete é também claramente abordada e invadida pelo “mundo do crime”, mas encontra soluções distintas de recomposição da trajetória, que fazem crime e trabalho coexistirem mais harmonicamente. Na favela desde a chegada a São Paulo, e já marcada por uma história pessoal e familiar de muita violência, Ivete vê alguns dos filhos aproximando-se do circuito das atividades ilícitas locais também na adolescência. Aqui, trata-se de uma família em que o projeto de ascensão social nunca se constituiu, até pela clareza de que nem a sobrevivência do grupo estava garantida. A família é, neste caso, antes de mais nada, um espaço de tentativa de salvaguarda e proteção da vida dos indivíduos que a compõem (a primeira função histórica da família é a que resta, e se torna a fundamental). Quando este espaço se torna ameaçado, Ivete recorre ao tráfico de drogas, que passa a protegê-la. Dali, ela consegue ampliar sua rede de relações, e os problemas familiares só vão se tornar mais graves quando, também neste caso, os filhos mergulham na “vida do crime”, como ela diz. Uma filha viciada em crack e presa fazendo assaltos a ônibus, outros três por assaltos à mão armada, o último roubando um carro. Diversas internações e prisões seqüenciais, os cinco se estabilizam como parte do “mundo do crime”. Deixam de ser adolescentes, sobrevivem e tornam-se “profissionais” do crime, “trabalham” no crime. E portanto obtém dali renda para poder se contrapor, no âmbito interno ao grupo familiar, aos filhos “trabalhadores” (uma funcionária em micro-empresa de produtos eletrônicos, um balconista numa loja de shopping center, o outro circulando entre pequenos biscates – máquinas de videogame, cromação de peças de bicicleta, lava-rápido etc.). A disputa pela legitimidade se faz no interior da família – os filhos “do crime” trazem mais dinheiro para a casa do que os filhos “trabalhadores”, e a família “não passa necessidade” graças a eles. Os “trabalhadores” confortam a mãe de outra forma, fazem crer que seus princípios morais não se perderam. A família se recompõe, então, em torno da figura materna, *síntese* desta disputa, até porque “em coração de mãe sempre cabem todos os filhos”¹⁵⁹. Trabalhadores e

¹⁵⁹ A veneração incondicional das narrativas à figura materna já se tornou um clichê nas periferias, especialmente nas favelas. Há diversos produtos voltados para o público jovem destas regiões que estampa em

bandidos são aceitos internamente. Neste caso, o crime invadiu as dinâmicas familiares e produziu uma crise muito severa. Mas, com o tempo, assentaram-se os papéis de cada membro da família num novo quadro de referências, em que tanto o crime quanto o trabalho funcionam como elementos constitutivos, e legítimos. “Trabalhadores” e “bandidos” exaltam a família e os projetos individuais se subordinam ao familiar. Ambos são marcados por muito risco e insegurança, mas a família subsiste de forma muito mais confortável materialmente, hoje, do que antes da inserção dos meninos no crime.

Como se vê, mesmo entre famílias de perfis distintos as trajetórias adolescentes de envolvimento com o “mundo do crime” são regulares. Pedro (Capítulo 1) relata vivências e justificativas muito similares às que levaram o irmão de Clarice ou os filhos de Maria e Ivete (Capítulos 2, 3 e 4, respectivamente) a ingressarem no universo das atividades criminais locais. Tendo como pano de fundo as histórias familiares que acompanham a experiência destes adolescentes, e os deslocamentos na estrutura dos núcleos familiares provocadas a partir dela, pode-se ter a dimensão dos condicionantes externos que acompanham a vida destes grupos. Depois de percorridas estas histórias, nos capítulos anteriores, é muito mais claro o argumento de que a experiência coletiva que se apresenta aos adolescentes das periferias, muito marcada pela violência, não é alheia a muitas outras dimensões do mundo social, em transformação, das periferias urbanas. Muito ao contrário, sob o pano de fundo destas histórias emerge o argumento de vínculo entre o “mundo do crime” e outras dimensões do mundo social. As inserções dos adolescentes destas famílias no crime, em Sapopemba e em muitas outras periferias, nutrem-se de um lado dos deslocamentos dos projetos familiares, da sociabilidade religiosa e do mundo do trabalho (portanto de todo o centro do universo social nas periferias) e, de outro, contribuem para provocar crises que *aceleram* estes deslocamentos.

Aceleram estes deslocamentos, como se nota nos casos estudados. A entrada do filho de Dona Sílvia no crime apressa a mobilização de toda a família em torno da preservação do estatuto de trabalhadora, e os valores familiares passam a disputar espaço com as

seus produtos a frase “amor só de mãe”. Durante a pesquisa, e em outras regiões do Brasil, vi esta mesma frase tatuada nos corpos de adolescentes e jovens das periferias. Letras de rap, narrativas de adolescentes do crime e de seus educadores são unânimes em valorizar a figura materna.

motivações do menino que se inseria em outras dinâmicas, consideradas menos legítimas. Desta disputa, acelera-se a necessidade de definição do estatuto familiar, e neste caso se consolida a legitimidade da família trabalhadora e de suas escolhas. Afastado o crime, *hoje ele é um pai de família, maravilhoso; as filhas dele tem vida de classe média, o próprio quarto, computador, CDs e DVDs [Clarice].*

A entrada dos filhos de Maria no crime gera exatamente a mesma disputa interna por definição do estatuto da família, que permanece negociando-se com o filho que resta, mesmo após a morte de Jonatas e Robson:

meu filho, hoje, o único que eu tenho ele tem 21 anos [em 2005]. Ele saiu da FEBEM em 2003, hoje com muita conversa, que você vai pegando muita experiência, eu consegui convencer ele que o estudo é a fortuna na vida dele. Que é estudando que ele vai construir a vida dele, entendeu, fazendo uma faculdade... falei: 'termina o colegial, vai fazer uma faculdade', aí você vai construindo um caminho pra você. Mas assim, do início. Não pegar lá na ponta tudo pronto, que nem ele está acostumado: de manhã eu penso no tênis, de tarde eu já tenho. Não pegar nada pronto; é construir um caminho, se organizar pra poder conseguir. [Maria]

Explicitam-se alguns termos desta disputa por legitimidade: o caminho construído com base no estudo e no trabalho, organizado e planejado (como fizeram as famílias operárias e trabalhadoras da geração anterior), contrapõe-se à satisfação imediata do desejo de consumir dos jovens do crime: “de manhã eu penso no tênis, de tarde eu já tenho”. Também aqui se acelera a necessidade de definir o estatuto social da família toda, e nesse caso ele é definido para baixo. Maria acreditava ter convencido o filho do primeiro caminho a seguir, mas Michel permaneceu no crime e foi preso duas semanas depois deste depoimento. Já foi solto desde então, preso em outra ação criminal mais tarde, e seguia privado de liberdade no final de 2007. Trata-se agora de uma família de “bandidos”, e a polícia passa a tratá-los como os “bandidos” devem ser tratados.

A crise que provocou surtos nervosos em Ivete, e a deixou deprimida sobre a cama durante quase dois anos, também tem a ver com a necessidade de redefinição das dinâmicas e do estatuto familiar perante o mundo social. Mais precisamente, trata-se de uma crise de passagem, crise para assumir internamente ao grupo o estatuto social que lhes era destinado, que é destinado contemporaneamente às populações faveladas, e que a vizinha de Ivete já

havia profetizado desde sua chegada à São Paulo: seus filhos seriam todos “bandidos”. Passada a crise, sete anos após a primeira prisão de um filho, a família assume-se a si própria como “lugar de bandido”, e é por isso que os filhos “trabalhadores” são obrigados, o tempo todo, a diferenciarem-se dos irmãos em seus discursos (como demonstra o Capítulo 3). Em suma, estes percursos sugerem os modos como, na perspectiva das dinâmicas sociais mais ampliadas, a aproximação da população adolescente e jovem de Sapopemba ao “mundo do crime” funciona como um *catalisador* da diferenciação, e, portanto, da nomeação, de dois grupos sociais constitutivos das periferias urbanas, que vistos publicamente têm seus estatutos bem demarcadas na estrutura de distribuição dos lugares sociais: os *trabalhadores* e os *bandidos*.

Publicamente, esta diferenciação é necessária, pois no mundo público não há lugar para todos. Ali a família de Dona Sílvia é trabalhadora, as de Maria e Ivete são lugares de bandido. Os *trabalhadores* têm um estatuto de locução determinado, e alguma legitimidade para seus dramas e direitos a conquistar. Sua associações, embora subalternas a muitos outros atores do campo político, seguem fazendo sua defesa. Já as falas que partam das famílias como as de Maria e Ivete, ou das populações que lhes assemelham, são no mundo público invalidadas *a priori*. Não há legitimidade possível para os discursos dos *bandidos*. A parcela da sociedade que já está representada publicamente vê *ruído* no que eles dizem¹⁶⁰, e os ruídos devem ser eliminados, para o bem estar geral. *Lugar de bandido é na cadeia* é uma frase comum nas campanhas eleitorais, politicamente bem mais correta do que a expressão, mais corriqueira, que diz *bandido tem que morrer*. Nos debates sociais e públicos delimitou-se, já há algum tempo, os espaços destinados para cada uma destas parcelas das periferias urbanas, na sociedade e na política. O descalbro de imaginar um partido político que defenda os direitos dos “bandidos”, por exemplo, demonstra a impossibilidade de legitimar publicamente as demandas e interesses das parcelas da população nomeadas a partir desta categoria. Vale lembrar que se trata de uma população crescente – a família de Maria deixou de computar entre os trabalhadores (lembremos de sua origem operária, muito próxima à da família de Dona Sílvia) e no percurso passou a contar entre os bandidos, como

¹⁶⁰ *Aquele que recusamos contar como pertencente à comunidade política, recusamos primeiramente ouvi-lo como ser falante. Ouvimos apenas ruído no que ele diz.* Rancière (1996b, p.373)

a família de Ivete. Há outras famílias, encontradas na pesquisa, que fizeram este mesmo percurso. Não encontrei nenhuma família em Sapopemba, entretanto, que tivesse vivido a trajetória oposta. A população carcerária do estado de São Paulo triplicou na última década.

Na família, no trabalho e na religiosidade: mudança de planos

Se a regularidade das histórias estudadas até aqui, em seus deslocamentos, deve-se ao fato de que elas se inscrevem em processos de transformação social mais amplos, é preciso precisar também estes processos. Neste esforço de precisão, convém aqui dizer que trato destas transformações a partir da análise do tremor de terra experimentado pelas famílias das periferias, nas últimas décadas, desde que foram submetidas às pressões que deslocaram o centro de sua organização social, vale dizer: o trabalho, a religiosidade e o projeto de ascensão social (vinculado intimamente tanto à migração do campo à cidade, e do nordeste para São Paulo, quanto ao emprego no período da modernização industrial). Este deslocamento atravessa nitidamente os diferentes perfis de famílias moradoras das periferias urbanas, mas de modos muito distintos, como os capítulos anteriores demonstram.

O trabalho e o valor trabalho permaneceram no centro das tentativas de obter renda e legitimidade das famílias de Dona Sílvia e de Maria. A primeira família se reestrutura inteiramente em torno do emprego dos filhos, que ainda que seja muito distinto do emprego do pai, os faz orgulharem-se da trajetória do grupo. A segunda família tenta reencontrar este projeto, os pais permanecem trabalhando e tentam voltar a legitimar-se socialmente. Basta se lembrar do que diziam os vizinhos que correram até a porta da casa de Maria, no episódio em que seu marido apanhava da polícia. O argumento mobilizado para convencer a polícia a parar de bater era só um: *ele é trabalhador!* Na casa de Ivete, o valor trabalho segue como recurso moral recuperado por três dos filhos para valorizar o ensinamento da mãe, e como critério de diferenciação entre os irmãos. Mas a etnografia demonstra como a família já não conta com a proteção social dos trabalhadores (cujas promessas de universalização declina nos anos 80) e, como neste caso, é no tráfico de drogas local que Ivete vai buscar proteção, como fazem as famílias de favela usualmente (Capítulo 4). Além

disso, lá o trabalho já é traduzido em “ganho”, e, portanto, passa a coexistir no mesmo registro com outras atividades que também ofertam renda¹⁶¹. Assim, o trabalho, nos ambientes em que essa figuração avança, tende a perder seu sentido como valor de coesão de uma comunidade (os “trabalhadores”) e, portanto, como valor estruturante de seu projeto coletivo.

Hannah Arendt observa que a função primordial da família, historicamente, tem sido a de prover as necessidades básicas de sobrevivência dos seus entes¹⁶². Ter laços privados e de parentesco significa ter maior garantia de sobrevivência. Na modernidade, a autora verifica como este papel se associa a uma função de educação, compartilhada e dependente do contexto com o Estado, de mediação, a realizar-se pela educação, entre a esfera íntima da sobrevivência (material e simbólica) da família e o mundo social. Neste contexto, portanto, uma das funções da família seria a de propiciar, pela educação, uma mediação da entrada do indivíduo no mundo social e público, protegendo-o de suas vicissitudes¹⁶³. Oferecer à criança e ao adolescente, desde quando deixa sua casa e pisa na calçada, um lugar de referência e segurança, uma identificação desde a qual se fazem suas relações sociais, nos diversos níveis em que elas se travam.

Tanto na tradição rural popular, como na tradição operária que a reelabora – que neste aspecto preservam estas funções familiares – o padrão de divisão e a repartição dos papéis dos indivíduos no grupo eram claramente definidos. O típico pai de família operária sai de casa de manhã e trava durante o dia inúmeras relações sociais, centradas no trabalho, de onde retira a provisão das necessidades dos seus entes; no fim do dia ele retorna ao seu mundo privado, entra pelo portão e encontra as crianças ali protegidas. A mãe cuidou delas, deu de comer e vestiu-as, levou-as até a porta da escola e à tarde comentaram sobre o dia: as explicações sobre as coisas do mundo, tão presentes na educação familiar. A presença da

¹⁶¹ Agradeço à Vera Telles por me fazer notar esta distinção, num dos diversos debates que travamos nos últimos anos, discutindo nossos temas de interesse.

¹⁶² Arendt (2001d, p. 39).

¹⁶³ *Por precisar ser protegida do mundo, o lugar tradicional da criança é a família, cujos membros adultos diariamente retornam do mundo exterior e se recolhem à segurança da vida privada entre quatro paredes. Essas quatro paredes, entre as quais a vida familiar privada (...) encerram um lugar seguro, sem o que nenhuma coisa viva pode medrar.* (Arendt 2001b, p. 235-6).

família é, nesta concepção, especificamente importante para crianças e adolescentes, porque assegura a elas uma iniciação gradativa e protegida na esfera das relações sociais¹⁶⁴.

Apesar das distinções entre as narrativas estudadas nos capítulos anteriores, é bastante evidente em todas elas as tensões que se criam entre esta figuração da família (que de certa forma permanece no ideal tipo do senso comum popular) e o que ela efetivamente consegue suprir. A experiência objetiva trai a narrativa em todas as suas dimensões. O ambiente externo é mais ou menos hostil, a depender da posição ocupada na escala das hierarquias locais e gerais, mas em todos os casos suficientemente hostil para abordar ou invadir o espaço doméstico sem propiciar esta mediação ideal. Os pais desempregados não conseguem ser os provedores, e muitas vezes mantêm a hierarquia interna à família recorrendo à violência. As mães são empurradas para a busca por renda, reproduzem-se as duplas ou triplas jornadas de trabalho, e elas recebem menor remuneração pelos mesmos serviços. Crianças e adolescentes, submetidos a esta pressão externa, via de regra são expostos desde muito cedo, e de forma não mediada, às tensões que conformam a vida social. Trabalho infantil, escolarização deficitária e exposição à violência fazem parte de todas as trajetórias pesquisadas. É, assim, muito freqüente que os pais, sobretudo nas favelas, não encontrem as crianças protegidas em casa quando retornam da lida diária. As tensões domésticas, sob esta pressão, são inevitáveis. E quanto mais se caminha das histórias operárias em direção às histórias das famílias de favela, ou seja, conforme a narrativa avança do Capítulo 2 ao Capítulo 4, mais se verifica como o modelo tradicional da família perde validade discursiva.

O discurso interno das “famílias trabalhadoras”, que os meninos e meninas nascidos nos anos 90 escutaram de seus pais, já não se sustentava quando eles colocaram o pé na calçada. É evidente que, nascidos numa cidade em franca modernização e expansão dos mercados de consumo, estes adolescentes e jovens foram expostos a um mundo muito distinto daquele que marcou a geração dos seus pais. E sua necessidade de consumir, nesse novo mundo, é bem maior, diversificada e cara do que a que os adultos da geração anterior viveram, ou

¹⁶⁴ *Na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la aos poucos a ele; na medida em que ela é nova, deve-se cuidar para que essa coisa nova chegue à fruição em relação ao mundo como ele é.* (Arendt, 2001b, p. 239).

podem bancar. Para estes adolescentes, as famílias apareceram na pesquisa ora como espaço com o qual tiveram de contribuir muito cedo, pelo trabalho infantil, ou como território de insuficiências, que os forçou a se virarem como puderam para conseguir consumir aquilo que desejavam. É a ânsia por consumo (vinculada diretamente ao *status* no grupo) que justifica, invariavelmente, a “opção” daqueles que ingressaram no crime. Mas há ainda outras coisas que justificam a permanência neste universo.

Nas primeiras incursões ao “mundo do crime”, inclusive, um indivíduo desprotegido pela família pode reencontrar, ou acessar pela primeira vez na vida, uma comunidade protegida da sociedade em geral, na qual ele tem lugar e funções bem definidas e na qual se pode obter um ponto de partida determinado, e portanto uma mediação identitária clara, para suas relações sociais. Seu lugar no mundo, a partir do ingresso no crime, é claramente demarcado e inicialmente (especialmente antes da primeira institucionalização) confere dinheiro e *status* em diversos estratos de sociabilidade¹⁶⁵. Há regras claras de conduta (o “proceder”) e mais do que isso, nesta comunidade se pode ter a sensação subjetiva – ainda que instável, parcial e momentânea – de que sua sobrevivência material, ao menos imediata, está garantida. Não é à toa que os membros dessa comunidade passam a se chamar de “irmãos” (ou também de “manos”). A relação interna à comunidade reproduz nitidamente a função fraternal do núcleo familiar.

“Irmãos”. Este é também, curiosamente, o tratamento interno às comunidades evangélicas neopentecostais, que também são instituições que crescem significativamente, nas últimas décadas, com as transformações recentes das periferias da cidade¹⁶⁶. O catolicismo original das famílias rurais, que se manteve nas famílias operárias, passou nas últimas décadas a ceder fiéis para diversas outras religiões, sobretudo as evangélicas¹⁶⁷. Minha pesquisa de campo não focou nos aspectos religiosos, o que com a sistematização dos primeiros dados demonstrou-se uma lacuna a suprir. Ainda assim, nas trajetórias estudadas fica claro ao

¹⁶⁵ Após a primeira institucionalização o *status* individual tende a aumentar apenas internamente à “comunidade do crime”, mas a diminuir em outros ambientes, o que tende, a médio prazo, a limitar consideravelmente as redes de relações dos indivíduos.

¹⁶⁶ Para a discussão sobre o fenômeno das igrejas neopentecostais nas periferias da cidade de São Paulo, é referência o trabalho de Almeida (1996, 2004).

¹⁶⁷ Para uma análise do trânsito religioso nos setores populares urbanos ver Almeida (2004)

menos este trânsito de saída do catolicismo, com ponto de chegada no neopentecostalismo. Pedro faz este trânsito com a mediação da passagem no “mundo do crime”, o que também é comumente observável. Os filhos de Dona Sílvia se aproximaram da igreja evangélica, Clarice se tornou budista. Maria, de formação católica, também se converteu ao budismo depois das mortes dos filhos, que já eram evangélicos. A família de Ivete transitava entre o catolicismo e as religiões afro-brasileiras em Salvador; já em São Paulo permanece sem religião durante algum tempo, e se torna praticamente toda evangélica nos últimos anos¹⁶⁸.

O argumento fica mais claro aqui. Nas periferias de São Paulo, hoje, esta renovação das “matrizes discursivas” do trabalho, da família e da religiosidade abre muito espaço para a expansão do “mundo do crime”, especialmente entre os jovens. É por via de adolescentes e jovens que ele se imiscui nas famílias, nos ambientes de trabalho, nas igrejas. Quantas são as histórias de empregadas domésticas que têm filhos presos, de colegas da igreja que perderam um menino, de parentes que viram familiares se acabar no crack. Se o trabalho é ganho, o crime é capaz de fazer melhor: o que um adolescente ganha trabalhando dois dias na semana equivale ao que seu pai recebe por todo um mês de trabalho. Se no projeto anterior buscava-se alguma perenidade para o grupo, via estabilidade possível do trabalho assalaridado, a desestabilização recente e a vulnerabilidade à violência minam as perspectivas concretas do grupo familiar, e por vezes mesmo os planos de futuro dos indivíduos mais jovens, sobretudo da parcela mais vulnerável da geração crescida nas periferias nos anos 90. *A vida é loka, e nela eu tô de passagem*¹⁶⁹. Nada como o ingresso no crime para experimentar a “vida loka”: adrenalina, carros, motos, mulheres, armas, perseguições, dinheiro. As histórias coletadas entre os adolescentes do crime, como é nítido no Capítulo 1, são repletas de aventuras de filmes de ação. Esta experiência, vivida por uma minoria estrita (mas ruidosa) da juventude de Sapopemba, pode então ser vista como uma “ponta do iceberg” das transformações recentes das periferias de São Paulo. A existência

¹⁶⁸ Mas apenas a filha mais velha, Ivonete, é chamada por todos como “crente” (que me pareceu designar, nos relatos familiares, o evangélico praticante, que não bebe, não frequenta festas etc.).

¹⁶⁹ A frase, de uma letra de rap dos Racionais MC’s, é só a explicitação artística do que torna-se depoimento freqüente entre os “meninos do crime”. Já em 2002 presenciei um depoimento que ia na mesma direção: um rapaz recém saído da internação na FEBEM, numa incursão à zona Leste em 2003: um educador perguntava se ele não iria tentar um trabalho, mostrava-lhe que todos seus amigos do crime tinham morrido, ao que ele respondeu: *trabalhar para quê? Para ser igual ao meu pai? Prefiro morrer cedo*”.

desta experiência radical seria a experimentação-limite de um conjunto de relações sociais, que a conformam.

Vimos que a entrada mais freqüente dos adolescentes no “mundo do crime” é *catalisadora*, e, portanto, aceleradora de crises que inscrevem-se nos processos sociais de nomeação, e portanto da divisão social e pública entre *trabalhadores* e *bandidos*. Evidentemente, nesta perspectiva a “expansão do mundo do crime” nas periferias tem relação com processo de transformação social, do trabalho, da família (incluída aí a religião) e dos projetos de ascensão possíveis. De um lado, é evidente que esta expansão se nutre e, portanto, é consequência de transformações paralelas no mundo do assalariado urbano pouco ou não especializado¹⁷⁰. O desemprego operário, com o passar das gerações, engrossa as fileiras do narcotráfico e do crime. Esta primeira figuração faz do “mundo do crime” um universo social sobretudo reativo às transformações centrais no mundo do trabalho, um mundo de sociabilidade e circulação de capital que se aproveitou das brechas deixadas pela incompletude do projeto de modernização operária, que no país não veio acompanhado de universalização de políticas de bem estar social¹⁷¹. Parece-me que esta é uma hipótese, presente na literatura, bastante adequada no tratamento das *origens* mais marcantes desta “expansão do crime” nas periferias, que em São Paulo dataria dos anos 80.

Entretanto, e de outro lado, consolidada a incompletude do projeto de modernização operária (que, portanto, nunca se constituiu como projeto moderno), nas periferias urbanas de hoje o “mundo do crime” deixa de ser uma consequência apenas reativa da reestruturação de outras esferas sociais, e passa a se mostrar efetivamente como um ator participante da disputa pela legitimidade social e pública. Agora, o mundo do crime interfere nas disputas sociais por legitimidade mais *ativamente*. E evidentemente este processo está mais avançado nas dinâmicas sociais das periferias da cidade, onde a disputa se trava já no plano da sociabilidade cotidiana.

A expansão do crime sobre o mundo social popular, além disso, é caracterizada por duas décadas de incremento radical dos aparatos de violência, sobretudo pela chegada dos

¹⁷⁰ Misse (s/d); Machado da Silva (1993).

¹⁷¹ Sobre o tema, ver o trabalho clássico de Santos (1979), citado e discutido acima. Ver também Carvalho (2003).

armamentos pesados, e da expansão do mercado altamente rentável e muito pouco regulado das drogas que, portanto, leva ao paroxismo sua racionalidade interna (francamente instrumental). O que gira em torno de um mercado desse tipo nutre-se desta instrumentalização. O mercado da droga, das armas e do crime movimenta uma soma incalculável de recursos, muito minoritariamente apropriado pelos setores populares, embora certamente esta apropriação seja relevante para sua reprodução social. A violência que acompanha estes negócios, no entanto, se acumula nesta ponta das redes de mercado¹⁷².

O “mundo do crime” em expansão gera em torno deste negócio um conjunto de práticas sociais que tende a se diferenciar, muito marcado (embora não exclusivamente) pela violência, necessária para manter tanto o negócio da droga funcionando, ou dos produtos ilícitos circulando, quanto para sustentar as hierarquias internas a estes negócios. A sociabilidade que se cria em torno destas dinâmicas não tem nada de rudimentar, embora seja muito violenta. Em algumas dimensões, sobretudo as de mercado, esta sociabilidade está mesmo perfeitamente conectada às transformações do capitalismo recente: dinâmico, flexível, imagético, global. No “mundo do crime” o dinheiro e os bens de consumo circulam muito rapidamente, “vêm e vão rápido”, como costumam dizer seus participantes. Ali há perspectivas de consumo baseadas em flexibilidade para obtenção de crédito e desvinculação entre consumo e renda, que geram endividamento rápido, como é praxe na economia popular (e na norte-americana). Ao contrário do capitalismo recente, entretanto, os mercados de trabalho são muito “inclusivos”: indivíduos “inempregáveis” no mercado formal podem ter ali seu lugar, e os perfis altamente capilares da distribuição das atividades permitem que se trabalhe duas vezes por semana já com garantia de renda suficiente para o consumo individual.

Na sociabilidade do crime a imagem pessoal conta, como entre os circuitos profissionais médios: critérios como idade, modos de se vestir e se portar publicamente (em especial nas festas de hip-hop, forró e pagode – centrais para a indústria cultural) são fundamentais para as hierarquias dos grupos de colegas. A delimitação dos papéis desempenhados por gênero é clara: no “mundo do crime” meninos e meninas têm posições diferenciadas – eles

¹⁷² Rodrigues (2006). Para uma reportagem sobre a dimensão do negócio do narcotráfico ver Magalhães (2000). Para uma análise do debate público sobre as “drogas” ver Fiore (2007).

notadamente no “trabalho”, assumindo os riscos da profissão, elas antes de mais nada na oferta de serviços sexuais, o que garante contraprestações em *status* para ambos. Criam-se nichos de mercado evidentes, centrados na imagem individual, que acessados passam a garantir o acesso e a reprodução desta sociabilidade. O que os jovens de periferia consomem é feito para eles, e os braços de mercado que chegam até os participantes do “mundo do crime” circulam em esferas também muito legítimas destas periferias e do mundo social.

Tal como se advertiu em relação à política nos anos 80, este processo de expansão do crime sobre o mundo social popular e suas instituições tradicionais não deve ser fetichizado, ou tomado como uma “nova realidade social” totalizante. Esta expansão é mais uma tendência que uma totalidade, e segue sendo minoritária nas periferias urbanas, embora já tenha obtido muita legitimidade nas favelas sob sua influência e controle.

A perspectiva da disputa de legitimidade social promovida pela “expansão do crime”, entretanto, pode ser também empregada nas tentativas de compreender a emergência pública de organizações criminosas, que desde 2001 fazem publicamente demonstrações de força, de dimensão crescente, o que também atravessou esta investigação. Pela relevância destas demonstrações, passo a descrever como, durante a pesquisa de campo, fui surpreendido pelos eventos de maio de 2006 em São Paulo e o que eles aportaram à argumentação.

NO MEIO DA PESQUISA: os “ataques do pcc”

Sexta-feira, 12 de maio de 2006, eu terminava mais uma semana em Sapopemba. A pesquisa de campo completava um ano. Tinha passado a manhã no Parque Santa Madalena e, à tarde, fiquei quase duas horas numa praça do Jardim Planalto. Lucas me falou um pouco do funcionamento da “biqueira” que adolescentes tocavam ali mesmo. O ponto de venda de maconha, cocaína e crack tinha acabado de ser mudado de lugar, pela instalação também recente da base móvel da Polícia Militar, que víamos num “trailer” bem à nossa frente. A presença mais constante da polícia na praça tinha sido solicitada pelos moradores antigos do Jardim Planalto, pais de família operária e comerciantes, radicados em Sapopemba nos anos 70. Mas a polícia o dia todo na praça só fez empurrar a “biqueira” cinquenta metros mais para adiante, mais para dentro do bairro. Na pracinha do Jardim Planalto já se materializava

a clivagem interna ao bairro, entre famílias trabalhadoras e bandidos, mediada pela presença ambígua da polícia. O quadro não era novo.

Fim de tarde, tomei meu caminho: uma hora e meia de ônibus até o terminal da Vila Mariana, meia hora de metrô até o Tietê, três horas mais até São Carlos. Meia-noite estava em casa. Sábado de manhã busquei o jornal na porta, e uma foto da pracinha onde estávamos aparecia estampada na Folha de São Paulo. A imagem era a da base móvel da polícia, crivada de balas¹⁷³. Não tinha sido a única. Na madrugada de sexta para sábado, véspera do dia das mães, dezenas de ataques armados e simultâneos foram dirigidos a postos e viaturas da Polícia Militar, delegacias da Polícia Civil, agentes e prédios públicos, por toda a metrópole. Policiais foram mortos mesmo à paisana. O sábado nasceu com um saldo inicial de mais de 20 oficiais do Estado mortos, no que foi imediatamente lido pela imprensa como a maior ofensiva de uma organização criminosa – e já se sabia qual, o “Primeiro Comando da Capital” – registrada em São Paulo. Nem bem as notícias começaram a circular, e já se sabia também que, simultaneamente, quase uma centena de presídios e unidades de internação de adolescentes tinham sido controlados por rebeliões, também “do PCC”, em todo o estado¹⁷⁴.

A crise vista no debate público

No fim de semana vários outros ataques armados a policiais e prédios públicos foram anotados, especialmente nas zonas leste e sul de São Paulo, mas também em diversas cidades do interior. No calor dos acontecimentos alguns ônibus foram incendiados, muita informação desencontrada circulou e criou-se uma sensação de suspensão da ordem. As notícias oficiais e as reportagens de última hora fizeram a boataria crescer: os “ataques do PCC” se espalhariam sem nenhum controle, e não se conhecia o potencial bélico do inimigo¹⁷⁵.

¹⁷³ Uma reprodução desta fotografia pode ser vista na pág. 198.

¹⁷⁴ As ações internas aos presídios, desta vez, eram ainda mais fortes que em 2001, quando a facção fez sua primeira grande aparição pública. Suas extensões com rebeliões em unidades de internação de adolescentes e ataques simultâneos a agentes do governo eram até então inéditas.

¹⁷⁵ Exceto a Polícia Civil, que segundo a Folha de São Paulo (14/05/2006) negociava com lideranças da

Segunda-feira, 15 de maio, e o “toque de recolher” foi decretado quase que naturalmente na metrópole: escolas públicas e privadas dispensaram seus alunos, grande parte do comércio e dos serviços foi fechado, o trânsito bateu novos recordes e as linhas telefônicas, sobrecarregadas, viveram dia de colapso. Os eventos tocaram o conjunto dos habitantes da cidade e a imprensa não tinha outro assunto. Um dos dias mais tensos dos 450 anos de São Paulo. O Presidente da República culpou a administração penitenciária de seus adversários diretos e se prontificou a enviar tropas federais para São Paulo. Governador, comandantes de polícia, líderes religiosos, secretários de governo e parlamentares de diversos partidos foram forçados a se manifestar. A imprensa amplificou a “fala do crime”¹⁷⁶. “São Paulo sitiada” foi o título do suplemento especial sobre os ataques no maior jornal do país. As palavras “guerra urbana” e “guerra contra o crime” circularam pela televisão, pela *internet* e pelos jornais. No furor dos eventos, informações contraditórias e espetaculares serviram de subsídio para que opiniões das mais diversas fossem elencadas: medidas de segurança a reforçar, premente execução sumária de presos e favelados, considerações sobre o problema social brasileiro: não houve quem não emitisse um julgamento.

Na terça-feira, como que consumida por tanta informação, a tensão pública arrefeceu bruscamente em São Paulo. Afinal, era um pouco de exagero todo aquele desespero. Os ataques já eram muito mais raros, podiam ser assimilados ao risco cotidiano. E ademais, o número de “suspeitos” assassinados crescia satisfatoriamente. A polícia militar matou uma pessoa no dia 12, em que começaram os ataques; 18 no dia seguinte; 42 no dia 14; 37 no dia 15 de maio¹⁷⁷. As polícias tinham tido 40 baixas, mas ganhavam a “guerra”. Com 97

facção, trazidas de helicóptero dos presídios para a sede do DEIC (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado) em São Paulo. O governador do estado, no período, declarou durante os eventos ter procurado informações estratégicas mais aprofundadas sobre a facção sem tê-las encontrado.

¹⁷⁶ Caldeira (2000).

¹⁷⁷ Pouco se falou em número de detidos nas ações policiais, os números relevantes sempre foram os de “mortos”. E os mortos foram classificados de modos distintos. O Jornal Nacional, da rede Globo de televisão, utilizou os termos “policiais”; “suspeitos” e “civis” como categorias de distinção. Mas o grosso da imprensa foi ainda menos criterioso, e optou pelas distinções bipolares entre “suspeito” e “policial” (ou agente do Estado), “bandido” e “inocente”, ou “bandido” e “cidadão”. As matérias por vezes eram comentadas por jornalistas e especialistas, e aí, em linguagem mais “informal”, foi a categoria “bandido” que prevaleceu, se opondo também aos termos “pai de família” e “trabalhador”. Este tipo de informação só era mais sofisticada que aquela oferecida pelos órgãos oficiais: antes mesmo de qualquer investigação, o responsável pelas relações públicas da Polícia Militar, em nome do Secretário de Segurança Pública do estado, justificou o sucesso da reação policial exprimindo na Folha de São Paulo (16/05/2006) sua “*suspeita de que mais de 70% dos mortos*”

“suspeitos” abatidos em três dias, anunciou-se que tudo estava de novo “sob controle”. As pessoas se recompueram e a vida retomou seu ritmo. São Paulo não pode parar, outros assuntos ocuparam as manchetes e as conversas.

Mas na “guerra particular” que opõe polícias e periferias urbanas, estava claro que o problema não tinha acabado¹⁷⁸. Depois das autoridades terem lidado com o problema público, era hora do acerto de contas mudo entre as partes diretamente interessadas. A “ousadia dos bandidos” merecia uma lição à altura. Não havia mais ataques, mas ao menos mais 18 assassinatos foram cometidos por policiais na terça-feira 16, mais 48 na quarta 17, mais 23 na quinta-feira, dia 18 de maio. Mais sete homicídios na sexta-feira e o merecido descanso no fim de semana (quatro homicídios praticados por policiais no sábado e dois no domingo). A semana seguinte teve média de um morto pela polícia por dia, número “normal” no estado de São Paulo. Agora sim, também para as forças da ordem retomava-se a normalidade¹⁷⁹.

A crise vista das periferias

Na segunda-feira de pânico em São Paulo, falei por telefone com um assistente social do CEDECA, e então soube que o sobrinho do Almir tinha sido assassinado. Almir foi um dos meus principais interlocutores na pesquisa de campo. Retornei para Sapopemba na quarta, 17 de maio. Priorizei visitar o CEDECA e o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba. O ritmo era intenso. Ao mesmo tempo em que se esforçavam por deixar claro que não apoiavam ou admitiam a legitimidade de ações do crime organizado, o CEDECA e o CDHS concentravam-se em denunciar, legalmente, os casos mais graves de violações de direitos cometidas por policiais, na região¹⁸⁰. Estive também nas favelas do Elba e do Madalena,

pela polícia estariam envolvidos com o PCC”.

¹⁷⁸ *Eu penso que essa retaliação não parou, ela vai continuar.* [Valdênia, dia 17/5/2006].

¹⁷⁹ A média mensal de homicídios praticados por policiais no estado de São Paulo, em 2006, permaneceu em torno de 30. Fonte: Observatório das Violências Policiais - SP. Obs. Esta organização civil não atua com dados oficiais como atestados de óbito ou boletins de ocorrência, mas sobretudo com fatos noticiados pela pequena, média e grande imprensa. Os dados, portanto, podem ser subnotificados mas muito dificilmente maiores do que a realidade. Dadas as denúncias de manipulação de dados por parte da polícia e subnotificação pelo governo na imprensa, preferi trabalhar com estes dados do que com os números oficiais.

¹⁸⁰ Eram estes os casos em questão, naqueles dias: 1) seria falsa a “descoberta pela polícia de um cativo do

visitei algumas famílias conhecidas, e me detive na casa de Ivete. Ali o ritmo era normal. Para as famílias de favela, os ataques não haviam alterado a rotina; viver sob risco já era, de certo modo, normal. Além disso, ali os ataques não eram condenados.

Surpreendiam apenas porque ninguém sabia *quando* é que viriam, nem sua motivação específica¹⁸¹. Mas era certo que alguma forma de reação contra as polícias era questão de tempo, as forças da ordem faziam por merecer. O crime já tinha poder suficiente para demonstrá-lo publicamente. Escrevia meus diários de campo e me dava conta das clivagens discursivas com as quais me deparava. A primeira, muito evidente, era o descompasso entre os conteúdos do debate público e os que me apareciam na etnografia. De um lado, no noticiário e nas conversas com meus amigos, mesmo se centradas na crítica a este noticiário, seguia-se a pauta de contabilizar baixas, enunciar o medo coletivo e os boatos, falar da violência urbana e do problema social brasileiro, perguntar-se sobre o PCC e sua história. De outro lado, especialmente nos depoimentos dos moradores de favela, narravam-se casos concretos da violência, experimentada naqueles dias. Não bastasse o descompasso nas agendas de discussão e juízos acerca do que acontecia, havia uma diferença central os lugares de locução ocupados, perante a onda de violência. Parecia-me que se os acontecimentos eram assunto no público, eram casos concretos nas favelas de Sapopemba. Em suma, ali a violência da semana tinha sido vivida de muito mais perto.

A imagem de uma organização muito poderosa que brotava de prisões e favelas brotava, e os vizinhos do CEDECA viam dois policiais militares escreverem “PCC” num quarto abandonado do Jardim Elba¹⁸². O Jornal Nacional classificava os mortos na “guerra urbana” entre “policiais”, “suspeitos” e “civis”; a família do Almir chorava a morte do sobrinho. As

PCC na favela do Jardim Elba”; 2) teria relação com os eventos da semana o desaparecimento de um jovem, de 19 anos, na noite em que tudo começou e, principalmente, 3) teria sido parte da “revanche policial” a chacina de cinco adolescentes e jovens em São Mateus, executados em direção à fábrica em que trabalhavam, na manhã seguinte ao início dos “ataques”.

¹⁸¹ A imprensa afirmou, a princípio, que os ataques seriam retaliação a uma transferência para regimes de segurança máxima, alguns dias antes, de líderes da facção detidos em presídios no Estado de São Paulo. Não houve confirmação desta hipótese até porque, pela magnitude dos atentados e pelos depoimentos do período, a ofensiva estaria planejada em detalhes ao menos 20 dias antes de sua implementação, portanto antes da transferência. Há uma série de denúncias de que a polícia de São Paulo sabia do planejamento das ações com estes mesmos 20 dias de antecedência.

¹⁸² A “descoberta” de um “cativeiro” da facção na favela foi noticiada pela grande imprensa, durante os eventos.

autoridades, políticas e policiais, computavam números de mortos na contra-ofensiva; Ivete recomendava aos filhos homens mais cautela naqueles dias. Enfim, enquanto de um lado *falava-se* publicamente sobre a violência urbana, nas periferias, e sobretudo nas favelas, *lidava-se* com uma violência concreta, que interferia diretamente na esfera mais íntima de organização da vida. O discurso público sobre os eventos não fazia sentido na casa de Ivete. O absurdo da presença cotidiana do crime, apavorando moradores, era seu velho conhecido.

Mas lá mesmo em Sapopemba, era nítida a distensão entre o que diziam as famílias moradoras de favela e as entidades sociais. O CEDECA e o CDHS mantinham-se em posição analítica, levantando hipóteses de compreensão, criticando a condução pública dos eventos e assumindo neutralidade frente à “guerra urbana”:

Nós, logo no sábado pela manhã, pegamos o carro, demos um giro, nós passamos em todas as delegacias de Sapopemba, na base da Guarda Metropolitana, na base da Militar, prestando solidariedade, deixando nossos contatos, que era sábado e domingo, para qualquer atenção. Os policiais não tinham uma retaguarda, eles estavam sozinhos, dobrados porque foi suspensa a folga de todo mundo, sem uma garrafa de café, abandonados nessa periferia. E não sabiam da transferência que ia ocorrer. (...) Então o Estado abandona [os policiais]. Daí também fomos às famílias. E logo naquele dia eu já havia dito, ‘vamos avisar as famílias que fiquem cuidadas, porque vai vir chumbo grosso em cima da população’. [Valdênia]

Se o papel do CEDECA era de mediador, as famílias das favelas tomavam partido. Ivete, naqueles dias, não temia o crime organizado, o PCC, nem “bandido” algum. Ela tinha medo era que a polícia invadisse sua casa com violência, procurando seus filhos; que algum dos presos fosse executado nas rebeliões das cadeias; que algum dos que estão em liberdade fossem mortos na “vingança” dos policiais. Ela sabia, em suma, que a “guerra contra o crime” já tinha incluído sua família como “público-alvo” há bastante tempo. Sabia, sobretudo, que a novidade dos dias de crise era apenas a radicalização da repressão de rotina. Vistos desde a opinião de moradores de favelas, a “ousadia” e a “novidade” da publicização do conflito urbano era só a intensificação, agora menos seletiva, de um processo já instituído de repressão policial, sobretudo a adolescentes e jovens homens.

Saldo: uma semana, 493 mortos em São Paulo

A divulgação da lista oficial dos mortos naquela semana de maio foi retardada ao máximo pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. Sob pressão das entidades de direitos humanos e de parte da imprensa, foi parcialmente apresentada dez dias depois do início dos eventos. Os números indicavam 168 homicídios: 40 agentes do Estado mortos na ofensiva do crime, 128 pessoas oficialmente mortas pela polícia; 28 prisões efetuadas. Não foi noticiado que os indivíduos abatidos em “chacinas” e os “desaparecidos” estavam fora destas rubricas. Um balanço mais real dos eventos foi melhor conhecido apenas seis meses depois. Apenas o jornal “O Estado de São Paulo” divulgou uma investigação realizada em 23 Institutos Médico-Legais do Estado, que indicava que entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, houve ao menos 493 homicídios em São Paulo¹⁸³. Destes, as acusações das entidades civis apontam para ao menos 221 praticados por policiais, e os números oficiais informam que 52 referem-se aos mortos nos ataques públicos do PCC. Há, portanto, mais 220 homicídios, naquela semana, para os quais não há sequer uma hipótese investigativa formulada.

Fronteiras

Deparar-me com essas diferenças substantivas nos juízos e discursos, a depender do lugar onde eu circulava, foi fundamental para a reflexão desta tese. Em primeiro lugar, porque aqueles dias de crise vinculavam a violência organizada do crime, muito presente nas trajetórias estudadas, a diferentes modalidades de discurso público e ação política. Em segundo lugar, porque ficava claro que o CEDECA agia exatamente nesta fronteira, assumindo um papel de *mediação* entre, de um lado, as pautas e conteúdos que se enunciavam no espaço público e, de outro, os casos que se viviam nas favelas de Sapopemba. O que o CEDECA fazia, concretamente, era pautar os casos de violência de Sapopemba judicialmente. Esta ação, nitidamente, se situava *entre* os códigos sociais das

¹⁸³ Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Relatório final da análise de 493 laudos necroscópicos referentes ao período de 12 a 20 de maio, coletados nos 23 IMLs do Estado, cujas necropsias associaram a causa mortis como decorrente de ferimentos por armas de fogo, 1º de setembro de 2006. Mesquita Neto (2007, p.27-9) apud Adorno (2007).

periferias e o código normativo do Estado democrático, os “direitos humanos”¹⁸⁴. É esta mediação que será analisada a partir do capítulo seguinte. Em terceiro lugar, porque especificamente naqueles dias de crise, demonstrava-se que a *mediação política* das fronteiras entre as periferias urbanas e o universo público, tentadas pelo CEDECA e pelo CDHS, eram muito minoritárias frente à *violência* que grassava entre estes universos. Estas formas distintas de lidar com estas fronteiras instigaram o trabalho analítico da tese.

A tensão latente das fronteiras entre as periferias e o mundo político, que eu tentava decifrar na pesquisa, emergia como violência. Era a exposição deste confronto, por meio de violência extrema, que gerava um espaço de debate público potencial dos mais reveladores das dinâmicas sociais contemporâneas. Mas evidentemente, a emergência da ação orquestrada do PCC no espaço público, ao contrário de legitimar e politizar este debate, apenas reafirmou, com maior ênfase, um consenso público que lhe é anterior: a necessidade da repressão maciça, encarceramento e eliminação dos “bandidos” e, na dúvida, dos que se lhes assemelham¹⁸⁵.

Para Ivete, a escalada da repressão policial daqueles dias, legitimada publicamente como repressão aos autores dos “ataques”, situava seus filhos em situação de mais risco. A checagem das estatísticas parece confirmar sua sensação: dados estatísticos demonstram, em maio de 2006, uma aceleração radical dos homicídios do coorte usual de vítimas de homicídio: adolescentes e jovens, moradores das periferias urbanas, sobretudo das favelas, do sexo masculino, quase sempre entre 15 e 30 anos de idade, prioritariamente negros. Ivete tinha também razão, naqueles dias, ao pedir atenção redobrada mesmo aos seus filhos

¹⁸⁴ A própria luta pelos sentidos da expressão “direitos humanos” hoje é expressiva do campo de tensões que estas fronteiras compõem no seu entorno.

¹⁸⁵ O seqüestro de um repórter da Rede Globo pelo PCC, em agosto de 2006, é um episódio exemplar dos limites à legitimação pública desta espécie de ação, atualmente. O repórter foi libertado em troca da leitura no ar de uma carta de reivindicações por direitos do sistema carcerário. Embora as formas como a reivindicação chegou a ser exibida tenham sido exaustivamente debatidas, o conteúdo da carta não teve nenhuma repercussão pública. Tratava-se de um texto pautado de fora a fora pelas palavras “direito”, “lei” e “justiça”, que, entretanto, por ter sido veiculado a partir de uma série de ilegalidades, coações e violências, perdia completamente seu patamar de validação pública. Alba Zaluar “previu” o aparecimento destas ações: *Meus colegas nunca fizeram um estudo aprofundado do crime organizado em São Paulo. Agora está provado: [o crime em São Paulo] é muito mais centralizado, muito mais bem coordenado e tem uma retórica política por trás disso. [Folha - Qual a retórica?]. Zaluar: Você vai ver. Vai aparecer manifesto daqui a pouco. Isso ninguém está percebendo. Hoje eu fiquei pensando. Minha Nossa Senhora, isso é óbvio.* [Folha de São Paulo, 15/05/2006]

“trabalhadores”, Neto e Alex. Com mais atenção, é possível notar que o perfil das vítimas fatais da crise de maio só não é exatamente o mesmo dos que morrem assassinados em períodos “normais”, porque ali morreram mais adolescentes e jovens *sem antecedentes criminais*¹⁸⁶. A crise era causada por uma cúpula criminal altamente profissionalizada, e no entanto a contra-ofensiva oficial matava adolescentes e jovens das favelas, como o sobrinho do Almir e seus amigos¹⁸⁷. O dado não demonstra apenas a falta de foco da repressão policial daqueles dias. Ele sugere que, ali, morreram também os que *se parecem* com criminosos para o senso comum, interessado na contra-ofensiva¹⁸⁸. Na premência de demonstrar uma reação, e sabendo-a legitimada *a priori* pela opinião pública, a repressão de Estado foi menos seletiva do que o normal. Escolheu então aqueles que, pelos sinais diacríticos que carregam, são naturalmente suspeitos. Essa menor especificidade na repressão revela sua característica mais profundamente política. Pois ela demonstra que, subjacente à repressão, está a identificação pública de uma parcela específica da população ao crime.

A “crise do PCC” no meio da pesquisa de campo obrigou a argumentação a se deslocar. De um lado, uma ofensiva armada e sem precedentes do crime organizado matava mais de cinquenta agentes da segurança pública, o que demonstrava a força de processos que, estudados desde o microcosmo, pareciam muito menos interessados em atacar o Estado. De outro, como reação aos ataques, quase 500 pessoas, a grande maioria delas jovens moradores das periferias, foram assassinados em uma semana. E mais: a morte destes jovens, contados como “suspeitos”, não foi lida como um descalabro, numa ordem democrática. Ao contrário, foram estes assassinatos que acalmaram a opinião pública e seus

¹⁸⁶ Os dados do Observatório da Violências Policiais incluem rápida descrição do perfil das vítimas, sempre que possível acompanhada de nome, idade e presença de antecedentes criminais.

¹⁸⁷ Morto por policiais encapuzados na manhã seguinte ao início dos ataques, numa chacina que deixou 5 mortos e um gravemente ferido em São Mateus. Apenas para demonstrar o argumento, é preciso dizer que nenhuma das vítimas tinha antecedentes criminais, e que no momento seguiam para a empresa onde trabalhavam, juntos, na zona leste da cidade.

¹⁸⁸ *Porque quem estava de verdade envolvido, pode ter morrido alguns, mas quem estava realmente envolvido já estava alerta, não estava aí marcando bobeira na rua, sabe se defender. Agora, é justamente quem achava que ‘ah, não estou envolvido, se me pegar não tenho nada a ver com isso’, é que estava na mira. E na verdade foi alvo desses ataques todos. Eu achei muito triste, mas eu me preocupo muito, sobretudo, na periferia, porque nós temos feito vários encontros com as famílias, a gente orientou os educadores que fizessem visita, que falassem “não sai na rua”, porque todos são suspeitos. [Valdênia]*

formuladores. A figuração dos abatidos na contra-ofensiva era a dos “suspeitos” porque eles, compartilhando o mesmo perfil dos filhos de Ivete ou Maria, já portam em seu corpo o estigma da causa da violência urbana. O isolamento e o assassinato destes indivíduos, na crise, fazia pensar no funcionamento democrático, que “normaliza” estes procedimentos¹⁸⁹. A crise deixava claro que as possibilidades de subjetivação pública desta geração, nascida nas favelas, já está submetida a esta figuração pública. E que, portanto, suas possibilidades de atuar politicamente partem desta situação inicial. Mas, por outro lado, nas favelas quem não tinha legitimidade alguma era a polícia. E naquele terreno, a legitimidade do PCC já era tranqüila.

A “EXPANSÃO DO MUNDO DO CRIME”: marco discursivo e criminalização

Todos os relatos de campo indicam que o número de adolescentes e jovens envolvidos na sociabilidade do crime ou em suas atividades comerciais (sempre marcadas pela violência) efetivamente cresceu nas duas últimas décadas de modo considerável, embora seja difícil quantificar esta expansão. Este crescimento numérico do crime, embora incontestável e não desprovido de sentido, não é o fator mais importante para pensar as implicações políticas do argumento, defendido aqui, de “expansão do mundo do crime nas periferias”. É preciso precisar aqui esta expressão. A meu ver, este processo tem ao menos duas dimensões politicamente mais importantes do que o aumento do exército criminal. Uma destas dimensões é prioritariamente interna às fronteiras entre periferias e mundo público, outra é atribuída publicamente sobre elas e, portanto, ambas se relacionam justamente na conformação desta fronteira.

¹⁸⁹ Menos de 10% dos homicídios de jovens das periferias de São Paulo são investigados. A Secretaria de Segurança Pública do Estado implementou com folga sua meta de triplicar o número de detentos do estado de São Paulo em dez anos, passando de cerca de 40 mil em 1996 para mais de 140 mil em 2006. Um dos entrevistados, que trabalhou dois anos como Agente Penitenciário no interior do estado de São Paulo, indica o perfil etário da população carcerária: *Molecada. A faixa de idade pode se dizer que é de 22 anos. Não existe... existe cara velho, existe, mas a maioria é molecada de 22, 23, 24 anos. [Valter]*.

No âmbito interno às periferias, expande-se o “marco discursivo do crime”, especialmente entre adolescentes e jovens. É esta expansão discursiva, e não as ações criminais propriamente ditas, que faz com que as referências do “mundo do crime”, como representação social e visão de mundo, entrem na disputa por legitimidade social nestes territórios. A expansão deste marco discursivo é nítida nas histórias dos capítulos, relacionada diretamente aos ganhos secundários do ingresso individual no crime, e muito mais claramente identificada entre as famílias moradoras de favela. Como demonstra claramente a história de Ivete (Capítulo 4), já aparece nas favelas a “violência legítima” do crime, a proteção às famílias e a atuação na justiça e pacificação local, bem como a coexistência entre o código do trabalho e o criminal no interior da família.

Nas favelas e periferias, portanto, a sociabilidade fundada por este marco discursivo há tempos já passou a competir diretamente com outras matrizes discursivas e a coexistir com elas¹⁹⁰. De certa forma, como argumentei acima, esta disputa contribui para a resignificação recente do trabalho como ganho, dos projetos de vida a longo prazo como premência por curtir o presente e de uma religiosidade centrada na vida eterna por uma outra mais conectada às experiências-limite vividas no mundo. Hoje, tanto trabalhadores, quanto religiosos e militantes de associações locais tradicionais dizem ter que “disputar” os corações e mentes da nova geração com o “mundo do crime”. Isto demonstra a primeira dimensão desta expansão.

Uma segunda dimensão da “expansão do mundo do crime nas periferias” é vinculada a uma figuração que se produz de fora para dentro, e que partindo da dimensão pública da sociedade se impõe como visão geral sobre estes territórios e seus habitantes. Esta figuração se confunde com o que se chama usualmente de “criminalização” das periferias urbanas. Trata-se aqui de um processo vinculado diretamente às formas de distribuição da categorização social e da repartição da legitimidade pública a partir destas categorias. E nesta dimensão, cada vez há menos espaço para mediação entre extremos. Conforme os anos passam, fica mais nítida a impressão do senso comum: ou se é *trabalhador*, ou se é

¹⁹⁰ E aqui concordo com Misse (s/d) de que a “novidade” é, sobretudo, a “acumulação social da violência” nas relações interpessoais, e não a “criação” de um tipo novo de individualismo ou “sociabilidade radicalmente nova”, como propôs Machado da Silva (1993, 2004).

bandido. Vimos no início deste capítulo como se opera, a partir da aproximação de um adolescente ao “mundo do crime”, uma necessidade premente de distinção do estatuto social de toda a família. Trata-se de uma primeira etapa deste processo.

Em seguida, durante os “ataques do PCC”, vimos como durante as crises surge (condicionada socialmente) a necessidade de distinção do estatuto público de todos os que *se parecem* com criminosos. Morrem todos aqueles que têm a mesma idade e cor de pele, que usam as mesmas roupas ou os mesmos acessórios daqueles identificados publicamente como criminosos, ou seja, os jovens das periferias urbanas. Fica claro, aqui, que a figuração do crime e o foco da repressão não recaem sobre o *ato infracional*, mas diretamente sobre o *indivíduo* que o pratica. Nessa indiferenciação entre sujeito e ação, o indivíduo passa a conter o ato ilegal em sua natureza: seu *corpo* passa a demonstrar publicamente o indivíduo ilegal, e é ele quem passa a ser um “fora da lei”, um “bandido”.

Absoluto no corpo do praticante, o ato ilícito se demonstra publicamente por onde circula esse indivíduo, e todos que o vêem enxergam ali um “criminoso”. Esta figuração natural, pré-discursiva, propicia que o olhar público (e das forças da ordem) sejam dirigidos também para os corpos daqueles que lhe são semelhantes fisicamente, portanto igualmente criminosos. As figurações públicas e a violência policial (legítima, evidentemente) são dirigidas sistematicamente, a partir daí, a todos os jovens das periferias e suas famílias porque, sendo semelhantes em natureza, todos estão aquém do estatuto do direito: eles *são* (verbo ser) “bandidos”. Os corpos destes indivíduos dizem só uma e a mesma coisa, eles são a manifestação social do crime.

A “expansão do mundo do crime” é também, portanto, esta multiplicação imaginária do criminoso nos discursos públicos, realizada numa operação de auto-legitimação bastante complexa, que figura agora todos os jovens de periferia e suas famílias como “bandidos”. Esta figuração, nitidamente vinculada aos processos de legitimação dos atores públicos, portanto da política, não é nova. Ela interage diretamente com a repartição histórica dos lugares sociais e das hierarquias entre eles, e funciona para limitar o “direito a ter direitos” das parcelas mais pobres da população. A operação é mais sofisticada hoje, entretanto: embora inseridos formalmente num regime político fundado sobre a universalidade de direitos, processa-se tal disputa simbólica que o direito universal seria uma afronta à própria

democracia. *Direitos para bandidos? Bandido tem que morrer.* É por isso que o assassinato de 493 bandidos foi lido como acréscimo à ordem, e acalmou a cidade. Esta forma de “criminalização” seria a segunda dimensão da “expansão do mundo do crime na periferia”.

Delineia-se uma fronteira clara, portanto, entre as periferias e o mundo público. Ambos os processos implicados na “expansão do mundo do crime” contribuem para traçá-la: de um lado a disseminação do marco discursivo do crime compete e disputa legitimidade entre mais e mais jovens, mas só nas periferias. Ali esta disseminação acelera processos sociais de diferenciação e composição, mas na passagem do universo social local para dinâmicas sociais mais amplas encontra uma barreira nítida: a nomeação bipolar entre “trabalhadores” e “bandidos” e a deslegitimação pré-discursiva da segunda. Se internamente às periferias já começa a se atribuir parcelas de legitimidade às organizações de criminosos, em especial nas favelas, setores mais submetidos ao seu poder, nos debates públicos ela é, no Brasil de 2008, *a priori* impossível.

O desenho desta fronteira é ainda parcial, entretanto. Se aqui ela opõe nitidamente as periferias ao mundo público, há uma série de outras dimensões a explorar desta relação, em que esta oposição não se produz da mesma maneira. Se na passagem direta entre as sociabilidades das periferias aos debates públicos fica-se com a impressão de ausência de mediação, e portanto de confronto dissensual entre perspectivas (geradoras de um tipo de política e de ação política), há uma outra dimensão desta relação entre periferias e universo público muito mais mediada. Inclusive institucionalmente, depois de mais de duas décadas de democracia formal agindo na ampliação de canais de comunicação entre sociedade e Estado. É sobre este outro sistema de mediações entre o “mundo social” dos adolescentes das periferias de São Paulo e o “mundo público”, marcado por muitas outras formas de ação política, que se debruça a parte seguinte desta tese. O estudo deste sistema toma trajetória e os dilemas enfrentados pelo CEDECA Sapopemba como objeto, e as características desta organização auxiliam a empreitada.



Primeiras horas do sábado, 13 de maio de 2006. Base Móvel da Polícia Militar atacada em Sapopemba. Segundo a Folha de São Paulo, um policial foi ferido.



Segunda-feira, 15 de maio de 2006: trânsito recorde na cidade desde o final de tarde. O medo de novos ataques cancelou as atividades noturnas, e os moradores voltaram tensos para casa. A primeira foto mostra a Av. 23 de maio no início da noite, a segunda a Av. Paulista vazia algumas horas depois.



Exatamente um ano depois, dia 15 de maio de 2007, o governador José Serra empunha um fuzil e aponta para os fotógrafos, em ato de homenagem ao Batalhão de Choque da Polícia Militar.

PARTE III

das periferias ao público, via cedeca

*eram os outros românticos, no escuro
cultuavam outra idade média,
situada no futuro, não no passado*

*por serem incapazes de acompanhar
a baba babel de economias
e as mil teorias da economia
recitadas na televisão
tais irreduzíveis ateus
simularam uma religião*

*e o espírito era o sexo de Pixote, então
na voz de algum cantor de rock alemão
com o ódio aos que mataram pixote à mão
nutriam a rebeldia e a revolução*

*e os trinta milhões de meninos abandonados do Brasil
com seus peitos crescendo, seus paus crescendo
e seus primeiros mênstruos
compunham as visões dos seus vitrais
e seus apocalipses mais totais
e suas utopias radicais*

*anjos sobre Berlim
"o mundo desde o fim"
e no entanto era um sim
e foi, e era, e é e será sim*

[Os outros românticos, Caetano Veloso]

CAPÍTULO 6. CE DE CAS, CE DE CA Sapopemba

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONTEXTOS

A mobilização social que pressionou pelo ECA no final dos anos 80, dando continuidade ao que houvera no período constituinte, exigia *participação* no desenho, formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas para infância e adolescência no país. E estes movimentos consideraram a aprovação do Estatuto uma conquista fundamental de suas lutas. A legislação anterior – o Código do Menor – se baseava no paradigma da “situação irregular”, que resultava numa taxa elevada de institucionalização de crianças e adolescentes. Não é difícil se lembrar dos “orfanatos” que existiram no Brasil até o fim dos anos 80, tocados pelo governo – via FEBEM – ou por entidades sociais assistenciais. Ali se acumulavam, às vezes no mesmo edifício, privadas de liberdade, centenas de crianças e adolescentes de idades e condições diferentes, mas igualmente em “situação irregular”. “Menores” vítimas de violência doméstica e maus-tratos, em situação de extrema pobreza, órfãos, crianças em situação de rua, vítimas de exploração sexual ou, também, autores de atos infracionais, todos eles eram considerados igualmente em “situação irregular”, e deveriam ser tutelados pelo Estado. A situação irregular designava os “desviantes”¹⁹¹.

Quase sempre a saída para os desviantes é isolá-los do convívio social, institucionalizando-os, para num momento posterior – esta era a tese – “reinseri-los” à sociedade. O desenho de montagem do problema é evidente: existe a sociedade e aqueles que se desviam de suas regras e, assim, acabam por situar-se *fora* delas. O “menor” desviante não se situava, mesmo em seu estatuto jurídico, propriamente como um sujeito de direitos (porque nessa figuração ele não é parte do mundo arbitrado por eles, está *excluído* desse universo), mas sobretudo como um objeto da tutela do Estado, que podia confiar a entidades sociais e religiosas a implementação de programas de internação e, nos casos possíveis, de reinserção.

Em 1990, a implementação do ECA representou uma ruptura normativa radical com o paradigma da “situação irregular” e, conseqüentemente, com os princípios jurídicos, estatais

¹⁹¹ Há toda uma literatura desenvolvida em torno da “construção social” do “desvio” e do “desviante”, cuja obra fundadora é Becker (1963).

e com as formas sociais de atendimento que ele demarcava. Na esteira das rupturas trazidas pela Constituição Federal de 1988, e especificamente pelo Artigo 227 dela, que instituiu a “prioridade absoluta” para crianças e adolescentes, o ECA introduz o paradigma da “proteção integral”. Muda-se com isso o quadro de montagem institucional e normativa da questão: aquelas crianças e adolescentes, ao invés de figuradas como “desviantes” passariam a ser compreendidas como sujeitos cujos direitos estão ameaçados ou violados, e que, portanto, devem ser restituídos. A ação estatal se deslocaria, em teoria, da repressão para a proteção especial. Não haveria mais uma sociedade da qual eles estariam *excluídos*, mas uma comunidade política formal de cidadãos, *integrada de todo modo por eles*, e que assim teria a responsabilidade de zelar pela garantia de seus direitos. As políticas públicas seriam formas de concretizar esta garantia, e por isso deveriam ser intersetoriais: cria-se neste momento todo um sistema de participação social nestas políticas, voltado para garantir a presença capilar de diversos atores do que se convencionou chamar “rede de proteção” dos direitos de crianças e adolescentes¹⁹².

A partir de 13 de julho de 1990, além disso, a “condição peculiar da criança e do adolescente, como pessoas em desenvolvimento” passa a ser dever da *família*, do *Estado* e da *sociedade*, em conjunto, garantir seus direitos. O ECA prevê que estes atores ajam conjuntamente, num sistema de organizações, instâncias e recomendações técnicas descritas em detalhe na letra da lei, de forma a favorecer a implementação destes direitos.

Este sistema jurídico-político obedeceu aos princípios da participação social e da descentralização, previstos na Constituição Federal. São instituídos então os Conselhos da Criança e do Adolescente, órgãos paritários e deliberativos sobre todas as políticas públicas da área da infância, nos níveis municipal (CMDCA, que possuem e gerenciam autonomamente dotação orçamentária própria, o Fundo Municipal da Criança e do

¹⁹² Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Constituição Federal (Brasil, 1988). *Já havia uma mobilização para pressionar, tanto que o [artigo] 227 da Constituição tem muita pressão civil. [Valdênia].*

Adolescente - FUMCAD)¹⁹³; estadual (CONDECAs) e nacional (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA). Além disso, em cada município são criados os Conselhos Tutelares, que contam com conselheiros remunerados e eleitos diretamente, e atribuição de fiscalizar o cumprimento da legislação, receber de modo qualificado as denúncias de desrespeito aos direitos legais de crianças e adolescentes, e encaminhá-las articulando a rede de proteção (educação formal e complementar, assistência social, equipamentos de saúde, atendimento psicológico, entidades sociais, centros culturais, esportivos, profissionalizantes, etc.).

Sempre tendo como foco a implementação de canais de relações entre Estado e sociedade, há ainda a criação de uma série de fóruns locais, municipais, regionais e nacionais de debate sobre as políticas públicas da área da infância, que articulam instâncias governamentais e civis implicadas no atendimento a este público. No sistema jurídico, cai o “Juizado de Menores” e aparecem as “Varas da infância e adolescência”, especializadas neste setor, e cria-se nos cursos de direito a demanda por formação específica de técnicos desta área. Da mesma forma, surgem delegacias especiais voltadas para este público, e em alguns casos, “núcleos de atendimento integrado à criança e adolescente” (NAIs¹⁹⁴), em que estão presentes num mesmo local autoridades jurídicas, executivas e da sociedade civil, para propiciar nos encaminhamentos efetivos a “proteção integral” a crianças e adolescentes que venham a ter direitos defendidos judicialmente.

Rupturas semânticas, luta política

Todo o debate acerca da formulação e implementação deste aparato jurídico-político, e de gestão das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, é acompanhado por uma tentativa de ruptura com as formas de nomeação e categorização utilizadas pelo Código do

¹⁹³ É evidente que a virtude do desenho institucional não se transfere à prática efetiva sem mediações, e as experiências encontram muita dificuldade para efetivar o controle social previsto aí. Para uma crítica do funcionamento do mecanismo específico do FUMCAD no município de São Paulo, ver Maranhão (2003). Para uma análise consistente da Rede Criança de Vitória, que teria como meta articular todas estas instâncias de controle social, e de como isso se subverte, ver Tatagiba (2003).

¹⁹⁴ A cidade de São Carlos, no interior de São Paulo, foi pioneira nessa iniciativa e serviu de referência para uma série de outros municípios, na implantação de seus sistemas de atendimentos a medidas sócio-educativas.

Menor e pelo senso comum. Havia clareza, na área, que os modos de nomeação condicionam a disputa política. O ECA em si já se tornava um instrumento de militância,, por impor um novo léxico no debate jurídico. O termo “menor” é o primeiro a sumir da lei, e foi ativamente combatido pelos militantes¹⁹⁵: o termo deixa de figurar na gramática oficial da “área da infância”, e é substituído pelos termos mais neutros “criança e adolescente” (juridicamente, *criança* é o indivíduo que tem até 12 anos de idade, e *adolescente* é aquele entre 13 e 18 anos).

Os “menores carentes” passam a ser nomeados como “crianças e adolescentes em situação de risco, pessoal e social”, ou “crianças e adolescentes em vulnerabilidade social”. Os “menores infratores” ou “delinquentes” passam a ser chamados de adolescentes “autores de ato infracional”, e em alguns casos adolescentes “em conflito com a lei”. O primeiro termo tem a vantagem de criar uma fronteira entre o ato e o indivíduo, o que situa mais claramente o foco da repressão legal no ato cometido, e não no indivíduo que o comete¹⁹⁶. A distensão entre “menor” e “criança e adolescente” funda não só uma demarcação entre momentos distintos do debate, mas entre grupos sociais concretos – é comum escutar, circulando neste campo, que tal juiz, ou tal atendimento, é “minorista” ou “menorista”, neologismos que indicam que eles atuam em paradigmas mais tradicionais, assistencialistas ou autoritários, de todas formas anteriores ao ECA, e portanto não centrados na proteção integral dos direitos da criança e do adolescente.

Outra ruptura política do ECA foi aquela que estabeleceu a *inimputabilidade penal* de crianças e adolescentes, e que previu *medidas de proteção* para crianças¹⁹⁷ e *medidas sócio-*

¹⁹⁵ *Menor é filho de pobre, preto, favelado, menor carente, menor infrator... menor é isso*, me disse em 1999 uma militante da área.

¹⁹⁶ Trabalhei sobre esta distinção em Feltran (2007).

¹⁹⁷ *Das Medidas de Proteção. Art. 101. (...) a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - abrigo em entidade; VIII - colocação em família substituta. Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).*

educativas para os adolescentes autores de ato infracional (considerados como quaisquer crimes e contravenções penais)¹⁹⁸. Assim, crianças e adolescente que cometem crimes ou contravenções não são julgadas segundo as normas estabelecidas pelo Código Penal, mas pelos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente que prevêm e orientam as formas de aplicação legal destas medidas. Além de prever as medidas a aplicar em cada caso, o ECA ainda estabelece os princípios legais do atendimento a realizar em cada caso.

O ECA, além disso, inseriu a “sociedade” como instância de proteção de direitos de crianças e adolescentes em situação de risco, ou autores de atos infracionais. Para além de família e Estado, os movimentos da infância, durante toda a década de 80, cobravam seu espaço tanto na fiscalização das políticas públicas, quanto em sua formulação e aplicação. Como estes movimentos tinham ciência de que, mesmo que a letra da lei fosse aprovada, sua implementação seria baseada em muita disputa, apostava-se que, caso as entidades sociais fossem amparadas pela legislação, seu patamar de luta seria mais estável. Conquistado este patamar, a defesa do ECA passaria a oferecer um programa concreto às utopias dos militantes da área da infância. Vem daí toda a mobilização do período para inserir as “políticas de atendimento” no ECA, bem como o detalhamento dos perfis de entidades necessários para cada atendimento específico. Como a proteção jurídico-social de crianças e adolescentes era uma lacuna entre as organizações que atendiam crianças e adolescentes na sociedade civil, elabora-se uma proposta de organização social para fazê-lo. Vem daí a origem dos CEDECAs.

Os Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Os CEDECAs são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia formal de gestão, mas com a função de articular as dimensões *social* e *jurídica* da proteção dos direitos de crianças e adolescentes. São, portanto, entidades que têm como função executar a *mediação* entre os direitos formais e sua garantia no tecido social. A engenharia

¹⁹⁸ O ECA prevê medidas sócio-educativas, aplicadas por um juiz segundo critérios específicos, no caso de condenação por atos infracionais cometidos por adolescentes. A depender da gravidade da infração, as medidas variam em duração e tipo, podendo ser aplicadas: i) *advertência*, ii) *obrigação em reparar o dano*; iii) *prestação de serviços à comunidade*; iv) *liberdade assistida*; v) *semi-liberdade* ou vi) *internação*.

institucional do ECA já prevê para os CEDECAs, assim, uma função que os situa justamente no plano que convém investigar nesta tese, ou seja, na *interface* entre as dinâmicas sociais e a esfera pública de garantia de direitos:

Art. 87 - São linhas de ação da política de atendimento: I - políticas sociais básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psico-social às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. [ECA, 1990, grifo meu]

Os CEDECAs são amparados legalmente por este artigo, e surgem como braços sociais de proteção jurídico-social de crianças e adolescentes. E já que as situações mais paradigmáticas da disputa política em torno do atendimento eram aquelas que se referem à crianças em situação de risco ou vulnerabilidade, e especialmente aos adolescentes autores de atos infracionais, a grande maioria dos CEDECAs opta pelo atendimento voltado para os indivíduos que, encaminhados pelo poder judiciário, estivessem no cumprimento de *medidas de proteção e/ou sócio-educativas*. A opção foi política, e esta é uma primeira particularidade a notar. Para o movimento da infância era importante demonstrar que proteger os direitos e realizar ações sócio-educativas com este público – o mais estigmatizado entre todas as crianças e adolescentes – era melhor do que interná-los e confiná-los. Se o atendimento funcionasse com este público, ficaria evidente que o paradigma dos direitos e da proteção integral era mais efetivo, socialmente, do que o da “situação irregular”. Os CEDECAs encampam esta tarefa, e passaram a ser os atores fundamentais da aposta num “atendimento de referência” no segmento de “defesa” de crianças e adolescentes, focado basicamente nos que são considerados como em *situação de risco* ou em *conflito com a lei*.

Uma segunda dimensão característica dos CEDECAs, relevante para a argumentação desta tese, é sua condição de “segunda geração movimentista”, portanto híbrida entre o associativismo de caráter sobretudo reivindicativo e *autonomista* dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, e aqueles forjados já no contexto de *inserção institucional* dos atores populares. Os primeiros e principais CEDECAs surgem logo após o ECA, entre 1991 e 1992, e se definem como herdeiros tanto da luta de movimentos sociais anteriores quanto,

ao mesmo tempo, como parte de um sistema institucional de garantia de direitos formais. Não é por acaso que o perfil dos primeiros Centros de Defesa, entre os quais o de Sapopemba, é um híbrido entre de um lado quadros técnicos e especialistas (advogados, sobretudo, mas também assistentes sociais, educadores e psicólogos) e lideranças nascidas dos movimentos sociais urbanos e, portanto, ideologicamente muito marcadas pela teologia da libertação, pelo sindicalismo e pelo marxismo movimentista. Em São Paulo, como este campo foi hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores, os CEDECAs também se tornaram próximos do partido desde sua fundação¹⁹⁹.

No interior dos CEDECAs já se desenham, desta forma, as tensões entre a tradição movimentista militante, de uma época em que se combatia frontalmente o Estado (militar), e a lógica de atuação técnica inserida na burocracia jurídica e executiva do Estado (democrático), resultante da gestão dos atendimentos que estas organizações se dispõem a fazer. Estas tensões são excelente material analítico, e se manifestaram no trabalho de campo em diversas oportunidades, como discuto nos dois capítulos seguintes.

No município de São Paulo há nove CEDECAs, os primeiros criados entre 1991 e 1992 por movimentos e organizações tradicionalmente envolvidas na causa da infância, os últimos como desdobramentos de entidades que se empenharam na modernização de seus atendimentos e na inclusão das medidas sócio-educativas entre eles, e que assim obtiveram também maior possibilidade de obter financiamento público. Os CEDECAs de São Paulo participaram de um fórum nacional já em 1991, e este fórum terminou por criar a Associação Nacional de CEDECAs (ANCED), em 1994²⁰⁰.

Em geral, o mesmo grupo de organizações que pressionou pela inclusão da figura jurídica dos Centros de Defesa no ECA, em seguida se propôs a desempenhar as funções previstas para estes Centros, e se tornaram também o grupo central na ANCED. Conforma-se entre este grupo um campo de relações e ações restrito, em capacidade de atendimento e área de atuação, mas que, no entanto, obtém estatuto político de interlocutor para a formulação e os debates em torno das políticas sociais para adolescentes autores de infrações. Dessa forma,

¹⁹⁹ Estudo este contexto em Feltran (2006).

²⁰⁰ Ver <http://www.anced.org.br>.

os CEDECAs se tornam uma espécie de *representantes* de um setor específico das entidades sociais, e dos adolescentes autores de atos infracionais. Esta representação, evidentemente, é de tipo especial – não é delegada por ninguém, mas obtida pela presença e domínio de um campo de discussões públicas, marcado por atores setoriais de governos e sociedade civil.

Os CEDECAs, “direitos humanos” da infância

A ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que atua na defesa dos Direitos Humanos da infância brasileira. A ANCED constituiu-se em 10 de outubro de 1994, a partir de uma articulação dos Centros de Defesa em rede nacional existente desde 1991. A ANCED se faz presente em quinze estados brasileiros a partir da ação desenvolvida pelos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA's - filiados, que unificam-se pela missão de proteção jurídico-social de direitos humanos de crianças e adolescentes. Afirmamo-nos como sujeitos do Sistema de Garantia de Direitos, em especial dos eixos da Defesa e do Controle Social. A coordenação da ANCED é formada por um colegiado composto de três CEDECA's, eleito pela Assembléia Geral a cada dois anos

Esse é o texto mais recente de apresentação da Associação Nacional dos CEDECAs, em seu endereço eletrônico. A principal inflexão que se nota nele é o deslizamento contido na passagem dos “direitos da criança e do adolescente” para os “direitos humanos” da infância. Este deslizamento tem histórias específicas, mas para o argumento convém notar que a reivindicação dos “direitos humanos” explicita, antes de mais nada, a filiação a um campo de debates, nomeado por uma categoria mais ampla em que cabem tanto crianças e adolescentes quanto adultos, e que portanto favorece a associação deste movimento outros mais ampliados. Os “direitos humanos da infância” demarcam terreno, portanto, tanto na área da infância quanto no debate mais amplo. E demarcam de um modo específico: Valdênia, que já despontava como uma figura articuladora desta rede, conta como isso se materializava concretamente, no momento de elaboração do ECA:

A gente sempre participou da Pastoral do Menor, do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, então já nos encontrávamos porque sempre acreditamos nas articulações, não é? E sempre muito propositivos, então na verdade foi um casamento, uma junção, a necessidade [local] mais [a oportunidade da conjuntura]. (...) Inclusive, o artigo que prevê a área das entidades na promoção da defesa [ECA art. 87] foi pressão mesmo já

desse movimento. Nós nos reunimos em vários estados para poder conversar e ir montando, então se você olhar a data de nascimento de todos os Centros de Defesa, são tudo mais ou menos por ali [1991-2]. Porque nós tínhamos muito famosos os Centros de Direitos Humanos por conta dos presos políticos. E os Centros de Defesa das Crianças e Adolescentes saem no grito pra dizer, escuta: é importante ter o cento de defesa para os presos políticos, mas tem outros presos, que não vêm da classe média, que são tão políticos quanto. Então foi o primeiro corte, na verdade, se olharmos as histórias. [Valdênia].

Alinhar-se aos defensores de direitos humanos, no Brasil, sempre foi assumir uma posição num debate político. No período, Valdênia faz já notar uma distinção interna ao campo movimentista, entre os movimentos vinculados aos setores médios e intelectuais (que traziam a discussão dos direitos humanos tendo como foco a repressão militar e os presos políticos), e o “grito” dos CEDECAS, sempre entidades das periferias urbanas, que reivindicavam direitos humanos para os presos comuns, sobretudo adolescentes. Havia naquele momento efervescente grande legitimidade para os Centros de Direitos Humanos, num período de refluxo da repressão estatal, os CEDECAs tentavam ampliá-la a outros setores: seria também por razões políticas que ocorriam as violações de direitos humanos nas periferias urbanas. Hoje, o problema é enquadrado de modo bem distinto, e os termos desta discussão já são outros.

Atualmente a própria expressão “direitos humanos” é publicamente questionada, mesmo em sua validade normativa. Se os “presos políticos” contavam com diversas instâncias sociais de legitimação, o “pessoal dos direitos humanos” hoje representa, no debate corrente, um conjunto de organizações e pessoas que defendem direitos de grupos sociais sem nenhuma legitimidade pública – moradores de rua, vítimas de violência ilegal, ameaças e tortura, dependentes químicos e pacientes psiquiátricos desassistidos, mas sobretudo indivíduos submetidos à extrema pobreza, que quase sempre circulam pelos regimes de internação, incluindo aí tanto adolescentes quanto adultos privados de liberdade. Defender direitos humanos é defender “bandidos” e “vagabundos”²⁰¹.

²⁰¹ *Para a família, você estudou, precisa ganhar dinheiro. E aí uma filha que estudou, com o maior sufoco, e faz a opção de não ganhar dinheiro. Não é que eu fiz a opção de não ganhar dinheiro, fiz a opção por um trabalho que não me dá dinheiro! [risos] Então você imagina, depois, quanto que a família ainda sofre [pelo tema de trabalho escolhido], rechaçada: ‘ah, sua filha defende bandido!’ [Valdênia]*

Para as entidades a convivência com dramas intensos intensifica sua razão de ser: trata-se de defender famílias e indivíduos marcados por histórias de homicídios de familiares, maus-tratos, violência do crime e da polícia, além dos circuitos conhecidos como as “piores formas do trabalho infantil”, ou seja, aquelas que exploram a mão de obra de crianças e adolescentes em conflitos armados, no tráfico de drogas e de pessoas, na produção de pornografia, exploração sexual e prostituição infantil²⁰². Defender os direitos humanos passa a ser defender aqueles que não têm direitos, mas que formalmente estão inseridos em uma comunidade política formalmente organizada em torno de um Estado democrático. Explorar este “mal-entendido” entre a lei igualitária e a desigualdade social é considerado de relevância central para o CEDECA²⁰³.

Mas embora defendam a lei, os “cidadãos” a defender são nomeados como “vagabundos” e “bandidos”, portanto seres a reprimir, isolar ou eliminar. Quando a ANCED e os CEDECAs assumem fazer a defesa dos “direitos humanos”, portanto, delimitam também um tipo específico de problema a enfrentar – as entidades são vistas como defensoras de “bandidos”, e quem defende direitos de “bandidos” iguala-se a eles. No senso comum, por se proporem a representar aqueles grupos desprovidos do “direito a ter direitos”, as próprias organizações passam a viver a experiência de ter, elas mesmas, que reivindicar a legitimidade de sua existência.

²⁰² Organização Internacional do Trabalho (1999).

²⁰³ O CEDECA considera a garantia formal de direitos um patamar de luta, e sai invariavelmente na defesa tanto do ECA quanto da Constituição Federal. Ao contrário de desmerecer a lei porque ela não se realiza na prática, a entidade tem clareza de que, sem a lei que garanta a existência política formal dos direitos da população que defende, sua legitimidade seria ainda mais questionada. Neste sentido, a atuação da entidade é crítica a uma noção de direitos humanos de concepção “humanista”, que desconsidera a necessidade do Estado nacional e de sua legislação como garantia de seus princípios. Crítica por conhecerem, na prática, a realidade da leitura de Arendt (2000a) acerca dos direitos humanos. *Os Direitos do Homem, afinal, haviam sido definidos como “inalienáveis” porque se supunha serem independentes de todos os governos; mas sucedia que, no momento em que seres humanos deixavam de ter um governo próprio, não restava nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los. Arendt (2000a, p.325).* A autora se refere aos apátridas (ou povos sem Estado), que perderam sua cidadania no período entre-guerras. Ela argumenta que sem a proteção de um direito constitucional, da cidadania legal, estes indivíduos passavam a ser desprovidos do “direito a ter direitos”, e consequência deste processo era sua privação imediata dos direitos humanos. *O paradoxo da perda de direitos humanos é que essa perda coincide com o instante em que a pessoa se torna um ser humano em geral – sem uma profissão, sem uma cidadania, sem uma opinião, sem uma ação pela qual se identifique e se especifique. Arendt (2000a, p.335).*

Em suma, a questão relevante à compreensão da atuação dos CEDECAs, que também compõe as fronteiras entre os setores populares urbanos e o mundo político, é que como os direitos humanos em direitos traduzem-se em direitos dos “sem-direito”, assume-se que, embora estes indivíduos e grupos sejam formalmente cidadãos do país, eles necessitam de suporte externo para fazer valer esta cidadania. Sendo assim, os direitos humanos na prática reafirmam a necessária ingerência sobre estas populações, argumento que, submetido às disputas próprias do debate público, conflui para a sedimentação da imagem destes grupos como necessariamente *objetos* de intervenção. O debate em torno deles se faz, portanto, entre as alternativas de proteção, bastante minoritárias, e as de controle por assistencialismo ou gestão técnica, preventivas à repressão violenta nos casos em que estas não adiantarem²⁰⁴.

O CE DE CA de Sapopemba

Até aqui, descrevi os contextos amplos e os debates mais gerais do contexto de transformações sociais e políticas atravessado no contexto paulistano, nos anos 80 e 90, que oferecem condições estruturais para a aparição da figura jurídica dos CEDECAs. Elaborei em seguida, de modo minimalista, algumas das questões que me parecem contextualizar a atuação destas figuras na mediação entre as periferias da cidade (e seus habitantes) e o sistema de garantias públicas e políticas dos direitos da cidadania. Agora, trata-se de verificar como, no plano local, a percepção destas condições se desenrolou, para culminar na materialização do Centro de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente “Mônica Paião Trevisan”, entidade de história singular, que completa 17 anos em 2008.

Nascido no Parque Santa Madalena, o CEDECA foi consequência de mais de uma década de ação direta da militância católica das Comunidades Eclesiais de Base, inspiradas desde os anos 70 pela teologia da libertação. Reconstruo em linhas muito gerais parte dessa trajetória, especialmente desde 1983, quando Valdênia, que viria a ser a principal liderança

²⁰⁴ Rancière (2005b) trata deste paradoxo recente dos direitos humanos, entre de um lado atuar frente a sociedades que os deslegitimam, e de outro funcionar como argumento para a ingerência sobre populações inteiras, como no caso das intervenções “humanitárias” do governo americano e das agências multilaterais em zonas de interesse econômico.

da entidade, ingressava na ação social e militante. Pela forma como ela própria narra esse período, percebe-se o que todos os militantes e funcionários da organização admitem, ou seja, que a trajetória da entidade se entrelaça na dela própria. Logo nos primeiros dias de pesquisa de campo me esforcei, então, por obter uma entrevista focada na sua trajetória de vida.

A família de Valdênia migrou de Minas Gerais para São Paulo em 1972 quando ela, uma das filhas do meio, tinha 6 anos de idade. A história é parecida com a de muitas outras famílias, como as narradas nos capítulos anteriores, que chegam a São Paulo atraídas pelas promessas de emprego do “milagre econômico”. Mas como “as promessas eram maiores do que a realidade”, nas palavras de Valdênia, ela relata uma infância marcada por privação material, que levou a família até a margem de expansão da cidade. A privação era associada a um ordenamento moral cristão, significado de forma muito específica depois de mais de duas décadas de militância política (Valdênia tinha 39 anos em 2005, data desta entrevista):

Minha mãe vem de origem afro, meu pai indígena. A cultura indígena tem muito isso, meu pai pregava sempre humildade, pé no chão... meu pai nunca permitiu que nós déssemos esmola no portão. Sempre convidava a pessoa pra entrar, pra se sentar, então sempre isso nos ajudou muito.[Valdênia].

A presença da Igreja foi marcante em sua formação desde a família, e era nos preceitos de ação social das paróquias de Sapopemba que estavam as origens das palavras, encadeadas com fluidez, que eu gravava nessa primeira entrevista, nos fundos do prédio do CEDECA. Adolescente, Valdênia passou a freqüentar as Comunidades Eclesiais de Base do bairro.

Naquela época os espaços que tinha para a população se organizar eram as Comunidades Eclesiais de Base, então era no espaço da igreja, que a gente se reunia pra aprender a ler, pra conseguir asfalto, pra rezar, pra velar algum morto, pra fazer festa, e aí educada sempre numa relação muito comunitária, não obstante a pobreza material, a gente foi aprendendo, com o auge da Teologia da Libertação, que precisava viver uma vida cristã encarnada na realidade. Muitos dos movimentos sociais da região de Sapopemba, falo desta porque é aqui que a gente está, nasceram mesmo do movimento das Comunidades Eclesiais de Base. E eu também sou fruto desse movimento. [Valdênia].

Com 14 anos eu fui auxiliar uma irmã, uma freira na favela do Jardim Elba. Eu sempre gostei de estudar, gostava de ler, e aí pra ler alguma coisa tinha que ir pra casa dos padres e das freiras, porque os meus pais são semi-analfabetos e, eles não tinham dinheiro nem pra comer, imagina

pra ter acesso a um jornal, uma revista. Mas ao menos essas coisas boas na casa de padre tem, as revistas, e isso dava um certo acesso. (...) Logo a gente percebeu que já tinha meninos e meninas usuários de droga, meninos envolvidos na vida criminal etc. [Valdênia].

Valdênia já começava a atuar na ajuda às famílias e suas crianças, que viviam em favelas próximas à sua casa. Anos 80, e a região já era marcada pelo surgimento de um “mundo do crime”, no entanto bastante mais delimitado como universo de práticas e sociabilidade que atualmente, e controlado naquele momento tanto pela violência policial quanto pelas milícias privadas de extermínio, pagas por famílias e comerciantes locais, investidos da tarefa de pacificar seu território²⁰⁵. Valdênia interessa-se por conhecer e intervir junto a esta população de crianças e adolescentes. É neste momento inicial de seu trabalho que Valdênia conhece Mônica Paião Trevisan, que daria nome ao CEDECA a partir de sua fundação.

Nós começamos essa história mesmo com a Mônica, que é o nome do CEDECA hoje. A Mônica ela foi gestada dentro da penitenciária, o pai preso. (...) A mãe também [tinha sido presa], mas sai primeiro que o pai, radicaliza, vira crente, acha uns companheiros, que depois a menina sofre abuso. O pai preso, e a Mônica acaba na rua. E nessa época tinha uma história de ‘correr a carioca’, que é a mesma coisa que ‘correr a curra’, ou seja, se a menina pisasse na bola (...) juntava uma roda de meninos, e ela era violentada sexualmente por todos eles. E a gente descobriu isso porque a Mônica apareceu na região, (...) eu levei ela pra casa dos meus pais, onde eu morava. (...) E aí ela contou, e a gente começou todo um diálogo. E a gente sempre sonhava: olha, poderia ter um lugar pra defender [esses adolescentes]. (...) E ela acabou, antes da gente conseguir mesmo montar a casa, ela acabou tendo que ir morar com um rapaz, que era envolvido [com a prostituição infantil] também. Ela resolveu denunciar. Aí já naquela época uma garota de 15 anos. (...) Aí ela um dia depois foi pega e cortada em três pedaços. E mandaram avisar a gente onde estava a cabeça, onde estava o corpo, onde estavam as pernas. E aí em memória dela que a gente resolveu preservar isso. [Valdênia].

²⁰⁵ Para os militantes, os grupos de extermínio dos anos 80 geravam uma sensação de terror maior do que a que se vivencia hoje, apesar de agora as estatísticas de violência, ainda que em queda, sejam muito maiores do que as do período. *A gente vivia assustado [nos anos 80], era uma época, apesar de hoje ter a violência, a gente parece que perde menos hoje a garotada, sabe? Naquele tempo a gente perdia muito. E muito trágico assim, menino que você ia embora à tarde, que você atendia no projeto, no outro dia tava com a cabeça decepada dentro de um saco de lixo, nesses escadões aqui, né? [Juliana]. A gente foi vendo assim o quanto de adolescentes que eram assassinados pelos famosos “justiceiros”, (...) grupos assassinos, naquela época era justiceiro, depois veio [o nome] grupos de extermínio. [Valdênia].*

A radicalidade da experiência destes adolescentes, de idade próxima à de Valdênia no período, mobiliza a jovem católica a integrar-se de corpo e alma na militância. Estuda ao mesmo tempo em que participa das Comunidades de Base, e na atuação junto a estes adolescentes do bairro vão se desvelando alguns dos circuitos percorridos por eles. Crianças e adolescentes de Sapopemba circulavam também pelo centro da cidade, compondo distintos mercados de trabalho infantil, em geral ilícitos: agenciamento de crianças e adolescentes tanto para pequenos furtos e pedidos de esmola, quanto e principalmente de meninas para a exploração sexual.

Todo mundo sempre usou o slogan “meninos de rua”: meninos, meninos; mas se a maior parte da população é menina, é mulher, é feminino, onde é que estavam as meninas das famílias das favelas com as quais a gente já trabalhava? Aí fomos pesquisar, e aí a gente percebeu que na verdade havia muitas meninas da região na prostituição infantil. As famílias, mesmo percebendo a mudança de hábito das filhas, precisavam dos recursos financeiros. (...) [Por outro lado] aquelas que queriam sair [da prostituição], as famílias já não aceitavam mais que elas ficassem o tempo todo na família, com os novos costumes, com os novos vícios, vício de cigarro, álcool, essas coisas. [Valdênia].

Estes circuitos, fundamentalmente, retiravam as adolescentes de suas casas nas favelas das periferias, supostamente para trabalhar como empregadas domésticas, em casas de família. Levadas para o centro da cidade, e distantes da proteção familiar, ficava mais fácil convencê-las a ingressar nas redes de exploração sexual comercial. Valdênia passa a atuar diretamente com algumas delas no centro da cidade, na Praça da Sé e na Avenida São João. Decide-se então por encampar a questão de gênero e demonstrar sua especificidade no debate sobre o “menor”. Evidentemente, a politização da questão se fazia no interior de todo um campo movimentista. Em 1987, data em que estas histórias se desenrolavam, a Campanha da Fraternidade da CNBB tratava justamente do tema do “menor”²⁰⁶, e impulsionava a visibilidade dos discursos de proteção. A região de Sapopemba traz o tema da adolescente mulher e de suas privações. Neste tema, direciona suas ações diretas às meninas em situação de rua e exploração sexual. Mas o problema não era fácil de

²⁰⁶ Para mais informações sobre a Campanha da Fraternidade, inclusive os temas e lemas de cada ano, desde 1986, ver <http://www.cf.org.br>.

solucionar, e a ação encontrava dificuldade na tentativa de reinserir estas meninas em suas famílias.

Alguém pra sair da rua não é um toque de mágica, precisa de um espaço pra fazer essa transição. (...) [Em] 1987 nós montamos a casa para abrigar as meninas. Foi uma casa comprada com a ajuda da UNICEF e da Região Episcopal Belém. [Valdênia].

Uma casa de acolhida para as adolescentes foi montado no Parque Santa Madalena, em Sapopemba, em edificação muito visível no bairro, a algumas quadras de onde está a sede do CEDECA hoje. Aos 20 anos Valdênia resolveu dedicar-se a este projeto. Deixou a casa de seus pais, para desespero da mãe, e passou a morar em uma casa com mais de uma dezena de meninas inseridas na prostituição (e seus filhos)²⁰⁷. A essa altura ela já tinha feito magistério e se tornado professora numa escola pública. Com móveis doados e muito poucos recursos, tocada em regime de autogestão²⁰⁸, não tardou para que a casa ganhasse espaço na fofoca de todo bairro popular: os homens julgavam se tratar de uma casa de prostituição, os comentários circulavam por bares e padarias. As mães de família passaram a combater o trabalho.

e a gente foi fazendo uma reeducação na comunidade, pra aceitar essas meninas. Porque também houve protestos, dos comedores de hóstia, porque nem todo mundo que vai à igreja é cristão mesmo, não é? [Mas] nós tínhamos apoio dos padres, de outras pessoas da comunidade, da Dona Maria que era a mãe de santo, que hoje faleceu, então tinha uma rede de apoio.(...) Depois outro fator que nos ajudou, é que o Apostolado da Oração é composto, geralmente, por pessoas idosas. E nós tínhamos uma senhora muito querida, a D. Luíza, e ela foi a primeira a entrar na casa. E nos trouxe panos de prato, pintados por ela. Depois que ela entrou, calou a boca de muita gente. Mas o receio era que, olha, ‘essas meninas não vai roubar nossos maridos?’ [Valdênia]

²⁰⁷ O desafio era que os poucos espaços que atendiam meninas era, o Amparo Maternal, que é um hospital inclusive na época dirigido por irmãs. A gente chegou até a manifestar nossa indignação e denunciar porque elas na verdade, dentro daquela lógica retrógrada da igreja, melhor pra essa criança e pra família que pode cuidar. Então as meninas que chegavam na casa, ‘cadê o seu bebê?’ ‘Ah, tive bebê, no Amparo Maternal, foi pra adoção’. E a gente começou a acolher as meninas com os seus filhos, porque quando alguém pode cuidar dos seus entes, queridos, o paradigma de vida é outro, então nós sempre valorizamos isso. [Valdênia].

²⁰⁸ Todo dinheiro era um caixa comum. (...) Como eu sempre fui magra, e tive anemia quando pequena, minha mãe mesmo não apoiando o trabalho mandava marmita, com bife de fígado, [risos] ia para as crianças, porque a gente privilegiava as crianças. Então foi assim... [Valdênia].

O período era o de surgimento da AIDS, e de controle ainda muito precário sobre o desenvolvimento da doença. *Muitas garotas morreram porque já não dava mais tempo de cuidar, bebês morreram*, me conta Valdênia. Ainda assim a “Casa das Meninas”, como os militantes a chamavam, ou a “Casa da Luz Vermelha”, como a apelidara o estigma no bairro, terminou por encaminhar uma série de mulheres a trabalhos formais. Conheci bem na pesquisa de campo uma delas, Cristina, hoje funcionária do CEDECA. Sua trajetória é marcada desde a infância remota por situação de rua e internações, alternadas, até a acolhida na Casa das Meninas. Passou a viver próxima da rede de relações locais da Igreja, que oferece suporte para que cuide de seu filho e deixe o vício no álcool. No final de 2007, Cristina acabara de derrubar seu barraco de tábuas, numa das favelas do Madalena, e amigos iriam ajudá-la a erguer uma nova casa de tijolos no mesmo lugar.

Conversando sobre ela sobre o tempo em que ela vivia na “Casa das Meninas”, ela me contava que naquele tempo muitos meninos do bairro iam até lá “para encher o saco”. Aos poucos, estes adolescentes passaram a também ser convidados a entrar na casa, e surgiu também o interesse em atuar com eles. Inicia-se um trabalho chamado “pequenos trabalhadores”, no qual Valdênia, já professora na região, saía pelas ruas coletando material reciclável junto com os meninos, como estratégia de criar com eles vínculos que permitissem a atuação educativa posterior. O vínculo com os adolescentes aumenta, aumentam também as demandas a suprir:

A professora catando papelão? Demorou para cair a ficha [no bairro]. E fazendo muitas coisas concomitantemente, porque esse é o movimento da comunidade. (...) Morreu alguém, vamos velar, vamos orar ou rezar o terço, dependendo de qual era o credo da família. (...) O Instituto Médico Legal já é ruim hoje, na época demorava três dias pra buscar um corpo; aí quando a gente sabia, acabou de morrer, a gente jogava no carro, colocava no carro, e falava que morreu no caminho. Tanto o hospital que atendia, que é da Vila Prudente, já falava: “morreu no caminho?”. Morreu no caminho. (...) Aí: ‘a Rota pegou os meninos!’ Você pega o carro e sai correndo atrás. Porque nós ganhamos o carro em 1988, dos padres maristas. (...) Você vai aprendendo a conviver com o limite da vida. É assim, não dá muito tempo de chorar. [Valdênia].

Entre velórios, incursões à delegacia, cultos, reuniões de militantes da causa da infância, atuando nos movimentos de base da região e morando na “casa das meninas”, a atuação de

Valdênia e do grupo que a acompanhava encaminhou-se para a criação de uma entidade de atendimento.

Muitos dos direitos [das crianças e adolescentes] nem estavam ainda assegurados [quando o trabalho começou]. Viriam ser assegurados com a Constituição [em 1988]. Outros no ECA [em 1990]. Mas aí mesmo já participando de toda essa discussão, a gente via que muitos direitos eram violados. E que nós éramos bons de fazer protesto: fala pra nós organizarmos uma passeata, é na hora! Mas depois não tínhamos como seguir os processos. Então falamos, não; nós precisamos organizar um grupo que monte uma entidade de defesa. Daí nasceu o Centro de Defesa, Mônica Paião Trevisan. [Valdênia].

“Fazer protesto” e “seguir os processos”. Valdênia se refere à discussão do período de inserção dos movimentos sociais na institucionalidade, e foge da necessidade de optar por uma ou outra forma de ação. O CEDECA propunha-se a ser uma resultante dessas duas lógicas, a do basismo crítico dos anos 70 e a das ações de gestão participativa das políticas sociais, nas parcerias com governos e demais entidades civis, própria dos 90. Por isso, atuava tanto na base, junto das meninas e meninos, quanto nas articulações mais amplas. Enquanto ela me contava essa história, pensava no contexto do período, de Assembléia Nacional Constituinte, pressão social pela inclusão das emendas populares, a pressão da área da infância pela formulação do ECA etc. Pensava também, pela experiência de pesquisas anteriores, na conjuntura específica da cidade de São Paulo, que desde 1989 já tinha Luiza Erundina como prefeita, pelo PT, e com base nos movimentos sociais da igreja, sindicatos e elites intelectuais – inclusive alguns de Sapopemba. Não demorou para que o depoimento de Valdênia deixasse o plano local, e contando como o CEDECA foi criado, confirmasse estas correlações.

A gente sempre participou da Pastoral do Menor, do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, então já nos encontrávamos porque sempre acreditamos nas articulações. E sempre muito propositivos. Então na verdade foi uma casamento, uma junção, a necessidade mais [a oportunidade da conjuntura]. (...) Inclusive, o artigo que prevê a área das entidades na promoção da defesa foram pressão mesmo já desse movimento. Nós nos reunimos em vários estados para poder conversar e ir montando [as propostas e entidades] (...) Então aí já havia uma mobilização para pressionar, tanto que o 227 da Constituição tem muita pressão civil. Nós estávamos inclusive lá na salinha, na Praça da Sé, quando a garotada ocupou a Sé e falou no Congresso. (...) Era época de votação das emendas [à Constituição], todas articulações feitas, houve vários movimentos, em vários estados, e em São Paulo foi na Sé. E no

escritório da Pastoral do Menor que ficava ali no prédio das Edições Paulinas, na praça da Sé, nós ligamos para o Hélio Bicudo, direto no Congresso, eles ligaram o auto-falante do Congresso, e a garotada gritava da Sé! [Valdênia].

As falas dos movimentos sociais ganhavam um pano de fundo público, neste momento, que as tornava políticas. É essa relação entre periferias e público, marcada por ação política, que a trajetória dos movimentos sociais de São Paulo introduz nos anos 80, e que comento de passagem na Introdução da tese²⁰⁹. Das ações iniciadas no plano local, de características paroquiais, em pouco tempo e sem que se agisse para tanto, a movimentação das Comunidades de Base chegava ao Congresso Nacional. Os períodos de transição de poder de Estado são também tempos de reconstrução do mundo público nacional, e os movimentos sociais de São Paulo participaram desta reconstrução²¹⁰. A opção pelo formato institucional do CEDECA, já em 1991, é nitidamente amparada nas discussões de todo esse campo, e portanto conflui para uma atuação na mediação entre as crianças de Sapopemba e a esfera de debates e organizações implicadas em garantir seus direitos.

Nós montamos o Centro de Defesa com esses três eixos, que estão previstos no Estatuto: defesa, controle e promoção²¹¹. (...) Nós trabalhamos com a articulação, investimos muito nisso, bem como com a formação, porque o que é que existe de direito material para os pobres? É só na área criminal, só pelo controle de polícia. E a gente queria dizer que não, que as pessoas deviam conhecer os direitos. Para poder então brigar, porque você não briga por aquilo que você nem sabe que existe. Aí investimos na formação, muita conversa, e daí por diante. E estamos aí aumentando, criamos projetos, estamos ativos. [Valdênia].

A década de 90 passou, e essas histórias já são todas do século passado, dada a intensidade com que, desde então, as coisas aconteceram na vida de Valdênia, na trajetória do CEDECA e na cena política brasileira. As páginas que seguem tentam demarcar alguns dos deslocamentos vividos por este campo de relações entre as periferias e o mundo público, conforme apresento a etnografia que realizei no CEDECA. Esta etnografia parte da

²⁰⁹ E com mais detalhe em Feltran (2005; 2008a).

²¹⁰ Ver Sader (1988); Paoli (1995).

²¹¹ Para que fiquem mais claros os debates sintetizados nestes três eixos: *defesa* de direitos legalmente constituídos; *controle* social sobre políticas públicas, via participação em fóruns e conselhos setoriais, e *promoção* de novos direitos via articulação de ações intersetoriais, disseminação dos debates ao tecido social etc.

dimensão mais molecular dos atendimentos da entidade, e chega até seu campo ampliado de atuação política, em 2007 já muito distinto desse que acabo de descrever. Cada um dos deslocamentos desse período contribui de modos distintos para os argumentos de síntese, expostos nas notas finais dessa tese, que delineiam as fronteiras contemporâneas entre as periferias e o mundo público, bem como os fluxos que as atravessam.

CAPÍTULO 7. O atendimento

Não apenas as histórias de Valdênia, mas diversas das trajetórias percorridas nos Capítulos de 1 a 4 passaram pelo CEDECA. Pedro, que narrou suas incursões dos dois lados da fronteira do mundo do crime, foi atendido pela organização enquanto cumpria sua Liberdade Assistida; dali arrumou um emprego numa entidade parceira, da mesma rede local de associações. Encontrei com ele quase todas as vezes que fui ao CEDECA. Jonatas e Robson também cumpriram suas medidas sócio-educativas acompanhados pelo CEDECA, e foram assassinados em seguida. Neto, que começou sendo atendido por estar em situação de rua, depois se tornou professor de capoeira da entidade, e hoje trabalha num shopping center. Lázaro, era público-alvo do CEDECA por viver na rua guardando carros, com seus irmãos, depois se tornou professor de vôlei na entidade, e em seguida foi preso a primeira vez. Seguiram-se várias prisões. Clarice, psicóloga da organização entre 2004 e 2006, saiu de lá para alçar outros vãos profissionais e tenta um mestrado; Maria, que participava do grupo de mães, se envolveu de tal forma com a missão do CEDECA que se tornou educadora do programa de medidas sócio-educativas, até que o convênio terminasse.

As histórias narradas nos capítulos anteriores, assim, são parte da trama de relações sociais que tece, no plano mais cotidiano, o que se conhece por CEDECA Sapopemba. Dizer que eu conheço o CEDECA Sapopemba significa dizer, a certa altura, que conheço estas pessoas, ou pessoas que, como estas, fazem parte da dimensão privada daqueles que compartilham esse ambiente. Mas o CEDECA é mais do que isso. A relação entre cada uma destas pequenas histórias e a entidade social local é mediada por um conjunto muito mais amplo de práticas, que a todo momento tentam se situar *entre* este mundo mais privado e suas ramificações sociais e políticas. O CEDECA seria então, para além do ambiente físico no qual circulam pessoas, que deve-se conhecer, um espaço de mediação entre estas histórias e outras dimensões do mundo social (profissional, comunitária, militante etc.) . Para que esta mediação ocorra, ele organiza uma série de práticas nomeadas em seu conjunto pelo termo “atendimento”.

Este capítulo trata da dimensão do atendimento no CEDECA, passando pelo seu desenho detalhado, que explicita suas intenções de mediação, e chegando ao cotidiano das práticas, verificando os limites que ele coloca à esta mediação. Trata-se então, e sobretudo, de situar

a análise num primeiro plano de relação entre os adolescentes do bairro e outras esferas de circulação social e política.

PORTA DE ENTRADA: a questão do “vínculo”

O CEDECA Sapopemba é reconhecido, no campo específico em que atua, como uma referência tanto na qualidade técnica dos atendimentos, quanto nas formas de mobilização comunitária que coloca em prática²¹². Foi ouvindo sobre o atendimento que o CEDECA realizava junto aos adolescentes que me interessei por conhecer a organização, ainda em 1999. Eu trabalhava numa fundação empresarial, a Fundação Abrinq²¹³, justamente no programa que financiava o atendimento do CEDECA Sapopemba a adolescentes autores de ato infracional, que haviam recebido a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida (LA). Num seminário de discussão sobre este programa, Valdênia foi uma das pessoas a falar. Contou que a proposta do atendimento realizado junto aos adolescentes que o CEDECA recebia era bastante livre, sob o prisma pedagógico, e que prezava pela criação de “vínculos”.

Ela explicou que as situações atendidas exigiam sensibilidade. Muitas vezes o adolescente chegava ao CEDECA muito assustado, após diversas entrevistas e avaliações nas delegacias de polícia e no sistema FEBEM, quase sempre associadas a agressões e ameaças. Além disso, como discuto na história do Pedro (Capítulo 1), a captura pela polícia seguida de institucionalização é sempre um ritual de passagem importante, que invariavelmente reconfigura a relação do adolescente com sua família, vizinhos, escola e demais grupos sociais de relação. Quando chegava ao CEDECA para cumprir a medida sócio-educativa, então, em geral o adolescente estava justamente nesta fase de reestruturação de seu mundo de relações, com problemas com a família e amigos, muitas vezes sofrendo ameaças e com medo, às vezes sofrendo com a dependência química etc. A primeira atuação do CEDECA, portanto, era sempre a tentativa de criação de um vínculo de confiança entre o adolescente e

²¹² Como no prêmio Sócio-educando, conferido pela Agência Nacional de Notícias sobre a Infância, o Prêmio Itaú-Unicef, além de premiações concedidas em nome dos coordenadores da entidade.

²¹³ Entidade do terceiro setor empresarial. Ver <http://www.fundabrinq.org.br>.

um educador da equipe, que o acompanharia durante todo seu período de medida. Este primeiro vínculo é considerado fundamental para o sucesso do atendimento: para o adolescente, é uma porta de entrada no atendimento que pode lhe garantir acesso aos direitos; para os educadores, é parte do compromisso pessoal e político com a causa²¹⁴.

Atravessada esta porta, outra metáfora da fronteira, poderiam ser criados outros vínculos, com o apoio do restante da equipe, para que o adolescente se sentisse acolhido no CEDECA. A equipe composta por educadores, advogados, oficinairos, psicólogos, assistentes sociais e coordenadores, tentava amplificar o vínculo entre o adolescente e seu educador para a dimensão “comunitária”. Daí a noção de “Liberdade Assistida Comunitária” (LAC), desenvolvida na instituição. Os adolescentes atendidos passariam também, caso os interessasse, a vincular-se a outras atividades do CEDECA no bairro e na cidade – passeios ao cinema, à praia, oficinas culturais e esportivas, festas organizadas pela paróquia, apresentações de música e dança de entidades sociais, manifestações políticas, reuniões de fóruns e conselhos, audiências e atos públicos, a “Escola de Samba Combinados de Sapopemba” etc. Paralelo a este atendimento, haveria o acompanhamento da situação legal do adolescente, através da comunicação direta com o judiciário e a Fundação Casa (ex-FEBEM, que confiava o atendimento direto da medida ao CEDECA, mas fazia a supervisão dele), além das visitas familiares pelo assistente social e do apoio psicológico. Neste caminhar buscava-se a inserção do adolescente no mercado de trabalho, reinserção na

²¹⁴ Embora, por vezes, os dramas atendidos são tamanhos que o vínculo gera relações pessoais que se desenvolvem para além dos limites do atendimento. Alguns casos como este foram relatados: *ele se envolveu com polícia por causa da dependência química, e em uma dessas (...) ele se envolveu num assalto, num roubo de uma casa, com dois amigos. E o cara estava armado, o cara foi atirar no amigo e ele atirou no cara, ele descarregou a arma no cara. E, no julgamento, o cara reconheceu os outros dois, que eram maiores de idade, e não o reconheceu. E na saída do julgamento o cara falou para ele: “Eu não te quero preso. Eu te quero na rua”. (...) E aí eu comecei a atender esse menino na Liberdade Assistida. E para todo mundo que eu falava, o coordenador e tal: “Ih! Esse já está pedido, vai morrer, já morreu!” (...) E aí o que aconteceu? De imediato eu percebi que esse menino não tinha uma coisa de ser bandido. Ele tinha uma dependência química, ele precisava bancar essa dependência dele, ele não tinha como trabalhar, que ele era assim desde os quatorze anos, era difícil. Quando ele foi cumprir LA comigo ele tinha acabado de completar 18 anos. E aí eu fui para o budismo por isso. Eu tinha que ajudar o cara, tinha que dar um jeito. E ao contrário do que todos falavam comigo, para eu não andar com ele porque ele estava morto, que ele iria morrer, eu levei ele para uma clínica de desintoxicação. Quando ele saiu da clínica me ligou dizendo que iria sair, que não iria ficar. Eu tentei convencer, ele disse que depois eu iria entender porque ele não poderia ficar na clínica. E depois eu entendi. E eu falei que não achava bom ele voltar para cá, e ele decidiu que deveria mudar de cidade e ele está bem. Então assim, ao contrário do que se diz: “Ah, não tem jeito.” Eu estou no budismo e ele está vivo, entendeu? Então está tudo muito bem. [Clarice].*

escola etc. Todo o sucesso das atividades baseava-se, de certa maneira, naquele “vínculo” inicial. Retive esta lembrança.

No ano seguinte, 2000, passei seis meses acompanhando um dos educadores da entidade, o Lucas, numa parceria entre a Fundação Abrinq, o Instituto Itaú Cultural, o CEDECA Sapopemba e o Centro Educacional Comunitário São Paulo Apóstolo, uma entidade social do Jardim Quarto Centenário, também na zona leste. Toda quarta-feira, pela manhã, saíamos de carro da avenida paulista, com uma equipe de educadores, e rumávamos à periferia para encontrar grupos de adolescentes das duas instituições. Tratava-se de um curso de grafite e pintura mural, no qual trinta adolescentes escolhiam um lugar para grafitar, e a partir daí compunham um único projeto gráfico, que ganharia os muros da cidade em seguida. Ao final do semestre, foram mais de cem metros de muro grafitados em mutirão durante dois finais de semana. Lucas acompanhou os quinze adolescentes selecionados pelo CEDECA no primeiro dia da atividade, apareceu com cinco no segundo dia, com dois no terceiro, quando um deles, um menino de 15 anos, ameaçou o coordenador da oficina com uma tesoura. No quarto dia do curso Lucas trouxe só um adolescente, e foi assim até o fim do semestre. O restante das vagas foi preenchido pelos meninos da segunda organização.

A justificativa do fracasso de público, oferecida pelo CEDECA: a oficina misturava meninos de dois bairros, o que sempre dá problema. Além do mais, seus meninos eram envolvidos com o crime, havia um *ethos* entre eles que delineava relações frágeis de confiança com outros grupos sociais, e o “vínculo” entre eles e o educador não foram facilmente reproduzidos ao coordenador da oficina. Não gostaram da condução das atividades, consideraram coisa de criança fazer um curso longo, sem pegar na tinta logo de cara. E se um menino dominante no grupo dizia isso, ficava mal para os outros continuarem no projeto. Um saiu, saíram todos. Os meninos do outro centro social teriam topado porque eram “meninos de comunidade”, que já freqüentavam aquela organização, eram mais novos e não tinham envolvimento com o crime. Sentiam-se mais seguros ali, tinham “vínculo” com aquele lugar, e já conheciam como as coisas funcionavam. Retive, então, que o perfil de adolescentes que o CEDECA atendia era muito distinto dos adolescentes de periferia que eu conhecia até então, poucos deles envolvidos com a criminalidade. Mas retive, sobretudo,

a relevância daquele “vínculo” inicial, de que falava Valdênia. Sem ele o adolescente sequer comparecia às atividades.

Em suma, minha primeira experiência próxima do CEDECA Sapopemba e de seus meninos, entre 1999 e 2000, foi centrada na *centralidade* e, simultaneamente, na vivência da *dificuldade* de se criar a condição inicial para estabelecer o atendimento. Não seria diferente a partir de 2005, quando eu retomei o contato com a entidade. Tecnicamente, é evidente que os adolescentes que cumprem medida sócio-educativa são um público complicado para atender. Analiticamente, desenha-se aí a primeira fronteira entre a experiência do adolescente e a “porta de entrada” do atendimento sócio-educativo, atendimento que é tomado aqui como a tentativa de *vinculação* destes adolescentes a diversas outras instâncias do mundo social e político. É esta a fronteira que está em questão neste capítulo, e que será trabalhada nas seções seguintes. Nelas, retomo com algum vagar a estrutura e desenho do atendimento desenvolvido pelo CEDECA em 2005, quando ele esteve melhor estruturado, e a partir daí os cotidianos do atendimento, que revelam as causas de sua crise entre 2006 e 2007. Trata-se aqui de um mergulho descritivo na lógica interna dos atendimentos, para tentar perceber como se estruturam, o que os condiciona e as tensões que ficam latentes neles, o que me parece fundamental para perceber, nos dois capítulos seguintes, os significados políticos da característica de mediação que o CEDECA tenta desempenhar.

O DESENHO NORMATIVO DO ATENDIMENTO

Em 2005 o organograma do CEDECA contava com uma diretoria, dois coordenadores (um para supervisão interna dos projetos e outro para articulação externa) e quatro projetos: i) Núcleos Sócio-educativos; ii) Nasci para Voar; iii) Arte e Movimento e iv) Apoio Jurídico. Cada um destes projetos possui um convênio específico, todos com instâncias governamentais, e recursos complementados via cooperação internacional e doações. Cada projeto tem autonomia para gerenciar os recursos disponíveis. O corpo administrativo do CEDECA, como entidade, é, assim, muito restrito: apenas os dois coordenadores e dois auxiliares administrativos recebiam salários diretamente da instituição, provenientes de um

fundo de doações e contribuições de sócios. O restante da equipe de funcionários recebia seus salários pelos projetos específicos em que atuavam.

Nitidamente, os Núcleos Sócio-Educativos eram o projeto mais central para o CEDECA em 2005, como me parece ter sempre sido central para a identidade dos atendimentos o trabalho com adolescentes que cumprem medida sócio-educativa. Embora os outros três projetos não estivessem claramente focados para atender este perfil de adolescentes, autores de atos infracionais, considero-os aqui como instâncias de suporte a ele. Trata-se de uma escolha interpretativa, que me parece mais condizente com as práticas cotidianas da entidade, do que a descrição em que os quatro projetos estão no mesmo nível de centralidade, autonomia e importância, como demonstra o organograma oficial do CEDECA. É a partir deste quadro, montado durante a pesquisa de campo, que passo a descrever a seguir cada um destes atendimentos.

Núcleos Sócio-Educativos: medidas sócio-educativas em meio aberto

Em 2005, metade dos funcionários do CEDECA atuava nos três Núcleos Sócio Educativos do CEDECA, nos bairros Madalena, Juta e Sinhá. Eram 35 técnicos atuando diretamente com 270 adolescentes autores de atos infracionais, encaminhados ao CEDECA por decisão judicial, para que fossem acompanhados no cumprimento de duas modalidades de medidas sócio-educativas em meio aberto: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida.

Seção IV

Da Prestação de Serviços à Comunidade

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Seção V

Da Liberdade Assistida

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

[ECA, 1990]

Tendo cometido infrações à lei, portanto, todos estes 270 adolescentes necessariamente já haviam sido presos pela polícia e conduzidos à justiça, tendo sido submetidos a um julgamento, e condenados. Quase sempre, ademais, as medidas em meio aberto eram concedidas como progressão da medida de internação, o que quer dizer que a grande maioria destes adolescentes era ainda egresso das Unidades de Internação da FEBEM. O atendimento do CEDECA, nestes casos, incluía o acompanhamento individual de cada “pasta”, enviada pela FEBEM (hoje Fundação Casa) no começo da medida e devolvida para ela ao fim do atendimento, com um relatório assinado pelo coordenador do núcleo.

Para além destes 270 indivíduos em cumprimento de *medida*, os núcleos realizavam ainda atendimentos aos casos que se chamam ali de *pré-medida*, ou seja, adolescentes internados

na FEBEM que, sendo da região, poderiam, com o aval do CEDECA no julgamento, receber uma progressão para uma medida em meio aberto. Estabelecia-se o “vínculo” mesmo antes da medida, o que otimizaria o atendimento. Além desses casos, há também o contrário, a continuação do atendimento após o cumprimento do prazo estipulado pelo juiz para permanência em medida, mas que desejavam continuar freqüentando as atividades do CEDECA. Esses eram chamados adolescentes em *pós-medida*. Grupos de amigos e parentes dos adolescentes atendidos, bem como outros adolescentes do bairro, faziam parte de um quarto grupo de atendidos, do que se convencionou chamar de *ciclo de violência*²¹⁵.

Ou seja, para além dos 270 adolescentes que já tinham passado pela justiça e efetivamente cumpriam uma medida sócio-educativa, os Núcleos Sócio-educativos do CEDECA atendiam um número três vezes maior de adolescentes que não haviam sido encaminhados judicialmente, mas que compartilhavam da mesma rede de sociabilidade dos primeiros. Todos eles, inseridos igualmente no ciclo de violência, estariam vulneráveis ou participando ativamente do “mundo do crime” local, e precisavam ser atendidos. A justificativa faz todo sentido: este grupo de adolescentes não institucionalizados tem praticamente o mesmo perfil do primeiro, e quase sempre só se diferencia dele pelo fato de ainda não ter sido pego pela polícia. A entidade faria “prevenção” ao trabalhar com eles.

Nos atendimentos de pré-medida, medida, pós-medida e ciclo de violência, portanto, os três Núcleos Sócio-Educativos e os demais projetos do CEDECA atuavam com um público de quase mil adolescentes e jovens do distrito de Sapopemba, entre 12 e 21 anos de idade²¹⁶. Vale lembrar, entretanto, que os recursos financeiros do convênio com a FEBEM referiam-se apenas aos 270 adolescentes encaminhados judicialmente, e que portanto o CEDECA se desdobrava para complementar os recursos para o restante dos atendidos.

²¹⁵ Essa classificação, voltada para aqueles adolescentes que compartilham as redes de sociabilidade dos adolescentes diretamente atendidos por cumprirem medidas sócio-educativas, sugere claramente que a violência típica da sociabilidade do crime se estende para além dos indivíduos diretamente implicados nas atividades ilícitas.

²¹⁶ O Estatuto da Criança e do Adolescente considera adolescentes os indivíduos entre 12 e 18 anos completos. A medida sócio-educativa mais longa, para infrações muito graves, tem a duração de 3 anos. Assim, se um adolescente a recebe próximo de completar 18 anos de idade, chegaria próximo dos 21 anos ainda submetido à legislação específica para o momento em que cometeu sua infração, e, portanto, com o dever de cumpri-la segundo o ECA. De todas formas, mesmo no caso de acúmulo de condenações, aos 21 anos prescrevem todas as medidas sócio-educativas.

Coordenação de projeto e núcleos de atendimento

Como adiantei no início, para o atendimento destes 270 adolescentes o CEDECA contava em 2005 com uma equipe de 35 pessoas, de composição interdisciplinar: duas coordenadoras (educadora e cientista social), três advogados, três psicólogos, dois assistentes sociais e 15 educadores sociais, para além dos cargos administrativos e de serviços gerais. Na cena brasileira esta relação entre número de educadores e atendidos no convênio (próxima de 12 atendidos por profissional, considerando-se o desenho original) é notável. Para se ter uma idéia comparativa, basta saber que a Fundação Casa, quando acompanha estas medidas por si só, sem parcerias na sociedade civil, disponibiliza em seu *Posto Leste* apenas 3 assistentes sociais que deveriam se responsabilizar por 150 adolescentes (relação de 1 profissional para 50 adolescentes). Entretanto, como os 270 não suprem nem de longe a demanda de atendimentos do bairro, o CEDECA assumiu como compromisso tentar acompanhar também as pré-medidas, pós-medidas e ciclo de violência, o que acaba por aumentar a relação de adolescentes por profissional.

O projeto de implantação a atendimento previa duas frentes de atuação, que no organograma se situavam acima da divisão dos três núcleos de atendimento, um por bairro. Acima deles, portanto, havia: i) o “Módulo de Gerenciamento” (coordenação, técnico administrativo e dois digitadores, para o trabalho burocrático do projeto) e ii) o “Serviço de Proteção Integral” (coordenação, três advogados, três psicólogos e dois assistentes sociais). Estes dois serviços davam portanto suporte aos três núcleos, em cada um dos quais havia um grupo de cinco educadores. Os núcleos atuavam direto com os adolescentes, e eram situados em três regiões distintas do distrito de Sapopemba (bairros Madalena, Fazenda da Juta e Sinhá). Cada núcleo atendia diretamente uma média de 90 adolescentes, e para além dos educadores contava com um auxiliar administrativo e um auxiliar de serviços gerais.

Quando eu chegava nos núcleos de atendimento do CEDECA, entretanto, nunca encontrava esta quantidade de adolescentes. Ao contrário das associações que realizam atendimento diário para os mesmos indivíduos, o perfil do CEDECA não é o de trazer os adolescentes aos núcleos todo o tempo, mas de acompanhá-los entre momentos no núcleo, momentos na família e momentos no bairro. Pode-se passar uma semana sem que o educador encontre com um adolescente que ele atende, ainda que dificilmente se passará uma semana sem que

notícias sobre este adolescente sejam recolhidas com a família ou os amigos. Os educadores têm o papel de trabalhar diretamente com cada caso, e para compreender a dimensão da atividade deste profissional, vale à pena acompanhar como Ernesto descrevia sua rotina de trabalho.

A linha de frente do atendimento

Nascido no interior do México e ex-missionário comboniano, Ernesto fixou residência em Sapopemba por volta de 2002²¹⁷. Não tardou para que desistisse da carreira de sacerdote, e se casasse. Era pai de um recém nascido quando nos conhecemos em 2005, no núcleo do Madalena. Estudou filosofia e teologia ainda no México, e ingressava no fim daquele ano numa faculdade privada da zona Leste, para conseguir validar seus diplomas no Brasil. Trabalhava como educador social há dois anos, nos últimos tempos em dupla afinada com Daniela, uma jovem moradora da favela do Jardim Elba, que naquele período terminava o ensino secundário.

A gente está fazendo de tudo um pouco, não é? Estamos trabalhando com um esquema assim personalizado, com cada adolescente. (...) Fazemos uma vez por mês entrevistas individuais, e visitas na moradia, visita domiciliar, [para conhecer] quais são as carências que cada adolescente tem: possível envolvimento no crime, que tipo de crime, possível vício em alguma droga específica, perigo de... entre meninas perigo de engravidar, quais são os locais que elas freqüentam [etc.]. Por meio desses dados a gente focaliza nosso atendimento: estamos conversando sobre o tema, desmistificando certas idéias que eles têm sobre certos temas, e encaminhando. Potencializando também o que eles gostariam de ser. [Ernesto].

Em 2005, Ernesto e Daniela atendiam individualmente 24 adolescentes em Liberdade Assistida, mais 13 do “ciclo de violência”, sem contar os atendimentos realizados em grupo, para quase 50 adolescentes em “pré-medida” e “pós-medida”.

O projeto vai priorizar os atendimentos individuais psicológicos, psicossociais, familiar, grupal e encaminhamentos também: esporte, lazer,

²¹⁷ É muito comum que o CEDECA receba estagiários e missionários combonianos, sobretudo italianos mas também de outros países, para temporadas missionárias de apoio à entidade ou complementação dos estudos. Além disso, evidentemente muitos dos recursos materiais da entidade, bem como aluguéis, imóveis e a doação de equipamentos se faz também em boa parte pelo apoio internacional e nacional conseguido pelas redes de cooperação católicas.

cultura, tem toda uma proposta. (...)A gente está procurando por semana fazer uma visita domiciliar a cada um deles. Dentro dessa visita tem algum adolescente, que nós como dupla, Daniela e eu, tentamos priorizar.(...) Porque tem adolescentes que precisam, que estão no crime, que estão totalmente na droga, que estão desanimados, então a gente tenta priorizar uma ou duas visitas... em casa ou na comunidade. Às vezes encontramos ele no bar, jogando sinuca, a gente entra e conversa com ele, no meio da rua, a gente conversa. [Ernesto].

Através das visitas à família e do acompanhamento do adolescente na rua, na comunidade, nos grupos de trabalho ou com seu grupo de amigos, o educador estabelece o primeiro contato com o adolescente. É ele que vai encaminhar o caso, nas discussões de equipe, entre os diversos profissionais da entidade. Os 15 educadores sociais da entidade fazem então a “linha de frente” do atendimento, tendo o suporte para questões jurídicas, psicológicas ou de assistência social dos profissionais do serviço de proteção, bem como formações regulares com especialistas da área²¹⁸. A rotina do trabalho seguia um planejamento estrito:

Nós temos o planejamento por duplas, a Dani e eu, por exemplo: segunda-feira para visitar a FEBEM, terça-feira para fazer visitas, quarta-feira visitas e estudo das pastas da FEBEM, na quinta temos os atendimentos, individuais, no núcleo, e na sexta de manhã temos visita domiciliar e temos formação à tarde²¹⁹. [Ernesto].

Os momentos de planejamento, avaliação e formação eram muito prezados no CEDECA, e envolviam todos os quadros da entidade: coordenação, técnicos, auxiliares administrativos e de serviços gerais. Aliás, nos Núcleos Sócio-educativos estes momentos de formação eram semanais, com toda a equipe. A rotina de encontros e debates era intensa. As entrevistas do período ressaltavam a positividade destes momentos, a sensação de pertença e desenvolvimento que proporcionavam. Em meio a tantas atividades, Ernesto tem memória

²¹⁸ *Todo mês a gente pára tudo mesmo para formação*, nos conta Célia, uma das coordenadoras deste atendimento, indicando em seguida os tipos de trabalho de formação da equipe: questões de trabalho em grupo, processamento dos problemas e conflitos surgidos, questões técnicas, discussão de casos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros.

²¹⁹ Paralelos aos atendimentos, havia um plano geral de momentos de formação do quadro de profissionais do CEDECA, no que foi nomeado “Incubadora”. *Quem dá um suporte pra equipe é a Lourdinha Trassi, que foi uma pessoa que contribuiu muito pra que a gente conseguisse manter a equipe unida e também dar conta de todos os conflitos que surgiram, e também a gente tem o Cláudio Hortêncio, que ele dá assessoria, hoje ele tá totalmente no CEDECA Interlagos. Ele dá formação, então a gente pegou pessoas bastante chaves nessa questão da formação, e assim, formação continuada, né? Todo mês a gente pára tudo mesmo para formação. [Célia]*

para recuperar a rotina de reuniões de que participa na estrutura administrativa do CEDECA:

A formação é feita com todos os núcleos juntos, com uma especialista da área da infância. Aí temos momentos de formação mais geral, com o outro especialista. Mesmo a Valdênia [oferece formações à equipe], mensal. A gente está organizado da seguinte maneira, dentro do Núcleo: temos o estudo de caso, dos técnicos, os advogados, as psicólogas, assistentes sociais, junto com os educadores, e alguma das coordenadoras, estudamos casos específicos. (...) Toda quarta-feira de manhã, das 9 às 11 da manhã. Depois, a cada 15 dias temos a reunião do núcleo, para discutir mais as normas da casa, esclarecimentos da questão da verba, do material, mais aqui do núcleo. E todo mês uma reunião de educadores. Todos os educadores de todos os núcleos, nós nos reunimos para ver como estamos agindo, qual a maneira melhor de encaminhar os adolescentes, como mandar um ofício... como devemos manter o vínculo com o adolescente, umas discussões legais. Essa também acontece com a psicóloga, e acontece com os advogados e as assistentes sociais, pela parte das medidas. Como CEDECA nós também participamos de uma reunião semanal, participa uma pessoa do núcleo que se chama colegiado, uma reunião que participa todos os projetos, Arte e Movimento, CEDECA, CDHS, Nasci para Voar (NPV), e discutimos temas em comum, e colocamos como vai indo a caminhada do projeto.(...) Uma vez por mês também tem uma reunião do CEDECA geral, todas as pessoas que trabalham (...), para ver como estão indo as coisas. (...) Cada núcleo tem um representante do núcleo, esse representante fica como um elo entre a coordenação e o núcleo. [Ernesto].

O educador ainda participa de alguns grupos de trabalho, com jovens, mães e famílias atendidas, além de se responsabilizar pelos relatórios individuais dos adolescentes. Por se tratar de uma medida judicial, e de um atendimento diretamente relacionado a esta medida, estes relatórios são de fundamental importância. Novamente, Ernesto enuncia de cor a estrutura burocrática envolvida em seu trabalho, que ajuda a entender como se dá o percurso dos adolescentes do judiciário até o CEDECA:

Na FEBEM o Posto Leste é que é o encarregado de coordenar a distribuição dos adolescentes na região Leste. O Posto Leste vai mandar os adolescentes [vindos de audiências]. (...) Quando é LA [Liberdade Assistida], o Posto Leste fica sabendo, reúne a pasta [de documentos do adolescente], e já se comunica com os núcleos. (...) Para a LA, ou na Juta, ou no Sinhá, ou para o Madalena, dependendo do endereço. Eles mandam e depois, ou antes, mandam a pasta de estudos que foi feita na internação. (...) Aí a gente fica com encaminhamento de [condenações de] 6 [meses], 12 ou indeterminado. Aí (...) você faz o relatório inicial: onde o adolescente mora, quais são as condições de vida, descreve um pouco a situação que ele mora, inicial; depois faz um de

acompanhamento: ele tá comparecendo, ele tá sendo encaminhando naquele projeto, naquele curso...; e depois de vários relatórios de acompanhamento, vem um relatório conclusivo, que ele cumpriu satisfatoriamente a medida [ou não]; aí chega o encerramento. E quando chega o encerramento, a sede [do CEDECA] manda a pasta de volta para a FEBEM, pro posto Leste. E nós ficamos com uma cópia aqui, nos núcleos, (...) não a pasta integral, temos o acompanhamento que foi feito aqui. Então é um trabalho gigantesco, gigantesco. [Ernesto].

O suporte ao educador: advogados, assistentes sociais, psicólogos

Evidentemente, para todo esse trabalho enorme é necessário que o educador conta com suporte tanto de pessoal administrativo quanto técnico. Seguindo o paradigma de proteção integral do ECA, uma entidade de defesa de direitos não deve atender apenas o adolescente que está em cumprimento da medida sócio educativa, mas atendê-lo em seu contexto. Nas atividades do núcleo sócio-educativo, por isso, proteção integral significa que direta ou indiretamente o atendimento a este adolescente vai incluir sua família, seus irmãos, seus grupos de amigos e seus locais de circulação.

Os advogados acompanham o processo, o tramite judiciário. Os psicólogos, em alguns casos tem que ser atendida a família, o adolescente [individualmente], e eles fazem [ainda] o trabalho de atender a comunidade. (...). E as assistentes vasculham São Paulo inteiro para ver se acham atividades para os adolescentes e família fazerem. [Lucas]

Em geral, o CEDECA procura fazer com que os demais projetos internos – que descrevo adiante – e algumas das parcerias externas (como o sistema de saúde, o sistema escolar, os locais de encaminhamento para o trabalho, clínicas de tratamento para dependentes químicos etc.), funcionem como uma rede de suporte para as famílias, grupos de amigos e pares do adolescente. Uma das advogadas da entidade explica este trabalho integrado:

O jurídico, as psicólogas e as assistentes, que seria o serviço de proteção ao adolescente, (...) a gente teria um olhar mais de defensoria pública mesmo, que o jurídico não tá aqui pra tapar fogo, para esperar o menino infracionar para atuar. Então a gente atua preventivamente, se esse menino está com algum problema, se a família desse menino está com um problema envolvendo aposentadoria da mãe, tem um irmão deficiente, a gente tem esse olhar, o educador que vai na casa, que está na linha de frente, tem que ter esse olhar de qual a demanda jurídica que essa família traz. Aí tem um dia de plantão do advogado, que é tanto pra saber como que está o processo do filho, quanto tempo vai levar, que são questões que eles têm direito de saber o que está acontecendo, quanto para trazer a demanda delas, de direito, qualquer coisa que eles quiserem saber. Aí

dependendo de qual for a demanda a gente atende, se a gente não atender a gente encaminha, pra outro órgão que vai fazer aquele atendimento. Mas é numa perspectiva de defesa ampla, de proteção integral, então se tem alguma coisa que envolve essa família, envolve a gente, isso tem que ser trazido, não é? [Júlia]

Uma das características do desenho organizacional do atendimento que o CEDECA desenvolveu, e que me parece fundamental observar, é a tentativa de elaborar uma rede de suporte para os educadores e profissionais, em diversos níveis, mas sempre no âmbito interno à organização. Vejamos como esta rede de suporte atua.

1. Suporte ao atendimento social: o setor jurídico

Em 2005 ainda não havia Defensoria Pública no estado de São Paulo, mas um convênio com a Procuradoria do Governo Estadual permitia ao CEDECA remunerar um advogado para permanecer em tempo integral no Centro de Defesa, dando suporte aos programas da entidade e atendendo a demandas jurídicas dos moradores do bairro. Como é de praxe em toda situação de escassez, faz-se daí a multiplicação dos peixes. A partir desse convênio para o pagamento de um profissional, eram remanejados recursos administrativos de outros projetos, e buscada a atuação de profissionais voluntários para que o CEDECA tivesse não apenas um, mas um corpo de advogados e estagiários de Direito atuando diariamente no seu setor jurídico.

A primeira função deste setor seria oferecer retaguarda às demandas jurídicas que surgissem de cada atendimento, em especial do acompanhamento às medidas sócio-educativas. Mas a presença de uma estrutura jurídica, num bairro como o Parque Santa Madalena, atrai muito mais demanda do que isso. Na sede principal do CEDECA é comum ver famílias com crianças, adolescentes e adultos aguardando pelo atendimento jurídico, diariamente. Quando é a primeira vez que estão lá, perguntam pela Dra. Valdênia. É a fama da liderança combativa que atrai as pessoas para denunciar qualquer violação de direitos sofrida. Quando já estão habituadas ao atendimento, chegam no horário certo, comunicam na recepção sua presença, e aguardam que o advogado as chame, como numa repartição pública.

Rafael coordena o setor jurídico desde 2005. É um rapaz negro de 28 anos em 2008, muito simpático e muito corintiano, nascido em Itaquera, numa família que formou os três filhos

advogados. Passa para lá e para cá sempre com papéis na mão, em seu terno impecável. Num dos raros momentos de tranqüilidade, falamos por duas horas sobre sua trajetória, e sobre o funcionamento do setor jurídico do CEDECA. Ele explica telegraficamente as duas atividades centrais dos advogados no âmbito interno à entidade:

Então, a demanda espontânea: a entidade possui um plantão jurídico. Desde que foi formado o convênio aqui, mais ou menos há seis anos, é um plantão de segundas-feiras - antigamente era na parte da tarde, agora é na parte da manhã. Das nove ao meio dia. Nesse plantão jurídico a gente atende qualquer tipo de demanda: trabalhista, previdenciária, tudo. Qualquer demanda. Tem essa demanda, tem a orientação e a gente encaminha para o órgão competente, não é? A gente encaminha para o CDHS, ou Agente Jovem, ou INSS, ou a própria Procuradoria de Justiça na área de família. Agora, com relação ao atendimento, tem casos de família que envolvem violação de direitos, ou briga pela guarda, ou adoção. Claro, o foco da entidade é a criança. Mas a gente trabalha com a família.

Porque muitas vezes, pela experiência, verificou-se que não é só o adolescente ou a criança, [que para protegê-los] tem que trabalhar com a família junto. A gente trabalha com o acompanhamento do psicólogo e da assistente social. Porque só a demanda jurídica não sustenta tudo que a família trouxe, não é? Tem a questão do psicológico, do auxílio-mês [pensões, aposentadorias, direitos trabalhistas, programas públicos de transferência de renda], não é? Então a gente tem trabalhado em conjunto. Principalmente na área da infância [que prega a intersectorialidade]. Não sei se você chegou a conversar com a Célia [coordenadora], ou com a Fernanda [psicóloga], com relação às medidas sócio-educativas. [Respondo: sim, sim, já falei com as duas]. Então, nada mais é que a ligação desses profissionais. São vistos os casos todos direitinho, de acordo com a especificidade de cada um, à luz da psicologia, da assistência social e do direito, para chegar no melhor atendimento. [Rafael].

Trata-se, portanto, de suprir tecnicamente a demanda das medidas sócio-educativas e todas as outras das famílias que chegam à entidade. Do ponto de vista institucional, o CEDECA nitidamente se torna um “braço societário” do poder judiciário instituído – o adolescente está em cumprimento de uma medida oficial, sentenciada por um juiz de direito, e a responsabilidade pelo cumprimento desta medida é compartilhada entre o CEDECA e a Fundação Casa (mas essa só recebe e repassa pastas, dado que também sua estrutura é deficiente para a proporção da demanda). A Procuradoria do Estado (e depois a recém-criada Defensoria Pública) repassa os recursos para o atendimento do CEDECA, através de um convênio, para que ele contrate os advogados que farão a defesa pública e o

acompanhamento destes adolescentes. Esta condição institucional faz ver que as “parcerias” entre Estado e sociedade passam também pelo judiciário, o que é pouco discutido na literatura. Mas faz ainda notar que não basta responder à demanda: para fazer proteção integral há que promover, de modo ativo, direitos que sequer são percebidos como tais. Uma das advogadas da equipe, que permaneceu no CEDECA entre 2004 e 2006, explica:

Chega muita denúncia contra policial, isso chega, as pessoas não tem medo de dizer: “meu filho apanhou na delegacia”. Mas nunca chega: “meu marido espancou meu filho”. Então assim, as denúncias de violência doméstica e de violência sexual são muito menores do que a demanda real, que a gente conhece por conhecer o posto de saúde, a escola... tem outros locais que não batem os dados. [Júlia]

Assim, para além dos plantões e da retaguarda aos programas de atendimento direto do CEDECA, o setor jurídico faz ainda campanhas e mobilizações para inserir outros temas de violações de direitos, comuns no bairro, mas pouco discutidos. A atuação do setor jurídico é marca registrada do CEDECA, e o diferencia de uma série de outras entidades sociais que atendem adolescentes das periferias. Nos fóruns externos de que participam, os dirigentes do CEDECA enfatizam menos o atendimento às demandas de defesa individual de direitos constituídos (cerca de 350 ações movidas por ano, só no CEDECA), e mais a intersectorialidade que ele confere às políticas públicas, e a relevância de difundir entre a população do bairro, progressivamente, a idéia de que existem direitos formais a serem defendidos. Está aí o cerne normativo do projeto. Há muitas outras atividades desempenhadas pelo setor jurídico no âmbito externo ao CEDECA, sempre componentes discursivos centrais para a entidade, que serão recuperadas nos capítulos seguintes.

2. Suporte ao Núcleo Sócio-Educativo: a rede de encaminhamentos

Se a linha de frente de atendimento funciona, as demandas dos adolescentes e famílias acessam outras dimensões da rede de proteção de direitos, prevista no ECA. Na prática, se o educador consegue captar as demandas dos casos que atende e traduzi-las em possibilidade de encaminhamento, é toda uma trama de instâncias e atores sociais que teria de se mobilizar. Esta rede se inicia no próprio âmbito do programa de medidas sócio-educativas. Por exemplo, se numa visita à casa da família de um adolescente, o educador encontra dois

de seus irmãos evadidos da escola, é sua tarefa trazer a demanda para a equipe, que vai encaminhá-la. Idealmente, o assistente social vai acessar a escola mais próxima e, na impossibilidade deste trânsito direto, vai recorrer ao Conselho Tutelar para que uma escola da região seja obrigada a abrir vagas para estas duas crianças. O assistente social comunica o encaminhamento ao educador responsável, que novamente faz a mediação entre as providências a tomar e os membros da família em questão. E isso idealmente para todo tipo de demanda.

Ah, eu gostaria de fazer informática... ah tá, você gostaria, vai [faz gesto com a mão], e já manda logo. [Na prática] precisa todo um estudo, não é? Onde que vai mandar, se eles têm vagas sociais, pra não pagar tantas taxas, se já estão abertas essas vagas, mais nesse sentido que estamos trabalhando agora. Estamos trabalhando também com a documentação dos adolescentes, a maioria deles não têm nem o RG... carteira profissional, não sabem pra que serve o título de eleitor, quando começa a reservista, então tem que fazer todos esses atendimentos. E a promoção social, que viria a complementar com esses grupos. Porque por meio do grupo, nós vamos certificar e informar como encaminhar para um grupo de moradia, esse tipo de coisa. [Ernesto].

Ocorre que, muitas vezes, não há vagas, não há recursos, não há serviços disponíveis na rede local de organizações sociais e públicas. Ocorre também, quase sempre, que as demandas encontradas sejam muito mais complexas que esta. A família tem cinco irmãos, o padrasto é alcoólatra e agressor, a mãe não recebe pensão do pai dos meninos e nem acessa programas de transferência de renda, a filha mais velha é viciada em crack, o adolescente atendido não sabe quando será seu julgamento etc. Nestes casos, os fluxos internos ao desenho dos atendimentos não comportam a quantidade de encaminhamentos necessários para que funcione a “proteção integral”. Não há tempo hábil, no trabalho de educadores que atendem dezenas de casos, para encaminhar tudo isso. Igualmente sobrecarregados estão os assistentes sociais, psicólogos e advogados, que centralizam toda a resolução técnica das demandas trazidas pelos educadores dos três núcleos. Além disso, a rede local de encaminhamentos possíveis não é muito extensa.

As dificuldades de encaminhamento são agravadas pelo perfil do público que o CEDECA atende. O histórico de envolvimento com os atos infracionais dificulta a busca de emprego e geração de renda lícita, bem como a inserção em cursos de formação, já que quase todos os adolescentes em cumprimento de medida têm escolaridade baixíssima, documentação

defasada etc. Se a rede externa é um limite claro, e todos estão cientes disso, o desenho do programa tenta fazer o que pode internamente. Um segundo nível de suporte ao atendimento ao programa de acompanhamento de medidas sócio-educativas era, em 2005, o projeto Nasci para Voar, que se encarregava de acompanhar os núcleos familiares portadores de demandas de maior complexidade.

3. Suporte específico para as famílias: o programa “Nasci Para Voar”

Logo em frente ao Núcleo Sócio-educativo do Parque Santa Madalena, funcionava o “Nasci para Voar” (NPV). Desde 1998 o programa acompanha crianças e adolescentes do bairro, e nos últimos tempos optou por atender cotidianamente um grupo de 50 famílias do Parque Santa Madalena e do Jardim Elba, nas proximidades de sua sede. As atividades da equipe seguem um planejamento realizado junto à equipe do CEDECA, oferecem suporte a outros projetos e ainda incluem um conselho de adolescentes, eleitos a cada dois meses, nos processos de tomada de decisão sobre as atividades da equipe. Basicamente, o NPV tem como foco famílias em alta vulnerabilidade social, demandas complexas, e a partir do contato com elas se realiza o atendimento técnico de profissionais do serviço social, psicologia e direito, além da educação social de rua, das oficinas, dos grupos de trabalho e do encaminhamento de adolescentes para formação, profissionalização, prática esportiva etc. O projeto tem inserção antiga no conjunto de favelas da região, e os educadores demonstram conhecer bem cada família atendida. A então coordenadora do projeto, uma psicóloga e moradora da Mooca que há anos se apaixonou por Sapopemba, conta como o desenho do NPV veio se alterando nos últimos anos:

Quando o projeto começou, era para atendimento para 100 crianças e adolescentes... e fechava. E durante esse tempo, o que nós percebemos? Que não fazíamos atendimento a 100, fazíamos para muito mais... e que nós não podemos fazer o atendimento para esse adolescente e ponto, mas é ele dentro do contexto familiar. A gente faz o atendimento à família. E nós remodelamos o projeto, então. Passou a ser o atendimento a 50 famílias, a partir de 2003 a gente fez isso, no nosso planejamento. E nos desdobramentos da composição familiar, dava 196 crianças e adolescentes. [Joana]

Além de Joana, os cinco educadores do NPV tinham suporte específico dos assistentes sociais, advogados e demais psicólogos do CEDECA. Quase todos os educadores eram moradores do bairro. Naquele momento o NPV realizava Olimpíadas, festas comemorativas de feriados, visitas domiciliares, plantão de rua, atividades ao ar livre próximas aos centros em que crianças e adolescentes costumavam se concentrar, passeios, idas ao cinema e viagens para lugares turísticos.

Nós tivemos uma época aqui que nós tínhamos vários grupos. (...) Eles queriam estar o tempo todo aqui no CEDECA, e nos sentimos a necessidade de psicólogos se unirem com educadores, e nós chegamos a ter quase 10 grupos aqui, era Grupo Casa Alegre, Grupo Conhecer... cada um com um objetivo. Mas aí, de novo, numa dessas reformulações, (...) percebemos que isso acabava fazendo com que nós permanecêssemos muito tempo aqui no espaço [do CEDECA] (...) A gente percebeu que tava muito tempo aqui e que perdeu um pouco das coisas... saía [para o bairro] mas, menos. E começamos a encerrar os grupos e ficamos na rua. Então, faz o plantão de rua, as visitas domiciliares, na escola, atividades no Buracão [parte baixa da favela do Madalena, depois rebatizada como "Rua Nova"] e começamos a fazer atividade lá toda a quinta-feira. Os educadores vão pra lá e reúne de 50 a 60 crianças, no período de uma hora e meia, mais ou menos. Então começamos a fazer essas atividades fora. Por outro lado, existe um desejo de ter grupos, também. Nós não tínhamos mais nenhum, daí começa a surgir da própria necessidade deles e daí começa a surgir. Então hoje nós temos um grupo só de meninas que é pra tratar sobre a questão da sexualidade, elas até chamaram de Luluzinhas (...) e há um ano e meio nós estamos com um grupo que a gente chama Grupo DQ, que é um grupo de dependentes químicos. [Joana]

As atividades na rua eram muito frequentes, e foram consideradas pela Prefeitura Municipal de São Paulo as primeiras atividades para crianças e adolescentes em situação de rua nas periferias (a discussão acerca da população de rua sempre esteve restrita ao centro de São Paulo)²²⁰. Para além da rotina semanal, o NPV se notabilizou por realizar, todos os sábados, a “Cidade Bacana”, de enorme repercussão entre crianças de uma favela do Madalena. Tratava-se de um trabalho de educação social realizado numa quadra esportiva do bairro, com recreação, música, esporte, formação em direitos e criação de espaços de interlocução entre educadores e adolescentes.

²²⁰ Para estudos sobre a população de rua em São Paulo, focados menos em sua caracterização e mais nos contextos externos e institucionais de sua gestão, ver Barros (2004) e De Lucca (2007).

A Cidade Bacana acontece todo o sábado, das 8hs ao meio-dia, e é composta por 6 times: o vermelho, verde, azul, amarelo, preto e vinho... e as crianças fazem parte desse time. Quem organiza esse time? Por eleição deles, na própria Cidade Bacana. Dois conselheiros, um menino e uma menina [por time, ao todo 12 conselheiros]. Então eles que [falam]: “Ó pessoal, vamos pra lá que a gente vai tomar um lanche! Vamos lá pra incentivar o time, pra fazer a brincadeira!” Então, são eles os responsáveis pelo time e com eles que têm as reuniões com a gente, aqui. Então, por exemplo, a gente tá com um evento na semana quem, que é a Olimpíada de Inverno, então é a semana toda. (...) E os conselheiros são quem tem esses encontros, que a gente discute como vai fazer a Cidade Bacana. Eles dão as idéias, eles é que acham melhor isso ou aquilo e aí vão mais preparados para lidar com os times depois. A cada dois meses a gente fecha o placar. [Joana]

Na Cidade Bacana havia eleições periódicas de conselheiros adolescentes, que compunham um grupo que se responsabiliza por organizar as atividades a cada semana, junto com a equipe de educadores e coordenação. Fazer parte do conselho era desejo de muitos meninos e meninas, e ocupá-lo significava ocupar uma posição de autoridade. Até por isso, deveria haver rotatividade no exercício do poder. O projeto funcionava o ano todo, e havia estímulos para que os times que o compunham participassem. Quando o placar era fechado a cada dois meses, o time vencedor fazia uma viagem junto com a equipe do NPV, o que era sempre disputadíssimo. Para que não fosse sempre o mesmo time mais forte o único a viajar, havia também rotatividade na composição interna dos times. A rotina prosseguia:

Como é o dia da Cidade Bacana? Chega, eles ficam brincando, colocam o colete de seus times, a gente faz uma roda, canta o hino da Cidade Bacana, que a 7 anos é o mesmo, não mudou, que é: “A vida é uma grande amiga da gente nã-nã-nã-nã. [cantando um trecho da música].” E vão rodando e cantando. Temos um momento de oração ecumênica, porque têm diversas religiões dentro da quadra e sempre uma formação, e a formação é sempre baseada no Estatuto [ECA], sempre alguma coisa do Estatuto que a gente vai estar falando. E sempre tem que ser de uma forma dinâmica e para os pequenos entenderem. Então a Cidade Bacana dá trabalho no sentido de preparar, de organizar, não é vamos pra lá e pronto. Tanto que o tema das Olimpíadas agora é “Desarmando-se com o ECA”, porque a gente vai falar do desarmamento e do ECA. [Joana].

Ver a Cidade Bacana funcionando foi, para mim, uma experiência muito marcante. Eram centenas de crianças pequenas, pré-adolescentes, adolescentes e jovens, que durante algumas horas pareciam não viver outro mundo, senão aquele. E acompanhar o conselho, durante a semana, foi presenciar a relevância dessa experiência para as crianças. Por causa

das reuniões do conselho, muitas das famílias destes meninos e meninas eram atendidas tanto na sede do NPV, em que há uma biblioteca comunitária, sala para reuniões e um pequeno espaço de convívio, quanto nos demais equipamentos e instâncias de suporte aos atendimentos, internas ao CEDECA.

4. Suporte ao vínculo entre o adolescente e o CEDECA: Arte e Movimento

Oficinas das mais diversas ocupavam um prédio de dois andares ao lado de uma das favelas do Madalena. Cavaquinho, teatro, capoeira, percussão, samba de raiz, danças populares, balé, canto, DJ, entre outras. Tratava-se do projeto de arte do CEDECA – Arte e Movimento, que invariavelmente espalhava música e cheiro de tinta pelas redondezas, enquanto a pesquisa seguia. As instalações simples tinham sempre vários jovens entrando e saindo, e osicineiros conversando entre si, enquanto não chegava a hora de ocuparem as salas com suas turmas, sorriam sempre que alguém chegava. Parado por ali, entre uma visita e outra, tive aulas sobre o histórico do movimento Hip-Hop, troquei fotos com adolescentes que aprendiam o ofício da câmara escura, e tentei acompanhar os percussionistas que esquentavam os tamborins no sol fraco de junho.

Em todos os eventos da entidade, lá estava o Arte e Movimento, com cavaquinhos e microfones para animar os presentes, nos intervalos entre uma e outra fala. As meninas do balé se apresentaram no CEU da região, o grupo de teatro rodou inúmeras escolas públicas. Oicineiro de canto, cadeirante, se tornou calouro do Programa do Raul Gil graças a um CD enviado à produção, por seus alunos, e teve seus 15 minutos de fama. Um dos educadores do Arte me conta, nesse mesmo espaço, que esteve no Rio de Janeiro há pouco tempo, e que lá soube que a CUFA (Central Única de Favelas), apoiada pelo *rapper* MV Bill, montava um projeto de arte em um dos morros atendidos que se inspirava inteiramente na experiência do CEDECA. Criava-se como um outro contra-público nesses ambientes, artistas de circulação local que se notabilizavam pela sua produção e por seu compromisso com a causa das favelas, que seria a mesma em São Paulo ou em qualquer periferia. Todos falavam em “oferecer um outro espaço para a garotada”:

O que a gente quer é mostrar pra ele [o adolescente] que tem uma outra alternativa além de ficar numa esquina, de fazer parte do tráfico, esse

tipo de coisa. A música, o cavaquinho, a percussão, mostrar pra eles esse tipo de trabalho. [Juliana].

O “Arte e Movimento” trabalhava com diferentes perfis de crianças e adolescentes da região, recebendo tanto inscrições voluntárias como encaminhamentos de adolescentes via Conselho Tutelar, dos núcleos sócio-educativos do próprio CEDECA e outras entidades da região. Como o NPV, o Arte e Movimento atuava com um público amplo, chegou a atender 500 crianças e adolescentes. Sempre havia vagas, dada a renovação das oficinas, e a coordenadora fazia questão de dizer que, naquele espaço, não importava nenhum tipo de referência anterior do adolescente. Aquele era um espaço plural, de convivência entre diferentes:

Então a gente procura desenvolver sem muito ficar atento a essa questão [o envolvimento com o crime]... então sempre me perguntam: ah, o menino de medida [sócio-educativa] vai ser atendido? Olha, eu não preciso saber se ele é de medida ou não. [Juliana].

Uma das grandes dificuldades nossas, dentro do projeto, são os meninos da favela aqui embaixo, eles não sobem [para o prédio do Arte]. Eles começam, e o que a gente percebe, ou eles não vão com a roupa adequada, ou eles próprios se acham discriminados dentro do grupo, quando tem que dar endereço, tudo, a gente percebe... então o que é que a gente fez... nós compramos um barracão lá embaixo [na favela], então ele vai ficar pronto agora, (...) vai fazer um grande galpão, e a gente vai levar algumas oficinas pra lá, porque aí a gente começa o trabalho lá dentro, e aí eles sobem.[Juliana].

As oficinas culturais do projeto têm em si particularidades e conteúdos próprios (recreativos, de formação, de expressão, ou até de profissionalização) mas o que importa notar, aqui, é que nos depoimentos de seus coordenadores, o conjunto destas oficinas funciona no CEDECA para garantir que todos os adolescentes e crianças da região estejam vinculados minimamente à vida social. As atividades artísticas e culturais estariam submetidas à uma concepção de garantia de direitos e, mais explicitamente, de tentativa de disputar espaço com o “mundo do crime” local.

ENTRE O DESENHO DO ATENDIMENTO E SEUS COTIDIANOS

Instabilidade: três desenhos de atendimento em três anos

Foi com este modelo de atendimento que o CEDECA se apresentou a mim, entre final de 2004 e começo de 2006. Uma visita ao CEDECA em 2008, entretanto, revelaria uma estrutura de funcionamento destes projetos bastante diferente desta. Por unanimidade, todos os técnicos e coordenadores envolvidos com o programa consideraram que 2005 tinha sido o melhor momento do programa de medidas sócio-educativas recentemente²²¹. A partir de 2006, entretanto, a operação desmanche foi posta em ação. Com a mudança de orientação partidária da Prefeitura de São Paulo (do PT, para o PSDB e por fim Democratas), partidos cada vez mais distantes das redes de relações do CEDECA, os convênios que foram terminando tiveram sua renovação submetida a cortes significativos dos montantes de recursos para atendimentos. Passo a descrever rapidamente como isso se deu, a partir de 2005, e quais as alterações que vieram a seguir, conformando a situação existente em 2008.

Em 2005, o atendimento das medidas sócio-educativas foi financiado por um projeto-piloto de municipalização do acompanhamento das medidas sócio-educativas, municipalização prevista pelo ECA que, com quinze anos de atraso, era implementada pela primeira na cidade de São Paulo. Por se tratar de um projeto-piloto, conquistado via Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, este convênio foi firmado em apenas três bairros, nas zonas norte, sul e leste da metrópole. A burocracia era complexa, ainda mais se tratando de uma articulação tripartite: os recursos que vinham do Governo Federal eram repassados para a Prefeitura Municipal, que os complementava antes de depositá-los numa conta aberta pelo CEDECA. A FEBEM, ligada ao Governo do Estado de São Paulo, já repassava seus recursos diretamente para o CEDECA, por via do seu Posto Leste, em outra conta bancária²²². O CEDECA integrava a parceria oferecendo, como contrapartida, o

²²¹ Desde ao menos o intervalo entre 1999 e 2001, quando havia além do convênio público com a FEBEM (hoje Fundação Casa), uma complementação de recursos doados pelo terceiro setor via Fundação Abrinq, que favorecia atividades de fortalecimento do vínculo com o adolescente – passeios, viagens, visitas culturais etc. – e, portanto, ampliava sua efetividade.

²²² Nas três instâncias de governo as secretarias envolvidas eram as seguintes: na Prefeitura Municipal de São

gerenciamento e a execução de todo atendimento, da contratação e pagamento de funcionários à compra de material pedagógico, além de se responsabilizar pela manutenção dos espaços físicos utilizados, do transporte, e das demais atividades em que os adolescentes deveriam se inserir – oficinas, passeios, eventos etc.

Não foi fácil conseguir este convênio, apesar da experiência da entidade. Houve toda uma negociação feita, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para garantir a municipalização e a destinação de uma parcela do Fundo Municipal para este atendimento. E não foi fácil executar o convênio. Só no CEDECA chegaram para trabalhar mais 35 funcionários, o que dobrava equipe da entidade e a papelada trabalhista, e mais do que isso, situava todo o restante da equipe numa condição de suporte ao novo projeto. As medidas sócio-educativas eram, ainda que isso não fosse alardeado, o carro-chefe dos atendimentos do CEDECA. Era a partir da questão do adolescente autor de infrações que politicamente o CEDECA se situava – e se situa – no debate público. Houve conflitos intensos no âmbito interno ao CEDECA, para acomodar profissional e pessoalmente estes conflitos. Superada esta etapa, começaram a chegar os problemas exteriores.

O fim da gestão petista na cidade de São Paulo, no final de 2004, já assinalou alguns problemas. O PSDB assumiu a prefeitura e retardou os pagamentos de suas parcelas, enquanto estudava cada convênio firmado com as entidades sociais²²³. Em seguida, deu continuidade aos contratos firmados anteriormente, mas não garantiu sua renovação. No final de 2005 os pagamentos foram novamente atrasados, e aí definitivamente. A virada do ano foi acompanhada da notícia de que o convênio da proposta anterior, centrada na tentativa de municipalização do atendimento de medidas sócio-educativas, não seria renovado nos mesmos moldes²²⁴. O que havia agora era uma nova proposta, que também

Paulo os recursos chegavam pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); no Governo Estadual através do Posto Leste da então FEBEM, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania; e no Governo Federal através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Vale notar, portanto, que o programa atuava numa interface temática entre *assistência social, justiça e direitos humanos*.

²²³ Evidentemente, o CEDECA denunciou que, pela sua proximidade com o PT, o governo municipal não priorizaria renovar os convênios: *Então não assina convênio, dificulta, muda as condições, reduz salário, quer que a gente atenda todo o distrito de Sapopemba, o que é absurdo... Dizem que tem coisas demais concentradas aqui... Mas é por que aqui tem uma força de organização para sustentar. [Pe. Paolo]*

²²⁴ A Prefeitura Municipal, por meio dos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) alegava que a municipalização deste atendimento não era acompanhada de repasse de

contava com recursos de diversas instâncias, mas ficava sob a gestão da FEBEM, que repassaria os recursos às entidades sociais.

Nessa negociação, entre o final de 2005 e o início de 2006 o CEDECA passou praticamente seis meses sem pagar os funcionários do programa de medidas, pelo atraso no repasse dos recursos da Prefeitura e do Governo Federal. A situação foi insustentável, e a entidade decidiu fazer um acordo de demissão com cada um dos funcionários do programa. Em seguida, apareceu a nova proposta:

Em dezembro de 2005 saiu o novo edital da execução das medidas sócio-educativas. E aí eu vi o que eles chamaram de ampliação para as outras áreas, na verdade, foi a inclusão do ciclo da violência. Era para acompanhar os adolescentes em Liberdade Assistida, Prestação de Serviços à Comunidade e ciclo de violência. (...) Eram três núcleos sócio-educativos, e nas regiões “menos propensas” eles colocaram dois.

(...) E aí falaram que aqui eles haviam ampliado o atendimento, mas na verdade, aumentaram um núcleo na Vila Prudente, mas tiraram um núcleo de Sapopemba. Então, quarenta adolescentes só em medida sócio-educativa já não seriam atendidos por esse programa, fora o ciclo de violência. [o núcleo da Vila Prudente atenderia somente 30 adolescentes em medida, e os de Sapopemba 100 adolescentes em cada núcleo].

O modelo anterior tinha o Módulo de Gerenciamento, o Serviço de Proteção, o três Núcleos Sócio-educativos e a Incubadora. Essa proposta foi totalmente alterada, ficando só dois Núcleos de Proteção Especial.

No NPE, Núcleo de Proteção Especial teria um coordenador, que antes não tinha, um técnico administrativo, e dois registradores. Que estava no modo gerenciamento e acabou indo para o núcleo sócio-educativo. O serviço de proteção é claro que eles vão dar continuidade, mas ainda estão reformulando toda a proposta do serviço de proteção, e não colocaram a proposta para a gente. Eles te colocaram que se a entidade tinha interesse em continuar a proposta como estava, mas aí a gente já tinha mandado todo o corpo técnico embora. E a gente não tinha condição de contratar todo o pessoal novamente e como ainda não estava definida qual era a proposta não tinha condições da gente continuar, diante de toda essa indecisão.

Antes era um convênio com uma verba fechada e a gente gerenciava. (...) E nessa proposta agora a verba era engessada. Ela era fechada. Vinha o que era para recursos humanos, tirou a alimentação, continua transporte, material pedagógico, uma verba para supervisão, para contratar algum especialista. Isso deu continuidade. Mas o corte maior se deu no salário.

recursos suficientes, e que o município não tinha orçamento para continuá-la.

Porque o salário de um educador de R\$ 1.100,00 foi pra R\$ 780,00. [Célia].

A partir de abril de 2006, a proposta da SMADS, que o CEDECA foi obrigado a aceitar, diminuía de três para dois os núcleos de atendimento, e portanto rebaixava em um terço os recursos e a equipe responsável pelo projeto, além de diminuir o suporte ao atendimento prestado por advogados, psicólogos e assistentes sociais. A coordenação entrou então em contato com parte da equipe dos educadores demitidos havia alguns meses, para recontração. Mas agora o salário também tinha sido cortado em um terço. O CEDECA não poderia recontração as mesmas pessoas com um salário menor, e então a figura jurídica do Instituto Daniel Comboni, entidade parceira, foi acionada²²⁵. O clima da equipe já era de muito menos motivação, com esta nova proposta, mas o atendimento das medidas sócio-educativas teve prosseguimento no CEDECA.

Enquanto permaneci fora do Brasil, entre setembro de 2006 e agosto de 2007, o desenho do atendimento foi de novo modificado. Quando retornei a campo, em setembro de 2007, novas mudanças de convênio tinham sido negociadas, e finalmente o atendimento havia sido municipalizado. Os recursos repassados pela Fundação Casa passavam primeiro pela Prefeitura e depois vinham ao CEDECA. Na prática pouco se alterava, e a equipe havia permanecido a mesma. Mas o clima só seria de mais energia entre ela quando, em dezembro, o CEDECA recebeu o primeiro repasse da Fundação Telefônica, organização empresarial do terceiro setor paulista²²⁶, para complementar recursos para ampliar a qualidade do atendimento das medidas sócio-educativas. Há mais 18 meses assim, e depois deles uma nova proposta virá.

Se o atendimento de medidas sócio-educativas era central para todo o restante dos atendimentos, estas mudanças evidentemente chacoalharam a estrutura interna do

²²⁵ O Instituto Daniel Comboni é uma entidade parceira-irmã do CEDECA, sua sede está há 20 metros da sede do Madalena, e os combonianos foram grandes incentivadores – técnicos, políticos e financeiros – das principais lideranças do CEDECA. A relação histórica de proximidade permite este tipo de acordo entre as entidades, a depender das necessidades vivenciadas.

²²⁶ Ver www.fundacaotelefonica.org.br. Se os convênios públicos trazem tamanha instabilidade, ainda que estejam amparados legalmente e discutidos em diversos fóruns de participação social - CMDCA, Fóruns da Criança e do Adolescente, etc. – é possível imaginar como se comportam os convênios firmados com entidades privadas, do terceiro setor, que conta com recursos controlados muito mais centralmente.

CEDECA. Além disso, durante estes anos os outros convênios também foram desmontados. O Arte e Movimento perdeu o financiamento da Prefeitura Municipal, ficou parado durante quatro meses, e sua gestão foi repassada para o NASCE, entidade parceira. Obteve-se então novo contrato com a Secretaria Estadual da Cultura, em convênio que restabeleceu as oficinas artísticas no final de 2007. O NPV também não passou incólume: fim de convênio, mudança de prefeitura e secretarias, alguns meses sem financiamento, modificações na estrutura dos financiamentos, modificações na equipe, e em 2006 já não havia mais recursos para atendimento em situação de rua: a Cidade Bacana teve de ser extinta. O apoio familiar ganhou caráter mais técnico na retomada dos pedidos de financiamento, e a prefeitura pressionou para mudá-lo de bairro, ampliando seu escopo para toda a sub-prefeitura (com o argumento de que no Madalena já havia atendimento demais). Em 2007 o trabalho havia sido retomado, com uma equipe praticamente toda renovada, e o CEDECA procurava reestruturá-lo para retomar a tradição de mobilização e suporte aos outros projetos, que havia caracterizado sua existência até então.

Em suma, estive um ano acompanhando intensamente os atendimentos, num esforço imenso para compreendê-los em suas nuances, e montei todo um quadro de referências de como eles atuavam. Fiquei um ano fora do Brasil, em seguida, e encontrei outro CEDECA quando voltei. Sabia da instabilidade dessas coisas, e previa que com a saída do PT do governo municipal a entidade vivesse uma crise de financiamentos. Mas não esperava mudanças de tal ordem. Ninguém parecia muito abalado, entretanto: todos os anos eram assim, *as políticas sociais vem em ondas*, me disseram. Célia, a coordenadora do programa de acompanhamento das medidas sócio-educativas, concluiu assim sua explanação sobre as mudanças dos convênios dos últimos anos: *e enquanto isso, o narcotráfico deita e rola*.

CAPÍTULO 8. A entidade social

Quem somos: Somos uma organização não-governamental, sem fins lucrativos. Legalmente fundada em 23 de novembro de 1991, mas ativa desde 1985. Originada por integrantes da comunidade católica da região de Sapopemba, preocupados com a situação de risco e violência que vivem as crianças e adolescentes do município.

Promovemos atendimento a jovens que já tenham cometido infrações ou que tenham sofrido algum tipo de desrespeito aos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse atendimento é feito através de acompanhamento jurídico, pedagógico e psicológico. Com o suporte de atividades lúdicas, terapêuticas e de ensino. Além de respaldar as famílias dos jovens acolhidos e de sensibilizar a comunidade na qual estão inseridos nosso público-alvo.

Nossa Missão: O CEDECA, em suas atividades de atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes e suas famílias, tem como objetivo garantir à população o acesso a uma participação ativa na prática da cidadania. O eixo norteador de toda nossa atuação se baseia nos princípios do "Estatuto da Criança e do Adolescente" - (ECA), articulando-se da seguinte forma:

- **Formação:** Esse eixo visa a formação da comunidade acerca de seus direitos, pois estamos perante a um modelo de sociedade fundada no individualismo, e que apesar de se definir democrática, proporciona enormes espaços de marginalidade, exclusão social e violação dos direitos fundamentais de seus cidadãos.

- **Denúncia:** Omissão ou abuso do poder público contra crianças e adolescentes - fazemos a intervenção e o acompanhamento.

- **Articulação:** Promovemos a interação do trabalho de nossas várias equipes, para um melhor acompanhamento das crianças e adolescentes que atendemos. Ao mesmo tempo, fazemos parcerias com outras instituições públicas e não-governamentais, para obtermos um trabalho ainda mais eficaz.

- **Intervenção:** É a ação dos nossos projetos que visa a garantia dos direitos Humanos fundamentais para a população atendida e da comunidade. Atos infracionais - atendimento e acompanhamento dos adolescentes, com a atuação dos educadores e o respaldo do setor jurídico.

[obtido no sítio do CEDECA: www.cedecampt.org.br]

O CEDECA QUE ATENDE

No capítulo anterior discuti os desenhos do “atendimento”, dimensão central na descrição que o CEDECA faz de si mesmo, e fronteira primeira entre os adolescentes das favelas de Sapopemba e o mundo público – por ser fronteira entre eles e a entidade que atende, porta de entrada a todo um sistema centrado na idéia da existência e necessidade de garantia de direitos. Discuti como, especialmente no desenho do programa de medidas sócio-educativas, este atendimento está centrado na construção de um “vínculo”, do qual depende o funcionamento da rede de acesso aos direitos. Um “vínculo” que se estabelece entre o indivíduo atendido e quem o atende, ou seja, a partir de uma troca, desigual, entre funcionários do CEDECA e adolescentes do bairro. Este vínculo tem característica ao mesmo tempo pessoal e profissional, e é baseado na confiança. Na pesquisa de campo, também precisei de embaixadores locais que me ajudassem a ter um “vínculo” de confiança com as famílias e adolescentes. Essa necessidade é recorrente em qualquer pesquisa em periferias e favelas, hoje, e em qualquer intervenção social e pública que se pretenda fazer nestes ambientes.

Você tem que estar na comunidade. Por quê? Se você não estiver, se você perder a intimidade, uma intimidade assim com o povo, você não faz nada. Você não consegue. Eu falo, olha, você pode ser o melhor, sei lá, médico. Se você aparecer lá na favela e disser assim ‘eu tô aqui voluntário’... ninguém aparece. Mas se eu tenho intimidade [com as pessoas] e falo ‘gente, ó, tem lá o Gabriel, médico, gente boa, tá disponível. Vamos demandar do cara lá.’ Você vai trabalhar como louco. Mas alguém em quem eles confiam é que tem que dizer. [Valdênia].

O que Valdênia diz não é retórica. Há uma esfera de intimidade que condiciona a relação social com estes espaços. Uma esfera de relações pessoais, de confiança, que conformam a primeira relação da favela como o restante da sociedade. A necessidade desta primeira mediação, de caráter privado, deve-se à desconfiança prévia que, entre os dois pólos da relação, já se estabeleceu como regra geral de convivência. No caso do CEDECA, construído este vínculo inicial de confiança, o desenho da política de atendimento prevê ativar diferentes redes de suporte às demandas, nos âmbitos interno e externo ao programa de medidas sócio-educativas e à entidade.

Internamente há os psicólogos, assistentes sociais, advogados, o apoio familiar e as atividades artísticas; externamente haveria uma miríade de associações locais, programas sociais e religiosos, cursos de profissionalização, o sistema de saúde e educação formal e complementar, os órgãos de defesa de direitos da criança e do adolescente, de direitos humanos, o sistema de justiça etc. Espera-se, no sentido de ter esperança, que o atendimento seja só um caminho de passagem entre as demandas do público atendido e a “rede de proteção social”, que garantiria efetivamente os direitos dessa população.

Na engenharia dos programas de atendimento, portanto, o adolescente atendido teria uma gama de possibilidades de acesso a outras entidades sociais e instâncias de governos, o que propiciaria a instituição um fluxo *ascendente* de circulação de problemas a resolver, que encontrariam na rede de proteção social sua instância própria de resolução. Graficamente, este fluxo poderia ser representado pela imagem esquemática de uma árvore. De um ramo inicial – o vínculo individual – ativam-se outros ramos que levam as demandas do atendido a toda esta rede de instâncias competentes. Os ramos interconectariam o adolescente a diversas instâncias desta rede, e é este o desenho da intersetorialidade que se desenhou no ECA para o atendimento de crianças e adolescentes.

Mas há muita contradição no trabalho, não é? Vem uma verba pra você atender, você tem estrutura pro RH, estrutura pro espaço físico, e pro atendimento. Só que numa realidade como esta, ou como qualquer outra periférica em que o menino está em situação de medida sócio-educativa, você não tem muito a oferecer. Então o que é que você oferece a não ser o atendimento? Você vai encaminhar pra um curso, a escolaridade dele não permite ele entrar, isso sem contar que eles só falam gíria e muitos deles são tatuados, então isso já é uma forma de ninguém querer. E eles estão muito próximos dessa rede do crime que hoje é uma grana muito boa... se você pegar aí uma média [de remuneração individual], é mil reais [por mês], é muito dinheiro. E você não consegue uma bolsa que ultrapasse 200 reais. (...) Você não tem uma rede escolar que contemple esse jovem, porque a escola não quer ele... ela diz que ele não tem perfil, que não se enquadra, que ele é rebelde, tudo cai sobre os meninos da medida, “os LA”. Você não tem uma rede de saúde que permita fazer um diagnóstico de por que é que ele usa tanto a droga, que seduz tanto a droga, você não tem. Você não tem uma clínica, você não tem nada que permita que esse menino possa sonhar ou buscar outra coisa. Então é muito complicado o trabalho. E o que eu percebo é que a criminalidade, ela vem a cada ano diminuindo a idade de quem vai entrar nela, e ninguém discute isso. (...) Então há uma contradição. [Roberta]

A análise desta cientista social, com trajetória em diversas instituições da área social, sobretudo na área da infância, sugere entre outras coisas que o ambiente externo às entidades de atendimento, especificamente no caso do CEDECA, é *refratário* à ativação de uma rede de proteção de direitos. E a análise é bipolar: há de um lado um sistema de proteção limitado (a escola, a saúde e o trabalho não querem os “LA” em suas atividades), e há do outro lado o crime que não só acolhe os adolescentes em suas atividades, mas paga pelos seus serviços. Esqueçamos do crime pelo momento, e pensemos, sobretudo, nas tentativas de ativação desta outra rede, normativamente incumbida de defender os direitos destes adolescentes. Pude constatar em diversos casos individuais de atendimento que acompanhei – e que optei por não descrever em detalhe na tese, para não tornar enfadonha a leitura e privilegiar a coesão interna do texto – que o fluxo de demandas recebidas no atendimento é, em geral, *muito superior à capacidade de encaminhamento* para instâncias externas.

E mesmo que, por vezes, as demandas dos adolescentes consigam ser encaminhadas, não é incomum que as respostas sejam negativas. Por vezes, portanto, os ramos da árvore esquemática estão inativos: não há vagas para inserção dos adolescentes em frentes de trabalho, não há vagas em outros trabalhos para quem tenha antecedentes criminais, o sistema de saúde não oferece tratamento para dependência química. E outras vezes os ramos são tão altos que atingi-los é quase impossível: as vagas para o curso de informática são pagas, os aprendizes em seleção pela Embratel devem ter o ensino fundamental completo, os programas de proteção a pessoas ameaçadas exigem compromissos familiares e dedicação individual difíceis de serem obtidos entre os adolescentes em questão.

Graças ao ambiente externo pouco propenso a uma ação integrada e intersetorial para a defesa de direitos, o CEDECA muitas vezes se vê na encruzilhada entre dizer: “não é possível atender” ou procurar alternativas de atendimento que, mesmo que não sejam as ideais, possam auxiliar a resolução parcial das demandas que recebe. Não há como encaminhar o adolescente viciado em crack para tratamento de saúde, mas há uma psicóloga que pode atender o caso, visitar a família, tentar juntar várias famílias com problemas semelhantes num grupo, dedicar parte de sua semana a isso. O programa de proteção a indivíduos ameaçados é muito complicado, mas os profissionais da entidade podem auxiliar

a família a se mudar para a casa de um parente, contratar um caminhão de mudança e colocá-los dentro dele. Não há vagas gratuitas para o curso de informática, mas um instituto doou dez computadores que podem ser instalados na salinha do fundo, e um funcionário tem um amigo que pode dar aulas à noite, como voluntário.

Fazer atendimento significa então, na prática, mergulhar a organização que atende em uma situação particularmente difícil, a de tentar equacionar interesses os mais diversos, que chegam até ela pelas portas de recepção de demandas, e as possibilidades escassas de encaminhamento destas demandas. Isso não é exclusividade do CEDECA. Se há uma porta de entrada para atender uma população, ainda que ela seja seletiva, e um bloqueio ainda mais seletivo nos encaminhamentos destas demandas para fora da organização, parte significativa delas ficam *represadas* nas margens internas às organizações sociais. Disso surge uma tendência relativamente regular entre as entidades de atendimento das periferias de São Paulo, nas últimas décadas.

Sem o suporte externo adequado, tendo compromisso com a causa e sob pressão das demandas locais, estas organizações são empurradas a tentar resolver os problemas no nível interno à sua organização, espaço em que elas têm mais governabilidade. E as formas de resolução são também regulares: ao invés de encaminhar o adolescente para o tratamento de saúde, ou para o curso de informática, ou para o programa de proteção, a entidade gerencia as soluções – sempre atenuantes e parciais – com seus próprios recursos. E então, o ocorre é que a entidade se vê forçada, todo o tempo, a criar novas estruturas para novos atendimentos, que restam na organização e, com o tempo, passam a fazer parte dela. A gestão destes novos meios, e atendimentos, passa também a ser responsabilidade desta entidade: cria-se um convênio para financiar esta responsabilidade, e torna-se mais complexa a administração dos recursos disponíveis para ele. Exemplos como estes são incontáveis na rotina de uma entidade social, e a dinâmica não foi diferente nos 17 anos de CEDECA.

A tendência à expansão

A pressão por ampliação do atendimento se traduz, então, numa pressão por expansão do âmbito interno da organização. A organização tende a reproduzir internamente o que falta na rede de proteção. E quanto mais trabalho a fazer, mais recursos a buscar, mais gente a contratar, mais complexas as rotinas, maior necessidade de burocratização. Em diversos depoimentos dos coordenadores do CEDECA é esse o processo central que se pode delinear.

O CEDECA, ele passa por várias fases. Ele começa querendo ser só CEDECA, atender crianças e adolescentes. De repente a gente vira um mini... um mini-judiciário, uma mini-prefeitura, um mini tudo. [Valdênia].

“A demanda” é uma presença material e as tentativas de equacionar uma maior atenção à demanda fazem a entidade crescer também materialmente. Em São Paulo, acompanhar estas ações coletivas na última década é, entre outras coisas, acompanhar canteiros de obras. O trajeto do CEDECA é exemplar, neste aspecto. Em 1991 a organização comemorou a doação de *um* espaço para iniciar o atendimento, com ajuda da Igreja e do Unicef, e fundou a entidade. Quando eu comecei o trabalho de campo no CEDECA, em 2005, a entidade já contava com *cinco* núcleos de atendimento: a sede no Madalena, em que estavam situadas a administração, os atendimentos psicológico e de serviço social, além do setor jurídico; o Núcleo Sócio-Educativo do Madalena, numa casa alguns quarteirões adiante; o Arte e Movimento e o NPV, em outro prédio quase em frente desse; além de dois outros núcleos sócio-educativos, nos bairros vizinhos Sinhá e Fazenda da Juta. Em 2007 a sede do Madalena – uma casinha com diversas ampliações – foi inteiramente demolida, para a construção em seu lugar de um prédio de dois andares, com uma estrutura de funcionamento muito maior – atendimentos a grupos, plantões, atendimentos individuais, coordenação, CDHS etc.

Paralelamente, as mudanças de convênio do Programa de Medidas Sócio-Educativas, vistas no capítulo anterior, fizeram com que o Núcleo do Sinhá fosse extinto. Mas a Juta ampliava seu escopo de atuação para se tornar futuramente um outro Centro de Defesa, e abriam-se mais dois Centros Comunitários vinculados ao CEDECA e ao CDHS, um na favela do

Madalena (o Centro Comunitário Rua Nova, uma construção de centenas de metros quadrados no meio da principal favela do Madalena) e outro na favela do Jardim Elba (Centro Comunitário da Viela Santa Ângela, CECOVISA). Simultaneamente, o Arte e Movimento ficou sem financiamento, e foi transferido para uma entidade parceira, o NASCE (Núcleo Assistencial Cantinho da Esperança). Mas logo foi negociada uma outra proposta com a Secretaria Estadual de Cultura, e foram implantadas as “Fábricas da Cultura” no mesmo prédio²²⁷. Simultânea a esta alteração, por razões burocráticas, o Instituto Daniel Comboni, assumiu a gestão formal das Medidas Sócio-Educativas. Somando todos estes espaços, e mais a marcenaria-escola que o NASCE abriu nos últimos anos, já são portanto, em 2008, *nove* os núcleos de atendimento a crianças e adolescentes da rede local, que o grupo de pessoas que fundou o CEDECA administra.

Quando a organização é pressionada a crescer e a inchar progressivamente suas estruturas de atendimento, as suas características de mediação entre o público atendido e outras esferas da sociedade se alteram, se tornam mais complexas, colocam em convivências lógicas distintas. Pois a expansão da organização, que nasce da dificuldade em mediar um trânsito *ascendente* entre a demanda da base e o mundo público, tem como tendência fundamental a inserção de um fluxo oposto, o da gestão dos convênios imposta de modo *descendente* pelos órgãos de financiamento. A lógica da gestão dos convênios e da prestação de contas a quem os paga, que infla as atividades-meio da organização, passa a competir com a lógica de garantir os direitos da população atendida, que nasce do vínculo inicial dos atendimentos.

Se desde os debates para a formulação do ECA o melhor atendimento seria aquele representado pela figura de uma árvore, em que a demanda circula de modo ascendente e acessa diversas instâncias de resolução, no cotidiano mais freqüente dos atendimentos é como se em torno da árvore houvesse uma circunferência, a fronteira interna da entidade,

²²⁷ Ainda que a crítica ao programa, antes da implantação, fosse severa: *a Secretaria de Cultura queria criar a Fábrica de Cultura aqui. Agora, Fábrica de Cultura se reduziu a oficinas, duas oficinas por entidade, que te dão 300 reais para manter, não dá nem espaço, nem paga coordenador, paga puramente oficinheiros. Você deveria fazer no meio da rua, porque não tem outra coisa. É ridículo. Não é política social. O processo todo de discussão, três ou quatro anos atrás, durou meses, as ações que foram feitas... como era enrolação, não tinha dinheiro, foi pintar o muro, depois... (risos) Que vai fazer? Quem é que vai, o trabalho voluntário? (risos) Era propaganda política, não era política social. Quem marcou mais aqui na região é a vinda do CEU, com a Marta Suplicy, a vinda do CEU, que é uma estrutura importante aqui em Sapopemba. [Pe. Paolo]*

que mantivesse os ramos desta árvore retidos em seu interior. Como a árvore não pára de crescer, entretanto, a circunferência também é forçada a se expandir; cresce a entidade social, e os problemas a resolver ficam represados no nível local – nas periferias urbanas.

Esta tendência ao crescimento de organizações como o CEDECA, regular especialmente nas periferias mais consolidadas de São Paulo, desperta uma série de questões analíticas. A literatura já tratou relativamente bem dos contextos externos que condicionam esta expansão, a profissionalização, a onguização e a tecnificação do associativismo civil, dadas as mudanças estruturais da relação entre sociedade civil e Estado no período pós-autoritário²²⁸. Mas num outro registro, mais específico e vinculado ao debate desta tese, o que esta expansão das entidades de atendimento ilumina são outras fronteiras, bastante complexas, entre o mundo social das periferias e o âmbito das decisões públicas. A existência da entidade social chamada CEDECA, neste prisma, é e si mesma mediadora destas fronteiras, e os bloqueios impostos à sua atuação são vistos, aqui, como limitantes desta fronteira. Os atores envolvidos nesta expansão, as lógicas que se entrelaçam nela, os constrangimentos aos quais o CEDECA é submetido e suas tentativas de rompê-los fazem emergir tensões.

Os convênios públicos, o que se expande é a gestão

Aos poucos fui me dando conta de que eu havia chegado ao CEDECA quando começava ali uma crise, e todo meu período de trabalho de campo se deu no desenrolar desta crise. Crise porque o PT havia acabado de perder a prefeitura municipal, para seus adversários diretos, e o CEDECA petista sabia que as prioridades da nova gestão municipal não seriam destinadas para Sapopemba. É evidente que isso se confirmou, desde 2005 o orçamento dos convênios públicos destinados ao CEDECA foi reduzido paulatinamente, e a entidade passou a sofrer com a conjuntura externa. Mas crise também porque a principal personalidade da entidade,

²²⁸ A publicação que Dagnino & Tatagiba (2007) organizam traz, sob diversas perspectivas teóricas e analíticas, um “estado da arte” do debate sobre democracia, sociedade civil e participação no caso brasileiro. Teixeira & Tatagiba (2005) tratam da relação dos movimentos sociais paulistanos com a Prefeitura Municipal durante o governo Marta Suplicy, levantando questões deste processo de inserção institucional no período mais recente. Para uma abordagem do papel das ONGs na interface entre sociedade civil e Estado, ver Teixeira (2003).

que costurava como poucos o conhecimento da favela e da institucionalidade política, passando pelas atividades de gestão, de atendimento e de denúncia pública, deixava o CEDECA. Era preciso reestruturar o ambiente interno da organização, bastante acostumado à presença marcante de Valdênia, e nessa tentativa a entidade patinou: de 2005 a 2008 o CEDECA conheceu quatro coordenadores gerais e diversos coordenadores de programas distintos. Como em toda crise, há que se procurar caminhos, e só a tentativa e erro dizem se funcionou.

Ainda que estivesse em crise, entretanto, o CEDECA cresceu sem parar nesses anos. E a expansão da entidade social, como de uma família ou empresa, significa também a expansão de seu orçamento. Manter este orçamento passa a ser prioritário, até para manter o emprego de quem, com muito esforço, conseguiu fazer da militância uma opção de vida. Passa a ser fundamental, então, articular bem suas fontes de financiamento e seus compromissos com órgãos financiadores. As atividades de escritório passam a tomar mais tempo, é preciso gerenciar toda a máquina de atendimentos ao mesmo tempo que se planeja o ano seguinte, e o ciclo não tem fim.

O CEDECA optou preferencialmente pela busca de financiamentos públicos para o atendimento direto, tanto porque sua rede de relações políticas permite acesso, sobretudo, às disputas sobre os fundos públicos, tanto porque, em seus princípios de atuação considera-se que o Estado deve arcar com os atendimentos, para que o papel da sociedade civil não seja o de substituí-lo. Optar pela busca de fundos públicos significa aprender a negociar os “convênios” com diversas Secretarias de Estado, nos níveis municipal, estadual e federal. E esta negociação envolve disputas de poder que obedecem a lógicas distintas. O caso das medidas sócio-educativas é emblemático.

Em 2007 o CEDECA atendia muito menos adolescentes do que em 2005, com os cortes de convênios dos núcleos sócio-educativos, do NPV e do Arte e Movimento. Entretanto, a gestão da entidade era muito mais complexa agora. Era preciso rearticular os convênios, situar entidades parceiras como responsáveis formais por esta negociação (tirando os projetos do guarda-chuva do CEDECA seu “ar petista” diminuiria, o que aumentaria a condição de negociar), religar os laços com entidades empresariais (alternativas de financiamento externo) etc. O descompasso entre a tendência de crescimento da

administração do CEDECA e a diminuição de seu atendimento direto foi notável. A característica mesma dos convênios públicos pressionava por estas mudanças:

Os convênios públicos financiam o atendimento, eles não dão margem para a manutenção da entidade. Então a entidade tem que caçar recursos fora para manter a sede, para manter alguém para coordenar tudo, isso é um grande desafio. [Pe. Paolo]

Quando os convênios de atendimento caem, amplia-se esta busca, e o que aparece é o foco na manutenção da entidade. Se os convênios não financiam a manutenção da entidade, mas sim os atendimentos, a lógica é que a entidade já existe e é só um meio para a realização dos atendimentos, tomada como fim. Mas a entidade social é sempre obrigada a inverter essa lógica para continuar existindo, e fazendo atendimento. Sabendo que os convênios – e, portanto, o atendimento que financiam – são instáveis e precários, a entidade procura fortalecer sua estrutura interna. Os atendimentos passam, na gestão cotidiana da entidade, a serem meios para que a estrutura se mantenha. Novos convênios favorecem a circulação dos recursos e a diversificação das formas de ação, o que lhe oferta credibilidade social e rede de relações com diversos financiadores, que pingam recursos para manter sua estrutura interna. Um “grande desafio”, portanto, passa a ser a manutenção da entidade, que aos poucos ganha centralidade nas lógicas da gestão. A entidade tende a autonomizar e priorizar suas tentativas de manutenção da gestão, e diversificar os projetos de atendimento para que possam ser flexíveis às mudanças frequentes do ambiente externo de financiamento.

Era a demanda por ampliar o atendimento que fazia o CEDECA tender ao crescimento, mas quando ele cresce, a instabilidade externa a faz focar no seu interior. Os recursos recebidos para o atendimento vêm e vão, e os atendimentos efetivos não conseguem crescer na mesma proporção da entidade. Cria-se um ciclo: os recursos externos para manutenção são instáveis, a ampliação do atendimento não se efetiva como se esperava, e aí a demanda não diminui, e, portanto, continua a pressionar por crescimento. Se há demanda, há sempre novos projetos a serem tentados, ensaiados, frustrados, enfim, operados. Se a instabilidade externa é norma, é preciso fortalecer a organização local, garantir que ali estejam sempre presentes os responsáveis pela mobilização, para que inclusive ela suporte os períodos de entressafra – governos de tendência política oposta, períodos sem repasse por instabilidades políticas diversas, etc.

Este ciclo de crescimento das organizações é centrado, portanto, na expansão das atividades-meio, de gestão. O número e a qualidade dos atendimentos não acompanham esta expansão²²⁹. Quando se expandem as atividades-meio, infla-se também o sistema de mediações entre o público atendido e a resolução de suas demandas. A fronteira entre este público e as instâncias responsáveis pela garantia de seus direitos se torna então mais complexa. Pois passa a contemplar não apenas sua relação com as entidades sociais de bairro, mas também com as lógicas da burocracia submetida aos regimes eleitorais, o sistema de justiça e o perfil altamente instável dos financiamentos públicos dos programas sociais. É preciso reter esta fronteira no acesso desta população aos seus direitos formais. Mas não é só disso que se trata.

DENTRO DE UMA ENTIDADE SOCIAL, OUTRAS FRONTEIRAS

O CEDECA de “Sapopemba”: o ideal da “comunidade política”

O CEDECA é de Sapopemba, e isso é sempre muito repetido em campo. É assim que ele é chamado. Estive algumas vezes em audiências e atos públicos em que Valdênia se pronunciou, e ela sempre iniciou dizendo que vem da periferia, da zona Leste, de Sapopemba. Sempre reivindica seu território como o lugar de onde parte sua locução. O CEDECA “Sapopemba” é parte da vida social de um território, e mais do que isso, um operador de uma “comunidade” neste território. Na operação discursiva de fundação e reprodução desta comunidade, como de qualquer outra, há tensões e disputas que se estabelecem. O basismo e a tendência política de esquerda são constitutivos nas trajetórias

²²⁹ O fato da qualidade do atendimento vir à tona neste contexto confirma isso. *E agora a gente já disse: se for nos moldes que a Prefeitura tá exigindo, nós não queremos. Porque eles querem pegar só os técnicos, colocar em um plantão que hoje atende 100 adolescentes, eles querem que atenda uma região de 460 mil pessoas. Que é toda a subprefeitura da Vila Prudente. Nós não vamos aceitar. E é complicado porque, por exemplo, nós tivemos que discutir com outro CEDECA porque eles aceitaram aquele projeto da família [que a prefeitura propôs], em que um assistente social atende mil famílias, um educador atende 800 famílias... quer dizer, eu falo pra eles ‘vocês vão acompanhar por teleconferência’? Só se for, porque não existe. Então veja, as entidades tem que fazer o controle. Se ele aceita uma situação dessas como é que ele vai discutir direito? Nós estamos falando de dignidade. Nós não temos interesse em manter as pessoas empregadas. Nós temos interesse em manter um projeto sério. O atendimento cria muito cabide de emprego. E se você não ficar muito em cima...[Valdênia].*

das principais lideranças da entidade, mas as diferem do corpo profissional que chega para atuar ali. As tramas mobilizadas para o preenchimento das vagas da organização são sempre manifestação desta tensão.

Bete, uma das ex-funcionárias do CEDECA, militante tradicional da causa da infância na região, é agora Conselheira Tutelar de Sapopemba. Sua irmã Célia, também moradora e militante antiga do bairro, era a coordenadora das medidas sócio-educativas de 2005 a 2007. Ambas já foram criadas no bairro, conheceram de perto a mobilização das comunidades eclesiais de base e se envolveram na luta de fundação do CEDECA desde sua origem. São parceiras de militância de Valdênia, que deixou formalmente a coordenação do CEDECA em 2005, e passou a atuar no CDHS, no mesmo prédio. Valdênia, entretanto, permanecia presente nas reuniões da diretoria de ambas as entidades, e de mais algumas tantas da região. Uma de suas irmãs, idealizadora do projeto de um centro comunitário no Jardim Elba, passou a coordenar este núcleo de atendimento e a circular mais freqüentemente pelo prédio do CEDECA, entidade parceira. Da mesma forma, Lucas trabalhava no CEDECA há muitos anos um dos coordenadores do programa de medidas sócio-educativas em 2005, morador do bairro e professor na rede pública. Deixou a instituição com o término de um convênio, mas passou em seguida a coordenar uma marcenaria para adolescentes e jovens portadores de necessidades especiais, tocada a algumas quadras pelo NASCE. Sua esposa Juliana é a ex-coordenadora do Arte e Movimento, atual coordenadora do NASCE. Ambos atuam nas entidades sociais do bairro desde sua juventude, nos anos 80. Alguns dos padres combonianos que atuaram na fundação do CEDECA, Pe. Xavier, Pe. Valentim, Pe. Paolo, também já passaram pela diretoria da organização e das seis Comunidades Eclesiais de Base que seguem ativas em Sapopemba. Sempre foram próximos dos moradores. *É quase uma família*, me disseram logo que conheci este grupo de pessoas.

Este primeiro conjunto de trajetórias que compõem o CEDECA, portanto, não circula profissionalmente por organizações da sociedade civil de caráter temático, não envia currículos em busca de emprego, não necessariamente têm capacitação técnica ou nível superior. Trata-se de um conjunto de profissionais, muito experientes e muito articulados, que circula, sobretudo, por uma rede comunitária e local de associações, cujos critérios de recrutamento são baseados no pertencimento a núcleos de relações de parentesco, amizade e

militância²³⁰. Pertencer a essas redes, pelo histórico recente do desenvolvimento das associações de periferias, é pertencer também a uma “comunidade”, inclusive religiosa.

Apesar das inúmeras mudanças dos últimos anos, é esta a comunidade que amalgama ainda hoje o núcleo-duro da equipe do CEDECA. Quem compartilha a experiência de viver esta comunidade tem acesso ao centro das discussões e do poder da organização. Os integrantes deste núcleo, mesmo que nem sempre estejam na coordenação técnica de projetos, mesmo que não estejam diretamente empregados num período ou noutro, são invariavelmente os responsáveis pelas articulações externas à entidade que permitem que os convênios e parcerias se firmem, que os projetos se materializem, que outras pessoas sejam contratadas, que novas associações se fundem. São estas pessoas que permitem, ainda, que se estabeleça um outro “vínculo”, agora organizacional e não individual, entre o CEDECA e a “comunidade”, agora entendida como a população das favelas do bairro. E este vínculo se faz, para além do atendimento, e pelo histórico das ações coletivas desse território, a partir de dois grupos de funcionários igualmente pertencentes à “comunidade”, mas de perfil distinto desse anterior.

1. Os militantes de base: capilaridade social

Almir, um dos educadores do NPV, outra figura central para minha inserção no campo, era também participante da Escola de Samba do bairro e amigo do pessoal do futebol de salão. Vindo de família muito vinculada à luta dos movimentos sociais petistas do ABC, tinha o atendimento direto que realizava, com as famílias, tanto seu sustento como seu meio de fazer política. Participava ativamente dos momentos de formação e das manifestações do CEDECA. Tinha muito trânsito pelas favelas, conhecia todo mundo, fazia bem essa ponte entre o CEDECA e o bairro. Conhecia e mantinha uma relação de respeito com os donos das “biqueiras”, com os meninos do crime, não julgava ninguém e mantinha-se fora do raio das fofocas o quanto podia. Tinha clareza que o atendimento das medidas sócio-educativas

²³⁰ *Tem CEDECA que você tem famílias inteiras trabalhando na mesma entidade. É muito ruim. Que a gente até já discutiu no CEDECA, eu falei ‘gente, se o Supremo já decidiu [contra o nepotismo], vamos acompanhar. Não podemos vacilar.’ O CDHS a gente já tem como critério, família não, né? No CEDECA a gente começou a abrir a discussão. Mas nós temos que encarar, sabe, não perder o bonde. Porque isso sai no retrato, não tem jeito. [Valdênia].*

não resolvia o problema, exceto se tivesse muita estrutura externa para encaminhamento. Foi ele quem me disse, o que me ajudou muito, que o CEDECA, para uma boa parte dos meninos do crime, era um elo de uma mesma cadeia de relações – vive na favela, ingressa no tráfico, em outras formas de crime, combate e é pego pela polícia, vai para a FEBEM, sai de lá para cumprir Liberdade Assistida no CEDECA, simultaneamente retorna ao tráfico, termina o acompanhamento no CEDECA e volta a ser preso, agora já tem mais de 18 anos e vai para a cadeia.

Binho é outro militante de base do CEDECA, e se lembra com detalhes de quando a “Casa das Meninas” foi criada no bairro. Via as meninas com shorts cavados lavando a calçada, mas sabia que se tratava de um trabalho social, e disse que não *entendia nada*. Por freqüentar as reuniões do PT desde esse período conheceu Valdênia e seu grupo, mas foi se integrar ao trabalho do CEDECA muito mais tarde²³¹. Trabalhando como educador do programa de medidas sócio-educativas, dizia se importar especialmente com a dimensão política do trabalho. Contou histórias de lideranças sociais populares das favelas de Sapopemba dos anos 80, dos movimentos de moradia dali e das suas percepções sobre como a ação política das periferias havia declinado desde então. Fomos juntos à uma manifestação política que o CEDECA integrou, era isso que o estimulava: a mobilização dos adolescentes e famílias para a denúncia pública de sua condição e luta por seus direitos, a possibilidade de fazer política sobre um solo de privações.

Na atuação de profissionais como Almir e Binho é que as lideranças mais antigas do CEDECA apostavam, para manter sua capilaridade social e seu “vínculo com a comunidade”. A presença deles, inclusive, auxiliaria que educadores mais jovens como Daniela, moradora da favela do Jardim Elba, ou Cristiano, nascido no bairro, tivessem acesso às discussões presentes na origem do CEDECA.

²³¹ O PT é, evidentemente, articulador central desta rede. Valdenir, uma liderança tradicional dos movimentos de moradia da zona Leste, conheceu o CEDECA e a área da infância nas articulações dos movimentos sociais. Foi um dos coordenadores do CEDECA por um período curto, deixou seu posto para dedicar-se à carreira política, saiu candidato a vereador de São Paulo pelo PT duas vezes.

2. Os ex-atendidos

Neto era atendido pelo NPV, se deu bem na capoeira e virou instrutor do grupo por cinco anos. Foi mantido no projeto enquanto havia financiamento, depois arrumou um emprego numa loja num shopping-center do Tatuapé. Bianca, 24 anos, conheceu o CEDECA quando ainda era “público-alvo”, atendida por ser vítima de abuso sexual dos 13 aos 15 anos; hoje é funcionária do setor administrativo e envia as mensagens que divulgam as atividades da entidade. Tem três filhos e a guarda de cinco dos seus nove irmãos, todos os que têm menos de 18 anos. Michele trabalha na recepção do CEDECA e é amiga de muitos dos adolescentes atendidos; nasceu e cresceu no bairro, fez 19 anos e estava organizando um cursinho informal para ela e um grupo de amigos em 2007. Quer prestar psicologia. Cristina, cuja trajetória aparece telegraficamente no capítulo anterior, fez 40 anos em 2007, foi uma das atendidas por Valdênia e equipe na “Casa das Meninas”, origem do CEDECA Sapopemba. Não teve pai nem mãe, nem tios nem avós; alternou internações e situação de rua até a maioridade, depois seguiu Valdênia e os combonianos por onde eles andaram. É mãe de um menino tímido, o Anderson, e assumiu a faxina da instituição, seu primeiro emprego com carteira assinada, em 2005. O CEDECA também emprega ex-atendidos. É parte do trabalho, estes jovens funcionam como efeito-demonstração da viabilidade e da eficácia do atendimento.

É preciso assinalar que estes subgrupos de funcionários do CEDECA, sendo todos de Sapopemba, obedecem claramente às clivagens internas ao bairro, assinaladas já na Introdução, e demonstradas pelas trajetórias dos Capítulos 2, 3 e 4. O núcleo-duro da instituição é composto por moradores antigos do bairro, quase sempre proprietários das casas em que vivem, depois de uma trajetória familiar amparada no emprego industrial dos familiares e na ascensão social. O segundo grupo, de militantes de base da organização, é basicamente composto por famílias trabalhadoras, que enfrentam dificuldades financeiras cotidianamente, mas não precisam viver na favela. O terceiro grupo, de ex-atendidos, é todo composto por moradores de favela, cujas famílias têm trajetórias muito mais expostas ao desemprego e à violência.

Se há distinções de concepção de mundo e de posições frente ao cargo que ocupam no CEDECA (para os primeiros estar ali é sobretudo militância, para os segundos militância e emprego simultaneamente, para os últimos é basicamente emprego) todos eles diferenciam-se de um outro perfil de funcionários do CEDECA, de características mais técnicas, que chega graças à ampliação da entidade e dos convênios firmados para os atendimentos. Para este grupo, o CEDECA é parte de um mercado de trabalho profissional.

O CEDECA dos convênios: o ideal técnico da “política social”

O CEDECA é uma organização social que executa uma função pública específica (a defesa de direitos de uma parcela da população), função prevista por uma legislação específica (o Estatuto da Criança e do Adolescente), segundo critérios de atendimento desenvolvidos por profissionais especializados. Para realizar sua “missão”, o CEDECA funciona como um espaço de produção e reprodução de saberes técnicos, um “saber fazer” decantado por todo um campo já estabelecido de atuação profissional, notadamente ocupado por *advogados, assistentes sociais, psicólogos e educadores*.

Nos anos em que estive mais próximo do CEDECA, entre 2005 e 2006, o número de funcionários envolvidos com os atendimentos oscilou entre 35 e 70. Em quaisquer que fossem as condições de convênio, já vimos que funcionários diretos da entidade eram só três ou quatro – coordenadores e seu secretariado. O restante da equipe é todo custeado pelos “atendimentos”. Lógica da gestão moderna, quase tudo é terceirizado e os empregos são instáveis. Já vimos ainda que uma equipe de gestão permanece na entidade de modo mais perene, e que os convênios de atendimentos vão e vêm. Quando começam estes convênios, e é preciso atender o público, as redes de contatos desta equipe central são acionadas e chegam ao CEDECA profissionais para trabalhar num projeto específico, com duração determinada. Atuam por vezes em mais dois ou três projetos, de outras entidades, simultaneamente. Os convênios terminam, os governos e chefias de secretarias mudam, e estes profissionais saem do CEDECA e circulam por seus mercados de trabalho.

Desde que a tendência da sociedade civil à profissionalização e tecnificação se estabeleceu, as ações coletivas são também um mercado de trabalho em expansão. Clarice, a psicóloga

das medidas sócio-educativas em 2005, saiu do CEDECA e hoje produz laudos sobre violência doméstica e abuso sexual para o judiciário, prestando serviços para uma organização da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); Roberta, a antiga coordenadora do programa de medidas sócio-educativas, e ex-diretora de uma unidade de internação da FEBEM, deixou o CEDECA e se dedicou ao seu doutorado. Diego, antigo assistente social da entidade, especializado em violência doméstica e na questão da masculinidade, encontrou no ABC outra ONG interessada na sua atuação. Danilo, um dos advogados do CEDECA, especialista na área de direitos humanos, integrou um projeto de avaliação de políticas sociais e depois resolveu estudar para um concurso. Aurora, ex-coordenadora geral, vinha de uma experiência no terceiro setor empresarial, e tinha vínculos com projetos apoiados pelos combonianos. Trata-se de um grupo de pessoas conectado a redes de suas profissões, notadamente do serviço social, da pedagogia, da psicologia e do direito, que circulam entre ONGs e entidades sociais. Todos eles tendem a um posicionamento político de esquerda, mas poucos deles identificam-se com a “opção preferencial pelos pobres” ou o basismo do grupo mais comunitarista. Praticamente todos eles chegaram ao CEDECA por uma oportunidade profissional, através das redes mais amplas de contato da organização, e a rotatividade deles é muito maior, comparada aos funcionários locais.

O que importa notar é que, quando as organizações sociais das periferias tendem a crescer, este perfil de funcionários tende a se tornar mais presente em suas dinâmicas internas. Os convênios exigem a contratação de especialistas, as entidades sociais necessitam dos convênios, e portanto uma série extensa de profissionais de nível superior, especializados no atendimento a esta população, passa progressivamente a ocupar os quadros de organizações como o CEDECA. Pela capacidade técnica e pelas experiências profissionais anteriores, este grupo passa a disputar espaço e poder no interior dessas organizações. Parte deles passa a adquirir efetivamente posições estratégicas na gestão, e então é toda uma outra trama de relações que se mobiliza. Valéria, psicóloga da entidade há alguns anos, assumiu em 2007 a coordenação geral do CEDECA e imprimiu ali um ritmo bastante mais gerencial do que a coordenação anterior. Indivíduos menos marcados pela militância política de base, e menos vinculados ao território em que o CEDECA se situa, as equipes profissionais que chegam às

entidades sociais em geral colocam em marcha um conjunto de práticas distinto daquele que originou o CEDECA, o que evidentemente não se faz sem tensão.

Um conflito latente

Evidentemente, a pressão por profissionalização da sociedade civil coloca sob xeque o núcleo-duro da equipe do CEDECA, formado pelas redes militantes vinculadas às comunidades de base. A existência de funcionários de perfil comunitário no centro da organização, e sua lógica de atuação baseada em redes privadas de amizade, parentesco e militância política conflita com a lógica de atuação centrada no discurso dos especialistas. Sobretudo porque, via de regra, estes especialistas estão a princípio submetidos hierarquicamente aos quadros comunitários. O contraste entre os depoimentos destes dois grupos foi marcante durante toda a pesquisa, e os trechos abaixo são claros a esse respeito:

Tem uma coisa muito de comunidade aqui... ai, essa coisa me incomoda um pouco, um pouco muito, assim. (...) Mas tudo bem. A gente vai aprendendo a lidar com isso. (...) Não sei, você que está vendo também deve ter percebido, não é? Falta, pra algumas pessoas, profissionalismo, assim. Algumas pessoas levam muito pro lado pessoal. Você faz um comentário do trabalho dele, ele acha que você está falando da pessoa dele, não do profissional dele. Então, você tem que ter muito jogo de cintura, e tem hora que cansa, você ter que ficar explicando as coisas assim. [Fernanda]

Por exemplo, eles perceberam que fazia falta uma formação para o pessoal saber escrever relatório. Gente, isso para mim é um a priori, entendeu? Você vai contratar um educador, tudo bem. Não tem nem problema se você quer contratar alguém da comunidade para dar uma chance à comunidade. Só que você tem que assumir a responsabilidade de contratar essa pessoa. Porque se essa pessoa não sabe trabalhar com certeza vai ter alguém sobrecarregado. Entendeu? Agora, para chamar educador de educador, (...) a priori essa pessoa tem que saber Paulo Freire de trás para frente e de frente para trás. Aí você pode começar a pensar em chamar o cara de educador. E tem que ter um critério. Não há critério de seleção no CEDECA. Houve assim: ah “fulana”. “Fulana” nunca trabalhou com adolescente, não sabe se escada escreve com “s” ou com “z”. Mas morre de vontade de trabalhar com adolescente. Ora, você está com vontade de trabalhar com adolescente? Então vá se capacitar e depois venha procurar o emprego. E não o contrário. É essa coisa de empregar aqui no CEDECA porque é da comunidade. [Clarice]

Na década de 80 nós tínhamos muita formação pelas comunidades eclesiais, muita. Então, assim, eu que sou faladeira, não é porque eu sou

mais espertinha, eu tive mais oportunidade. Então estudávamos tanto filosofia quanto política, quanto outras coisas. Nós aprendíamos a ler jornal. Hoje, o grupo que está não teve essa oportunidade. E nós temos um problema sério da alfabetização funcional... universitários. Hoje o Centro de Defesa tem umas 10 pessoas com nível universitário, ninguém é capaz de sentar à mesa e escrever um projeto com condições de ser lido. Entende? Então assim, nós conversamos e estamos preocupados no centro de formação em dar aula de português, aula de redação. [Valdênia]

E foi tudo construído com muita garra. (...) Mas foi um trabalho muito interessante, acho que nós tivemos muita sorte com as pessoas que a gente contratou, e como foram pessoas, principalmente os educadores, foram indicados pela comunidade, então as pessoas também já sabiam o que elas iam enfrentar, e estavam muito dispostas a reverter todo esse quadro [de violência] também. [Célia].

Interessa pouco para a tese a disputa pessoal que começa a se travar nos cotidianos da entidade, entre estes dois perfis de funcionários; entretanto, a regularidade dos conteúdos dessa disputa nos últimos anos pode ser instrutiva. Sabe-se que todo o associativismo civil tende a se tecnificar, e essa disputa interna ao CEDECA é típica desse processo de mudança²³². Em muitas outras associações o conteúdo das disputas é exatamente o mesmo. Sabe-se também que este processo de tecnificação e especialização das ações coletivas de periferia, constitutivo na demanda por inserção institucional dos movimentos sociais desde o começo dos anos 90, interferiu significativamente no trânsito, hoje já bem estudado, de um tipo de ação social de cunho fortemente reivindicativo para outro perfil de atuação, fundado nas “parcerias” e na negociação de contratos e projetos, sobretudo mas não somente com governos. E que este trânsito confluiu para a diminuição das discussões de tipo normativo e ideológico, de cunho mais claramente crítico e político. A assertiva de que *não há por que discutir as causas estruturais da desigualdade e da pobreza, há que se propor soluções viáveis para sua resolução* está contida nesta disputa interna ao CEDECA até porque ela dominou os debates nos últimos anos²³³.

Um resumo (um pouco caricatural) da posição destes dois grupos seria a seguinte: o grupo de especialistas, notadamente nas suas crises com a instituição, acusa o CEDECA de obedecer a interesses particulares do grupo comunitário. As ações da organização estariam

²³² Trabalhei com detalhe sobre este processo em Feltran (2005, caps 3 e 4; 2008a).

²³³ Uma discussão sobre exatamente este ponto é feita em Feltran (2006).

submetidas aos interesses pessoais, aos laços de amizade, familiares e religiosos presentes entre seus membros, que explicariam tanto as hierarquias internas quanto o “cabide de empregos” que garante a subsistência destes indivíduos e famílias. O grupo de militantes e moradores da “comunidade”, por sua vez, vê os técnicos como “outsiders”, pessoas que estão de passagem até o fim do convênio, que não conhecem a favela ou a história de militância local, que não têm o mesmo compromisso com a região e seus problemas, e que no geral promovem a despolitização das questões de fundo da missão do CEDECA, por centrarem demais o olhar no que a direção considera como atividades-meio²³⁴.

CONFLITOS INTERNOS, TENSÕES DA POLÍTICA

Os conflitos internos a estes grupos do CEDECA remetem então a questões mais amplas. Até porque, no cotidiano destas pequenas disputas, o que está em jogo é a imagem do que o CEDECA deveria ser. Elaborar-se aí, portanto, uma disputa pelos significados do que quer dizer “CEDECA”, que como toda disputa por nomeação, é fundamentalmente política. No ideal normativo do primeiro grupo de militantes, mantido ao longo dos mais de vinte anos de atuação no bairro, o CEDECA deveria ser uma espécie de catalisador do trânsito de demandas e interesses do “povo” de Sapopemba até o espaço público, o que propiciaria à “comunidade” uma aparição em terreno político. Esta mediação não seria feita exclusivamente pelo CEDECA, mas por todo um conjunto de instituições semelhantes, articuladas a organizações mais centrais da sociedade civil, do sistema partidário e do Estado, em torno de um mesmo projeto político. O ponto de chegada deste trânsito seria a garantia dos direitos – sociais, civis e políticos da população atendida, entendendo-se aí o direito como medida de sociabilidade e de existência político-institucional dos adolescentes e jovens atendidos.

Este ideal, portanto, constrói a imagem do Centro de Defesa como uma primeira instância de representação do território em que se situa, e de suas populações. Constrói também um

²³⁴ *Olha, como é que nós ficamos três anos com o projeto Oficinas de Teatro e nós não conseguimos trabalhar o Estatuto [da Criança e do Adolescente] através do teatro? Aí a pessoa quer ir lá dar a técnica do teatro. E pra nós não interessa. É por isso que muitas coisas no processo, a gente vai abrindo mão.[Valdênia]*

ambiente de discursos nos quais o CEDECA participaria numa rede mais ampla que, cumpridos seus propósitos, o conectaria ao mundo público, mediando sua aparição política como representante dos setores que atende²³⁵. Esta aparição política funcionaria para pressionar por mudanças mais amplas na relação entre a sociedade e o Estado, ou mais precisamente, entre as favelas e o Estado. O fluxo de representação *ascendente* iria dos atendimentos à defesa dos direitos, das privações materiais ao espaço público, das carências à afirmação de existência política. Em suma, a ação coletiva chamada CEDECA transformaria a comunidade social que a compõe em comunidade política, a serviço de um projeto de transformação.

Em contrapartida, o ideal normativo do outro grupo de funcionários da entidade, formado não tanto na militância mas sobretudo no debate técnico sobre os convênios e políticas sociais de atendimento, seria a gestão integrada e em rede dos atendimentos ao “público-alvo”. O CEDECA seria então considerado uma entre outras entidades sociais, braços capilares de atendimento à demanda por direitos sociais fundamentais da população. O Estado e o terceiro setor estariam no centro da formulação destas políticas sociais, e a “rede conveniada”, como é chamado o conjunto destas entidades, teria como função realizar a ponta de atendimento destas políticas, segundo seus “públicos-alvo” específicos²³⁶. E, evidentemente, segundo critérios gerais, definidos pela gestão municipal, estadual ou federal e válidos para todas as entidades. Para esta gestão, são elaborados editais, processos seletivos, são negociadas propostas em conselhos, fóruns, balcões etc. Mas, no final das contas, já não importa se é o CEDECA, o Instituto Daniel Comboni ou o NASCE quem atende. Interessa que alguém se disponibilize para atender, segundo os critérios de gestão previamente definidos, e apresente sua contrapartida. Interessa que os recursos sejam escoados, que os mercados de trabalho profissionais sejam preenchidos, que os

²³⁵ Evidentemente, utilizo-me aqui dos referenciais analíticos consagrados no estudo dos movimentos sociais em São Paulo, desde Sader (1988) até Paoli (1995). Estes foram os referenciais que também empreguei em Feltran (2005), para pensar a continuidade destas trajetórias sociais e políticas depois da ruptura dos anos 90.

²³⁶ Há muitos anos o atendimento a crianças e adolescentes financiado pela Prefeitura Municipal se divide entre “Rede Direta”, formada por creches e centros educacionais diretamente vinculados à Prefeitura Municipal, e “Rede Indireta”, ou “Rede Conveniada”, formada pelo conjunto de entidades civis (religiosas, comunitárias, filantrópicas não-governamentais etc.) que recebem recursos da Prefeitura para manutenção mensal de seus atendimentos. Há técnicos da Prefeitura que, ainda que precariamente, fiscalizam a qualidade dos atendimentos e avaliam a sua continuidade ano a ano.

atendimentos sejam realizados segundo as determinações centrais. Na perspectiva do gestor, as políticas sociais devem contar com o braço de execução das entidades da sociedade civil, até porque os governos já não podem e já não querem se responsabilizar por toda a atenção primária dos atendimentos²³⁷.

A lógica da gestão institui, portanto, um fluxo de caráter *descendente*, que parte dos governos e outras instâncias centrais nos espaços de tomada de decisão e chega às entidades sociais, para dali escoarem até as populações atendidas²³⁸. O CEDECA, neste ideal normativo da gestão, é um braço de atendimento a serviço das políticas sociais.

Esse conflito entre concepções do que deveria ser o CEDECA não é novo; aliás, ele tem uma cronologia precisa em São Paulo. Surge como tema já na eleição de Luiza Erundina em 1988, e nos debates específicos do CEDECA para os atendimentos em questão aqui ao menos desde 1998, quando foi elaborado o desenho do atendimento de medidas sócio-educativas. Como já discuti acima, é justamente o atendimento que institui este conflito, e nesse caso o cenário era favorável à sua instituição, até porque o movimento anterior à formulação da proposta de convênio contou tanto com discussões com outros Centros de Defesa, fortemente politizados, quanto com financiadores públicos e privados, mais vinculados, neste caso, a um projeto de gestão do mundo social.

Num primeiro momento, a resolução do conflito se deu por uma decisão de direção: os quadros militantes e católicos que dirigiam o CEDECA equacionaram a tensão

²³⁷ Não podem primeiro porque, no modelo de financiamentos de políticas públicas vigente, da direita à esquerda, “o Estado está falido para as políticas sociais”, como me dizia um gestor público municipal há alguns anos. Em era de “ajuste fiscal” os orçamentos desta área são escassos, submetidos à lógica do custo-benefício, e os programas atendem sempre uma demanda muito menor do que a realmente existente. Não podem também porque, às vezes, os públicos-alvo já estão inatingíveis. A gestão pública já não tem a capilaridade social das organizações como o CEDECA. E, finalmente, não querem porque, terceirizando a gestão das pontas, pode-se “enxugar a máquina”, torná-la mais eficiente e rentável – há que haver recursos para o custeio, a folha de pagamento, as dívidas interna e externa, os juros de cada uma delas etc. Faço esta discussão em Feltran (2006). A noção de “democracia gerencial”, formulada por Tatagiba (2003) me parece uma chave para pensar este processo. O mesmo processo é analisado, sob o prisma da gestão estatal em reforma, em Paes de Paula (2005a).

²³⁸ *O sentido do vetor é claro na fala de um dos dirigentes do CEDECA: quando o poder público começa a querer também dar respostas aos desafios sociais, à população mais pobre, vai procurar lá no bairro aquela entidade que já tem credibilidade, uma certa organização, tem uma estrutura física, e aí assina um convênio. [Pe. Paolo].*

subordinando a dimensão profissional e técnica dos atendimentos, e mesmo da busca por convênios, a um projeto de atuação política de cunho movimentista.

Então, o que é que nós estamos falando: nós podemos ter o atendimento, mas esse atendimento tem que estar a serviço da ideologia e da visão da entidade. Porque alguns, até coordenador, o ano passado falavam assim 'mas de repente a gente tá com um planejamento essa semana, aí de repente a gente tem que lotar ônibus e ir pra lá [para manifestações políticas]. Isso não é massa de manobra?' Falei 'Depende. Se você tá só ocupando a garotada, é massa de manobra. Mas se você vem trabalhando a conjuntura com essa garotada, sem perder de vista a vida real deles, não é massa de manobra. Isso é cidadania'. [Valdênia]

Enquanto essa normativa prevaleceu, o conflito permaneceu latente, e a entidade exercitou seu discurso combativo. Conheci o CEDECA em 1999 como um movimento social, com todas as características que nomearam este conceito, que fundamentalmente estão centradas na busca por um estatuto político de locução²³⁹. É dessa época, por exemplo, o episódio de ruptura unilateral de convênio com a FEBEM, operada pelo CEDECA, por divergências quanto ao desenho de atendimento proposto pelo governo estadual. Se o atendimento era subordinado à luta política, não fazia sentido manter o convênio com o custo de prejudicar o atendimento de referência que se propunha.

Em 1998 nós assinamos um convênio, uma parceria com a FEBEM para acompanhar os meninos em LA. Aí quando foi em 2002 nós tivemos que romper com essa parceria, porque nós acreditávamos em outra proposta. A questão do convênio era até para colocar que é possível um outro trabalho de execução dessa medida, uma metodologia de trabalho diferenciada e de acordo com o ECA. E aí o que a gente percebeu, mesmo ligado ao Estado, é que a gente tava fazendo muito mais a questão burocrática do que realmente fazendo uma intervenção pontual, e foi aí que a gente falou: não a gente tem que rever todo o nosso trabalho. E também não tinha condições mesmo de diálogo com a FEBEM; foi quando nós rompemos. Uma decisão bastante difícil, porque a gente tinha todo um contato com os adolescentes, e o medo também de perder todo esse trabalho junto com os meninos... já em 2002. E aí foi pra mim, pessoalmente também um momento muito difícil, porque eu não queria sair do CEDECA, e ao mesmo tempo tinha que sobreviver, que trabalhar. [Célia]

Com a FEBEM a gente celebrou convênio, mas chegou um ponto que as exigências burocráticas... por exemplo: te mandam uma verba pra comprar lanche, só que o irmão do adolescente, que vem com ele, não

²³⁹ Paoli (1995).

pode tomar desse lanche. Então é meio incabível... aí então nós dissemos: ou mudamos os critérios, ou então nós rompemos, porque dignidade é uma coisa que não pode se abrir mão em hipótese nenhuma. E aí nós rompemos, ficamos quase dois anos sem convênio, agora com o processo de municipalização nós retomamos. [Valdênia]

O atendimento fortaleceria os laços com a comunidade e seria referência para outras entidades, já que os meninos em medida sócio-educativa tinham poucas opções em meio aberto, mas paralelamente o CEDECA deveria exercitar sua “vocação” como Centro de Defesa, ou seja, resgatar os trabalhos de base autônomos, as denúncias públicas e as ações coletivas de cunho reivindicativo. Pode-se dizer que esta decisão funcionou para manter o conflito entre as duas concepções na latência até início de 2004, ou seja, enquanto Valdênia – que é advogada, militante, católica, petista, moradora do bairro, basista e articuladora de convênios ao mesmo tempo – manteve-se na coordenação geral da entidade. Com a saída dela da coordenação, nesta data, que coincide com a retomada de um convênio de proporções enormes com governos municipal, estadual e federal²⁴⁰, a lógica da gestão burocrática retorna com muita força e passa, pouco a pouco, a inflar as rotinas da entidade. Sem uma figura forte na mediação cotidiana, a tendência foi que o conflito latente se tornasse mais presente nas discussões internas ao CEDECA. Até porque Valdênia e o grupo movimentista mantinham-se pouco presentes nos cotidianos da entidade mas muito influentes nas decisões centrais. A diretoria passou a questionar mais abertamente as coordenações técnicas dos projetos, e o conflito entre técnicos e militantes se explicitou progressivamente durante o ano de 2005 e, sobretudo, nas crises geradas pelo atraso no repasse dos recursos, no início de 2006.

Os Centros precisam retomar a sua vocação política. Então, com o CEDECA a gente tá fazendo a mesma conversa. Tem que ser profissional, não dá pra ser amador, você tem que saber o que você vai fazer, não dá pra ser só na intuição. Mas você tem que ter essa visão política e você tem que estar na comunidade. (...) Quando eu falo assim, tem o ato do “povo da rua”, tem tudo a ver. Então vamos lá. Tem um problema na Febem? Os outros tem que saber, porque a criança que está na entidade é irmã da que está dentro da FEBEM. É uma questão de respeito com o próprio núcleo da pessoa atendida. Por exemplo, você veja os trabalhadores de uma entidade como o CEDECA e o CDHS... dia 1º de maio não é um dia de folga. Nós conseguimos, há dois anos que a gente

²⁴⁰ O desenho deste convênio, e seus desdobramentos, são discutidos em detalhe no Capítulo 7.

já consegue ir pro ato no Ipiranga, como atividade pedagógica. Mas nós levamos um tempo pra dizer ‘Ô, escuta, a maioria dos pais tão desempregados ou tão no trabalho informal e nós vamos pra praia porque é dia 1º de maio?’ Não tem lógica. Mas não é fácil. Porque não necessariamente estas lógicas [a lógica movimentista e a profissional] apontam para a mesma direção... mas elas podem apontar.[Valdênia, grifos meus]

Valdênia mantém a decisão pela atuação movimentista como central, mas não descarta a necessidade de profissionalismo, que deve, no entanto, subordinar-se à ação política. Nos cotidianos da entidade, esta postura militante enfrenta resistência importante do corpo técnico, que já assumira posições de destaque na gestão interna. Este grupo não aceita a submissão do atendimento técnico a um projeto político, até porque, argumenta-se, o mundo político real não é como no ideal de militância, é sempre instável e subordinado a interesses para além do escopo da governabilidade da entidade. E além do mais, estes técnicos, parte do CEDECA, já não se sentem como “representantes naturais” da população atendida. Se no tempo das CEBs a representatividade dos movimentos que apareciam publicamente era considerada assim – era a “comunidade” que se mobilizava, as lideranças do movimento eram “da comunidade”, o partido era “dos trabalhadores” – é justamente esta naturalidade da representação que passa, mais recentemente, a ser questionada.

Por exemplo, tinha uma manifestação, a coordenação falava ‘Vamos todos os funcionários.’ Teve uma manifestação que eu fui que eu nem sabia o que eu tava fazendo lá, não é? ‘Vamos, tem que ir.’ Aí chegava lá e você não entendia o que você tava fazendo lá. Gente, quem tem que estar aqui é o povo que mora lá, os adolescentes, a comunidade, tal. [Fernanda]

Importa a participação dos funcionários, profissionais e militantes do CEDECA nas manifestações políticas, ou quem deveria participar é a população atendida?

Eu não posso falar dos demais, mas a nossa crise é justamente essa. E essas reuniões que tão acontecendo lá no CEDECA, diretoria, etc, é justamente pra discutir isso. [Valdênia].

Uma decisão bastante simbólica da mudança da configuração desta disputa, no CEDECA, foi a nova celebração de convênio com a FEBEM, em 2007, em moldes muito semelhantes aos que a organização, cinco anos antes, havia se negado a cumprir. *As coisas mudam, mudam rápido, e não saem do lugar*, me disse Célia sobre a dança dos desenhos de convênio, a cada novo governo, a cada novo cenário. *E assim se perde tudo e voltamos tudo*

para trás, confirma Ilda, funcionária do CEDECA desde 1998. Sinais de que a crise atingia, sobretudo, o grupo de militantes mais tradicionais da organização, de caráter mais comunitário. Entretanto, há sempre Valdênia para mediar uma alternativa em que as duas frentes possam coexistir. A criação do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba é, nitidamente, um novo espaço de ação militante em que o grupo movimentista vai se fortalecer.

RESPOSTA À CRISE: o CE DE CA faz atendimento, o CDHS faz política

A demanda é tão gritante, tão urgente, que todo dia é emergencial. Então não sobrava tempo para levantar a cabeça e olhar por que é que isso estava acontecendo, as causas da situação. As crianças e adolescentes estavam envolvidos [com o crime], por quê? Então fazer mais análise estrutural, as causas, e articular com as outras forças sociais, fazer formação e ser um agente de interlocução com o poder público. Mais político, menos uma extensão do poder público para as políticas de assistência, onde o Estado não está chegando, que é o CEDECA. O CEDECA hoje, basicamente... nós pretendemos ser diferentes, mas é muito difícil, exatamente pela urgência da demanda.

O que acontece? Assinando convênio você já é parceiro do poder público. Muda a relação, muda completamente, e vai diminuindo um pouco a capacidade combativa, de criticar, de denúncia do abuso e da negligência do poder público, a ausência do poder público. Que, você faz uma pequena ação amenizadora da violência social com, digamos, 300 crianças, e tem 3000 abandonadas. Então você faz uma ação que mostra o caminho mas não atende, não responde à demanda que seria precisa ali, uma política pública. Só que você está como parceiro, você acaba gastando seu tempo na burocracia da relação, (...) que é absurda, os atrasos, os pagamentos, as prestações de conta, o seu tempo acaba nisso aí, na burocracia. É uma relação às vezes muito desgastante. Você não tem mais tempo para fazer formação de lideranças, fazer análise de conjuntura, se perguntar porque é assim a situação, ir às causas e não mirar apenas os efeitos, os sintomas da violência institucionalizada. É daí então que surgiu o CDHS, e a provocação que vem para o CEDECA é não ficar simplesmente no atendimento. [Pe. Paolo].

Se você é um braço de atendimento, você perde sua autonomia política, perde a capacidade crítica, perde a força reivindicatória. Porque a gente assina convênios, eles passam dinheiro, pagam seu salário, então você acaba praticamente cooptado. Isso é o que acontece. Igual a qualquer outra entidade pública, seja na educação, saúde... tentar atender então a população, o menino infrator, na liberdade assistida, a criança que está na rua depois da escola, e tal. Nós queríamos superar esse limite, superar

a cooptação, manter a autonomia do movimento social. De fato, o CEDECA surgiu com essa característica muito clara nas pessoas que criaram o CEDECA, de ser alguém que provocasse a sociedade, a Igreja, mas [depois tornou-se sobretudo um braço de atendimento].

Quando eu cheguei aqui em Sapopemba há 6 anos, 6 anos e pouco. Havia uma conversa no ar, de criar um centro de Direitos Humanos. (...) As reuniões, para começar a pensar o CDHS, exatamente com o intuito de criar algo mais político. Então, acho que as duas coisas não podem ser separadas, o CDHS é uma evolução do CEDECA. Eu acho que você não pode ignorar o CDHS, é uma etapa importante e o CDHS questiona o CEDECA também, agora, para não ser simplesmente uma entidade que coopera com o poder público. Mesmo que brigue com o poder público, mas que acaba sendo aquela extensão dele lá na periferia. (...) [O CDHS] surgiu a partir de uma reflexão sobre o CEDECA, e com a exigência de ampliar e qualificar a laço do CEDECA na questão estrutural, superando o simples atendimento da demanda, fazendo intervenção social.

O povo perguntava “porque criar outra entidade?”. Eu vejo duas razões, uma é um pouco a inércia, a resistência a mudar, das lideranças históricas que compunham o CEDECA, que você entra numa certa rotina, depois para mudar é difícil. Então, apesar de fazer formação, de fazer essa reflexão, não se via mudanças. Então acho que uma razão é essa. Então, vamos criar algo novo. A outra questão é que o CDHS abrange toda a área dos direitos humanos, sociais e civis e não apenas de crianças e adolescentes. Uma abrangência maior.

Acho que funcionou, e o CDHS não é só uma evolução do CEDECA mas é um elemento articulador de todo o movimento de Sapopemba. É uma referência para o movimento da saúde, movimento da moradia, o Instituto Daniel Comboni. Inclusive, hoje, graças ao CDHS que o CEDECA veio a ter essa integração maior com o Instituto Daniel Comboni.. Hoje é via CDHS que as pessoas se aproximaram, se conheceram. (...) Criou uma rede muito forte. [Pe. Paolo]

Emerge do depoimento do Pe. Paolo a solução encontrada pelo grupo militante, que fundou o CEDECA, para continuar fazendo política. Se os convênios são vitais, e se o CEDECA já está inserido em sua lógica, é melhor partir para uma outra iniciativa que, no conjunto, articule as duas formas de ação. É preciso ao menos fazerem coexistir os atendimentos e a ação política. Acredita-se que é preciso continuar fazendo pressão e denúncia, discutindo as questões estruturais, e portanto monta-se uma outra entidade para esta função²⁴¹.

²⁴¹ Instituição que inclusive retoma um laço mais forte com a igreja católica: *o CEDECA começou dentro do movimento da Igreja como provocação para a própria Igreja, às pessoas conservadoras, e depois foi se tornando mais e mais autônomo, e houve um certo distanciamento. No CDHS fizemos questão que surgisse*

As principais lideranças da fundação do CEDECA migram para o CDHS paulatinamente, a partir de 2001 mas sobretudo a partir de 2003, e esta passa a ser a entidade mais central para a mediação política do prédio que ambas compartilham no Madalena²⁴². Desde 2003, progressivamente, o CDHS vai assumindo mais e mais a tarefa de executar a articulação dos movimentos de base, o trabalho de formação e as denúncias contra as “violações de direitos” no bairro. Nega-se a obter convênios para realizar atendimentos, prioriza a manutenção de uma equipe enxuta de profissionais, pagos por doações de sócios e pela cooperação internacional, sobretudo italiana, que a proximidade com as redes combonianas permite. As ações do CDHS, nos últimos anos, de fato passam a ter mais impacto público que as do CEDECA, e o foco da entidade passa a ser a denúncia ao “abuso” do poder público no trato com as periferias, incluindo-se aí a violência e corrupção policiais.

É basicamente sobre este tipo de ação, que articula o grupo de fundadores do CEDECA e do CDHS a redes mais amplas de atuação política que o capítulo seguinte trata. Conclui-se nele a linha que tentei compor para organizar a descrição etnográfica do CEDECA de Sapopemba ao longo dos capítulos: linha iniciada na trajetória de um adolescente atendido, depois em seus grupos familiares, na relação deles com o CEDECA pelas distintas formas de atendimento propostas pela entidade, seguindo pelos modos como estes atendimentos conformam conflitos no interior da organização social e na relação com os convênios públicos e, finalmente, chegando às dimensões externas e propriamente políticas da atuação desta organização.

como expressão da organização das Comunidades Eclesiais de Base aqui em Sapopemba. O que chamamos de “setor”, né. Apesar que este apoio, essa colaboração, é mais em princípio, mais em ideal, que efetivo. Porque depende muito de algumas pessoas comprometidas. Essa é a realidade. Nas reuniões tinha pouca gente, aquela coisa, só aqueles que realmente acreditavam. Éramos um grupinho que se reuniu por mais de um ano para pensar o CDHS. Mas hoje se firmou, o CDHS tem uma credibilidade. [Pe. Paolo].

²⁴² Estas lideranças permanecem na assembléia de diretoria do CEDECA mas, nitidamente, a partir de 2006, cedem espaço interno para que os atendimentos funcionem segundo sua própria lógica.

CAPÍTULO 9. Ação política

Manhã de dezembro, 2005, em frente à sede do CEDECA e do CDHS, no Madalena. Ponto de encontro. De lá, entrei no carro do Pe. Paolo rumo à uma das favelas do bairro. Do meu lado uma freira negra a falar em inglês, cabelos trançados presos para trás. Ela vinha da Eritreia, eu não conhecia ninguém nem nada de lá. Os cristãos são perseguidos por lá. Ela dizia que a luta dos movimentos populares era semelhante no mundo todo, que o favelado também era negro, que se sentia em casa. Cinco minutos depois já estávamos à pé na entrada da favela, descemos as vielas fechadas, passamos por moradores que nos cumprimentaram sem entusiasmo. Um deles gritou ao longe, depois de passarmos: ‘quando é tempo de política vem todo mundo pagar pau!’ No ponto mais baixo e central da favela, que ocupava duas encostas íngremes, uma obra recente de canalização abriu uma via de acesso onde antes havia um córrego. O mau cheiro e as palafitas cederam lugar ao cimento, e sobre o cimento já se aglomeravam umas vinte pessoas, alguns rostos conhecidos, formando uma roda.

Valdênia ao microfone. ‘Vamos descer, para participar dessa conversa, para mostrar que em Sapopemba a gente sabe receber as visitas com calor humano’. Explicava que se tratava de um ato do CDHS, de protesto contra a violência policial, e citava nomes de adolescentes dali que tinham sido assassinados pela polícia. ‘Estamos aqui em nome deles, pela memória deles’. Falava com propriedade, conhecia as mães dos meninos e suas histórias. Seria lançada naquele ato uma publicação da Anistia Internacional, relatório sobre o policiamento em favelas no Brasil²⁴³. Algumas pessoas apareciam nas janelas, curiosas, outras efetivamente desceram para o ato. No centro da roda, no chão, havia cartas de solidariedade, escritas por defensores de direitos humanos e vítimas de violência de muitas partes do mundo. Num canto o grupo de samba do Arte e Movimento dava o tom. Já éramos quase cem.

Eu com meu caderno na mão, desenhando a cena e anotando trechos das falas no microfone. Liguei meu gravador mas havia muito ruído, desliguei. Um senhor alcoolizado se aproximou, me disse seu nome completo e idade, e que queria dar seu depoimento. Enquanto eu dizia amenidades para tentar me desvencilhar, ele puxava uma jovem pelo braço, mostrando-a para mim: ‘escreve aí, essa daqui deu uma filha para os outros, o nome dela é Ana Maria dos Santos’. Trouxe em seguida, também pelo braço, uma criança que circulava: ‘o pai dessa daqui é um safado sem vergonha’. Disse que a polícia ‘só entra em casa de vagabundo’. A polícia ‘só invade a casa de quem merece’. Apontou para uma mulher negra. ‘Aquela ali é prostituta’. Eu a conhecia, havia entrevistado toda sua família²⁴⁴. Sentou-se no chão, apontou para mais e mais pessoas, agora com discrição, e me resumiu os dramas que cada

²⁴³ Anistia Internacional (2005). Uma foto do evento pode ser vista na pág. 317.

²⁴⁴ A história de Fabiana e de sua família, por remeter a questões semelhantes às tratadas no Capítulo 4, acabou não compondo o grupo de histórias familiares trabalhados na Parte II desta tese.

uma vivia. Dramas intensos, como muitos dos que encontrei por lá. ‘Um coração ferido por metro quadrado’, me lembrei da letra do rap²⁴⁵.

Enquanto isso, Valdênia já começara a chamar alguns dos presentes para darem seus depoimentos públicos: o próprio Pe. Paolo, coordenador das comunidades eclesiais de base de Sapopemba²⁴⁶; ‘seo’ Chico, o presidente de honra do CDHS; uma militante de direitos humanos do Rio de Janeiro; outra de São Bernardo do Campo; outra de Guarulhos. Parentes de vítimas de violência policial de várias cidades. O Pe. Valentim, apresentado como aquele que, num final de ano, mandara a Hebe Camargo voltar para trás com suas câmeras de TV e um caminhão de mantimentos para doação. ‘Muito amiga do Maluf essa Hebe Camargo’, ela dizia ao microfone. Em seguida foram chamados um pastor da igreja evangélica de São Bernardo, representantes do movimento dos sem-teto e de diversas entidades de direitos humanos, além dos técnicos responsáveis pelo relatório da Anistia Internacional. Estavam ainda por lá Conceição Paganele, diretora da AMAR, e alguns coletivos contra a tortura. Por último, anunciou-se a presença de uma série de parlamentares, todos do PT: o vereador Paulo Fiorilo, os deputados estaduais Renato Simões, Zico e Adriano Diogo, um representante do deputado Ítalo Cardoso, e o deputado federal Devanir Ribeiro. Cada uma destas pessoas fez uma intervenção curta, seguida de aplausos. Um rapaz do movimento de moradia filmou o evento, há um circuito em que este material circula²⁴⁷.

Saí dali de novo com o Pe. Paolo e, depois de almoçar com um grupo de funcionários do CEDECA, tomei meu ônibus para a rodoviária. Comprei minha passagem, dei dois passos e, sincronicidade: cruzei com Valdênia, que acompanhava o grupo de militantes cariocas que também voltava para casa. Sentamo-nos todos enquanto esperávamos os horários dos ônibus, tomamos cerveja em lata, falamos sobre favela e direitos humanos. Comentei sobre a quantidade de parlamentares presentes. Valdênia falou que esperava mais participação dos moradores, mas que tinha sido bom, ‘é um processo’. Comentamos que estavam lá moradores de favela e muitas entidades e políticos, que algo os aproximava e algo os distanciava. Voltei para casa. [diário de campo]

²⁴⁵ Trecho da canção V.L. (Vida Loka) Parte 2; Racionais MC’s.

²⁴⁶ *Esse é um cargo que peguei este ano (2005). Fiquei por falta de outra opção, só para transição. A minha paróquia é a São Sebastião, tem a Nossa Senhora das Graças no Jardim Elba, a Reconciliação, que é o Parque Santa Madalena, depois tem o Divino Espírito Santo, que é bairro Planalto e Antônio Vilela, depois tem Nosso Senhor da Esperança, que é o Sinhá, e Fátima, Santuário de Fátima, lá no Jd. Sapopemba, que é o mais antigo. Santuário de Fátima existia já, acho que antigamente era uma paróquia só. [Pe. Paolo]*

²⁴⁷ Como se sabe, desde os anos 70 desenrolam-se iniciativas de “comunicação popular”, que instituíram entre os movimentos sociais e seus simpatizantes a circulação de material de divulgação das experiências. Esse circuito é crescente e acompanha as mudanças tecnológicas, que tornam mais simples e baratas as produções.

DO CEDECA AO CDHS: a retomada da “vocação política”

No capítulo anterior, descrevi as razões pelas quais as principais lideranças do CEDECA optaram pela cria o do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, e paulatinamente migraram para ele. A argumenta o destas lideranças deixa claro que o surgimento do CDHS   consequência da trajetória do CEDECA, e dos limites   a o política que a expansão dos atendimentos impuseram ao grupo. O CEDECA surgiu para fazer a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, como um movimento social, mas com o passar dos anos teria sido limitado nesta a o por ter se tornando um braço de atendimento de programas sociais dos governos. Como a lógica da gestão destes programas e a lógica movimentista de crítica e pressão política muitas vezes são incompatíveis, na prática, o corpo dirigente do CEDECA decidiu criar o CDHS.

A fun o desta nova entidade, portanto, seria basicamente a de retomar os princípios de atua o política dos movimentos sociais, a pressão da sociedade civil sobre governos, o trabalho de forma o de base, a luta por políticas sociais e a denúncia pública da viola o dos direitos da popula o do distrito. O CDHS seria assim uma rea o aos constrangimentos da gestão; além disso, ele ampliaria o escopo de atua o do CEDECA, não se restringindo mais ao tema das crianças e adolescentes. Agora todos os moradores de Sapopemba teriam uma entidade de defesa.

A idéia inicial não era a de uma divisão, em que o CDHS fizesse política e o CEDECA apenas atendimento; as tentativas de fazer o CEDECA agir politicamente continuaram e, de certa forma, continuam existindo. E, por outro lado, o CDHS também faz plantão jurídico, uma versão minimalista do atendimento. Mas, nos cotidianos do edifício onde atuam o CEDECA e o CDHS, esta divisão de tarefas se processou sem que se desse muita conta: o CDHS tem na sua equipe direta as lideranças mais combativas e politizadas, e não tem compromissos com convênios, portanto mais autonomia para lançar ofensivas políticas e tentar ocupar os debates públicos com o tema dos direitos humanos; o CEDECA permanece mais na retaguarda, atendendo a popula o, negociando os repasses de verba via convênios com os governos e fazendo uma defesa pontual dos direitos dos adolescentes atendidos, no dia-a-dia, com ênfase no plano local. A a o política do CEDECA esteve contida, nos

últimos anos, aos limites institucionais demarcados pelo atendimento e, mais recentemente, esteve mais vinculada à participação em eventos e mobilizações capitaneadas pelo CDHS.

Nesta divisão de tarefas, aos poucos foram se estabelecendo também duas redes distintas de contatos em torno destas entidades, redes relacionadas e *complementares*. De 2005 até 2008, pode-se dizer que o CEDECA teve mais contatos cotidianos com as organizações de caráter local, em Sapopemba, e com as secretarias de governo, na negociação dos convênios de programas sociais. Manteve-se então, e sobretudo, entre organizações de atendimento da área da infância e adolescência, órgãos financiadores e poder executivo. O CDHS, por sua vez, ora atuou diretamente com famílias do bairro, na defesa de casos específicos de violação de direitos, ora em articulações temáticas, nas denúncias de violações de direitos junto a organismos civis e políticos vinculados ao debate acerca dos direitos humanos. Nestas articulações, o CDHS mobilizou atores especialmente nos poderes legislativo e judiciário, tendo como mediadores, muitas vezes, parlamentares do Partido dos Trabalhadores. Além disso, e por não estar comprometido com uma rotina de atendimentos tão pesada quanto a do CEDECA, o CDHS teve mais liberdade para acompanhar com detalhe situações específicas, de conjuntura, como o julgamento em 2005 do Coronel Ubiratan, responsável pela operação que ficou conhecida como “massacre do Carandiru” em 1992; a “quarentena” da polícia na favela do Jardim Elba, no final do mesmo ano; ou as conseqüências locais dos “ataques do PCC”, em maio de 2006.

A criação do CDHS, que era uma reação às dificuldades impostas, acabou, portanto, por ampliar a capacidade de ação do grupo de militantes do CEDECA e o CDHS. Hoje, estas organizações fazem parte de uma trama – muito complexa – que liga as famílias das favelas de Sapopemba às entidades sociais locais, grupos religiosos, financiadores de projetos, distintas organizações da sociedade civil e do terceiro setor, além de diferentes atores do sistema político, incluindo aí movimentos sociais, partidos políticos e setores do Estado, nos três poderes. Esta trama, evidentemente, funciona em diferentes temporalidades e segundo uma disputa de interesses diversa: pode ser ativada tanto para acompanhar ações judiciais de longa duração quanto para participação em atos numa única tarde, a depender das conjunturas.

Neste capítulo, inicio a descrição da ação política destas entidades pela distinção das formas principais como esta trama de atores é mobilizada. Num segundo momento, analiso as conseqüências diretas do ciclo de protestos contra a violência policial no distrito, o que faz reaparecer a temática da violência – se é que ela havia desaparecido. A reação às ações políticas do CDHS é marcada por ameaças de morte, atentados, exílios e acusações, sobretudo contra Valdênia, seus familiares e as entidades em que atua. Viver à espreita de um atentado vira rotina na vida da principal liderança popular de Sapopemba, de alguns anos para cá, e de certa forma ocupa também o dia-a-dia do CEDECA e do CDHS. Na seção final do capítulo desenho em linhas gerais duas frentes de ameaça que constroem hoje a atuação do CEDECA e do CDHS: o “mundo do crime” no plano local, e a violência policial, de tipo político, a partir das intervenções no mundo público.

FORMAS DE AGIR POLITICAMENTE

Pois bem, se o CDHS é criado justamente para fazer a crítica, reencontrar a ação autônoma movimentista e fazer política, é preciso investigar como isso se desenrola.

Levamos quase dois anos discutindo com assessores, elaborando, ouvindo outras entidades de direitos humanos, como o Centro Santo Dias, Padre Ezequiel Ramires, até chegarmos ao nosso centro, que resolveu trabalhar com o viés da formação, articulação e denúncia. Que seria a promoção [de direitos humanos]. Agora é que a gente está pensando em chamar a questão da mídia, como um quarto ponto, como pauta, pautar [a mídia]²⁴⁸. Trabalhamos com plantões jurídicos, mas cada ano com uma temática. Nós trabalhamos dois anos com a temática da violência policial, este ano com a questão da mulher. (...) A gente pensou ‘o plantão vai ter sempre tudo. Mas vamos sempre pegar um eixo por ano pra gente poder aprofundar, trabalhar melhor.’ [Valdênia]

Apesar de ter sido informado e recebido algumas das cartilhas da área de “formação” do CDHS²⁴⁹, e de ter acompanhado à distância os trabalhos deste primeiro eixo de atividades,

²⁴⁸ O CEDECA e o CDHS têm buscado sensibilizar jornalistas da grande imprensa para o tema dos direitos humanos, e têm obtido algum espaço para reportagens e pequenas notas relativas a eventos públicos promovidos pelas instituições. A questão da FEBEM é sempre explosiva e midiática, e pelo viés do “menor infrator” os editores por vezes enviam seus repórteres para Sapopemba. As ameaças sofridas por Valdênia nos últimos anos também têm sido noticiadas na imprensa.

²⁴⁹ CDHS, (2005, 2006 e 2007).

atenho-me aqui sobretudo aos outros dois eixos centrais de atividade desta organização (“articulação” e “denúncia”), por serem eles os principais vetores a ação diretamente política da entidade. Estes eixos de ação se manifestam, na prática, em quatro formas específicas de interferir no debate público, apresentadas aqui segundo o critério da menor à maior vinculação com a institucionalidade estatal: i) rituais públicos como os atos, manifestações e passeatas; ii) as “audiências públicas”, que traziam para as favelas do distrito debates com representantes de diversas instâncias de poder; iii) a ação junto a comissões parlamentares e conselhos gestores de políticas públicas; e iv) a formalização de denúncias e ações de violações de direitos humanos, e o acompanhamento de seu desenrolar no sistema judiciário. O CDHS e o CEDECA implementaram todas estas formas de agir politicamente durante o período de pesquisa, dando mais ênfase em uma ou outra a depender das conjunturas e das disputas de interesse a cada momento.

1. Rituais públicos: atos, manifestações, passeatas

Quando acontece alguma história de ir pra rua, tem a manifestação, nós vamos pra lá. Como agora com essa história do Carandiru, nós vamos pra lá. Porque a garotada, sobretudo em medida, é a próxima a ir pro Carandiru, um presídio. São as principais vítimas. Então, eu acho que a articulação externa ela tem que perceber isso, se dar conta desses reflexos. [Valdênia]

Diego me contou do ato na praça da Sé, comandado pelo Pe. Júlio, que lembrava a impunidade dos responsáveis pelo massacre do Carandiru. O CEDECA e o CDHS compareceram, com os funcionários e alguns atendidos. Me disse que houve uma performance, em que 111 pessoas, cada uma com um número e o desenho de uma cruz, se deitaram no chão em frente à catedral. A imagem dava a dimensão da quantidade de gente assassinada de uma vez. O Suplicy se deitou com o número 13, e depois, no revezamento entre os presentes, foi ele, o Diego, que se deitou no chão no lugar do senador. Ao seu lado havia um morador de rua, e nos minutos que permaneceram deitados eles conversaram. Conversaram sobre a dureza do chão, da pedra dura do calçamento da praça. O morador de rua comentou que eram 111 deitados naquele momento, mas que em São Paulo havia mais de 11 mil pessoas morando na rua, dormindo no chão. ‘Imagina o que é isso?’, ele disse. Era o senador, era o CEDECA, era o morador de rua. [diário de campo]²⁵⁰

²⁵⁰ Na pág. 316 há uma fotografia deste ato público.

Mais um ato, agora de desagravo, com a presença da Anistia Internacional. Vamos lá. Saí do CEDECA de carona com uma advogada da entidade, e seguimos para o centro da cidade. Lá eram as mesmas pessoas que eu via quando trabalhava na Fundação Abrinq. O Pe. Júlio dando entrevistas e depois saindo a bater as portas, os funcionários das ONGs da área da infância e a discussão sobre a FEBEM. Mais uma rebelião sangrenta, com a novidade de que agora o governador atribuirá a responsabilidade do evento à presidente da associação de mães dos internos (AMAR) e a um militante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, que haviam visitado a unidade de internação uma semana antes. As mesmas pessoas – do movimento da infância paulistano – reuniram-se, então, num ato de desagravo aos acusados. A imprensa estava presente, e um dos fotógrafos, se não me engano do Estado de São Paulo, levou cópias das imagens obtidas, mas não publicadas, da rebelião em questão. Um menino fora assassinado, e alguns foram feridos. As fotos mostravam o corpo, as formas como ele foi exposto durante a rebelião. Havia também frases pintadas em lençóis e muito sangue. Aquelas imagens ficaram impregnadas em mim por dias. Quanto mais faço pesquisa, mais fotos de gente morta vou encontrando pelos caminhos. [diário de campo].

Ainda que atos e manifestações como essas não tenham tido grande impacto público ou midiático, como tiveram em outros períodos da história política recente (de menor possibilidade de ação intra-institucional), o CEDECA e o CDHS estiveram presentes em diversos eventos desta natureza nos anos da pesquisa de campo. Marcaram presença em passeatas de moradores de rua, em demonstrações públicas coordenadas pelos movimentos de moradia, em ocupações de prédios públicos, em marchas contra a violência policial, pelo desarmamento, contra a violência doméstica etc. As redes de parceiros para estas ações passam pela igreja, em que, sobretudo os combonianos, mas também os diocesanos, a Pastoral do Menor e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de SP, são muito presentes. O Padre Júlio Lancelotti, famoso e polêmico na área da infância, responsável também por um CEDECA de sua região, apoiou a fundação do CEDECA e segue como um parceiro cotidiano. Outras entidades de base local da região Leste e do ABC são bem próximas, como a Associação União da Juta (ícone dos mutirões do período Erundina, a Fazenda da Juta também se localiza em Sapopemba), e algumas organizações do movimento dos sem-teto, do movimento hip-hop, dos movimentos negro, de mulheres e da saúde.

Relendo meus diários de campo, e me recordando das narrativas que obtive no campo sobre estes momentos de manifestação, emergem primeiro os impactos de caráter íntimo, e não

público, que estes rituais são capazes de produzir. Participar destes rituais é mergulhar num universo de exposição de dramas muito intensos, que ao invés de serem processados só pessoalmente, ou no plano analítico, passam a ser compartilhados entre um grupo de pessoas, então como mote de locução política. Compartilhar estes dramas, e transformá-los em discurso público, paradoxalmente cria um vínculo de proximidade entre os presentes, que passam então a compor, durante o evento, uma comunidade efêmera. É a partir da formação desta comunidade que ela pode se mostrar publicamente como um conjunto uno. E por isso quem vê um ato político desses, vê uma comunidade que se manifesta em uníssono, e não um conjunto de indivíduos, cada qual com suas idéias próprias. No correr do ritual, o senador, o assistente social e o morador de rua compartilham a mesma posição pública, e mais do que isso, acessam no plano da vivência pessoal o massacre dos presos ou a questão dos moradores de rua. Essa sensação de pertencimento comunitário cimenta uma condição de aparição densamente política, para o expectador externo, que é condicionado a ver não apenas o ritual, mas também a enunciação de um discurso político.

Evidentemente, há que compartilhar minimamente o mote do ritual para sentir-se parte desta comunidade. Mas acessado este patamar, a sensação de pertencimento tende a se consolidar. O mesmo ocorre, em proporções diferentes, em toda manifestação de massa – quem já esteve num estádio de futebol lotado sabe o poder de persuasão e mobilização íntima de hinos entoados por milhares de pessoas ao mesmo tempo. Não é à toa que, para os movimentos sociais mais engajados com a mobilização, os rituais públicos seguem sendo estratégia fundamental de coesão ideológica entre os quadros militantes, de “formação de quadros”. Também é assim para o CDHS e o CEDECA.

2. Audiências públicas

Agora eu queria convidar vocês, vocês sabem que o Alckmin [ex-governador do Estado] está com a política de ocupar algumas favelas. Com a polícia. No que eles chamam de quarentena [Operação Saturação]. Eles ocuparam uma na zona sul e agora estão aqui no Jd. Elba, na nossa região. E chegaram dia 28 [de agosto de 2005] pela manhã, num domingo, chegaram lá de helicóptero, descendo lá de rapel, cavalaria e etc... e a gente, assim, nosso problema não é bater de frente com a polícia, embora estejamos relatando algumas práticas [de violação de direitos] que têm acontecido. Mas a gente está chamando uma

audiência para esse sábado, 9h30 da manhã, lá mesmo na favela. A gente está chamando representantes do Ministério Público, do Poder Executivo, para dizer que se o próprio governo manda uma tropa do exército para cá, reconhecendo a situação da região, ele precisa mandar também a tropa da educação, da saúde, e outras... então, nós queremos apresentar essa reivindicação para dizer assim: cadê as outras políticas? Então se vocês puderem, acho que vai ser um belo momento. Na rua dos Boleadeiros... agora pode deixar o e-mail que a gente passa para vocês amanhã o release, com endereço e tal, é melhor. [Valdênia]

As audiências públicas promovidas pelo CDHS, entre 2005 e 2006, faziam de um modo específico uma fusão entre o ritual público e os debates institucionais. Tratava-se de eventos temáticos, organizados com maior ou menor frequência a depender das conjunturas, quase sempre no interior das favelas, em que eram convidados moradores do bairro e representantes de organizações sociais e do Estado. Quase sempre, as denúncias mais gritantes referiram-se à violência policial nas favelas do distrito, e quase sempre foi este o mote da discussão. Eram chamados moradores, vítimas e seus parentes, testemunhas de abuso policial, representantes das ouvidorias de polícia e às vezes autoridades policiais, além de políticos, assessores e membros do poder judiciário. O procurador geral do Estado chegou a participar de algumas dessas audiências, para que se tenha a dimensão de seu peso político.

Nós tivemos várias audiências e por motivos, assim, sempre envolvendo policiais. Mas situações diferentes. Essa última, por exemplo, é o que nos deu possibilidade de conversar com a Comissão Municipal [de direitos humanos], legislativa, da Câmara. Que diz assim: ‘poxa, vocês colocam polícia, mas essa favela não tem nada [na área social].’ E aí o Secretário de Desenvolvimento e Assistência Social descobriu que os técnicos da Secretaria nunca haviam entrado naquela favela. Para isso que serve a audiência pública, pra dizer “olha...”. Porque lá a coisa não tem o peso jurídico, mas tem o povo organizado. [Valdênia]

As audiências públicas, portanto, tentavam demonstrar a organização de uma população em torno de um discurso político, e ritualizavam a locução deste discurso, mas não para qualquer um. O discurso tinha alvo certo, foco das instâncias sociais, jurídicas e executivas competentes. Além disso, o próprio momento do ritual público era seguido de debates, argumentação e encaminhamentos – compromissos verbais – que encaminhassem uma ação em concerto para a resolução dos problemas.

O que é que foram as nossas audiências públicas de Sapopemba? Porque todos eles [os convidados a participar] diziam que conheciam [a realidade do bairro]. ‘Então conhecem, então venham aqui conversar conosco’. Porque daí em diante, veja tudo o que tá indo pra frente. No caso do delegado Antônio, que ainda tá respondendo a processo... ainda que lá na frente ele venha a ser absolvido... mas, veja, três anos o cara respondendo processo... foi por conta das audiências públicas, você cria um movimento moral, você chama os caras na moralidade. [Valdênia]

Mais uma vez, ainda que estes momentos não tivessem grande publicidade ou caráter deliberativo, era o chamamento nas convicções íntimas (“na moralidade”) que mantinha sua validade como discurso. Publicizar o drama, construí-lo como demonstração de injustiça incontestável, frente àqueles que seriam os responsáveis institucionais pela resolução do drama, cria sua condição de possibilidade como discurso político. Este modo de agir politicamente é um híbrido entre uma tradição movimentista da ação direta, própria de períodos autoritários, e um processo institucional de desenvolvimento de canais de comunicação entre sociedade e Estado, próprio das construções democráticas. Aparece como uma inovação da prática movimentista tradicional, que só poderia vir da própria condição, também híbrida, do CEDECA e do CDHS frente a essas tradições de ação política – movimentista e institucional²⁵¹.

3. Na interface sociedade civil, partido, conselhos, Estado

De carro de Sapopemba até a Assembleia Legislativa do Estado, outra vez com alguns funcionários do CEDECA. Toda uma formalidade para entrar no prédio, te fotografam e verificam teus documentos. Há que ser cidadão. Me lembrei da última vez em que estive lá, para ver o Celso Daniel, alguns dias antes de seu assassinato. Havia uma manifestação de perueiros na rampa de entrada, muito agressiva. Bom, entrei. Dali para um salão, enorme, em que a Comissão de Direitos Humanos fazia uma sessão pública. Muitas falas de juristas ilustres, entremeadas a testemunhos de sobreviventes da violência policial. Professores de direito e filosofia citaram artigos e leis, houve performances de militantes com flores e intervenções emocionadas. A cena pública no palco.

Nos bastidores, muita articulação. O que estava em questão era o nome do novo Procurador Geral do Ministério Público. As eleições seriam em 20 de março de 2006, cada promotor ou procurador votaria em uma lista

²⁵¹ Há algumas imagens das Audiências Públicas na pág. 316.

tríplice, os três mais votados formariam a lista final, que orienta então a decisão do governador. Sabe-se, portanto, que alguém vinculado ao PSDB será indicado, mas entre os nomes mais cotados há muita diferença. Valdênia se coloca publicamente no final da reunião, e sua fala cita a eleição. Depois ela conversa com seus parceiros do CONDEPE e do Movimento Nacional de Direitos Humanos. A direção da Comissão que organiza a sessão é do Partido dos Trabalhadores, e uma série de entidades e militantes do partido marcam presença. Nas subcomissões, e nas reuniões internas a estes grupos decide-se a estratégia de atuação pública, os mecanismos mais adequados de pressão e negociação com quem vota. Às vezes funciona, às vezes não, mas nesse processo definem-se os contatos, e os contatos definem uma certa posição no debate público, além de uma certa proteção às entidades. Ao final do evento tive a sensação de que circular pelos ambientes em que Valdênia estava parecia ampliar nossa legitimidade com ela. Mostrava compromisso. Há sempre uma conversa aberta, uma conversa privada. [diário de campo].

Semana que vem nós temos reunião do CEDECA e CDHS no conjunto, nós vamos fazer uma reflexão maior. Mas eu posso adiantar que, enquanto diretoria e coordenação, estamos muito preocupados. Porque, veja bem, na área da infância nós temos um Ministério Público retrógrado, (...) e isso com a legislação que nós temos hoje, que é progressista. Você vê, dependendo de quem ganha... se ganha um Procurador mais reacionário, nós vamos voltar vinte anos para trás. É muito perigoso. (...) E o que é mais sério... você tem hoje uma Ordem dos Advogados ligada à Força Sindical, à direita, que se elegeu dessa forma. A Comissão de Direitos Humanos da OAB, da qual eu componho, não funciona. Em um ano nós tivemos três reuniões. (...) Dependendo se a direita ganhar, nós vamos perder o Ministério Público e o Judiciário. Nós estamos ficando cada vez mais acuados. [Valdênia]

Esta modalidade de ação pública do CDHS e do CEDECA é exemplar de um tipo de atuação recorrente nas rotinas dos principais nomes da organização. Mais próximos da institucionalidade política, dos poderes estatais e da máquina de decisões da gestão, essa ação é realizada desde um lugar de locução situado na sociedade civil, e portanto desde este espaço deve ser legitimada. Este tipo de ação intra-institucional tem lógicas distintas daquela da negociação de convênios de financiamento. Trata-se agora de um ambiente de articulações mais amplas, de disputas ainda mais instituídas e estratégicas. O descompasso entre o ritual público e as posições defendidas por indivíduos, setores, representantes e partidos nestes locais é também muito mais claro. Os partidos políticos, aliás, são atores centrais na demarcação dos campos de polarização das disputas nestes espaços, e aí o CDHS e o CEDECA têm um “lado” claro.

Os quadros de direção das entidades, em seus depoimentos, sempre resgatam a necessidade de autonomia dos Centros de Defesa em relação ao sistema partidário, sua postura de fazer política em posição distinta da dos partidos, a clareza que sempre tiveram de nunca apoiar um candidato como entidade e etc. Mas duas décadas de contato com um sistema político como o brasileiro, em que efetivamente os partidos políticos gravitam no centro da mediação entre sociedade e política institucional²⁵², ensinaram a este grupo de militantes que uma entidade civil, ou um movimento social, não acessa muitas das dimensões do regime político sem passar pelo mundo partidário. A afinidade da organização com o Partido dos Trabalhadores é mesmo anterior à sua fundação, e a mediação deste ator aparece em praticamente todas as ações do CDHS e do CEDECA que adentraram a esfera institucional. Desde as relações de amizade, até os compromissos militantes e profissionais, há uma rede que vincula os colaboradores centrais do CEDECA a militantes do partido, parlamentares, assessores e membros de governos petistas. Vereadores facilitam o acesso da coordenação aos secretários responsáveis pelos convênios, deputados apresentam experiências de boas práticas de atendimento para funcionários do CEDECA, militantes e políticos do PT dão sustentação para as lideranças das entidades. Desde a primeira vez que Valdênia foi presa numa manifestação política – seria outras três vezes – foi o suporte de telefonemas à delegacia de pessoas como Hélio Bicudo e Eduardo Suplicy, vinculados ao partido, que impediram que ela permanecesse detida ou fosse agredida²⁵³. A presença de parlamentares petistas nos eventos do CDHS e do CEDECA não é rara. Valdenir, que já coordenou o CEDECA, saiu candidato a vereador pelo PT, apoiado pelos movimentos de moradia. Estes contatos evidentemente criam redes de reciprocidade, relações militantes de apoio mútuo e, também, de troca de favores.

Hoje são os políticos que procuram a gente (risos). Eles se apóiam muito na gente, vivem apertados. Precisam muito das bases. [Pe. Paolo]

²⁵² Para leitura consistentes sobre o sistema partidário no Brasil, ver Meneguello (1998) e Rodrigues (2002, 2006).

²⁵³ Valdênia foi detida algumas vezes, junto a outros militantes do CEDECA, em ações diretas promovidas por movimentos sociais da região, como uma resistência à desocupação de uma favela na região da Juta, o saque a depósitos de mantimentos parados em um Posto de Saúde da região, ou em protestos públicos, como por exemplo no julgamento que absolveu o coronel responsável pelo massacre do Carandiru.

Mas é também evidente que, se o PT é central na rede de relações destas organizações, há muitíssimas outras que participam das ações de negociação intra-institucional, em diferentes esferas. Os contatos da entidade com os governos se iniciam no nível da Sub-prefeitura Vila Prudente/Sapopemba, acessada em diversos momentos tanto para apresentar reivindicações e denúncias, quanto para promoção de debates, eventos comunitários etc. Da mesma forma, a rede de equipamentos públicos do distrito é bem conhecida pelo CEDECA, e utilizada em uma série extensa de atividades (os dois CEUs, os CDMs, os Postos de Saúde e as Escolas Públicas são espaços de relacionamento cotidiano dos projetos do CEDECA). Ainda no nível local, por exemplo, o CDHS atuou de modo decisivo na construção do Conselho Tutelar do distrito de Sapopemba, desde a formação dos candidatos a conselheiro, até o acompanhamento e a articulação dos bastidores, acirrada, pelas cinco vagas abertas à disputa.

É, um exemplo importante disso que estamos falando é a relação com o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar não existia até quatro anos atrás aqui em Sapopemba, só tinha na Vila Prudente. Finalmente a administração da Marta Suplicy estendeu, ampliou o número de conselhos e nós ganhamos o nosso. Desde a primeira eleição o CDHS pegou a frente do movimento para eleger os nossos candidatos. Então, só para dizer como se tornou [importante], a existência do Conselho já é fruto dessa articulação do CDHS, que unificou várias entidades, de várias características, do PT, até conseguir. A primeira eleição nós perdemos. Fomos pegos de surpresa pela Igreja Universal, na primeiríssima votação. Mas depois [a votação] foi anulada. Eles levavam o pessoal de ônibus, eles pagavam para votar, houve muita fraude, houve muito abuso, foi flagrante, muito evidente a manipulação. Mas eles tinham levado todos os conselheiros. Quando nós nos organizamos melhor, aí nós ganhamos os cinco conselheiros. [Pe. Paolo].

Esta experiência bem sucedida fez do CEDECA e do CDHS referências no assunto, e outros candidatos e conselheiros tutelares foram formados pelas instituições. Além disso, Valdênia já foi conselheira municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – São Paulo) duas vezes, e o acompanhamento da pauta desta instância de decisão é cotidiana no CEDECA. Há vários funcionários da entidade que acompanham as comissões e subcomissões, além de mensalmente haver os Fóruns comunitários que decidem sobre posicionamentos da região em temas discutidos no conselho. É no Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopemba que as entidades locais se encontram para deliberar estas decisões, e este é um espaço sagrado de participação das entidades.

Amparado pelas decisões locais, neste Fórum, é que funciona também a participação do CEDECA no Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), em que Juliana, dirigente do NASCE é representante numa subcomissão, que assessora a comissão de conselheiros do segmento dos portadores de necessidades especiais. É toda uma trama de relações que se mobiliza, em cada instância de decisão e em cada conjuntura.

De todo modo, a informação circula e as oportunidades aparecem. Aparecem também nos planos estadual, nacional e internacional. Um parceiro freqüente no estado de São Paulo é o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE), órgão autônomo de representantes civis de defesa de direitos humanos, entretanto administrativamente vinculado ao governo do estado, por via da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania. O CONDEPE é tradicionalmente ocupado por entidades combativas de defesa de direitos humanos da cidade de São Paulo, e não é raro encontrar militantes de diversas regiões da cidade utilizando este espaço para suas reuniões. Os Fóruns e Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente também entram na pauta da entidade sempre que é necessária realizar alguma articulação mais ampla – por exemplo acerca da participação que as entidades de defesa de direitos teriam na Conferência Nacional da Criança e do Adolescente e coisas assim.

A Associação de Juízes para a Democracia²⁵⁴, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH, que congrega 51 ONGs em São Paulo); a Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura (ACAT) e o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) são outros parceiros freqüentes para articulações políticas, e utilizam as mesmas redes de mediação partidária. É comum vê-los juntos em manifestos e ações públicas contra atos de desrespeito a direitos humanos, execuções policiais, moções de apoio a militantes perseguidos, proposição de comissões para averiguação de condições de Unidades de Internação da FEBEM e presídios, entre outros. Da mesma forma, houve momentos em que entidades profissionais como a Ordem dos Advogados do Brasil, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, e o Conselho Regional de Psicologia, por meio de assessorias de formação, estiveram próximas do CEDECA e do CDHS.

²⁵⁴ Ver <http://www.ajd.org.br> .

Fora do Brasil, para além dos combonianos, o UNICEF e o ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente), nas Nações Unidas, bem como ONGs ligadas aos direitos humanos como a CONECTAS, mas principalmente a Anistia Internacional, têm envolvimento expressivo na história recente do CDHS e do CEDECA. Estas organizações têm dado suporte internacional para as denúncias de arbitrariedades e violência policial no distrito, e sobretudo destacado a perseguição a ativistas e militantes da causa dos direitos humanos, com destaque para a história de Valdênia.

4. Denúncias e ações judiciais coletivas

A ação do CEDECA e do CDHS na esfera jurídica vai para além do plantão jurídico e dos atendimentos individuais e familiares, discutidos no Capítulo 7. Nos últimos anos, com a criação do CDHS, procurou-se manter o foco nas ações que envolvessem *direitos coletivos*. Para obter maior peso político nas iniciativas – o poder judiciário é evidentemente também responsivo à pressão política, embora a precisão técnica das defesas seja fundamental – as ações legais das entidades de Sapopemba são propostas muitas vezes articuladas a Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, Ministério Público, Associação dos Juizes pela Democracia, Defensoria Pública e uma série de outras entidades civis, com perfil jurídico qualificado (como o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a CONECTAS ou a Anistia Internacional).

Enquanto estive em campo, por exemplo, havia iniciativas capitaneadas por advogados desta rede para acompanhar processos de naturezas distintas, desde o de um dentista negro assassinado pela polícia por não se submeter aos constrangimentos usuais, após uma abordagem, até as ações de pressão para pressionar pela criação da Defensoria Pública no Estado de São Paulo (que se efetivou em 2006). De modo geral, as denúncias dos abusos policiais, durante grandes operações, ocuparam muito do tempo do CDHS, mas houve ainda fôlego para pressionar pela implantação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo); para mover ações contra violações de direitos coletivos na FEBEM (que acessariam inclusive fóruns jurídicos internacionais), entre outras. É evidente que as ações legais não estão infensas a processos que ferem a condução normativa esperada do próprio

poder judiciário, o que vem merecendo atenção da literatura e da ação política há tempos²⁵⁵.

Exemplos não faltam:

Uma adolescente, que estuda num colégio bom em São Paulo, passou no promotor por causa de uma briga no colégio: ela bateu num menino, o menino sangrou, e agora briga de colégio não estão mais resolvendo ali, mandam para o fórum, pra resolver. O promotor foi dar uma advertência pra ela, e essa menina, um pouco mais esclarecida do que é direito, do que ela tem direito, ela falou: 'não quero uma advertência, não é o promotor, você não faz a acusação... eu quero ir falar com o juiz que eu vou explicar o que aconteceu. Eu não quero receber uma advertência, eu não vou receber nada. Eu não tenho culpa, eu agi em legítima defesa'. Era lindo a menina, sabe? A menina com plena noção dos direitos dela. Aí pra que, não é? Ela foi para a audiência para instruir, para levar os elementos dela, ela não aceitou a advertência – porque ela podia ter feito um acordo ali. Ela e o advogado dela com o promotor, e ela não quis fazer acordo, foi pro juiz e... foi uma audiência horrível, a gente viu do corredor: (...) durante a audiência o pai descobre que a menina está grávida, por isso era a briga com o namorado. O menino foi dar um tapa nela, fazer alguma coisa, ela pegou e bateu no menino, ou seja: pai descobrindo que a menina tava grávida na audiência, o juiz vira pra menina: 'não, você tem que obedecer o seu pai! Você não devia estar namorando esse rapaz', porque o pai, o pai falava: 'eu não gosto desse rapaz', aquelas coisas, no meio da audiência. Aí o juiz olha pra menina: 'olha, sabe o que você tem que entender? Que pra ele você é só uma bucinha fresca!' [sic] [Júlia].

Mesmo que o ambiente jurídico seja este, conformado por práticas que remetem às desigualdades próprias da vida social, sob o prisma de um conjunto de ações políticas, a pressão pela efetivação de direitos dentro do mundo jurídico é considerada estratégica pelo CEDECA e CDHS, e diferencia a atuação destas entidades do perfil tradicional das ações coletivas das periferias, muito mais restritas aos atendimentos social e educativo. Até porque, argumenta-se, é preciso utilizar-se do patamar jurídico que, ainda que no plano dos princípios, resguarda um ideal de democracia. E neste plano, dos princípios, quando o CEDECA e o CDHS promovem esta inserção das histórias da periferia no sistema jurídico, desde a defesa individual mas, sobretudo, nas defesas de direitos coletivos, o que opera é efetivamente a aparição de uma comunicação, simbólica e material – os papéis, nomes,

²⁵⁵ Ver por exemplo Kant de Lima (2002), ou o documentário “Justiça”, de Maria Augusta Ramos, um retrato dos diversos circuitos de reprodução da desigualdade social no sistema judiciário.

números, correspondências – entre, de um lado as dinâmicas sociais das periferias e de outro a institucionalidade jurídica de um Estado democrático de direito.

Forçar esta comunicação direta entre um cotidiano de privação de direitos, de um lado, e a legislação que pressupõe a igualdade de direitos, do outro, é forçar a emergência do que Hannah Arendt chamou de “mal entendido” entre o social e o jurídico-político²⁵⁶. A autora enxerga neste mal-entendido (o “desentendimento” de Rancière, já citado) um momento criador da política. Pois ao iluminar o descompasso entre sociedade e lei, impõe-se sobre a normatividade da vida social a idéia de igualdade – noção central da política²⁵⁷.

AÇÃO POLÍTICA, REAÇÃO VIOLENTA: ameaças e exílios

Logo na nossa primeira conversa, Valdênia se emocionou ao pronunciar a palavra “solidão”. A dedicação integral à militância pelos direitos humanos teve conseqüências graves em sua vida privada: há anos ela sofre ameaças de morte que já forçaram três exílios no exterior durante esta década; por medidas de segurança, ela não pode revelar seu endereço a ninguém, nem guardar fotos de seus familiares em casa. No início de 2008 Valdênia permanecia sob proteção da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em programa criado para defender militantes ameaçados de morte. Não são tão poucos. A cronologia destas ameaças é longa, interessa ao argumento e merece ser bem compreendida.

A atuação na militância envolve Valdênia em situações de violência e ameaças há bastante tempo. Quando ainda era uma moradora da “Casa das Meninas”, trabalho que originou o CEDECA (descrito no Capítulo 6), houve um episódio em que Valdênia foi confundida com uma das ex-prostitutas da casa, e daí assediada diversas vezes por um morador do bairro, que terminou por violentá-la sexualmente em 1990. A violência sexual marcou este período da sua vida. Dois anos depois, Valdênia denunciou um esquema de aliciamento de crianças

²⁵⁶ Arendt (2004, p.50).

²⁵⁷ Talvez por isso, e pelos desdobramentos por vezes bem sucedidos de ações seqüenciais desta natureza, o CEDECA e o CDHS sempre consideraram estratégico defender a legislação existente. Evita-se assim, ao menos, a segunda alternativa possível a este mal-entendido, a de recriar a segregação no sistema jurídico, adequando assim a legislação à hierarquia própria da vida social. Há muita ação política sendo feita também nesta direção, como a pressão por redução da imputabilidade penal, por regimes jurídicos diferenciados etc.

e adolescentes (entre 9 e 13 anos de idade) do nordeste do Brasil para a prostituição infantil na Avenida São João, centro de São Paulo, e sofreu nova violência sexual, agora como retaliação de um dos acusados. A gravidade das agressões sofridas foi superada com “muita terapia”, ela conta.

Durante os anos 80 e começo dos 90 os movimentos de base em Sapopemba utilizaram-se algumas vezes de ações diretas, de enfrentamento, que não raro terminaram com prisões de lideranças. A “violência legítima” do Estado é rotina entre estes movimentos, como se sabe. Valdênia foi presa algumas vezes assim: uma vez tentando impedir tratores de desocupar uma favela, outra vez por ocupar um depósito público de mantimentos junto a moradores do bairro, outras tantas vezes em protestos inflamados em audiências e julgamentos públicos²⁵⁸. “Sempre por justiça”, ela me diria. Entretanto, foi levando adiante as denúncias de violência policial nas favelas de Sapopemba que Valdênia comprou suas maiores brigas. Três casos gravíssimos denunciados, entre 1999 e 2003, três períodos de ameaças de morte intensas (com alguns atentados efetivamente realizados) e três períodos exilada do país.

em 1999 nós tivemos a execução do Dedeco, que era um garoto portador de deficiência mental, e de outro rapaz, na favela do Jardim Elba. (...) E assim, o menino já tinha 20 anos, era deficiente mental, era marçõ, um calor terrível naqueles barracos de telha brasilít, então enquanto a novela das oito não começa todo mundo fica fora. A polícia entrou na favela, segundo as características já meio doida [há inúmeras acusações de que os policiais fazem as rondas noturnas depois de usarem cocaína] e perguntou pro menino onde era “o banco”. O menino, obviamente sem condição nenhuma, riu e fez um gesto... o policial achou que ele estava rindo do próprio, arrastou, e alguns dizendo: ‘olha, ele é doido’, tal... a mãe falando: ‘é meu filho!’ E eles deram um tiro para a mãe se afastar, e executaram o menino. E executaram um rapaz que estava perto. (...) Em 1999, e o caso ainda não foi julgado [em 2005]. Os policiais ficaram presos um pouco, depois foram soltos. Aí vieram as primeiras ameaças, que me fizeram ficar um tempinho fora. E ameaças assim: carro jogado pra fora da Avenida do Estado, e eu fui parar no hospital, parada, te encontram na rua e colocam o revólver, meio pra inibir mesmo. A entidade invadida, por homens procurando ‘quem é Valdênia, quem é Valdênia’, então essas coisas. Aí seus próprios colegas querem que você suma, porque a entidade toda fica numa situação fragilizada.

²⁵⁸ Em 2006, por exemplo, Valdênia foi detida por protestar, no tribunal, contra a absolvição do coronel que ordenou o massacre de 111 detentos do Carandiru, em 1994.

Depois, depois acho que já foi a de 2003 mesmo. É, que foi o caso (...) tinha um juiz, corregedor (...) que dava ordens judiciais coletivas, que a constituição não prevê. Então com uma única ordem a polícia pode ocupar um bairro, e entrar em todas as casas. E isso acabou criando uma cultura que, graças a deus, com o atual juiz corregedor e alguns outros juizes se rompeu. E aí por conta dessa cultura (...) o pessoal da Polícia Federal e outras viviam invadindo as regiões, tanto que em 2003 nós perdemos um senhor que acabou infartando, um outro senhor, o 'seo' Agenor, que acabou ganhando um derrame por ver o filho espancado, torturado, esse que morreu a filha grávida também foi torturada, então assim, você vai vendo essas coisas. E aí em 2003 houve, segundo informações, um seqüestro, que até hoje está para ser esclarecido, e o pessoal do DAS [Divisão Anti Seqüestro] invadiu vários barracos, torturou várias pessoas, e nós denunciemos. Denunciamos quando eles entravam na favela de madrugada, e as pessoas falavam: 'eles entram na favela e põem música clássica pra gente ouvir enquanto batem no povo'. Mas eu achava: vocês estão confundindo com carro de gás... que faz isso. Mas uma vez ligaram à noite, nós estávamos à mais de 500 metros do local e nós ouvíamos a música. Era do Vivaldi a música clássica. Aí denunciemos. Aí no telefone de casa, celular, ligavam de madrugada e tocavam a música... pra eu ouvir, botavam a sirene pra ouvir, chegaram a jogar bola onde meu irmão joga bola e, no meio do jogo, disseram: olha, quando acabar o jogo você vai no enterro da tua irmã... sabe? Aí foram atingindo, de várias formas, entraram na entidade, e uma série de situações dessa natureza. Aí ficou muito evidente, e nós chegamos a dizer nomes de policiais que estavam ameaçando. (...) Aí foi desse jeito que nós pedimos mesmo a proteção [no Programa de Proteção a Testemunhas] mas eles diziam: oh doutora, nós fazemos escolta de mulher de ministro, as madames vão no shopping, academia, a doutora só quer ir pra favela... [risos] porque quando eu fui na minha antiga casa, buscar documentos, eles tiveram que disparar contra uma moto que tava me perseguindo. Então você reza pra eles não atingirem o cara, porque imagina que situação, você pra se defender matar alguém, é uma loucura... [Valdênia]

Então, (...) as ameaças diretas vem de policiais, de maus policiais, por quê? Eles já tentaram trabalhar com o tráfico, pra ver se os traficantes me matavam, só que ocorre que os traficantes da região não são "os" traficantes... são traficantes que cresceram aqui, não são os bambambans... então os irmãos caçulas, alguns até que tem filhos, vão pro projeto. E eles sabem que nós queremos uma polícia séria, nós sabemos que eles não morrem de amores, porque uma polícia séria significa eles não poderem mais fazer acerto, então nós vivemos na berlinda, não é difícil realmente... só que eu acho que a autoridade moral que nós fomos conquistando, foi muito importante pra segurar. De forma que, dessa última vez, alguns chegaram a dizer: olha, você sai fora, – traficante - porque os caras vão te matar e ainda vão dizer que foi a gente. Porque a gente não aceita isso. Entendeu?[Valdênia]

Valdênia foi a primeira defensora de direitos humanos oficialmente protegida pelo Governo Federal, e seu caso mobilizou atores nacionais e internacionais de direitos humanos. A resistência na militância fez dessa mulher franzina uma referência entre movimentos da área, e seu caso foi acompanhado por organismos como a Anistia Internacional e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, além de inúmeros jornalistas de países diferentes. Ainda sob ameaças, e como estratégia de ampliação de sua legitimidade pública, diversas organizações civis, frentes parlamentares de direitos humanos e governos, nos níveis municipal, estadual e federal, têm lhe prestado homenagens²⁵⁹. Estas ações tornaram sua trajetória mais conhecida, e contribuíram para que as ameaças pessoais diminuíssem entre 2004 e 2007. Ainda assim, a preocupação passou a migrar para a família da militante, foco menos visível, e os protocolos de segurança pessoal foram então recomendados para todos eles.

Num começo de noite, em setembro de 2007, liguei a televisão e a primeira imagem que apareceu foi a de Valdênia. Tive tempo suficiente para ouvir suas últimas frases, e já sabia do que se tratava. Eu acabara de voltar ao Brasil havia três semanas, e já tinha passado pelo CEDECA dez dias antes, sem encontrá-la - a informação era de que ela estava na Itália. Depois vim a saber que era mais um período de ameaças que ela enfrentava. De novo a polícia. Uma adolescente de Sapopemba, que cumpria medida sócio-educativa no CEDECA, foi estuprada por seis policiais. O CDHS fez a denúncia formal do caso em janeiro de 2007, Valdênia acompanhou o andamento dos processos e dois dos acusados foram reconhecidos e presos. A partir daí, iniciou-se um novo período de intimidação pessoal que culminou com o episódio que aparecia na reportagem de televisão – o nome de Valdênia foi encontrado, pela polícia, numa suposta lista de colaboradores do PCC, depois de estourado um ponto de venda de drogas. A informação foi divulgada pela grande imprensa²⁶⁰, e teve de ser desmentida depois.

²⁵⁹ Entre outras premiações, Valdênia recebeu da Câmara de Vereadores de São Paulo o título de Cidadã Paulistana e ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, em 2003. Em 2005, recebeu o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos, oferecido pela Assembléia Legislativa estadual. Ver pág. 317 (fotografia).

²⁶⁰ *Advogada aparece em suposta lista do PCC. Um centro de distribuição de drogas, supostamente controlado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), foi estourado anteontem pela polícia no Jardim Dona Sinhá, na zona leste de São Paulo. Os policiais disseram que encontram no local lista de beneficiados. Entre eles o nome de "Dra. Valdênia", que seria, segundo a polícia, a advogada Valdênia Paulino, conhecida por*

Coordenador do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Fernando Matos esteve ontem em São Paulo para manifestar apoio à advogada Valdênia Aparecida Paulino, do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, na zona leste. Matos encontrou-se com autoridades paulistas e também definiu medidas para garantir a proteção da advogada e da entidade que ela preside.

No dia 28, policiais da 3ª Companhia do 19º Batalhão da Polícia Militar disseram ter apreendido em uma boca de drogas do Jardim Sinhá, na zona leste, uma agenda onde estaria grafado o nome "Dra. Valdênia", com registro de valores de R\$ 2 mil e R\$ 3 mil. Para os policiais, era uma referência à advogada do Cedeca. Mas entidades de direitos humanos, que acompanham o trabalho da advogada em São Paulo, suspeitam de falsificação de provas, por parte da polícia. "O processo de criminalização dos movimentos sociais é uma etapa sofisticada dos opositores. Nesse caso, porém, a falsificação foi bastante tosca", afirma Matos²⁶¹.

Uma série de acontecimentos recentes levaram entidades de direitos humanos a suspeitarem da apreensão. Desde 1999, Valdênia já denunciou mais de 20 casos de arbitrariedades envolvendo policiais do 19º Batalhão na zona leste. Em janeiro deste ano, a advogada acompanhou uma denúncia contra dois PMs da região acusados de tortura e abuso sexual de uma estudante de 18 anos, que cumpria medida socioeducativa no Cedeca. Seis meses depois, ela foi presa em flagrante, acusada de tráfico, pelo mesmo policial que havia sido acusado de abuso sexual. A jovem só foi solta por ordem judicial. As ameaças contra a advogada Valdênia, no entanto, continuaram. [O Estado de São Paulo, 9 de outubro de 2007]

Um ato de desagravo à Valdênia foi imediatamente proposto por um parlamentar apoiador do CDHS, e mais de trezentas pessoas compareceram. O evento, vinte dias depois da acusação, além de publicizar a trajetória de Valdênia e as ameaças sofridas, fez com que a acusação formal dirigida a ela fosse retirada. Nas ações judiciais geradas pelo episódio, ficou reconhecida a falsificação e a tentativa de criminalização de Valdênia, os suspeitos

denunciar tortura de policiais na região. Valdênia disse ter ficado "chocada" com a informação. Ela afirmou já ter sido vítima da mesma acusação e provou sua inocência. [O Estado de São Paulo, 29/09/2007].

²⁶¹ Valdênia já havia em 2005, numa das quatro entrevistas que realizei com ela, se referido a esta possibilidade de tentativa de criminalização. *Se não fosse uma jornalista muito amiga, que acompanhou muito de perto, e disse: 'olha, Valdênia, você tem 48 horas pra barrar uma notícia que você recebe dinheiro do tráfico'. Eles conseguiram achar uma pessoa que ia declarar, tinham pago 8 mil, pra pessoa confirmar isso daí. Nós precisamos ir para a casa do Arcebispo Dom Cláudio, com várias lideranças religiosas da região, e aí o Dom Cláudio ligou direto pro Alekmin, e aí a notícia não saiu. Entre outras coisas, (...) tiveram alguns assaltos, e eles [os policiais] diziam: não, nós não podemos fazer nada que a advogada lá não deixa. Toda uma situação de colocar a população contra. [Valdênia, em 2005]*

foram indiciados e os processos seguem em andamento. As ameaças não pararam, entretanto. A sede do CEDECA e CDHS foi novamente invadida e revirada no final de 2007. O telefone das entidades foi cortado²⁶². Em janeiro de 2008, enquanto escrevia esta tese, recebi uma mensagem de Valdênia que me contava que sua situação com os policiais estava cada vez mais “delicada”, e que ela aguardava pronunciamento do governo espanhol para passar nova temporada no exterior, agora exilada no escritório da Anistia Internacional. Ao todo, já são oito anos de vida sob ameaças.

NO FIO DA NAVALHA: entre a polícia e o crime

O argumento com que iniciei esta terceira parte da tese, e que foi investigado ao longo dos últimos capítulos, indica a característica de *mediação* desempenhada pelo CEDECA, entre de um lado as dinâmicas sociais das favelas de Sapopemba, e de outro o mundo público, passando pela institucionalidade que se conformou na interface sociedade-Estado nas últimas décadas. Estas formas de mediação foram percorridas em contexto, e alguns de seus condicionantes e bloqueios foram estudados. Ao final deste percurso, pode-se notar que *em ambos os pólos* desta mediação, embora prevista por lei, o CEDECA e o CDHS encontram limites impostos pela violência física. As ameaças e a violência política às lideranças das entidades sobrevêm no pólo público da atuação da entidade, conforme os discursos alcançam visibilidade e passam a travar disputas que interferem no regime de distribuição das parcelas de representação dos atores políticos. Mas há violência também atuação capilar destas entidades, nos bairros em que estão fixadas. Pois também ali é preciso disputar a legitimidade.

²⁶² Outras interferências externas na comunicação telefônica, como “grampos”, também são comuns entre os movimentos sociais. Em outros universos de pesquisa já encontrei este fenômeno confirmado, e no CEDECA a suspeita sempre existiu. *Antes a coisa era mais aberta, você não tinha muita liberdade de falar, de andar, de freqüentar os lugares. Hoje você faz tudo isso, mas existe (...) essa coisa escondida, feita sem aparecer, essa repressão. Por exemplo, hoje várias lideranças de movimentos estão sendo investigadas pela Polícia Federal. Por exemplo, o telefone do nosso movimento é grampeado, você num pode falar tudo. Celular também você num pode falar. Então temos tido cuidado. Ontem por exemplo [numa manifestação política do movimento de moradia] nem todos nós pudemos subir no carro de som e falar. [Pergunta: Você tem certeza que é grampeado?] Sim, na segunda-feira o próprio Secretário de Habitação ligou pra nós, querendo marcar uma reunião pra segunda, véspera do ato... ele sabia. Então assim, esse aparato aí ele continua existindo, essa repressão, só que não aparece, né? [Valdenir, em maio de 2005]*

No Jardim Planalto, no Parque Santa Madalena e no Jardim Elba, o CEDECA e o CDHS enfrentam uma fronteira ambígua às suas intervenções e tentativas de trabalhar capilarmente, imposta pela relação necessária com o “mundo do crime” local. Ambígua, porque repleta de alianças tácitas e disputas conjunturais, que têm subjacentes a seu corpo a ameaça ou a prática de violência física. É evidente que a criminalidade local explora como mão-de-obra preferencial exatamente da população atendida pelo CEDECA: os adolescentes do distrito. É claro também, por outro lado, que o sucesso principal das entidades sociais, no plano dos atendimentos, é *retirar* os meninos do “mundo do crime”, ou competir preventivamente para que eles não se aproximem dele. Há, portanto, uma condição de disputa direta com o crime pelos adolescentes.

Esta disputa marca os depoimentos de funcionários do CEDECA e do CDHS de fora a fora. Mas não aleatoriamente. Os depoimentos citam esta disputa nos momentos de justificativa do limite estrutural imposto à efetividade dos atendimentos, como explicação de insucessos nos casos atendidos e análise de experiências não tão bem sucedidas. É aí que os educadores e coordenadores das organizações reconhecem com nitidez que o crime local tem muito mais *dinheiro* que o CEDECA e o CDHS juntos, e portanto muito mais condição de disputar e remunerar a presença dos adolescentes em seus domínios.

Você vai encaminhar para um curso, a escolaridade dele não permite que ele entre, isso sem contar que eles só falam gíria e muitos deles são tatuados. Então isso já é uma forma de ninguém querer. E eles estão muito próximos dessa rede do crime que hoje é uma grana muito boa... se você pegar aí uma média [de remuneração mensal], é R\$ 1 mil, é muito dinheiro. E você não consegue uma bolsa que ultrapasse R\$ 200. Então há uma contradição. (...) Porque fica assim, o menino vai pra internação, sai vai pra LA, sai vai pra internação, então fica um jogo, um ciclo, e se a gente for considerar o tanto de dinheiro que é gasto com esse menino, que eu fiz um cálculo recentemente, considerando a municipalização e a internação, sai quase 45 mil os 3 anos que ele fica na medida [período máximo permitido por lei para uma medida sócio-educativa]. Se você reverte isso a um investimento direcionado pra formar esse adolescente, eu diria que você consegue aí uma briga com o crime muito boa.
[Roberta]

A disputa entre essas organizações locais e o crime já gerou, especialmente no começo da trajetória destas entidades, ações violentas que assustaram os funcionários do CEDECA e do CDHS: alguns episódios de investidas do crime contra militantes das organizações,

marcadas por intimidação, outras invasões à sede das entidades, pichações com ameaças às suas lideranças etc. Os casos nunca mereceram muito destaque nos depoimentos, entretanto: todos sabem que o limite entre relações pessoais, institucionais e comunitárias está mais ou menos submetido à possibilidade de emergência da violência. E mais importante, estas investidas do crime são coisas do passado. Com o tempo e a estabilização da atuação do CEDECA e do CDHS na região, as ameaças diminuíram. Hoje se convive pacificamente com a organização criminal. Os lugares sociais de cada um estão estabelecidos e as autoridades têm sido respeitadas, embora seja preciso negociá-las cotidianamente.

Na região nós temos muita autoridade moral. Então, por exemplo, semana passada me mandaram um bilhetinho, um garoto que disse que era mandado pelo PCC, querendo interferir [nas atividades do CDHS]. Porque teve um caso de abuso de criança, e os caras queriam saber se o cara era culpado, porque eles queriam matar. Mas queriam saber se era ele mesmo. Aí eu mandei um bilhetinho dizendo: 'O direito não socorre a quem dorme: perderam o prazo, o caso já chegou até nós.' E se chegou até nós eles não vão ter acesso, óbvio, não é? [risos] Mas tem um nível de diálogo. 'Meu, alto lá, nós vamos apurar, que história é essa? Onde vocês tão querendo se envolver?' A gente sabe que caso de abuso sexual dentro da favela, se chega primeiro na população é linchamento. Por isso que a gente vem fazendo um trabalho contínuo, pra evitar esse tipo de atitude. Mas a nossa preocupação é que eles estão [faz gesto de ampliação, expansão]. E são os meninos mais organizados, as meninas que têm o segundo grau, é esse que é o público da organização hoje. [Valdênia]

A negociação pela autoridade é cotidiana, e embora Valdênia reconheça o crescimento e a sofisticação da organização, o equilíbrio tênue entre as organizações locais está sendo mantido. Há fatores importantes que garantem este equilíbrio. Em primeiro lugar, o crime percebeu que a atuação do CEDECA não chegava a ameaçar seu funcionamento, especialmente pela disparidade de termos em que se dá a disputa pela sua mão-de-obra (o CEDECA via atendimento, o crime via geração de renda). Por mais que o CEDECA crescesse no plano local, e conseguisse atender mais adolescentes, ele não chegava nem de longe a ameaçar a disponibilidade de mão-de-obra local para os negócios ilícitos. Dos mais de 300 mil habitantes, cerca de 60 mil seriam adolescentes a disputar entre as organizações, que não envolvem diretamente em suas atividades ou atendimentos mais de 1,5 mil jovens. Além disso, há uma série de outros fatores que conduzem à pacificação entre as entidades locais e “mundo do crime”.

Esta “autoridade moral” a que se refere Valdênia é um deles. Ela nasce de uma tradição de respeito mútuo entre as entidades sociais locais e o crime, numa época (os anos 70 e 80) em que a organização criminal local dos bairros trazia mais claramente as funções de pacificação e manutenção material da “comunidade”, como ocorreu em muitas outras periferias de São Paulo²⁶³. Mas, no caso do CEDECA e do CDHS, esta “autoridade moral” foi construída ativamente por sua equipe fundadora, pelo histórico demonstrado de compromisso incondicional com o bairro. São mais de duas décadas de presença local, e o ponto de inflexão das relações com o crime veio da demonstração de coragem destas lideranças para denunciar a violência policial praticada no distrito, e enfrentar de cabeça erguida as retaliações que surgiram. Se o código de manutenção do respeito é a honra, o CEDECA e o CDHS tem dela de sobra. O respeito dos líderes do crime local foi sempre mantido, mesmo que o perfil das atividades criminais se modificasse muito nas últimas décadas, com vistas à profissionalização e industrialização das rotinas de trabalho.

Além do mais, as disputas que o CEDECA e o CDHS travam com a polícia conjuntamente interessam ao crime. Se eles estão *contra a polícia*, nós estamos com eles. De modos distintos, e com intenções muito díspares, é evidente que tanto CEDECA quanto o crime local atuam para tornar a ação repressiva mais controlada e previsível – o crime através dos acordos financeiros ilícitos e da participação de policiais em seus negócios; o CEDECA e o CDHS através das denúncias sistemáticas dos abusos aos órgãos competentes e no sistema judiciário.

Mas tendo um inimigo comum nesta medida, tanto o CEDECA quanto o crime identificam-se como fazendo parte de um terceiro conjunto, que os contém e que se opõe como tal às forças da ordem: “a comunidade”²⁶⁴. É nitidamente o *princípio da contradição* que funciona aqui²⁶⁵. A composição não é direta (não há, por exemplo, relatos de reuniões entre

²⁶³ *O envolvimento era muito mais com roubo do que com droga, tanto que os grupos de jovens maiores, que roubavam, eram conhecidos porque funcionavam um pouco de Robin Hood: roubavam alguma coisa e dividiam na favela, essas coisas. Então até as referências, entre aspas, “éticas” da malandragem eram outras. [Valdênia]*

²⁶⁴ A “comunidade” inclui ambas as ações coletivas com base no território e no compartilhamento da situação familiar e redes próximas: alguns dos filhos dos traficantes locais já foram ou são atendidos pelo CEDECA, vizinhos são ajudados pelas atividades da entidade, crianças pequenas têm ali espaço de lazer e educação etc.

²⁶⁵ Descrevendo o sistema político Nuer, Evans-Pritchard ressalta o *princípio da contradição na estrutura*

traficantes e dirigentes do CEDECA para acordos, nem sobre quaisquer troca de favores ou contraprestações entre eles) mas, como em todas as periferias das grandes cidades, as entidades sociais mantêm um *acordo tácito* com o crime local, especialmente para controlar a presença policial ali, que garante a coexistência destas duas formas associativas no mesmo território e, por vezes, atuando com o mesmo público. O acordo passa pela não-agressão, ainda que não implique em adesão, como Valdênia exemplifica nos trechos abaixo:

Conosco a relação [do crime] é de respeito. Eu entendo que não dá, não sou eu, não é nossa organização que tem essa responsabilidade [de combater o crime organizado], isso é um problema da Segurança Pública, que não tem interesse, não tem interesse.

[De outro lado] nós não podemos ficar na mão da organização criminosa, porque ela é perversa. Quando você pede para o adolescente para ele mesmo criar as regras de um Centro Comunitário, as regras são “ah, fez errado ‘já era’”, resolve na força, então é o educador é que tem que fazer a mediação”. Nós vamos ser então cheios de regras, não é? E o Comando [PCC] reproduz a mesma coisa... é muito rígido, tudo ou nada. Quantas famílias eu conheço que, quem é filiado ao PCC e não cumpriu a regra, morreu; e morreu da forma mais perversa, que a gente sabe: eles mandam a pessoa se suicidar. É muito perverso. Nós não queremos também essa regra de condicionamento, não passa por aí. Nós queremos resgatar, ou mais produzir que resgatar, porque no Brasil nós nunca tivemos um Estado democrático de direito para todos. Queremos criar um Estado democrático. [Valdênia]

As duas organizações atuam, como Valdênia deixa claro, para tentar arbitrar as normas do conflito social latente. E nesta medida também competem por legitimidade, atuando num mesmo registro, embora de modos distintos. O crime arbitra com base no uso da força, o CEDECA procura encontrar formas de arbítrio centradas num regime de ações políticas, mais ou menos institucionais, que, no entanto, não pode ser uma reprodução do que já existe – é preciso criar um Estado de direito para todos. Os acordos entre estas ações coletivas permitem que as tentativas de arbítrio de um e outro lado tenham suas esferas de autonomia, e o equilíbrio se sustenta, embora seja evidentemente instável. Numa suposição, pouco provável, em que as entidades locais resolvessem efetivamente controlar o “mundo do

política. (...) Existe sempre contradição na definição de um grupo político, pois ele é um grupo apenas em oposição a outros grupos. (...) Os valores políticos são relativos e o sistema político é um equilíbrio entre tendências opostas para a separação e a fusão, entre a tendência de todos os grupos a se segmentarem e a tendência de todos os grupos a se combinarem com segmentos da mesma ordem. (Evans-Pritchard, 1978, p.159)

crime” pela sua ação política, e passassem a denunciar todas as violações de direitos praticadas em seu interior, o acordo tácito seguramente geraria represálias violentas. Bastaria que o CEDECA e o CDHS esticassem a corda, para que este equilíbrio se rompesse, e desaguasse em saídas violentas. Numa outra suposição, também pouco provável hoje, em que o CEDECA e o CDHS tivessem um aliado no comando do policiamento (dentro de um governo petista estadual, por exemplo), as críticas à polícia certamente teriam que arrefecer, condicionadas pela conjuntura política, e isso funcionaria também para modificar o equilíbrio de forças no plano local.

Não há novidade aqui, para estas entidades. O grupo de integrantes do CEDECA e do CDHS já se sente há bastante tempo constrangido entre a possibilidade de retaliação violenta às suas ações propriamente políticas, e a necessidade de manter, junto do crime local, um equilíbrio centrado na “autoridade moral” que garanta alguma autonomia de ação. Mais do que explicitar os conflitos, então, a disputa local entre CEDECA e o crime gera táticas típicas da “guerra de posições” gramsciana²⁶⁶:

Infelizmente, no último dia das crianças, no Madalena, que nunca tinha acontecido, eles [o PCC] até lotaram um ônibus [para levar as crianças para comemorar]. Porque nosso pessoal tirou como um dia de folga. Se não tivesse tirado... porque nós temos que ocupar esse espaço. [Valdênia]

O “mundo do crime” se expande e se diversifica, age na sociabilidade e disputa a legitimidade perante a população. O CEDECA e o CDHS sentem que precisam cuidar de seus espaços, até porque como há diversas alianças conjunturais entre a polícia e o crime, em qualquer descuido eles é que podem se tornar o inimigo comum. Valdênia deixa isso claro.

Eles [os policiais que a ameaçam] já tentaram trabalhar com o tráfico, para ver se os traficantes me matavam. Só que ocorre que os traficantes da região não são “os” traficantes... são traficantes que cresceram aqui, não são aos “bambambans”, são os irmãos caçulas, alguns até que tem filhos, que vão para o projeto [o atendimento do CEDECA]. E eles sabem que nós queremos uma polícia séria. Nós sabemos que eles não morrem de amores, porque uma polícia séria significa eles não poderem mais fazer acerto, então nós vivemos na berlinda, não é difícil realmente que tenhamos problema [com o crime]. Só que eu acho que a autoridade

²⁶⁶ Gramsci (1987).

moral que nós fomos conquistando foi muito importante pra segurar. De forma que, dessa última vez [que Valdênia foi ameaçada], alguns traficantes chegaram a dizer: ‘olha, você sai fora, porque os caras vão te matar e ainda vão dizer que foi a gente. Porque a gente não aceita isso’. Entendeu? [Valdênia]

Entendi. O CEDECA e o CDHS agem como mediadores entre as favelas de Sapopemba e o mundo público, e isso significa situar-se no “fio da navalha” entre a violência local do crime, de um lado, e a violência política de outro. Os limites de sua atuação política, portanto, encontram sempre a violência. É nessa medida que, de modo geral, a etnografia faz notar que as duas categorias centrais para a discussão desta tese funcionam, em Sapopemba, no mesmo registro²⁶⁷. Nas notas que seguem, que sintetizam o percurso analítico dos capítulos, tento elaborar esta constatação de modo mais preciso.

²⁶⁷ E, nesse sentido, minha interpretação dialoga diretamente com a hipótese de Machado da Silva (2004), com a qual concorda Misse (s/d), que aponta para uma coexistência entre dois ordenamentos na composição das relações sociais nas periferias das metrópoles, embora o sentido de disputa entre elas, aqui, seja mais evidente (a coexistência seria produto de interação baseada em disputa, que, no entanto, não se resolveria pela eliminação do outro, já que ambas oferecem vantagens relativas aos indivíduos, a depender da situação).



Acima, ato na Praça da Sé lembra o Massacre do Carandiru (2006). À direita, no alto, pressão pela canalização do Córrego do Oratório (favela do Jd. Elba, 2004). Ao lado, as obras (2006).



Audiência pública denuncia abuso policial na Operação Saturação, na favela do Jardim Elba, 2005.



Lançamento do relatório da Anistia Internacional, numa favela do Madalena, sobre a violência policial no Brasil (2005).



Valdênia recebe o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos e discursa na Assembléia Legislativa.



Operação policial do esquadrão de choque na Favela do Elba; sede do CEDECA revirada após assalto.

PARTE IV.

notas finais

Os argumentos já foram apresentados ao longo dos capítulos. Resta agora recuperá-los e relacioná-los, na tentativa de extrair desta relação uma síntese do percurso argumentativo da tese. Mais do que conclusões, estas notas esboçam um quadro específico de relações entre as principais categorias de análise surgidas da etnografia. Este quadro é certamente preliminar: minha compreensão global dos processos estudados e suas relações parece-me ainda distante de um diagrama analítico mais completo, que contenha teses de maior envergadura. Limito-me então a retomar os três argumentos principais apresentados no corpo do texto, para em seguida verificar suas relações internas e seus significados políticos.

O primeiro argumento trata do duplo processo de “expansão do mundo do crime” nas periferias de São Paulo, já preliminarmente desenvolvido no Capítulo 5, que sintetiza o estudo de trajetórias individuais e familiares, de diferentes perfis, apresentadas nos quatro primeiros capítulos. Os dois principais elementos dessa expansão são: i) a maior amplitude de circulação, interna às periferias, do “marco discursivo do crime”, que passa a disputar espaço de legitimação nas sociabilidades locais, especialmente entre os jovens, embora não seja nem dominante nem hegemônico ali; ii) a retomada da ideologia pública da “criminalização” das periferias e das favelas de São Paulo, que tende a confrontar no senso comum outra figuração ideológica – a da “periferia trabalhadora”, ambas totalizantes. Esta disputa não é apenas abstrata. Ela supõe (como qualquer outra disputa travada tanto no mundo social como no público) a necessidade de categorização dos indivíduos e grupos concretamente existentes, de modo a situá-los perante o conflito social latente. A forma de fazê-lo, em São Paulo, distingue em pólos opostos os “trabalhadores” e os “bandidos”²⁶⁸. A pesquisa de campo revela como a violência disposta social e oficialmente contra os segundos, ainda que ilegalmente, tem sido legitimada, no senso comum, como prática salutar à democracia. Esta é uma primeira dimensão constitutiva das fronteiras entre as periferias urbanas e o mundo público.

²⁶⁸ Entre os nomeados como “bandidos”, como foi demonstrado com detalhe, não estão necessariamente os praticantes de atos considerados como crime, mas também aqueles que “se parecem” com “bandidos” para o preconceito social: jovens, moradores de periferias e favelas, que se vestem de tal maneira, que portam tais objetos, que falam de tal modo, além de suas famílias e redes de relações próximas.

O segundo argumento é o da “expansão da gestão” nas periferias. Estudar o CEDECA, desde a porta de entrada dos atendimentos (Capítulo 7) até a conformação de ações junto a um campo movimentista (Capítulo 9), é estudar também o conflito ora latente ora explícito entre duas lógicas de atuação internamente diferenciadas: de um lado a lógica da gestão dos convênios com diferentes esferas governamentais (além de parcerias com ONGs, terceiro setor etc.) e de outro a lógica propriamente política das denúncias, audiências públicas, ações na interface sócio-estatal e no judiciário. Mesmo que tivesse a intenção expressa de reforçar esta segunda lógica, a descrição confirma o que o próprio corpo dirigente da entidade reconhece, no Capítulo 8: que a lógica gestonária tende a prevalecer e se autonomizar a partir do estabelecimento de atendimentos regulados pela burocracia pública. Até por condicionar as transformações recentes da sociedade civil, do Estado e de suas principais relações, esta lógica da gestão impõe constrangimentos evidentes à ação propriamente política do CEDECA. O segundo conjunto de notas apresentado, a seguir, estuda este processo e suas conseqüências na demarcação das fronteiras entre as periferias e o mundo público.

O terceiro argumento, que me parece o mais explicitamente observável e paradoxalmente é muito pouco comentado na literatura, é o que sugere uma relação específica entre as distintas modalidades de violência que transbordam do estudo de campo. Entre as múltiplas categorizações possíveis destas modalidades violentas, presentes no trabalho campo, sugiro uma bastante simples: “violência social” e “violência política”. Num primeiro nível analítico elas se diferenciam nitidamente, e num segundo nível verifica-se o nexos que as sustenta como parte de um conjunto comum. Argumento com base no Capítulo 9 que *a grande maioria* das trajetórias estudadas entre os moradores do distrito é marcada pela experiência da violência social, mais ou menos intensa a depender da posição de cada indivíduo ou família na estrutura hierárquica local, e que, justamente quando o CEDECA e o CDHS procuram tematizar esta violência social como pauta de debate político, *representando* suas vítimas publicamente, aparece em sua trajetória a violência política. Da mesma forma, é quando o CEDECA tenta escapar da lógica gestonária e impor um ciclo de protestos políticos, que ele passa a sofrer violência política. Surgem relações, então, tanto entre a “expansão do crime” e a “expansão da gestão”, quanto entre ambas e a violência

política. Estas relações, que têm como ajuste fino o uso da violência ilegal, comporiam um terceiro elemento da fronteira entre as periferias e o público, trabalhado num terceiro conjunto de notas apresentadas a seguir.

No final da apresentação destes três principais elementos das fronteiras em questão, apresento o que eles sugerem acerca da conformação da cena política contemporânea, em São Paulo e no Brasil.

NAS FRONTEIRAS: violência e política

1. A “expansão do mundo do crime”

No Capítulo 5, que sintetiza a argumentação elaborada na Parte II da tese, argumento pela “expansão do mundo do crime” em Sapopemba, processo que me parece regular também em outras periferias de São Paulo. Na precisão do que entendo por esta assertiva, digo ali que se trata de um duplo processo. De um lado, esta expansão é operada pela ampliação do “marco discursivo do crime” internamente às periferias, especificamente entre parcela da população jovem. Trata-se de uma expansão que se nutre tanto das resignificações nas matrizes discursivas do trabalho, da família e da religião (e, portanto, do projeto de ascensão social familiar, que se individualiza), quanto da conformação de redes de relações sociais *entre* o lícito e o ilícito, que passam a disputar legitimidade com outros códigos de ordenamento social previamente existentes (trabalho, religião, direitos etc.). A questão não é, aqui, o aumento efetivo das ações criminais ou violentas, mas de um marco discursivo no qual está embutida a possibilidade legítima de práticas criminais, mesmo que elas não se efetivem. De outro lado, e retro-alimentando este processo, retoma-se uma “criminalização das periferias” de São Paulo, de características totalizantes, nos debates públicos e no senso comum. O processo não é novo, e revive agora alimentado por imagens midiáticas, cinematográficas e de imprensa que sugerem, ou propiciam a leitura, pelo senso comum, das periferias urbanas como territórios homogêneos e dominados por “bandidos”.

De um lado, portanto, meus trabalhos de campo parecem sugerir uma disputa pelos parâmetros de estruturação da legitimidade nas relações sociais e na sociabilidade, disputa

em que toma parte o “mundo do crime”, como espaço de representações e elaboração de visões de mundo. De outro lado, no senso comum, este processo de disputa é apreendido como totalidade, e constrói a presença pública mais marcante das periferias como lócus de violência e crime, portanto como territórios a serem reprimidos. A etnografia aponta para a constatação de que este duplo processo impõe, como em toda situação de conflito latente, a necessidade de categorização distintiva, social e pública, de indivíduos e grupos implicados nele²⁶⁹. Em São Paulo, as duas categorias eleitas para tanto têm sido, fundamentalmente, “trabalhadores” e “bandidos”.

As trajetórias estudadas revelam nitidamente esta distinção, ratificada pelos debates públicos recentes (sobre o Referendo do desarmamento, sobre os “ataques do PCC”, sobre os filmes Cidade de Deus e Tropa de Elite etc.). Esta forma de nomear indivíduos e grupos é antiga, e atravessou historicamente até mesmo a clivagem entre periferias e elites econômicas (por apoiar-se, sobretudo, em um ordenamento moral-religioso historicamente comum a estes grupos, que tinha como correspondente na organização política uma promessa de integração das periferias urbanas “trabalhadoras”, logo legítimas, na comunidade nacional). O projeto de ascensão social dos migrantes que se tornavam “operários” nutria-se deste modo de ordenar a vida.

Entretanto, conforme os anos passaram, a promessa da integração universal das periferias trabalhadoras perdeu muito de sua validade, até pela fragmentação e incompletude das contrapartidas sociais do assalariamento (a “cidadania regulada”, já precária para os trabalhadores, e restrita em amplitude a ponto de não atingir desempregados e empregados “informalmente”, que lotavam as periferias da cidade). Nos bairros estudados, é nítida a distensão entre os “operários” e os “favelados”, por exemplo. Em Sapopemba, distrito urbanizado na virada para os anos 70, já são mais de trinta anos de acumulação deste processo. E nas periferias de São Paulo, em especial para aqueles indivíduos que têm menos de trinta anos de idade, a promessa de integração pelo trabalho (ou de ascensão social do grupo trabalhador) já perdeu muito de seu sentido. Perdeu também, com isso, parte de sua capacidade de coesão social.

²⁶⁹ Como afirma Kofes (1976, p.98): *a uma intensa desigualdade social corresponde a necessidade de marcá-la.*

A novidade parece ser, então, uma maior naturalização recente das formas de nomear a divisão social, dada a restrição dos horizontes concretos de universalização de direitos. Naturalizada a divisão social, surge a necessidade premente de reafirmá-la também na esfera pública. Mesmo que a etnografia revele as interfaces e composições entre o “mundo social” e o “mundo do crime”, a categorização bipolar entre “trabalhadores” e “bandidos” tem se reforçado na circulação dos debates públicos.

Mas, neste mundo público, também há leis que garantem igualdade formal, e nessa perspectiva demonstra-se um descompasso entre o ordenamento das relações sociais e aquele que rege a política formal. Este descompasso conduz, com o passar dos anos, a uma pressão por repartição da legitimidade. A parcela representada publicamente, logo legítima, tende a ver como desviante a parcela não representada, logo ilegítima. O argumento esclarece porque essa formulação não implica em uma “defesa do crime”: proponho que, quanto mais centralmente organizada é a ação repressiva policial, ou seja, quanto mais ela é controlada pelos atores dominantes do espaço público realmente existente, menos específica e focada nos atos ilícitos (e mais focada nos indivíduos e grupos hierarquicamente inferiores) ela tem se tornado.

Desenvolvo a seguir este argumento, comparando três situações repressivas distintas de meu material empírico: i) a repressão policial *de rotina* em Sapopemba, focalizada nos indivíduos autores de atos criminais; ii) o perfil da repressão nas “*operações policiais*” mais amplas realizadas nas favelas (como a “Operação Saturação” que permaneceu por 45 dias na favela do Jardim Elba durante a pesquisa de campo); e iii) o modelo repressivo utilizado em períodos de *crise* pública, como no caso dos “ataques do PCC” em São Paulo.

Em período de “normalidade”, em que o conflito entre “bandidos” e “trabalhadores” se restringe à repressão policial de rotina, praticamente só aqueles indivíduos já bem identificados como praticantes de atos criminais são reprimidos (os que têm “passagem pela polícia” e seguem praticando crimes, como os filhos de Maria, os de Ivete, ou o filho de D. Sílvia envolvido com o tráfico, cujas trajetórias foram estudadas acima). Esta repressão é muito seletiva e específica, em teoria legal (porque os atos criminais ferem a lei) e, na prática, mesmo que exercida *ilegalmente* (abusos, excessos e violação de direitos praticados pela polícia), é de todo modo *legitimada social e publicamente*. Grande parte dos setores

médios e das elites considera plenamente justificável que a polícia assassine “bandidos” em suas ações. O noticiário sempre faz questão de dizer, na contabilidade dos mortos em chacinas e ações policiais, quantos entre eles tinham antecedentes criminais, o que aparece como argumento de legitimação. Mesmo uma parcela dos moradores de favelas e periferias considera legítima a violência ilegal especificamente dirigida contra os que estão “na vida errada”²⁷⁰.

Já trabalhei (no Capítulo 5) sobre como esta passagem entre a repressão ao *ato ilícito* e a repressão ao *indivíduo que o pratica* se identificam, nestas figurações, e como esta identificação, que se naturaliza, reforça a necessidade da nomeação pública bipolar entre “trabalhadores” e “bandidos”. Da naturalização da imagem de *indivíduos fora-da-lei*, surge uma apreensão social e pública deles que, por ser fundada sobre uma população concretamente demarcável, ganha critérios sensoriais de nomeação: os “bandidos” têm cor de pele escura, vestem-se e falam de maneiras próprias, têm modos de se portar e idade específica, enfim, quase sempre identificam-se com os “jovens das periferias”. Os critérios diacríticos fundamentam sua identificação social, e daí ela se torna ação pública concreta.

Durante as *operações ostensivas* e organizadas das forças da ordem, sempre mais “públicas” que as de rotina, passam também a contar entre os “bandidos”, a reprimir, os grupos de amigos, vizinhos e familiares daqueles indivíduos praticantes de atos ilícitos. As trajetórias das famílias de Maria e Ivete, e a frequência das incursões repressivas às suas casas e a todos os seus entes, durante operações policiais mais amplas no bairro, são bastante típicas desse processo. Na “Operação Saturação” da Polícia Militar em Sapopemba, apresentada em linhas gerais no Capítulo 9, esta ampliação do perfil identificado como alvo a reprimir foi muito claramente notado, até porque nestas operações vêm às favelas muitos policiais que não estão no cotidiano do trabalho local, e não distinguem entre os moradores os que têm “envolvimento com o crime” dos que não têm. Foi por isso que os moradores da favela do Elba reclamaram mais desta operação do que das de rotina; porque nela foram reprimidos também os “trabalhadores”²⁷¹.

²⁷⁰ Categoria utilizada tanto pelos praticantes de atos criminosos quanto pelo ex-governador de São Paulo, Cláudio Lembo, durante os “ataques do PCC” (quando também utilizou-se da expressão “má-vida”).

²⁷¹ O perfil das operações policiais nas favelas de São Paulo e Rio de Janeiro, com grande publicidade recente,

O argumento se torna mais visível nos períodos das “crises de segurança pública”. Durante os “ataques do PCC”, em maio de 2006 em São Paulo (Capítulo 5), este processo foi nítido. Como a situação era de “guerra”, era ainda preciso demonstrar força publicamente. A naturalização do ato ilícito como componente natural do indivíduo foi ainda mais difundida, e passaram a estar na mira todos os que portavam em seu corpo sinais que os identificassem como “bandidos”, ou seja, naquele momento, todos os jovens das periferias. Centenas deles foram mortos, em uma semana, por partilharem os sinais físicos que identificam os “suspeitos” no senso comum. Mais do que isso, o assassinato destes “suspeitos” contribuiu decisivamente para acalmar a opinião pública sobre os eventos e fazer a metrópole retomar as rotinas. Estas mortes, nitidamente ilegais, foram consideradas uma defesa do Estado democrático de direito, contra uma insubordinação inédita do “mundo do crime”.

Quando mais centralmente organizada a repressão, portanto, mais inespecífica ela se torna. Nos três casos trata-se quase sempre de dispor de uma violência nitidamente *ilegal*, mas igualmente *legitimada* como acréscimo à ordem, social e publicamente. Legitimada sobretudo com o argumento, mais ou menos explícito a depender da situação, de que seu oposto (a legitimação dos “bandidos”) seria ainda menos aceitável. Política centrada no princípio da contradição, mais uma vez: a guerra contra um inimigo comum como elemento de identificação do grupo, e já que se trata de uma ofensiva dos “bandidos”, em guerra contra “nós”, identificamo-nos com a polícia, conjunturalmente. Nessa conjuntura, é como se a polícia fosse “nossa” força de proteção, que passa a ser a proteção da ordem legal sob a qual vivemos. Esta guerra dos “trabalhadores” contra os “bandidos”, reativa à demonstração pública ofensiva de uma organização do “crime organizado”, é mobilizada tendo como função evidente a contraposição de *limites* (discursivos, simbólicos e objetivos) à ação criminosa. Limites legitimados por todos os defensores da democracia, porquanto contrapostos à “expansão do crime”. Tratava-se de defender a parcela “legal” da sociedade do grupo de indivíduos “ilegais” que a ameaçava.

demonstram também esse fenômeno da maior inespecificidade da repressão quanto maior a organização das ações. No Rio, o desenho do “Caveirão” (veículo blindado para operações do Batalhão de Operações Policiais Especiais, da Polícia Militar, em favelas no Rio de Janeiro) talvez seja o exemplo mais notável disso: há muito pouco espaço de visibilidade de dentro para fora, mas muitos orifícios abertos na carenagem para disparar fogo em qualquer direção.

Entretanto, se quanto mais centralmente organizada é mais inespecífica a repressão, mais ilegalidades são legitimadas. E se esta repressão mais “pública” aos “bandidos” (computados aí praticantes de crime e jovens pobres, indistintamente), sempre *legítima*, também recorre à *violência ilegal* com a magnitude que se viu nos “ataques do PCC”, o que está em jogo neste confronto não pode ser a disputa entre uma parcela “legal” contra uma franja “ilegal” da sociedade. O que parece estar em jogo nesta disputa, já “normalmente” alheia à legalidade, parece ser antes de mais nada o conflito entre a parcela *legítima* e a parcela *ilegítima* da sociedade.

As forças de repartição destas parcelas de legitimidade atuam tendo como base a repressão, mais ou menos legal, mais ou menos legítima entre as partes, a depender da necessidade com que têm que se afirmar. Quando o conflito entre as partes é apenas latente, dispõe-se da repressão especializada de rotina: mais específica, mais focada nos indivíduos praticantes de atos criminais, mais ou menos ilegal a depender do contexto, mas legitimada por todos. Quando este conflito tem focos de tensão mais severos, recorre-se às operações mais inespecíficas. E quando ele é generalizado, a violência ilegal torna-se política oficial, legitimada por todos aqueles que são contra os “bandidos”. Assim, na prática a violência ilegal é também parte das ações de definição dos critérios de repartição da legitimidade social e pública. E a hipótese interpretativa é que, quanto mais podem ser disputados os critérios empregados na repartição da legitimidade, mais tem sido preciso recorrer oficialmente à violência ilegal, a fim de preservá-los.

Se a divisão entre “trabalhadores” e “bandidos” não tem se demonstrado um problema de ordem legal, mas de repartição da legitimidade, logo trata-se de uma divisão implicada na formulação dos critérios pelos quais se pode obtê-la, que delineiam nada menos que o “direito a ter direitos”. O problema se torna, então, inteiramente político: a nomeação bipolar entre “trabalhadores” e “bandidos” define os lados da disputa pela repartição da legitimidade, elemento central na conformação do mundo público. Esta nomeação define, então, quem pode e quem não pode estabelecer-se como sujeito neste mundo público, e quem são os adversários. É por isso que Ivete não temia o PCC, mas a polícia, em maio de 2006 (Capítulo 5).

Do outro lado, como uma parcela significativa da população não acessa legitimidade suficiente para ser sujeito no espaço público, este âmbito público torna-se ocupado muito majoritariamente por representantes de apenas uma “outra” parcela da população. E como as decisões, no mundo público, são tomadas por esta pequena parcela, ali representada, as fronteiras entre ela e os contingentes não representados se tornam um pressuposto da ação oficial. Estas fronteiras se tornam, então, fronteiras do direito. Já que existem instituições e sujeitos efetivamente atuando no registro do Estado de direito, e já que existe igualdade formal universal, supõe-se (dentro destas fronteiras) que o direito é, ou deveria ser, a medida universal de acesso à sociedade e à política. E daí o ciclo se fecha: segue-se a reprodução da leitura dos não representados como “desviantes”, seguida da disposição da violência para controlá-los.

Este ciclo tem, em Sapopemba, ao menos trinta anos. A permanência dele gera uma tendência evidente à organização alternativa das parcelas não representadas: acionam-se redes de parentesco, operam-se “comunidades”, há associativismo civil, assistencial e religioso, aparecem os movimentos sociais. Cada uma destas organizações disputa espaços de legitimidade da construção capilar da sociabilidade até os modos de representação política. O “mundo do crime” é também uma destas formas de organização, conectada a estas correlações mais amplas, mas agora situada como uma alternativa da ordem dos “efeitos colaterais”. Não só trata-se de uma associação incivil, mas reforça a figuração de que os não representados são desviantes e, no limite, “bandidos”, o que legitima o uso da força (mesmo ilegal) para controlá-los. E mais violência é empregada quanto mais “pública” for a ameaça destes “bandidos”.

Esta é a chave, bastante preliminar, que utilizo para compreender o ciclo ascendente de violência ilegal, portanto criminosa, que se legitima social e publicamente, e, assim, passa a coexistir com os mecanismos democráticos de resolução dos conflitos sociais. Se há algum sentido nisso, deve-se reconhecer que o funcionamento democrático brasileiro tem incluído, como parte constitutiva de seu desenho normativo *de fato*, o emprego tanto da violência legal quanto de violência ilegal para a manutenção das fronteiras de acesso à legitimidade. A restrição do “direito a ter direitos” a uma parcela significativa das periferias urbanas, que

era “sustentável” pela promessa de integração futura do “trabalhador”, depois de trinta anos só pode ser mantida por esta violência.

O “crime” não é o objeto central a ser abordado aqui, portanto. Importa mais notar que, atualmente, as saídas armadas de manutenção destas fronteiras ao direito têm sido *legitimadas* predominantemente, nos mundos social e público, por *aparecerem* embutidas na violência contra o crime. E que este cenário de legitimação oficial do ilegal, legitimado pela figuração de que se trataria de uma luta contra “os bandidos”, oferece espaço para que a ilegalidade violenta, que seria exclusividade do crime, seja encarada como prática rotineira, de repressão legítima. Assim, esta violência que seria disposta para limitar a expansão do crime, reforça seu registro imanente: a ilegalidade. Este ciclo, que se retroalimenta, garante o crescimento do “mundo do ilícito” também para além das periferias. Esta é a definição mais precisa da “expansão do mundo do crime” nesta tese, e nitidamente uma primeira dimensão das *fronteiras* que se elaboram (analítica e concretamente) entre as periferias da cidade de São Paulo e o mundo público²⁷².

2. A expansão da “gestão”

No Capítulo 6 descrevi em linhas gerais as origens institucionais e movimentistas dos CEDECAs e, em particular, como elas se fundem no histórico do CEDECA de Sapopemba. Tratava-se de todo um movimento de inserção de atores populares no quadro político institucional, sinalizando para, justamente, a possibilidade de atravessar as fronteiras entre as periferias e o público (com a intenção de democratizar, em conjunto, sociedade e política). No Capítulo 7, passei a descrever com mais minúcia o desenvolvimento destas iniciativas, e as formas concretas de atuação do CEDECA. Comecei pelo *atendimento*,

²⁷² Vale a advertência: a idéia de “expansão” aqui é utilizada em seu sentido preciso, que não se confunde com “predominância”, “dominância”, “hegemonia” ou termos correlatos. Esta expansão, nítida, não me parece ser totalizante, nem encontrar campo ilimitado de desenvolvimento, e nem mesmo é dominante se contraposta ao conjunto das dinâmicas sociais das periferias urbanas (onde, creio, os valores do “mundo do trabalho” ou do “mundo religioso”, embora em transformação, seguem sendo os “marcos discursivos” predominantes). Como atendo-me aqui especificamente à expansão do marco discursivo do crime, e não a outros processos de ordenamento destas dinâmicas sociais, pelos temas da tese e pela sua abordagem, corro o risco de parecer propor interpretações mais generalizantes do que as que efetivamente proponho.

espaço de relação direta entre o adolescente autor de ato infracional e a institucionalidade política, da qual as organizações sociais já fazem parte. *Atender* é prestar serviços de suporte jurídico, assistencial e psicológico aos adolescentes que cumprem medida sócio-educativa em meio aberto, e que portanto chegam à organização encaminhados pelo poder judiciário, depois de já terem sido julgados e condenados.

Este atendimento teria características sobretudo técnicas, e o CEDECA é considerado, no meio em que atua, como uma referência de qualidade no ato de atender crianças e adolescentes. Um dos diferenciais da organização é o princípio, adquirido com a experiência, de trabalhar com o adolescente em seus grupos de sociabilidade. Assim, o rapaz (ou a menina) que chega à entidade é estimulado a não vir para as atividades previstas sozinho, mas sempre que possível na companhia de um ou alguns de seus amigos, irmãos ou vizinhos. Este procedimento aumenta a possibilidade do atendido efetivamente comparecer (a presença de mais pessoas próximas diminui-lhe o constrangimento ou a insegurança) e amplia o volume do atendimento “indireto” realizado pelo CEDECA.

Há algo a notar aqui. Este conjunto de atendimentos indiretos, ao grupo de amigos, não é menos relevante do que os diretos, na concepção da entidade. Pois o princípio é que *todo o grupo* de sociabilidade destes adolescentes está basicamente submetido a uma mesma “vulnerabilidade” à violência. O amigo do rapaz que cumpre medida pode não estar encaminhado judicialmente, mas frequentemente compartilha das mesmas redes de relação dos meninos “envolvidos” como o crime local, e às vezes apenas ainda não foi preso a primeira vez. Ambos (o adolescente cumprindo medida e seu acompanhante), por compartilharem destas redes, estão no que se convencionou chamar no CEDECA de “ciclo da violência”. Para a entidade, portanto, a violência é a categoria central de descrição desta rede de sociabilidade jovem, próxima das atividades ilícitas.

Foi por este pressuposto do atendimento que a principal personalidade do programa de medidas sócio-educativas do CEDECA, Célia, me disse que *no “ciclo de violência” estão todos os adolescentes do bairro*. Convém notar, se é assim, que o pressuposto da “expansão do mundo do crime” expressa-se no atendimento como uma forma de sociabilidade. Pois verifica-se, neste contato direto com os adolescentes, que não apenas o autor de atos infracionais, mas toda sua rede de sociabilidade (e no limite todos os adolescentes do bairro)

estão submetidos à uma sociabilidade cuja categoria descritiva central é a violência. O CEDECA também tenta interpor, pelo seu atendimento, limites à esta expansão da violência.

Entretanto, os princípios para fazê-lo, por via do atendimento, são radicalmente distintos da “criminalização” das periferias, também muito recorrente nos dias que correm. Ao invés de impor a esse ciclo de violência a limitação *repressiva*, o atendimento propõe a lógica da *proteção integral* aos adolescentes, na expressão dos advogados da entidade. Nesta forma de atuar, em primeiro lugar é operada uma separação clara entre o ato infracional e o indivíduo que o cometeu. Nenhum “adolescente” é “bandido”. O acompanhamento às sanções e *punições adequadas ao ato infracional* é realizado simultaneamente à proteção (jurídica, assistencial e psicológica) dos *direitos do indivíduo*. Inibe-se a lógica interna da criminalização, portanto. E as conseqüências para o desenho da política social são imediatas: o atendimento consiste em acompanhar a medida sócio-educativa determinada (Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à Comunidade) e encaminhar o adolescente para outras instâncias institucionais de efetivação de direitos que, no ideal da política social, ofereceriam retaguarda ao CEDECA.

Neste desenho formal do atendimento, entidades como o CEDECA estariam na linha de frente, para fazer uma *triagem* e em seguida um *encaminhamento* das demandas dos adolescentes para instâncias mais amplas da “rede de proteção social”. Esta “rede de proteção” é materializada no sistema de educação formal e complementar, na rede de saúde pública, nas entidades de assistência social e jurídica públicas ou não governamentais, além dos conselhos tutelares e conselhos de direitos de crianças e adolescentes, nos três níveis de governo. Nesta rede de relações é que se formulam os programas, projetos e serviços destinados a este público, que compõem as *políticas públicas da área da infância*. A ação articulada desta rede, a partir de uma demanda captada no tecido social, seria a concretização da *intersetorialidade* prevista pelo ECA. Esta intersetorialidade, e apenas ela, garantiria os *direitos* deste público. Trata-se, portanto, de todo um sistema centrado na noção normativa de igualdade, baseada na construção de canais efetivos entre as figuras de crianças e adolescentes portadoras de direitos e o espaço público formal.

O CEDECA procura integrar essa rede, e nela seu atendimento deveria funcionar como uma “porta de entrada” que, atravessada, levaria o adolescente autor de ato infracional ao mundo dos direitos da cidadania. O fluxo que se iniciaria nos atendimentos, portanto, seria aquele que deveria vincular a vida dos meninos das periferias ao espaço público, onde suas *privações* poderiam ser narradas e lidas como *violação de direitos*. Quando este fluxo se estabelece, interfere-se claramente na conformação do mundo público (expandindo-o para conter nele aqueles que não tinham ali sua parcela). O fluxo *ascendente* desta demonstração da privação social no público, prevista em lei, é inteiramente político. O que o atendimento possibilitaria ao adolescente, neste desenho normativo, seria o acesso ao “direito a ter direitos”, um patamar de existência individual e simbólica numa comunidade política organizada em torno da cidadania universal.

Entretanto, como sabe-se que esta universalidade não existe de fato, no mundo social, o que o atendimento propõe pode ser entendido, inicialmente, como a abertura de um universo onde o indivíduo poderia habitar “como se fosse” cidadão²⁷³. Numa sociedade reconhecidamente hierárquica e desigual, a intromissão desta dimensão de igualdade universal como norma reguladora é, ainda que artificial, invariavelmente dissensual. E o conflito que surge deste dissenso é evidentemente político, nos termos de Rancière.

O que a pressuposição de um atendimento a estes adolescentes propõe, então, em termos teóricos, é uma *tensão* entre as forças de manutenção das hierarquias sociais, de um lado, e as forças de sustentação da igualdade, imanente à noção normativa de mundo público, de outro. Tensão, portanto, entre a desigualdade social e o princípio de igualdade política da democracia. Mais do que isso, o atendimento propõe que esta tensão seja resolvida não através da lei do mais forte, pela repressão violenta, mas arbitrada segundo a lei que rege, formalmente, o regime político democrático²⁷⁴. Situada, portanto, na fronteira entre sociedade e sistema jurídico-político, esta tensão trazida pelo atendimento geraria outros conflitos ordenados, segundo os parâmetros que regem as relações entre Estado democrático

²⁷³ *No espaço público, superiores e inferiores expressam seus interesses sob a forma de opiniões divergentes e reivindicam como se fossem iguais. É exatamente isso que quer dizer cidadão e cidadania.* Machado da Silva (2003, p.3-4, destaques no original).

²⁷⁴ Sobre o regime político democrático, ou mais precisamente poliárquico, ver Dahl (1989, 1997). Para uma crítica dos limites da poliarquia em promover democracia, interna ao debate, ver Lindblom (1979).

e sociedade. Seriam, assim, tensões de um tipo muito distinto da violência ilegal, pois agora elas gerariam negociações, políticas, de tipo institucional e argumentativo. Estas tensões seriam, então, indicativas da presença de “outro” modo de resolução dos mesmos conflitos tratados acima. Mas aqui, elas alimentariam a construção de critérios políticos e democráticos, e não a “expansão do mundo do crime” e sua violência.

A coexistência entre tensões que geram argumentação pública, contida ou não em dinâmicas institucionais, de um lado, e tensões geram aumento da resolução armada dos conflitos sociais, indica nitidamente como se constroem, entre lógicas distintas, as fronteiras entre as periferias urbanas e o mundo público. Esta coexistência controla também a análise, pois não permite que ela ceda aos impulsos de generalização excessiva (nem da hipótese da violência total nem de seu oposto, o império da resolução democrática dos conflitos). Em suma, poderia-se dizer que, teoricamente, existência política do CEDECA introduz no debate tensões de tipo político, num cenário de relações entre os adolescentes das periferias e o mundo público que, sem tensões deste tipo, tenderiam hoje muito mais fortemente ao arbítrio violento.

No plano empírico, entretanto, é evidente que o desenho normativo do atendimento não opera tal como foi pensado. Se o desenho propõe mediação política entre os adolescentes e o mundo em que seus direitos podem ser garantidos, há uma série de dificuldades que se interpõem concretamente, diminuindo o impacto desta forma de mediação. A primeira destas dificuldades aparece antes mesmo do adolescente chegar à entidade: pois a informação de que é imperativo que ele vá ao CEDECA, um centro de defesa de direitos responsável pela sua medida sócio-educativa, não circula claramente²⁷⁵.

Uma segunda dificuldade é a criação de relações de confiança entre o adolescente e o CEDECA. Estando fora de casa sempre foi raro que alguém lhe defendesse, e agora que ele foi preso, tudo agiu para reprimi-lo. A primeira medida a se tomar no atendimento, portanto, é o estabelecimento do que se chama de “vínculo” entre os técnicos e os adolescentes. Vínculo de confiança pessoal e de ordem privada, que funcionaria como uma chave, para abrir a porta de entrada no mundo dos direitos. Em alguns casos, a distensão entre e o ciclo

²⁷⁵ *Quando ele saiu da FEBEM não explicaram sobre Liberdade Assistida, não explicaram nada. [Maria].*

de violência do crime e essa lógica de proteção é tão radical, que mesmo este vínculo de confiança inicial entre técnicos e adolescentes é difícil de se estabelecer. Nesses casos, não cumprida a medida sócio-educativa em meio aberto, o adolescente retorna a uma Unidade de Internação. Mas mesmo quando este vínculo se estabelece, e o atendimento efetivamente é realizado, há ainda outras dificuldades que surgem. Pois o menino não tem escolaridade suficiente para o curso de informática; seus antecedentes criminais e tatuagens impedem sua inserção no trabalho formal; ele é viciado em crack e não há tratamento público disponível no sistema de saúde; o pai dele está desempregado há três anos e a mãe sofre violência em casa; o rapaz está endividado e ameaçado de morte. Não há, portanto, na rede de proteção *realmente existente*, possibilidade de encaminhamento desse adolescente²⁷⁶.

Mas há como mantê-lo nos limites do CEDECA. Há um voluntário que pode dar aulas de pintura a óleo no fundo da entidade, há uma psicóloga para conversar sobre o problema do vício e a relação da família com o problema do pai, há um assistente social que montou um grupo terapêutico para pais agressores, e ele vai tentar cadastrar a família num programa de transferência de renda. Há ainda um advogado para acompanhar a medida sócio-educativa e fazer a defesa formal do adolescente, em seu julgamento e nos encaminhamentos posteriores. Há, no limite, uma rede de amigos e militantes para, em caso de necessidade, hospedar o adolescente por um tempo no interior do estado, enquanto as ameaças de morte estiverem sérias. A tensão entre a privação social e a possibilidade dos direitos iguais emerge, e a resultante dela, na maioria dos casos, é que o ideal de *proteção integral* dos direitos traduz-se em *proteção mínima*. Nesta situação, mesmo este mínimo *atenua* o problema enfrentado e torna o “direito a ter direitos” mais atingível²⁷⁷. Contorna-se a alternativa do imobilismo e da inescapabilidade do homicídio anunciado, e o direito fundamental à vida é protegido. As fronteiras periferias-público são atravessadas minimamente, mas os propósitos do atendimento ficam limitados. O adolescente atinge o

²⁷⁶ Trata-se aqui de um resumo da descrição de como Diogo, um caso que estudei em campo mas não apresentei em detalhe na tese, chegou ao CEDECA em 2004.

²⁷⁷ Almeida, d’Andrea & De Lucca, (2008) defendem a tese de que há um mecanismo, que opera nas políticas sociais nas “situações periféricas”, em que atenuação dos problemas e reprodução das hierarquias coexistem.

outro lado da fronteira, mas ali é como um imigrante clandestino (modifica-se seu estatuto perante a lei, mas seus direitos não estão assegurados)²⁷⁸.

A tensão política permanece viva, portanto. A pressão por efetivação de outros direitos não cessa. O atendimento se realiza como é possível, mas os constrangimentos internos que lhe são impostos mantêm a demanda existente. Mais do que isso, a mantém represada no interior do CEDECA, como no âmbito interno a tantas outras entidades sociais de atendimento.

É justamente nesse cenário que, como demonstra o Capítulo 7, aparece a tendência à “expansão da gestão” do social. Nas últimas décadas o CEDECA se expandiu enormemente, mas a demanda hoje é, ainda, muito maior do que a que ele tinha para atender em 1991, quando foi criado²⁷⁹. Enfrentando durante duas décadas situações como a que acabo de descrever, o CEDECA se viu, como se vêem comumente as entidades de periferia, “enxugando gelo”. A demanda por atendimento nunca cessa, e quando o atendimento se estabelece, ao invés de funcionar como instância de triagem e encaminhamento, o CEDECA atua ele próprio como instância de resolução de problemas, o que nitidamente atenua a distensão social mas não chega a equacioná-la nos termos do direito. A entidade é submetida então a uma tendência regular ao *crescimento*.

O Capítulo 8 qualifica esta expansão, a partir da investigação das disputas internas ao grupo de colaboradores do CEDECA, que explicitam um conflito pelos parâmetros – mais militantes ou mais técnico-gestionários – do funcionamento da entidade. A descrição etnográfica deste conflito latente, e de seu desenvolvimento na dimensão interna do CEDECA, demonstra como as atividades de “gestão” da entidade tendem a um crescimento

²⁷⁸ Sob o prisma individual dos atendimentos estudados, como demonstram as trajetórias dos capítulos 1 a 4, os desdobramentos são variados: Pedro e Sérgio viveram experiências-limite e deixaram a sociabilidade do crime conforme a idade avançava, conseguiram trabalho e se viram como podem, o que é relativamente freqüente; Raul, Lázaro, Anísio, Fernando, Marcela e Michel (e mais alguns casos estudados, mas não apresentados) entraram de vez nas atividades do crime, que para os mais velhos inclui o circuito de idas e vindas entre o tráfico e a prisão, o que não tem sido incomum; Jonatas e Robson foram assassinados aos 17 anos de idade, o que tem sido mais raro nos últimos anos entre o público do CEDECA, mas segue sendo fenômeno observável.

²⁷⁹ Como apresento no Capítulo 9, a presença do CEDECA em Sapopemba não supre nem de longe a demanda por universalização dos atendimentos, embora torne o distrito um dos territórios em que há maior atendimento para adolescentes em medidas sócio-educativas em meio aberto na cidade de São Paulo.

relativamente muito superior tanto ao dos atendimentos efetivos, quanto das atividades propriamente políticas (comentadas adiante). São também múltiplos os fatores implicados nesta “expansão da gestão”.

Em primeiro lugar, está a dificuldade, já assinalada, de encaminhar os adolescentes atendidos para outras dimensões da rede de proteção; e daí surgem também formas alternativas de resolução do problema. Se o rapaz não tem escolaridade suficiente para ingressar no curso do SENAI, internaliza-se seu atendimento: tenta-se fazer um outro curso profissionalizante no bairro mesmo, no fundo da entidade. Aumenta aí a necessidade de espaço físico e administração de pessoal, obtém-se um novo convênio, e ele permanece sob responsabilidade da entidade.

Em segundo lugar, está a tendência à profissionalização de toda a sociedade civil, que chegou às entidades sociais já nos anos 90 com muita força: atender significa atuar em campos profissionais específicos, que incluem, por exemplo, relação direta com o poder judiciário, com a Fundação Casa (ex-FEBEM, responsável pelas pastas de documentos dos adolescentes em medida), com órgãos financiadores, decisões legislativas e dos espaços de co-gestão de políticas sociais etc²⁸⁰. Há nitidamente um estímulo estatal para esta profissionalização da gestão social das entidades de atendimento, colocado em marcha com muita ênfase desde os anos 90. Um dos efeitos colaterais dessa tecnificação é nitidamente o aumento da burocratização das relações e da especialização das funções gestonárias²⁸¹.

Em terceiro lugar, está a enorme instabilidade no plano dos financiamentos públicos para estas organizações (o dinheiro sempre existe, ainda que seja sempre pouco, mas os desenhos dos convênios para financiar os atendimentos variam ao sabor das mudanças de governo, da lógica eleitoral, dos interesses partidários, dos modelos de gestão empresarial do “terceiro setor” etc.). Como estratégia de resistência as entidades tendem a autonomizar os projetos de atendimento das atividades centrais de sua manutenção. Os projetos financiados iniciam-se e terminam com a aleatoriedade dos convênios, mas a entidade vai se mantendo perene

²⁸⁰ *Tem que ser profissional, não dá pra ser amador, você tem que saber o que você vai fazer, não dá pra ser só na intuição.*[Valdênia]

²⁸¹ Mais uma advertência: não se trata aqui de negar a relevância destes processos sob o ponto de vista técnico e de gestão das políticas públicas, mas de apenas assinalar seu processo de expansão no plano estudado.

quando consegue essa autonomia²⁸². Evidentemente, a equipe que permanece na organização está freqüentemente submetida à instabilidade de seus próprios empregos, e dedica-se com prioridade à redação de novos projetos e, com a experiência, torna-se sobretudo especialista em gerir esta dinâmica. Se é ela que permanece, o centro irradiador dos parâmetros de organização da ação coletiva torna-se também mais gerencial. Esta dupla tendência, de ampliação do associativismo popular de um lado, e do marco gestor que regula este associativismo na sociedade civil, de outro, foi amplamente discutida na literatura brasileira recente²⁸³. O foco deste debate, tratado sob o prisma do CEDECA, está nas tensões que surgem da articulação deste modelo gerencial a um modelo de relações entre sociedade e Estado que se propunha, em sua formulação, a agir segundo a pressuposição movimentista da ampliação dos direitos, nos termos tratados aqui.

A análise das fronteiras entre os adolescentes das periferias e o mundo público, neste cenário de práticas políticas em tensão, se torna muito mais complexa, portanto. Não há espaço para simplificação. Pois se a violência transborda das descrições como constitutiva da manutenção de fronteiras entre as periferias e a esfera pública, a própria existência do CEDECA e de seus atendimentos demonstra que estas fronteiras são atravessadas num outro plano. A resistência do CEDECA em fazer coexistirem, agora, a lógica da gestão à da ação propriamente política (Capítulo 9) é notável disso. Ao mesmo tempo, verifica-se que na tensão entre estas lógicas têm predominado a expansão da *gestão social*, que também funciona para arbitrar conflitos longe da resolução violenta, mas que simultaneamente limita o direito a seu patamar mínimo.

²⁸² Apenas enquanto estive no campo, entre 2005 e 2007, o CEDECA foi submetido a inúmeras mudanças nos convênios com a Prefeitura, o que o obrigou a ter três desenhos distintos de atendimento às medidas sócio-educativas neste período, além de encerrar as atividades do Arte e Movimento (atividades culturais) por um ano, e reduzir significativamente o Nasci para Voar (apoio familiar) em 2006. Ainda assim, neste período o CEDECA inaugurou dois outros centros comunitários no bairro, e fez uma reforma de ampliação em sua sede que aumenta muito sua estrutura interna de funcionamento.

²⁸³ De modos divergentes, inclusive: a crítica ao modelo gestor de formulação da questão social é feita há bastante tempo, e sob perspectivas analíticas variadas, nos diversos trabalhos do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – FFLCH/USP), compilados por exemplo em Oliveira & Paoli (2000) e Oliveira & Rizek (2007). Resenhei este último trabalho em Feltran (2008b). Um contraponto a estas análises é elaborado sob a ótica das tensões que se estabelecem na construção democrática em Dagnino (2002, mas sobretudo 2006) e Dagnino & Taggiba (2007). Taggiba (2003) propõe uma coexistência tensa entre estes modelos, configurada na noção de *democracia gerencial*.

3. Violência social e violência política

No Capítulo 9, apresentei as formas pelas quais o grupo de militantes fundador do CEDECA conseguiu contornar os obstáculos impostos pela “expansão da gestão”, e lidar com ela, ao mesmo tempo em que resistiam numa frente de atuação propriamente política. Na prática, este grupo de pessoas decidiu dividir as tarefas e autonomizá-las, deixando para o CEDECA a função de atendimentos (inserida na lógica gestonária) e criando, já em 2001, o CDHS, que inicia um novo ciclo de ações críticas e protestos políticos. Esta nova organização, para evitar os percalços da gestão, evita também os convênios públicos; trabalha então com mais autonomia em relação aos governos, e foca suas atividades na denúncia da violência policial do distrito. De diversas formas: na realização de rituais e audiências públicas, em ações de pressão na interface sociedade-Estado e na proposição de processos judiciais de defesa de direitos coletivos.

Na penúltima seção desse capítulo explorei as conseqüências da imposição deste ciclo de ações propriamente políticas, tanto para o CEDECA quanto para o CDHS: as entidades foram invadidas algumas vezes por homens encapuzados, suas principais lideranças começaram a sofrer ameaças de morte, e no caso de Valdênia, estas ameaças seguem ativas por toda a década, até hoje. Alternam-se, para ela, períodos muito intensos de insegurança, ameaças e atentados, a outros de pacificação. No final de 2007, intensificaram-se as ameaças novamente, e no início de 2008 Valdênia seguia sob proteção federal, aguardando a posição de um governo europeu sobre o pedido de asilo político. Confirmada esta condição, a partir de março de 2008, ela ingressava no quarto período de exílio no exterior durante os anos 2000.

Na seção final do mesmo capítulo, descrevi dois dos limitantes da atuação propriamente política do CEDECA e do CDHS hoje, ambos baseados na violência. Nas favelas de Sapopemba, trata-se da ameaça sempre presente da violência do “mundo do crime” local, que já investiu sobre o CEDECA há alguns anos, mas que ultimamente se mantém respeitoso ao acordo tácito de não agressão (fundado na “autoridade moral” que a entidade conquistou nestas décadas de denúncias de violência policial, logo na construção da polícia como adversário comum). Já no outro extremo de sua atuação, o mundo público, a violência

que limita a atuação do CEDECA e do CDHS é a de tipo político. Valdênia diz, naquele Capítulo 9, o que se confirma nos cotidianos: as entidades andam sempre “na berlinda”, no “fio da navalha”, entre estas duas ameaças de emergência de força violenta contra seus integrantes: a violência do crime e a violência política.

Argumento inicialmente que, em suas trajetórias, tanto o CEDECA quanto o CDHS realizaram duas inflexões específicas, com a finalidade clara de evitar tanto a violência do crime local, quanto os limites da gestão (ambos em expansão). Por conta destas duas inflexões ativas, eles conseguiram seguir fazendo política e, ao mesmo tempo, expuseram-se mais ainda à lógica policial, no sentido de Rancière. Com relação ao *crime*, o CEDECA e o CDHS estabeleceram um acordo tácito de não agressão, que continuará estável, enquanto as ações públicas da entidade para tentar controlar as atividades da polícia permanecerem ativas. Com relação à *gestão*, a criação do CDHS escapou dos limites impostos pelos convênios e, mantendo-se com uma equipe reduzida, de características muito combativas, conseguiu garantir protestos políticos frequentes.

Em seguida, argumento que neste cenário, de práticas efetivamente políticas, é que surge a violência política como limitante às ações. Escapando dos canais localmente regulados pela coação do crime, e dos espaços controlados sistemicamente pela gestão, os militantes centrais do CEDECA e do CDHS passaram a agir publicamente, e portanto a estar muito mais visíveis no mundo público. E como ali não era seu lugar *natural*, para os atores dominantes deste mundo público, ficaram expostos também à violência de tipo político, que pretende desbatar, de modo específico, sua capacidade de locução. A esta altura, é preciso então qualificar as distinções entre o que chamo aqui de “violência social” e “violência política”.

A expressão violência social designa, aqui aquela modalidade de uso da força que é imanente ao processo de “expansão do mundo do crime”, definido há pouco. Esta violência é, portanto, ilegal. Suas características são vinculadas à hierarquização e à distribuição dos lugares sociais, praticada tanto pelos autores de atos ilícitos na dimensão local, quanto pela repressão policial (que *legal* ou *ilegal*, é igualmente legitimada quando vista como “combate ao crime”). Esta violência social torna-se então, em alguns contextos específicos, centro irradiador também de sociabilidades, que alimentam a expansão do “marco

discursivo do crime”. Violência social é, em suma, aquela praticada contra pessoas e grupos considerados ilegítimos, que de tanto ser disposta contra eles, acaba por caracterizar as relações sociais entre estes grupos. Como já argumentei durante a tese, e procurei demonstrar nessas notas finais, não há nada de banal ou aleatório na disposição dessa violência.

A expressão “violência política” é, a seu turno, um tipo de uso da força dirigido àqueles indivíduos que portam conjuntos de valores, crenças ou projetos políticos contrários ao programa político oficial, ou dominante. Nos Estados autoritários, a violência política é computada entre as formas de exercício legítimo da força, e nos Estados democráticos ela é sempre ilegal. Esta modalidade violenta se diferencia de outras formas de uso da força, por ser centralmente dirigida à locução política, às palavras, e não apenas aos corpos dos indivíduos que a sofrem (matá-los tem por função estrita *silenciá-los*²⁸⁴). No caso em questão aqui, trata-se ainda do uso da força especificamente voltado àquele que *representa* no mundo público não apenas seus interesses privados, mas também aqueles dos que não obtêm ali estatuto de locução definido. A violência política é voltada, então, para desbastar a existência política não apenas de quem a sofre, mas daqueles representados por ele. Ela tenta manter fora da arena pública não apenas o sujeito a quem ela se dirige diretamente, mas também aqueles que suas palavras representariam.

Qualquer etnografia realizada em Sapopemba, que estivesse atenta às ações coletivas locais, permitiria conhecer bem cada uma destas formas de violência, e suas distinções. Uma etnografia atenta às relações entre política e violência, em Sapopemba, não poderia deixar de relacioná-las; e a esta altura da argumentação, a relação entre elas já é evidente.

De um lado, os adolescentes que o CEDECA atende estão submetidos a um ciclo de *violência social*, retro-alimentado pela violência da sociabilidade do “mundo do crime” e a repressão igualmente ilegal que a acompanha. A presença desta violência instrumentaliza a ordenação social local e expande ali a legitimidade do ilícito, alimentando fora dali a criminalização. As trajetórias trabalhadas no corpo da tese demonstram como essa violência impõe fronteiras, nítidas, entre este grupo de indivíduos e o mundo público. De outro lado,

²⁸⁴ E daí evidencia-se como o componente discursivo é constitutivo da própria noção de política.

Valdênia e outras lideranças do CEDECA e do CDHS passam a se ver submetidos à *violência política* exatamente quando acessam efetivamente o mundo público, para *representar* politicamente, neste terreno de locução, o grupo de adolescentes atendidos.

Se o público atendido pelo CEDECA, ou seja, os adolescentes e jovens como Pedro, Marcela e Jonatas, estão submetidos à violência social, e se quem os representa, como Valdênia, sofrem violência política recorrente, é porque ambas as modalidades violentas atuam, politicamente, num mesmo registro: ambas inibem a representação das periferias, em especial de seus setores jovens, no mundo de debates públicos. Ambas funcionam portanto, de diferentes maneiras, para manter a restrição do “direito a ter direitos”. Ambas inibem a representação do todo social no espaço público e são, nesta medida, igualmente políticas (por se inscreverem diretamente na disputa pela conformação deste mundo público, e de quem tem ali lugar de locução definido).

TENSÕES DA COEXISTÊNCIA

Na Apresentação desta tese afirmei que num primeiro olhar para a relação entre as periferias e o mundo social saltavam aos olhos do analista *divisões*, que, na literatura foram tratadas por vezes de modo mais relacional, por vezes mais dicotômico. Argumentei que procuro tratar destas clivagens do modo mais relacional possível, já que elas encerram, em si mesmas, diversos processos sociais que *conectam* as periferias urbanas a diversas instâncias do mundo social e dos debates públicos. Em seguida, defini a noção de “fronteira”, e justifiquei sua eleição como categoria analítica, preliminar certamente, que auxilia a demarcação destas divisões e clivagens, o que me parece ser necessário, ao mesmo tempo em que preserva a idéia de atravessamentos e fluxos por entre elas, controlados por atores específicos. Justifiquei que a metáfora da fronteira interessa, analiticamente, por preservar ainda a noção de conflito, latente em condições de estabilidade da linha que a demarca, mas passível de se tornar violência caso ela seja passível de disputa efetiva.

Passei a estudar então as relações entre, de um lado, os adolescentes e jovens das periferias de São Paulo e, de outro, as conformações do mundo público em São Paulo. Esta escolha tentou explorar os limites da distensão entre periferias e público, e portanto as tendências de

seu desenvolvimento. Durante toda a tese descrevi situações que me levaram a uma síntese baseada em três argumentos, desenvolvidos nestas notas finais: i) a “expansão do mundo do crime” nas periferias e para além delas, como marco de disputa de legitimidade na sociedade; ii) a “expansão da gestão do social” nas periferias como forma de modificar o registro da expansão do “mundo do crime”, regulando o conflito político que ela expõe e iii) as distinções e correlações entre a violência social e a violência política.

Justifiquei então porque creio que, atualmente, estes três processos sociais contribuem para a demarcação de fronteiras entre as periferias urbanas e o mundo público, e aponte o que seria a característica política fundamental que as sustenta: a de propiciar a restrição de fato do acesso universal ao “direito a ter direitos”, embutida na consolidação de um regime político formal universalista. Assim, as periferias não estariam *segregadas* de outras dimensões do mundo social, nem do mundo político (o CEDECA e a miríade de associações como ele são expressão disso), embora em diferentes situações seu acesso a ele seja efetivamente limitado, e os critérios dominantes de distribuição da legitimidade social e pública sejam controlados, pela gestão e pela violência (inclusive ilegal), que desbastam parte significativa da possibilidade de indivíduos e ações coletivas destas periferias constituírem-se como sujeitos políticos.

Sugiro então um argumento de síntese, bastante preliminar. O trabalho analítico parece sugerir, neste momento, um tipo específico de coexistência, no plano do regime político e no plano das relações sociais, entre dois ordenamentos de lógicas internas distintas. O primeiro é o código universalista da política, e o segundo o código instrumental da violência, ambos constitutivos e necessários para a reprodução de um modelo de funcionamento institucional e social marcado pela manutenção de um mundo público formalmente democrático, e uma dinâmica de distribuição dos lugares sociais marcada por extrema hierarquização.

O modo de fazer estes sistemas coexistirem foi, historicamente, o de limitar a vida política *de fato* a uma parcela da sociedade, que no entanto age, como é próprio de toda ação de dominação, como se representasse o todo social. Este limite à legitimidade desenha uma fronteira não apenas do direito (o que forçaria o regime político a mostrar-se autoritário), mas do “direito a ter direitos”, o que preserva *em seu interior* a possibilidade da igualdade e

da cidadania. As relações entre as periferias urbanas e o mundo público são reguladas por esta fronteira, e a disputa social pela legitimidade controla o quanto os atores dominantes podem empregar de força, legal e ilegal, na sua manutenção.

O desenvolvimento histórico destas fronteiras não é infenso a tensões, evidentemente. Em São Paulo, e em outras periferias urbanas brasileiras, estas tensões têm sido controladas por uma coexistência entre as estratégias de gestão social e, em caso de necessidade, a violência. Nas últimas décadas, o emprego rotineiro da violência ilegal como modo de arbítrio dos conflitos sociais que condicionam estas tensões, tanto pelo “mundo do crime”, quanto pelo Estado, indica a dimensão mais constitutivamente arraigada da violência no funcionamento democrático brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. *A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea*. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- _____. *A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada*. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 10, n. 2, jul./dez 1995.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, Dossiê Crime Organizado, São Paulo, n. 61, 2007.
- ADORNO, S.; CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: execuções primárias e grupos de extermínio em São Paulo. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/USP, 1997. mimeo.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALMEIDA, Ronaldo. Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n.56, 2004.
- _____. *A universalização do Reino de Deus*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- ALMEIDA, Ronaldo; D’ANDREA, Tiaraju ; DE LUCCA, Daniel. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. 2008 (mimeo.)
- ALMEIDA, Ronaldo; D’ANDREA, Tiaraju. Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo. In: MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo. (orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- AMORIM, Carlos. *CV-PCC: a irmandade do crime*. São Paulo: Editora Record, 2003.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *Eles entram atirando: policiamento de comunidades socialmente excluídas no Brasil*. Relatório 19/02/2005, Londres: Anistia Internacional, 2005.
- ARENDT, Hannah. *La tradición oculta*. Barcelona: Paidós, 2004.
- _____. Reflexões sobre Little Rock. In: ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.
- _____. A Crise na Educação. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva. 2001b.
- _____. Que é Liberdade? . In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva. 2001c.

- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001d.
- _____. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.
- _____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.
- _____. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- AUYERO, Javier. *Vidas beligerantes: dos mujeres argentinas, dos protestas y la búsqueda por reconocimiento*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2004.
- _____. *La política de los pobres: las prácticas clientelistas del peronismo*. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. (org.) *A Inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- BAIERLE, Sérgio Gregório. *Um novo princípio ético político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- BARROS, Joana Silva. *Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BEAUD Stéphane; PIALOUX, Michel. La “racaille” et les “vrais jeunes”. Critique d’une vision binaire du monde des cités. *Liens Socio*, novembre 2005. Disponível em : <http://www.liens-socio.org/article.php3?id_article=977>.
- BEAUD Stéphane; PIALOUX, Michel. *Violences urbaines, violence sociale*. Genèse des nouvelles classes dangereuses. Paris: Fayard, 2003.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. Nova Iorque: The Free Press, 1963,
- BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Falcão: meninos do tráfico*. São Paulo: Objetiva, 2006.
- _____. *Falcão: mulheres e o tráfico*. São Paulo: Objetiva, 2007.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.) *A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.
- BOURGOIS, Philippe. Pensando la pobreza en el gueto: resistencia y autodestrucción em el apartheid norteamericano. *Etnografias contemporâneas*, ano 2, n. 2, 2006.

- BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Réplica: Comparação Impossível. *RAE Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n.1, jan-mar 2005.
- BREVIGLIERI, Marc; TROM, Danny. Troubles et tensions en milieu urbain : les épreuves citadines et habitantes de la ville. In: CEFAÏ, Daniel ; PASQUIER, Dominique (dir.). *Les Sens du public : Publics politiques, publics médiatiques*. Paris : Presses Universitaires de France, 2003.
- CABANES, Robert. Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações. In: TELLES, Vera da Silva, CABANES, Robert. (orgs.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, IRD, 2006.
- CABANES, Robert. *Travail, famille, mondialisation: récits de la vie ouvrière*, São Paulo, Brésil. Paris : IRD – Karthala, 2002.
- CAMARGO, Cândido P. Ferreira de. et al. *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- CAMPOS, André; POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie. (orgs.) *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. v.2. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Maria do Carmo. “EPPUR SI MUOVE...” *Os Movimentos Sociais e a Construção da Democracia no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CDHS. *Cartilha de Direitos Humanos*. Série Construindo a cidadania. São Paulo: Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, 2005. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org/indice_cartilhas_cdhs.htm>.
- _____. *Cartilha – Abordagem Policial*. Série Construindo a cidadania. São Paulo: Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, 2006. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org/indice_cartilhas_cdhs.htm>.
- _____. *Cartilha – Abordagem Policial*. Série Construindo a cidadania. São Paulo: Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, 2007. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org/indice_cartilhas_cdhs.htm>.
- CEFAÏ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l’action collective*. Paris : La Découverte, 2007.

- _____. Le quartier comme contexte, ressource, enjeu et produit de l'action collective. Les ancrages de proximité d'une arène publique. Belleville, Paris Xxème. In : VITALE, T. (ed.), *Partecipazione e rappresentanza nelle mobilitazioni locali*. Milan : Mondadori, 2006.
- _____. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In : CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (dir.). *L'Héritage du pragmatisme*. Paris : Éditions de l'Aube, 2002.
- _____. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. *Reseaux*, n.75, 1996.
- CEFAÏ, Daniel ; PASQUIER, Dominique (dir.). *Les Sens du public : Publics politiques, publics médiatiques*. Paris : Presses Universitaires de France, 2003.
- CEFAÏ, Daniel ; SATURNO, Carole (dir.). *Itinéraires d'un pragmatiste : Autour d'Isaac Joseph*. Paris : Économica, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- _____. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- CLAUSEWITZ, C.V. *On War*. New York: Penguin Books, 1968.
- COSTA, Sérgio. Contextos de construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 47. São Paulo, 1997.
- CRUZ, Ana Paula Galdeano; FELTRAN, Gabriel de Santis; SILVA, Marcos Toffoli. *Avaliação de Processo. Programa Fica Vivo! Pedreira Prado Lopes. Belo Horizonte*. CEBRAP. Relatório Final, 2005a.
- _____. *Avaliação de Processo. Programa Fica Vivo! Leste. Belo Horizonte. CEBRAP. Relatório Final*, 2005b.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades In: DAGNINO, Evelina. (org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. Cultura, Cidadania e Democracia. In: ALVAREZ, Sônia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- _____. Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. *Prefácio a uma teoria democrática*. Rio de Janeiro : Zahar, 1989.
- DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzos : escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- _____. *Planeta Favela*. São Paulo : Boitempo Editorial, 2006.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo (e comentários sobre a sociedade do espetáculo)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.
- DOWDNEY, Luke. *Neither war nor peace: international comparisons of children and youth in organized armed violence*. Rio de Janeiro : ISER/Viva Rio, 2005.
- _____. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004.
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Claro enigma*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- _____. A Família Operária: consciência e ideologia. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 2, 1980.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESTUDOS AVANÇADOS. Dossiê Crime Organizado, São Paulo, n. 61, 2007.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, abr. 1984.
- FEFFERMAN, Marisa. *Vidas arriscadas: um estudo sobre os jovens inscritos no tráfico de drogas em São Paulo*. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira, vista da periferia de São Paulo. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*. São Paulo, 2007.
- _____. Resenha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, 2008b. Resenha de: OLIVEIRA, Francisco de ; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007
- _____. Deslocamentos: trajetórias individuais entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

- _____. A fronteira do direito: política e violência na periferia de São Paulo. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.
- _____. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
- _____. Isolamento, solidão e superfluidade: sobre abismos cotidianos. In: KOFES, Suely (org.). *Histórias de vida, biografias e trajetórias*. Cadernos IFCH, n.31. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.
- FERNANDEZ, Juan. *Delincuencia y exclusión social: estructuras sociales y procesos de socialización imbricados*. 2004. (mimeo).
- FERREIRA, Maria Inês Caetano. A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 63, julho 2002.
- _____. *Trajetoárias urbanas de moradores de uma favela de um distrito de elite da capital paulista*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.
- FIGLIARELLI, Mauricio. *Uso de "drogas": controvérsias médicas e debate público*. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP, 2007.
- FONSECA, Cláudia Lee Williams. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, n.26, 2006.
- _____. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France (1978-1979)*, Paris: Seuil, 2004.
- _____. *Defender la sociedad*. México DF: Fondo de Cultura Economica, 2000.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRASER, Nancy. Rethinking Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: ROBBINS, Bruce (ed.). *The Phantom Public Sphere*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- _____. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade adulterada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.
- _____. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2, 2003.

- GRAFMEYER, Yves; JOSEPH, Isaac. *L'Ecole de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris : Champs, Flammarion, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração: Experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GURZA-LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, Graziela. Representação Política e Organizações Cívicas: Novas Instâncias de Mediação e os Desafios da Legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, 2006.
- GUSFIELD, Joseph. *La Culture des problèmes publics*. Paris: Économica, 2006.
- HABERMAS Jürgen. L'espace public, 30 ans après. *Quaderni*, n. 18, automne 1992.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. O problema do controle de polícia em contextos de violência extrema. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, 2007.
- _____. *Polícia e Direitos Humanos: Política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983-1986)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- JOSEPH, Isaac. *L'Athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris: Économica, 2007.
- _____. *La ville sans qualités*. Paris : Éditions de L'aube, 1998.
- _____. Éléments pour l'analyse de l'expérience de la vie publique. *Espaces et sociétés*. Vie privée, vie publique. n. 38-39, 1981.
- KESSLER, Gabriel. *Sociología del delito amateur*. Buenos Aires : Paidós, 2004.
- _____. *En torno a la juventud: delito, trabajo y ley* . 2006. (mimeo)
- KOFES, Suely. *Entre nós, os pobres, eles, os negros*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.
- _____. *Histórias de vida, biografias e trajetórias*. Cadernos IFCH, n.31. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.
- LATOUR, Bruno. *La Fabrique du droit. Une ethnographie du Conseil d'Etat*. Paris : La Découverte, 2002.
- LINDBLOM, Charles. *Política e Mercados*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, 2004.
- _____. *Política Social : o dilema da democratização brasileira*. Texto apresentado no Seminário “Cidade, democracia e justiça social”, Rio de Janeiro: FASE; Fundação Rosa Luxemburg, 2003.

- _____. Violência Urbana : representação de uma ordem social. in : NASCIMENTO, E. P. ; BARREIRA, Irllys. (orgs.) *Brasil Urbano* : cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro : Notrya, 1993.
- MAGALHÃES, Mário. *O narcotráfico*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- MAMDANI, Mahmood. *When victims become killers: colonialism, nativism and the genocide in Ruanda*. Princeton University Press, 2001.
- MARANHÃO, Tatiana. *Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo*. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas de São Paulo), n.15, São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP 2003.
- MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo. (orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- MENEGUELLO Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MESQUITA NETO, P. D. *Mortes a esclarecer, crises a evitar*. São Paulo: NEV-USP, 2007. (mimeo).
- MISSE, Michel. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: VILLAS BOAS, G.; GONÇALVES, M. (orgs.). *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- _____. As ligações perigosas: mercado informal legal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, maio 1997.
- _____. Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. s/d. Disponível em : <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br>
- MUCCHIELLI, Laurent. L'évolution de la délinquance juvénile : essai de bilan critique. *Vie sociale*, n. 3, 2002.
- NEV (Núcleo de Estudos da Violência). *Continuidade autoritária e construção da democracia*. Relatório Final FAPESP, 1999.
- PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.) *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Ildesfes, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Espaço e o Urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (org.) *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as piores formas de trabalho infantil, 1999.

- OTTMANN, Götz. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 41, mar. 1995.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005a.
- _____. Administração brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *RAE Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n.1, jan-mar 2005b.
- _____. Tréplica: Comparação Possível. *RAE Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n.1, jan-mar 2005c.
- PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.) *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Ildesfes, 1995.
- PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino Americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense. 1982.
- _____. Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n. 1, 1997.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2005a.
- _____. *La Haine de la démocratie*. Paris: La Fabrique Éditions, 2005b.
- _____. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- _____. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34. 1996a.
- _____. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- _____. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres ; GRAZIA, Grazia de. *Experiências de Orçamento Participativo no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2003.
- RODGERS, Dennis. Cuando la pandilla se pone mala: violência juvenil y cambio social en Nicarágua. *Etnografias contemporâneas*, ano 2, n. 2, 2006.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na Classe Política Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.
- _____. *Partidos Políticos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: Edusp, 2002.
- RODRIGUES, Thiago. Tráfico e campos de concentração. *Sexta Feira*, São Paulo, v. 08, 2006.

- ROSA, Thaís Troncon. Produção e apropriação do espaço em periferias urbanas: construindo algumas questões. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25, 2006, Goiânia. *Anais...Goiânia*, ABA.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
- SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCOTT, Joan W. Experiência. In: LEITE DA SILVA, Alcione et al. (orgs.). *Falas de Gênero*. São Paulo: Mulheres, 1999.
- SILVA, Marcelo Kunrath. *Criminalidade, violência e movimentos sociais: novos obstáculos à organização popular*. Comunicação apresentada no II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, Florianópolis, 2003. (mimeo.)
- SILVA, Marcos Toffoli; FELTRAN, Gabriel de Santis; CRUZ, Ana Paula Galdeano. *Juventude, violência e políticas públicas em contextos urbanos pós-autoritários: São Paulo e Joanesburgo*. CEBRAP. Relatório de pesquisa, 2006.
- SOARES, Luis Eduardo; BILL, MV; ATHAÍDE, Celso. *Cabeça de Porco*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOARES, Luis Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. *Elite da Tropa*. São Paulo: Objetiva, 2006.
- TATAGIBA, Luciana. *Participação, cultura política e modelos de gestão: a democracia gerencial e suas ambivalências*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. *Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Annablume, 2003.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; TATAGIBA, Luciana. *Movimentos sociais: o desafio da participação*. São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas de São Paulo), n.25, 2005.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, Dossiê Crime Organizado, São Paulo, n. 61, 2007.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- _____. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva, CABANES, Robert. (orgs.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, IRD, 2006.

- _____. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TELLES, Vera da Silva, CABANES, Robert. (orgs.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, IRD, 2006.
- THIEROLDT, Jorge Llanos. *Pandillas juveniles: ¿límites cotidianos a la construcción de igualdades?* 2003. (mimeo).
- THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases? In: THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- VEJA SÃO PAULO. Os donos da rua. São Paulo, 30 jan.2008.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.
- WACQUANT, Loïc. *Parias urbains: Ghetto, banlieues, État*. Paris: La Découverte, 2006.
- _____. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan Editora, 2001.
- _____. A Zona. In: BOURDIEU, Pierre (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- WEBER, Max. A política como vocação [1919]. In: WEBER, Max. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- WOLF, Eric R. *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Organização e seleção de Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.
- ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- _____. Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas: Editora da Unicamp/Escuta, 1994.

LISTA DE WEBSITES CONSULTADOS

www.cedecampt.org.br
www.brasil.gov.br
www.saopaulo.sp.gov.br/
www.prefeitura.sp.gov.br
www.febem.sp.gov.br
www.justica.sp.gov.br
www.camara.gov.br
www.camara.sp.gov.br
www.al.sp.gov.br
www.pt.org.br
www.mj.gov.br/sedh/conanda/
www.condeca.sp.gov.br/
[portal.prefeitura.sp.gov.br/](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhosecoordenadorias/cmdca)
portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/comas
www.anced.org.br
www.combonianos.org.br
www.dhnet.org.br/dhnet
www.pastoraldomenor.org.br
www.ilanud.org.br

incubadora.fapesp.br/projects/amar
www.ajd.org.br/
www.claudioamancio.com.br
pages.apis.com.br/mnmmr
www.fundabrinq.org.br
www.travessia.org.br
www.unicef.org/brazil
www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/acad
www.torturanuncamais-rj.org.br
www.andi.org.br
www.coav.org.br
www.crpasp.org.br
www.cut.org.br
www.oabsp.org.br
www.conectas.org
www.amnesty.org
www.hrw.org
www1.folha.uol.com.br/fsp
www.estadao.com.br
www.seade.gov.br
www.centrodametropole.org.br

ANEXO

perfis dos entrevistados e personagens citados

Perfis dos entrevistados e personagens citados

A intenção de apresentação destes perfis, telegráficos, é unicamente a de contextualizar, para o leitor pouco familiarizado com o universo específico estudado, algumas das citações literais de trechos de transcrições ou descrições apresentadas no corpo da tese, acrescentando a elas um mínimo de informações descritivas sobre seus locutores ou personagens. Limito-me a fazê-lo acerca dos entrevistados que tiveram seus depoimentos gravados em entrevista, ou personagens de relatos dessas entrevistas que tiveram suas trajetórias utilizadas na tese. Mas montar um perfil telegráfico de trajetórias complexas é sempre um modo por demais arbitrário de apresentá-las.

A escolha para esta apresentação, então, foi a de não padronizar os resumos, para utilizar neles somente das categorias descritivas que os próprios entrevistados utilizaram como elementos centrais de sua descrição pessoal, ou daquele a quem se referiam. É por isso que em alguns casos a ênfase do resumo recai sobre a idade, em outros sobre a trajetória pessoal e familiar, em outros sobre os lugares de moradia ou atuação profissional e, em alguns casos, sobre a participação no “mundo do crime” de Sapopemba.

Em ordem alfabética:

[ALEX] Funcionário precário de uma pequena fábrica de peças de bicicleta, 20-25 anos, filho de Ivete, casado e pai de um filho. Antes desse emprego, tentou gerar renda com duas máquinas de videogame alugadas para crianças na favela, mas o negócio não vingou. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 4.

[ALINE] Adolescente, 15 anos, filha de Fabiana, moradora de uma das favelas de Sapopemba. A mãe se prostituiu durante os três primeiros anos que sucederam a morte do pai, há cinco anos. Usuária de maconha e viciada em crack desde os 13 anos de idade, é explorada sexualmente desde então no circuito do tráfico de drogas local.

[ALLAN] Aos 21 anos em 2008, teve o pai assassinado na adolescência, vive com mãe e irmãos numa das favelas do Madalena. Envolveu-se com o “mundo do crime” local desde o início da adolescência, teve 12 internações na FEBEM e duas passagens pelo sistema

carcerário até 2007. Foi atendido diversas vezes pelo CEDECA, criando vínculos fortes com Lucas e Juliana. Teve problemas com o crime local, chegou a ser julgado num “debate”, escapou com vida mas perdeu seu posto de trabalho na organização criminal. Juliana e Lucas tentavam inseri-lo como auxiliar de serviços gerais do NASCE. Ensino fundamental incompleto.

[ALMIR] Educador social do CEDECA até 2007, 35-40 anos, morador do bairro. Solteiro, um filho, tem origem em família operária e sindicalista do ABC. Simpatizante dos movimentos sociais de Sapopemba desde os anos 80. Conhece muito bem diversas associações locais, e participa de várias delas.

[AURORA] Estudante de Direito, 25-30 anos, nascida no interior de Minas Gerais, migrou com a família para São Paulo em meados dos anos 90. Desde a adolescência participou das atividades sociais da Igreja católica, o que lhe possibilitou redes de relação que a conduziram a empregos em projetos sociais voltados para adolescentes. Estas mesmas redes a vincularam a alguns dos diretores do CEDECA. Foi coordenadora operacional do CEDECA entre 2005 e 2006. Atualmente atua no setor jurídico da instituição, como estagiária.

[BIANCA] Auxiliar administrativo do CEDECA, 20-25 anos, três filhos, moradora do bairro, já foi atendida pela organização na adolescência. Além de seus filhos, tem a guarda de cinco de seus irmãos mais novos, os que têm menos de 18 anos. A mãe é dependente química e o pai vive no Rio de Janeiro. Alguns dos irmãos têm envolvimento com atividades ilícitas, sobretudo participação no tráfico de drogas e prostituição. Sofreu violência doméstica e abuso sexual durante a adolescência.

[CÉLIA] Educadora social de formação, 40-45 anos, moradora do bairro desde a infância e participante ativa de toda a trajetória do CEDECA, bem como dos movimentos da área da infância. Seus pais já militavam no movimento comunitário local, e tinham envolvimento com as organizações de esquerda clandestinas dos anos 60 e 70. Lidera o atendimento a medidas sócio-educativas do CEDECA.

[CIDA] Assistente social do CEDECA entre 2004 e 2006, 40-45 anos, teve trajetória profissional inteiramente construída na área da infância em São Paulo, atuando

profissionalmente em diversos atendimentos diretos, em diversos arranjos e desenhos de políticas públicas, entre organizações sociais, empresas e órgãos públicos.

[CLARICE] Psicóloga, 35-40 anos, solteira, filha de família operária de Sapopemba. Trabalhou no CEDECA durante dois anos, no programa de atendimento a medidas sócio-educativas. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 2.

[‘SEO’ CLÁUDIO] Operário aposentado, 65-70 anos, filho de imigrantes europeus que trabalhavam fazendo carretos de areia e tijolo, mudou-se para Sapopemba depois de casado, no início dos anos 70. Pai de Clarice, Márcio e Sérgio. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 2.

[CRISTINA] Auxiliar de limpeza do CEDECA, 35-40 anos, não conheceu os pais, trajetória marcada desde a infância remota por situação de rua e internações, alternadas, até a acolhida na “Casa das Meninas”. Vive próxima da rede de relações locais do CEDECA, que oferece suporte para seu filho (13 anos) e para que ela deixe o vício no álcool. No final de 2007, Cristina acabara de derrubar seu barraco de tábuas, numa das favelas do Madalena, e amigos iriam ajudá-la a erguer uma nova casa de tijolos no mesmo lugar. O trabalho no CEDECA, há dois anos, era seu primeiro emprego formal.

[D. SÍLVIA] Dona de casa, aposentada, 60-65 anos, mãe de Clarice. Trabalhou como diarista quando o marido teve problemas de saúde. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 4.

[DAVID] Professor, 35-40 anos, família de professores universitários, foi militante de base de organizações ligadas ao Partido dos Trabalhadores na sua adolescência e juventude, no final dos anos 80. Seu espaço de militância no período era o PT de Sapopemba, e por ser consumidor de cocaína na época, também conheceu de perto a estruturação do tráfico de drogas local. Assíduo leitor da sociologia e ciência política marxista.

[DIEGO] Assistente social, 30-35 anos, solteiro, natural de Santos, especialista nos temas da violência doméstica e masculinidade. Trabalhou no CEDECA (NPV) entre 2003 e 2006, onde coordenou um grupo de discussão sobre masculinidade entre homens agressores.

[DOUGLAS] Filho de Fabiana, 18 anos, em 2008 serve as Forças Armadas. Participa das atividades do NPV e foi conselheiro da Cidade Bacana. Durante dois anos, entre os 14 e os

15, praticou esporadicamente roubos de carro, e daí passou a integrar as redes de subcontratação de adolescentes do crime local, quando executou assaltos à mão armada. Traficou e consumiu drogas no período. Foi ameaçado de morte, participou de tiroteios com a polícia, mas nunca chegou a ser preso.

[ERNESTO] Educador social do CEDECA, 30-35 anos, um dos educadores do atendimento às medidas sócio-educativas desde 2004. Mexicano, ex-seminarista comboniano, estudou filosofia e tentava entrar numa universidade brasileira para validar seu diploma. Morador do bairro desde que deixou a carreira sacerdotal para se casar.

[FABIANA] Dona de casa, 40-45 anos, mãe de nove filhos, entre 3 e 18 anos. Moradora de uma das favelas do bairro, perdeu o marido quando os filhos eram pequenos e trabalhou como prostituta durante os dois anos seguintes. Casou-se novamente, com um pintor, e teve mais dois filhos. Entre os mais velhos, três participam das redes de sub-contratação do narcotráfico local, e uma das filhas é viciada em crack e explorada sexualmente. Doou uma de suas filhas (recém-nascida) para uma das vizinhas, que a adotou legalmente em seguida.

[FERNANDA] Psicóloga do CEDECA entre 2004-2006, 35-40 anos, trabalhou em clínicas e ONG voltadas para o tema da sexualidade e das disfunções sexuais, além de Unidades de Internação da FEBEM.

[FERNANDO] Filho mais novo de Ivete, 19 anos em 2008, nascido em São Paulo, ensino fundamental incompleto, pai de um filho, teve uma internação recente na FEBEM (roubo de carro, em 2005). A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 4.

[IVETE] Pensionista (auxílio-doença), ex-Agente Comunitária de Saúde da favela onde vive. 50-55 anos. Mãe de oito filhos. Nascida em Salvador, na Bahia, migrou para São Paulo no final dos anos 80 para escapar da violência doméstica. Deixou para trás sete filhos, que resgatou oito anos depois. Moradora de uma das favelas do bairro desde 1995, sofreu depressão depois do ingresso de cinco dos seus filhos no “mundo do crime” local. Trajetória narrada com detalhe no Capítulo 4.

[IVONETE] Funcionária de pequena empresa de fabricação de componentes eletrônicos, na linha de montagem, 30-35 anos, filha mais velha de Ivete, vive numa das favelas de Sapopemba desde 1995, solteira, mãe de um filho (15 anos), evangélica neopentecostal.

Nascida na Bahia, sofreu abuso sexual durante toda a adolescência. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 4.

[JOANA] Psicóloga, 35-40 anos, nascida na Mooca em família de migrantes europeus. Teve alguns empregos técnicos na área de recursos humanos antes de ser contratada pelo CEDECA, no fim dos anos 90. Foi coordenadora do projeto NPV – Nasci para Voar durante sete anos, até 2006.

[JÚLIA] Advogada do CEDECA, 25-30 anos, nascida na Bahia, migrou já nos anos 2000 para São Paulo, para estudar. Ainda na universidade, participou de movimentos sociais da área de direitos humanos e da infância, o que a levou ao CEDECA, onde permaneceu por dois anos (2004-2006).

[JULIANA] Fisioterapeuta, 35-40 anos, moradora de Sapopemba desde a infância, participou ativamente de todo o histórico do CEDECA e do Núcleo Assistencial Cantinho da Esperança (NASCE – que faz atendimento diário a portadores de necessidades especiais), entidade que coordena atualmente. Casada com Lucas, mãe de dois filhos.

[LÁZARO] Desempregado, 20-25 anos, filho de Ivete, irmão gêmeo de Alex, morador de favela. Foi professor de vôlei no CEDECA no final da adolescência, e chegou a ter 32 alunos. Atualmente está preso pela terceira vez, por envolvimento com roubos, assaltos à residência e tráfico de drogas. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 4.

[LUCAS] Educador social e professor da rede pública (História e Geografia), 40-45 anos, morador do bairro desde a infância, casado com Juliana. Foi funcionário do CEDECA durante anos, e chegou a coordenar o atendimento das medidas sócio-educativas entre 2004 e 2005. Deixou a instituição depois disso, e atualmente, além das aulas, é coordenador de uma oficina de marcenaria para adolescentes e adultos portadores de deficiência, vinculada ao NASCE.

[LUIZA] Pedagoga, 25-30 anos, educadora social do CEDECA pelo NPV há 5 anos. Deixou o curso de direito para dedicar-se aos projetos sociais. Faz teatro e vive diariamente a fronteira entre sua vida de classe média da Vila Mariana e as favelas de Sapopemba. É a educadora de referência da família de Fabiana e de seus filhos Douglas, Wesley e Aline.

[MARCELA] Desempregada, viciada em crack desde a adolescência, analfabeta, 30-35 anos, segunda filha de Ivete, mãe de dois filhos. Presa duas vezes por assaltos a ônibus na Avenida Sapopemba. Ao sair da prisão em 2007, e decidida a deixar o vício, aproximou-se das redes de prostituição do bairro. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 4.

[MÁRCIO] Eletricista das Casas Bahia, 30-35 anos, casado, pai de um filho. Nascido em Sapopemba, irmão gêmeo de Sérgio, sonha em ser *chef* de cozinha ou empreender um negócio próprio. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 2.

[MARIA] Educadora social do CEDECA, no programa de atendimento a medidas sócio-educativas. 40-45 anos. Trabalhou como manicure. Nascida na zona leste, vive em Sapopemba desde seu casamento, aos 18 anos de idade. Os três filhos cresceram lá, envolveram-se com o crime local no início da adolescência, e dois deles foram assassinados aos 17 anos, em 2001 e 2003. O terceiro alterna internações e prisões há dez anos, desde quando tinha 13 anos. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 3.

[NETO] Balconista de uma loja de departamento, ex-professor de capoeira do CEDECA, onde permaneceu durante 6 anos. Filho de Ivete. Trabalhou com seus irmãos desde a infância nas ruas (cuidando de carros, pedindo dinheiro) e depois descarregando caminhões em um depósito de cana-de-açúcar. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 4.

[Pe. PAOLO] Missionário comboniano, 40-45 anos, italiano, com formação realizada na Itália e nos Estados Unidos, e experiência de atuação missionária na África do Sul, em Fortaleza e em São Paulo (Sapopemba), onde está há oito anos. Um dos fundadores do CDHS.

[PEDRO] 20-25 anos, funcionário do NASCE há quatro anos. Nascido na Aclimação, bairro de classe média em São Paulo, foi obrigado a se mudar para uma das favelas de Sapopemba após a morte da mãe, que estruturava sua casa. Tem um irmão e uma irmã, e uma passagem bastante intensa pelo “mundo do crime” dos bairros estudados durante a adolescência. Trajetória trabalhada em detalhe no Capítulo 1.

[RAFAEL] Advogado, 25-30 anos, coordenador do setor jurídico do CEDECA, torcedor do Corinthians. Nascido na zona Leste de São Paulo, fez estágio em um Centro de Direitos Humanos parceiro do CEDECA já durante a faculdade, o que lhe conferiu o emprego como

advogado, depois como coordenador do setor. Seus dois irmãos também se formaram em Direito.

[ROBERTA] Socióloga, mestre e doutoranda em sociologia, 35-40 anos, foi coordenadora das medidas sócio-educativas substituindo Lucas em 2005, até 2006. Trabalhou em Unidades de internação da FEBEM e foi coordenadora de uma política pública de habitação popular no município de São Paulo.

[SÉRGIO] Supervisor de qualidade numa empresa de móveis, 30-35 anos, casado, pai de duas filhas, irmão de Clarice. Morador de Sapopemba desde a infância, foi consumidor e traficou drogas durante alguns anos, durante sua adolescência e juventude. A trajetória da família é trabalhada no Capítulo 2.

[VALDÊNIA] Advogada e pedagoga, mestre em direito, 40-45 anos, fundadora do CEDECA e do CDHS, em Sapopemba. Desde a adolescência envolvida na militância por direitos humanos, tem a trajetória, estudada com detalhe na Parte III da tese, marcada tanto por expansão da atuação política quanto pelas retaliações violentas a ela.

[VALDENIR] Militante dos movimentos de moradia da zona leste, vinculado às redes petistas da Igreja católica, 45-50 anos, foi duas vezes candidato a vereador pelo PT. Coordenou a articulação externa do CEDECA durante um ano, entre 2004 e 2005.

[VALTER] Doutorando em ciências sociais, 25-30 anos, trabalhou como agente penitenciário em presídio no interior do estado de São Paulo, concursado, durante dois anos. Descreveu em entrevista e conversas informais, com os detalhes da observação participante, a formulação e os deslocamentos de sentido do modelo atual de política penitenciária paulista.

[WESLEY] Filho de Fabiana, adolescente, 17 anos em 2008. Envolvido nas atividades do tráfico de drogas local desde os 13 anos, nunca foi preso, atendido pelo CEDECA.